

PEDRO SERGIO DA SILVEIRA

**PEGADAS AGROECOLÓGICAS:  
HISTÓRIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S587p  
2016 Silveira, Pedro Sergio da, 1987-  
Pegadas Agroecológicas : história e práticas educativas de  
grupos de Agroecologia / Pedro Sergio da Silveira. - Viçosa, MG,  
2016.

x, 242f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Lourdes Helena da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.224-237.

1. Educação Popular. 2. Agroecologia. 3. Movimento  
Estudantil. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 370.115

PEDRO SERGIO DA SILVEIRA

**PEGADAS AGROECOLÓGICAS:  
HISTÓRIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE GRUPOS DE AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 06 de Junho de 2016.



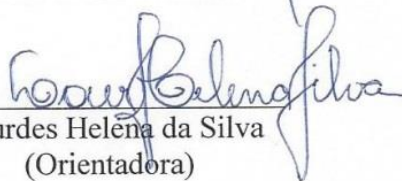
Claudenir Fávero



Edgar Pereira Coelho



Irene Maria Cardoso



Lourdes Helena da Silva  
(Orientadora)

Um andarilho que caminha por um bosque sem olhar para trás, sem enxergar o quanto já caminhou e o que ainda lhe resta pela frente. Que não olha para baixo, a fim de escolher os melhores caminhos e desviar seus pés de possíveis pedras, buracos, etc. Que não contempla a natureza lhe cercado e acompanhando. Que não fixa seu olhar no firmamento e percebe sua infinita dimensão. Que não sente seus pés pisando na firmeza da terra. Um andarilho que não sente o cheiro do mato, das flores e plantas; que não escuta o cantar dos pássaros; que, em sua pressa para atingir o fim da caminhada, não se permite um descanso. Certamente esse andarilho apenas caminhou, perdeu a oportunidade de viver a sua caminhada. Suas pegadas apagar-se-ão no primeiro sopro da natureza. E, se algum dia vaguear sua memória em busca de recordações, terá poucas lembranças.

Talvez, desta caminhada, lembre-se apenas de que foi cansativa. A sistematização, entre tantas definições, é uma postura metodológica que contribui para atribuímos significado às “caminhadas”. Ela pode nos tornar sujeitos de nossas andanças e projetar os nossos passos para além de nós mesmos. Na caminhada, ela ajuda a aguçar os sentidos e mostrar que ainda estamos vivos e que precisamos viver.

Enfim, ela pode nos tornar autênticos andarilhos.

*João Marcelo Pereira dos Santos*

***Plante amor e paz e a vida lhe trará farta  
colheita de paz e amor.***

*André Luiz*

## AGRADECIMENTOS

*Sou muito grato...*

*A Deus, Santa Maria, guias espirituais e forças sagradas  
que nos acompanham em nossa jornada.*

*A todos os meus familiares, especialmente minha mãe, Margarida,  
que durante toda esta caminhada muito me apoiou e incentivou.*

*Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV  
por todos os aprendizados, e especialmente à minha orientadora Lourdes Helena,  
por suas orientações, conselhos e auxílio no percurso do trabalho.*

*À CAPES pelo subsídio material a concretização deste estudo.*

*Aos educadores Anôr Fiorini de Carvalho, Eugênio Alvarenga Ferrari, Irene Maria Cardoso,  
Willer Araújo Barbosa, Edgar Pereira Coelho e Claudenir Fávero,  
por todas as contribuições e apoio ao presente trabalho.*

*À companheira Melissa, por todos os momentos maravilhosos ao seu lado,  
ter me apresentado Viçosa e juntos termos gerado  
Tainá Paz, uma luz a nos abençoar e ensinar  
o amor incondicional à vida.*

*À todas as amigas que tive a honra e o prazer de fazer durante este período.*

*Aos grupos agroecológicos da UFV – em suas diversas gerações,  
pela acolhida, apoio, aprendizados e ótimos momentos juntos.  
Sem vocês este trabalho não existiria!*

***A todos e a todas minha Gratidão!!***

# SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	vi
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	viii
RESUMO .....	ix
ABSTRACT .....	x
INTRODUÇÃO .....	1
<b>1 CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>6</b>
1.1 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS .....	6
1.2 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	10
1.2.1 <i>Fase Exploratória de Coleta de Dados</i> .....	11
1.2.2 <i>Fase Sistemática de Coleta de Dados</i> .....	14
1.2.3 <i>Análise dos Dados</i> .....	16
<b>2 EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS ....</b>	<b>17</b>
2.1 EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS .....	17
2.2 AGROECOLOGIA E MOVIMENTO SOCIAL .....	24
<b>3 O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA UFV .....</b>	<b>37</b>
3.1 A LUTA PELA AGROECOLOGIA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .....	37
3.2 A UFV FRENTE À MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.....	41
3.3 O CONTRAPONTO ATRAVÉS DA EXTENSÃO: O PROGRAMA TEIA .....	45
3.4 MOVIMENTO ESTUDANTIL-AGROECOLÓGICO .....	49
3.4.1 <i>Perfil e participação no movimento agroecológico</i> .....	54
3.4.2 <i>Um breve histórico</i> .....	56
3.5 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS .....	57
3.5.1 <i>Estratégias Pedagógicas</i> .....	59
3.5.2 <i>Metodologias Participativas</i> .....	71
<b>4 GRUPOS AGROECOLÓGICOS DA UFV: HISTÓRICO, PRÁTICAS EDUCATIVAS, PEGADAS, LEGADOS E PARCERIAS .....</b>	<b>82</b>
4.1 GRUPO ALFA DE ESTUDOS DE ECOLOGIA: A VIBRAÇÃO INICIAL .....	84
4.1.1 <i>Práticas Educativas do Grupo Alfa</i> .....	97
4.1.2 <i>Pegadas, Legados e Parcerias do Grupo Alfa</i> .....	99

4.2	GRUPO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DE VIÇOSA - GAAV .....	104
4.2.1	<i>Práticas Educativas do GAAV</i> .....	112
4.2.2	<i>Pegadas, Legados e Parcerias do GAAV</i> .....	117
4.3	GRUPO APÊTI DE AGROFLORESTAS.....	122
4.3.1	<i>Práticas Educativas do Apêti</i> .....	130
4.3.2	<i>Pegadas, Legados e Parcerias do Apêti</i> .....	134
4.4	GRUPO DE AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA - GAO .....	138
4.4.1	<i>Práticas Educativas do GAO</i> .....	147
4.4.2	<i>Pegadas, Legados e Parcerias do GAO</i> .....	152
4.5	GRUPO SAÚDE INTEGRAL EM PERMACULTURA - SAUIPE .....	157
4.5.1	<i>Práticas Educativas do SAUIPE</i> .....	165
4.5.2	<i>Pegadas, Legados e Parcerias do SAUIPE</i> .....	169
4.6	GRUPO ANIMAIS PARA AGROECOLOGIA.....	174
4.6.1	<i>Práticas Educativas do Grupo Animais para Agroecologia</i> .....	181
4.6.2	<i>Pegadas, Legados e Parcerias do Grupo Animais para Agroecologia</i> .....	184
<b>5</b>	<b>CONVERGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AGROECOLÓGICAS: DO FÓRUM DOS GRUPOS ALTERNATIVOS AO MUTIRÃO CIRANDA</b> .....	<b>189</b>
5.1	O FÓRUM DOS GRUPOS ALTERNATIVOS .....	189
5.2	MUTIRÃO CIRANDA: TRAJETÓRIA DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA .....	192
5.3	CAMINHARES AGROECOLÓGICO-EDUCATIVOS: SÍNTESE DE PERCURSO ....	202
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>216</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>224</b>
	ANEXO A – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas .....	238
	ANEXO B – Foto da Linha do Tempo .....	239
	ANEXO C – Relatoria Gráfica da Defesa de Dissertação .....	240
	ANEXO D – Mensagens aos Grupos Agroecológicos.....	241

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA-Agroecologia – Associação Brasileira de Agroecologia  
ABEEF – Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
APÊTI - Grupo Apêti de Agroflorestas  
CA – Centro Acadêmico  
CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia  
CBEEF – Congresso Brasileiro de Estudantes de Engenharia Florestal  
CBICCA – Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Ciências Agrárias  
CEB – Comunidade Eclesial de Base  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento  
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata  
CONEA - Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa  
EOCA – Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia  
EFA – Escola Família Agrícola  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia  
ENEBIO – Entidade Nacional de Estudantes de Biologia  
ENEV – Executiva Nacional de Estudantes de Veterinária  
ENGA – Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia  
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária  
EUA – Estados Unidos da América  
FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil  
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais  
FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia Do Brasil  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais  
GAAV – Grupo de Agricultura Orgânica de Viçosa  
GAO – Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica



IES – Instituição de Ensino Superior  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OMS – Observatório de Movimentos Sociais da UFV  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIBEX – Programa Institucional de Bolsas De Extensão  
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PMME – Projeto Memória do Movimento Estudantil da UFV  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PROEXT – Programa Nacional de Extensão  
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas  
REGA-Brasil – Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil  
SAF – Sistema Agroflorestal  
SAUIPE – Saúde Integral em Permacultura  
SIA – Simpósio de Integração Acadêmica  
SIC – Simpósio de Iniciação Científica  
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais  
UFV – Universidade Federal de Viçosa  
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Síntese dos procedimentos investigativos utilizados na sistematização das práticas educativas dos grupos agroecológicos da UFV.....	8
Tabela 2: Matriz de sistematização dos grupos agroecológicos da UFV com questões orientadoras.....	9
Tabela 3: Número de participantes do questionário por grupo agroecológico.....	16
Figura 1: Os grupos agroecológicos e suas relações intersetoriais.....	54
Figura 2: Esquema representativo das estratégias pedagógicas dos grupos agroecológicos.....	71
Quadro 1: Instalação Artístico-Pedagógica: dez passos para bem construí-la e utilizá-la .....	79
Figura 3: Esquema representativo das metodologias participativas dos grupos agroecológicos. ....	81
Figura 4: Linha do tempo dos grupos agroecológicos da UFV.....	83
Figura 5: Principais práticas educativas construídas pelo Grupo Alfa.....	99
Figura 6: Pegadas do Grupo Alfa e suas principais características .....	100
Figura 7: Principais parcerias do Grupo Alfa.....	101
Figura 8: Legados profissionais e sociais do Grupo Alfa .....	103
Figura 9: Principais práticas educativas construídas pelo GAAV.....	115
Figura 10: Pegadas do GAAV e suas principais características.....	117
Figura 11: Principais parcerias do GAAV .....	118
Figura 12: Legados profissionais e sociais do GAAV .....	121
Figura 13: Principais práticas educativas construídas pelo Grupo Apêti .....	131
Figura 14: Pegadas do Apêti e suas principais características .....	134
Figura 15: Principais parcerias do Apêti .....	135
Figura 16: Legados profissionais e sociais do Grupo Apêti.....	136
Figura 17: Principais práticas educativas construídas pelo GAO .....	149
Figura 18: Pegadas do GAO e suas principais características.....	152
Figura 19: Principais parcerias do GAO .....	154
Figura 20: Legados profissionais e sociais do GAO .....	156
Figura 21: Principais práticas educativas construídas pelo SAUIPE .....	166
Figura 22: Pegadas do SAUIPE e suas principais características .....	170
Figura 23: Principais parcerias do SAUIPE .....	171
Figura 24: Legados profissionais e sociais do SAUIPE.....	173
Figura 25: Principais práticas educativas construídas pelo Animais para Agroecologia .....	181
Figura 26: Pegadas do Animais para Agroecologia e suas principais características .....	184
Figura 27: Principais parcerias do Animais para Agroecologia.....	185
Figura 28: Legados profissionais e sociais do Animais para Agroecologia.....	187
Figura 29: Linha do tempo da evolução das práticas educativas dos grupos agroecológicos da UFV	203
Figura 30: Grau de relação entre teoria e prática nos grupos agroecológicos.....	207
Figura 31: Passagem da abordagem interdisciplinar para transdisciplinar nos grupos agroecológ .....	208
Figura 32: Grau de elaboração de trabalhos acadêmicos nos grupos agroecológicos.....	210
Figura 33: Pegadas do Mutirão Ciranda e dos grupos agroecológicos que o integram.....	211
Figura 34: Rede de parcerias do Mutirão Ciranda .....	212
Figura 35: Principais legados pessoais e sociais gerados pelos grupos agroecológicos da UFV .....	214
Figura 36: Principais dificuldades enfrentadas pelos grupos agroecológicos da UFV .....	215

## RESUMO

SILVEIRA, Pedro Sergio da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2016.  
**Pegadas Agroecológicas: História e Práticas Educativas de Grupos de Agroecologia.**  
Orientadora: Lourdes Helena da Silva.

Os grupos agroecológicos são um fenômeno social com uma larga história de atuação na Universidade Federal de Viçosa. Tais grupos originam-se em decorrência ao antagonismo de uma parcela do corpo discente perante os conteúdos e práticas disseminados pela instituição, direcionados ao paradigma técnico-científico modernizador e produtivista da agricultura, que desconsidera demandas sociais e ambientais. Através desta pesquisa, procuramos analisar as práticas educativas e metodológicas desenvolvidas nestes grupos no decorrer de seu processo histórico de constituição, caracterizando-os e identificando aportes destes grupos à sociedade e à formação pessoal e profissional dos estudantes. Para tanto, realizamos revisão de literatura sobre educação popular e agroecologia; pesquisa bibliográfica e documental em arquivos e documentos históricos destes grupos, bem como em trabalhos acadêmicos de seus participantes; observação participante e grupos focais junto aos grupos atualmente organizados na UFV; e entrevistas semiestruturadas e questionários com antigos e atuais membros dos grupos de agroecologia. Em suas quatro décadas de existência na UFV, os grupos de agroecologia trouxeram influências sobre a universidade e a sociedade por meio de suas práticas de ensino, pesquisa e extensão e da construção da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, contribuindo para a emergência de inovações metodológicas que avançam na superação de métodos universitários tradicionais para construção do conhecimento, bem como com o fortalecimento da rede do movimento agroecológico.

## ABSTRACT

SILVEIRA, Pedro Sergio da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2016.  
**Agroecological Footprints: History and Educative Practices of Agroecology Groups.**  
Advisor: Lourdes Helena da Silva.

Agroecological groups are a social phenomenon with a long history at the Federal University of Viçosa. Such groups arise due to the antagonism of a portion of the students before the contents and practices disseminated by the institution, directed to modernization and production-technical-scientific paradigm of agriculture that ignores social and environmental demands. By this research, we analyzed educational and methodological practices developed in these groups in the course of its historical constitution process, characterizing and identifying the contributions of these groups to society and to the personal and professional training of students. Therefore, we conducted a literature review on popular education and agroecology; bibliographical and documentary research in archives and historical documents of these groups; as well as academic studies of its members; participant observation and focus groups with the groups currently organized at UFV; and semi-structured interviews and questionnaires with current and former members of agroecology groups. In its 04 decades of existence at UFV, agroecology groups brought the influences on the university and society through their teaching, research and extension and construction of agroecology as a science, movement and practice, contributing to the emergence of methodological innovations advancing in overcoming traditional university methods for construction of knowledge, as well as the strengthening of the agroecological movement network.

## INTRODUÇÃO

Em 2016 a Universidade Federal de Viçosa (UFV) celebra nove décadas de existência, caracterizando-se como uma instituição pública tradicional e renomada, referência nacional e internacional na área das ciências agrárias. Para além de seus cursos, do Ensino Médio à Pós-Graduação, historicamente uma parcela importante do meio estudantil contribui para que esta universidade seja muito mais do que a frequência às aulas, aos laboratórios e às avaliações, mas também um espaço para ações e organizações que contribuem para a construção de conhecimentos significativos, alternativos àqueles propiciados oficialmente pela instituição, que favorecem a realização de práticas transformadoras e formação de profissionais diferenciados, éticos e com compromisso socioambiental.

Esta riqueza do meio estudantil da UFV foi objeto de estudo de Lopes (2011), que analisando suas redes relacionais, constatou que estas redes são produtoras de diferentes “currículos” e de conhecimentos não institucionalizados, os quais são muitas vezes ignorados pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Logo, por mais que haja um direcionamento nos rumos da formação oferecida pela UFV para uma perspectiva mercadológica, correspondente a um determinado modelo de desenvolvimento para o país, este direcionamento não se faz absoluto, pois, ao não contemplar o conjunto de aspirações presentes no meio estudantil – especialmente entre os segmentos que possuem uma visão crítica às influências negativas geradas por este modelo de desenvolvimento, leva-os a se auto organizarem e construírem espaços de aprendizagens próprios através do Movimento Estudantil. Estes espaços, que são bastante diversos, apontam as contradições que envolvem a universidade e possibilitam a construção de alternativas viáveis, explicitando um processo de disputa de hegemonia<sup>1</sup> entre diferentes projetos de sociedade na UFV.

Dentre estas iniciativas estudantis, destaca-se a organização de grupos de agroecologia<sup>2</sup> na UFV, coletivos que buscam gerar transformações no âmbito da agricultura,

---

<sup>1</sup> Por hegemonia compreendemos os complexos e dinâmicos processos que permitem com que uma classe social exerça a direção sobre a sociedade – no caso atual, a burguesia capitalista, o que não ocorre somente por meio do uso da força bruta, mas através do controle moral e intelectual da maioria das pessoas, de modo a tornar “consensuais” as ideias da classe dominante. A classe trabalhadora, por meio de suas organizações e a atuação no âmbito da cultura e da sociedade civil busca, através da disputa política e social, estabelecer uma reforma moral e intelectual que contribua para a construção de uma nova hegemonia (SIMIONATTO, 1995).

<sup>2</sup> Aviso aos navegantes: neste trabalho, convencionamos chamar de “grupos de agroecologia” o conjunto de grupos estudantis que trabalharam e ainda trabalham com as discussões e práticas relacionadas à Agricultura Alternativa e a Agroecologia em distintos enfoques. Por muito tempo estes grupos foram conhecidos como parte dos “grupos alternativos” da UFV- alternativos às entidades tradicionais do movimento estudantil, como

na universidade e na formação profissional de seus integrantes. A agroecologia é uma alternativa concreta para a construção de uma agricultura de base ecológica, sustentável e equilibrada em termos sociais e ambientais, de modo a se contrapor ao modelo de desenvolvimento do campo pautado pelo agronegócio<sup>3</sup>.

Ao longo da história da UFV e do movimento estudantil nessa instituição, diversos grupos foram construídos, com trajetórias, características, práticas e ações específicas, com suas “pegadas” e legados próprios. Por *pegada agroecológica*, nos referimos à características significativas dos grupos agroecológicos e a correspondência das dimensões da agroecologia – compreendida enquanto movimento, ciência e prática (WEZEL et al., 2009) refletidas nas ações de ensino, pesquisa e/ou extensão. Por *legados*, caracterizamos o conjunto de lições e contribuições dos grupos agroecológicos no decorrer de sua trajetória, tanto aos seus integrantes, como para o conjunto do movimento agroecológico e própria universidade.

Analisando os grupos agroecológicos da UFV, Gimenez (2009) constatou que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são características presentes nestes grupos, e que as principais motivações que aproximavam estudantes dos mesmos eram: o interesse no aprendizado de uma agricultura sustentável, o trabalho prático e em grupo, o contato com a natureza, os cuidados com a saúde, e a liberdade de construção de um pensamento alternativo.

Ladeira et al. (2013) afirma que os grupos agroecológicos representam uma espécie de “universidade paralela”, pelos diversos aprendizados adquiridos nestes espaços fora das salas de aula. Nesse sentido, são espaços de aprendizados múltiplos, complementando a formação obtida na instituição, com habilidades práticas, como fazer hortas agroecológicas, construções em bambu, melhor utilização de ferramentas de trabalho; capacitação organizativa e metodológica, por meio da coordenação de reuniões, promoção de espaços de discussão participativos, organização de eventos e excursões; e a formação em pesquisa e extensão a partir do diálogo de saberes com a comunidade e agricultores familiares camponeses,

---

os centros acadêmicos, executivas de curso e Diretório Central dos Estudantes. Na atualidade, eles são reconhecidos como grupos agroecológicos.

<sup>3</sup> O conceito de *agribusiness* foi criado em meados da década de 1950 por John Davis e Ray Goldberg, professores de universidades estadunidenses, visando definir o total de operações agrícolas, industriais e comerciais relacionadas ao setor agrícola-empresarial, que para os autores, deveria ser o centro das políticas públicas. Posteriormente, o termo chegou ao Brasil por intermédio do meio acadêmico e midiático, com vistas a gerar uma moldura ideológica que legitimasse e renovasse o apoio do Estado ao latifúndio e a intensificação da agricultura industrial, ao identificar o agronegócio como sinônimo de eficiência e desenvolvimento. O agronegócio constitui, portanto, um projeto de desenvolvimento agrário dependente de insumos agrícolas e subsídios estatais, subordinado ao capital financeiro e as corporações transnacionais que buscam controlar todos os momentos das cadeias produtivas – desde as matérias primas até o consumo das mercadorias. A internacionalização deste modelo acentuou a divisão internacional do trabalho e a produção de monocultivos em larga escala para o mercado externo (MENDONÇA, 2013).

elaboração de trabalhos acadêmicos e integração entre teoria e prática social. Estes são apenas alguns exemplos de atividades construídas, refletidas e vivenciadas nos grupos agroecológicos, dentre a diversidade de ações realizadas coletivamente por estudantes que se movem no intuito de se aprimorarem para contribuir com processos de transformação social.

Assim, reconhecendo que os grupos agroecológicos constituem espaços de aprendizados múltiplos e possuem um potencial educativo significativo para a construção de práticas formativas transformadoras, que necessitam ser mais bem compreendidos, nossa pesquisa teve como ponto de partida as seguintes questões: que grupos agroecológicos foram organizados ao longo do tempo na UFV e em que contexto surgiram? Que pegadas os caracterizam? Quais as principais práticas educativas e metodológicas desenvolvidas por esses grupos? Estas incorporam princípios da educação popular? Quais são os seus legados sociais e contribuições para a formação pessoal e profissional dos seus participantes?

A partir desses questionamentos, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as práticas educativas dos grupos de agroecologia da UFV. Especificamente nossos propósitos foram resgatar as origens e trajetórias históricas dos grupos de agroecologia da UFV; caracterizar os grupos agroecológicos, identificar suas pegadas e formas de articulação interna; descrever e analisar as ações educativas e as metodologias utilizadas por esses grupos; e por fim, identificar as contribuições desses grupos à sociedade e à formação pessoal e profissional dos estudantes.

Nosso *embarque no movimento*, ou seja, a aproximação e afeição por esta temática vincula-se a minha própria participação ao nível local e nacional no movimento estudantil durante o período de graduação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o que propiciou o interesse pelos estudos sobre os movimentos sociais. Esta participação não apenas ampliou minha formação em termos de aquisição de novos conhecimentos distintos dos trabalhados em sala de aula, como também favoreceu o desenvolvimento de aptidões, relações e sensibilidades sociais que anteriormente não possuía.

No movimento estudantil da UFSM não participei do grupo agroecológico local, Grupo de Agroecologia Terra Sul - GATS, tendo apenas participado de algumas de suas atividades, assim como de atividades do Comitê Ambiental da moradia estudantil universitária, na qual residi durante minha graduação. Desta forma, não desenvolvi fortes vínculos com a questão agroecológica, suas práticas e leituras no decorrer da graduação. No entanto, o vínculo com estudantes ligados ao movimento estudantil da área das Ciências Agrárias, integrantes da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB),

Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) e Executiva Nacional de Estudantes de Veterinária (ENEV), favoreceu a minha participação no Núcleo de Apoio à Reforma Agrária (NARA) da UFSM e na construção dos Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) regionais, dentre outras atividades de formação, como seminários, debates, encontros e etc. Estas vivências propiciaram, no decorrer de minha formação, o contato com os movimentos sociais do campo e a discussão sobre questão agrária, possibilitando-me, inclusive, uma maior compreensão sobre minha trajetória familiar, tendo em vista que meus pais até suas juventudes eram agricultores familiares camponeses, que a partir da década de 1970, passaram a residir no meio urbano.

Com base nesta trajetória e minha participação na “Troca de Saberes” de 2012, na UFV, chamou-me muito a atenção a energia e a forma de atuação dos grupos agroecológicos para a organização da Troca, bem como do movimento agroecológico da Zona da Mata mineira como um todo, algo então inédito e que foi muito significativo para mim. Assim, a partir do momento que passei a residir em Viçosa, no ano de 2013, realizando mobilidade acadêmica na UFV, passei a participar de diversas atividades e eventos organizados pelos grupos agroecológicos, o que me despertou para a importância da questão socioambiental na agricultura e o papel que as IES podem cumprir com a formação de profissionais comprometidos com esta causa.

Nesse processo, também identifiquei que apesar da organização dos grupos agroecológicos na UFV não ser recente, o registro histórico e a sistematização de suas experiências são relativamente escassos, o que dificulta aos novos integrantes que, a cada ano, se somam aos grupos – à medida que os mais experientes concluem seus cursos, a apreensão dos conhecimentos e práticas anteriormente desenvolvidas.

Assim, enquanto historiador e pesquisador da área de educação e movimentos sociais, visando contribuir com o movimento dos grupos agroecológicos é que me propus a desenvolver esta pesquisa, buscando investigar as práticas educativas construídas nos/pelos grupos e suas influências na formação pessoal e profissional de seus participantes.

Para apresentação das informações e análises oriundas do processo de investigação, o trabalho foi estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, descrevemos a abordagem metodológica da pesquisa, explicitando os procedimentos técnicos de coleta e análise das informações obtidas no processo de sistematização e histórico sobre os grupos agroecológicos da UFV e suas práticas educativas.



O segundo capítulo, intitulado “Educação Popular e Agroecologia” trata destas temáticas, que possuem vínculos estreitos com os grupos agroecológicos e suas práticas. Neste sentido, refletimos sobre o caráter educativo diferenciado dos movimentos sociais ante os procedimentos formais de ensino, destacando o processo histórico de formação do movimento agroecológico no Brasil e seus vínculos com a educação popular.

No terceiro capítulo, abordamos o desafio da construção da agroecologia nas instituições de ensino superior, que historicamente foram instrumentos de propulsão da modernização da agricultura. Neste sentido, apresentamos o caso da UFV, uma instituição historicamente marcada pela perspectiva convencional de agricultura, e que, por iniciativa de setores que discordam deste modelo, vem se tornando uma referência em termos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na construção do conhecimento agroecológico, sendo o movimento estudantil-agroecológico um agente importante neste processo. Por fim, descrevemos as principais estratégias pedagógicas e metodologias participativas utilizadas pelo movimento agroecológico nesta universidade.

O quarto capítulo corresponde à sistematização do histórico, práticas educativas e contribuições dos grupos agroecológicos na UFV. Assim, narramos a trajetória histórica destes grupos desde os anos 1970, descrevemos e analisamos suas principais atividades educativas, identificando as inovações metodológicas originadas em cada período e as respectivas pegadas agroecológicas de cada organização, bem como os principais legados sociais e aportes à formação pessoal e profissional identificados por integrantes e ex-integrantes dos grupos agroecológicos pesquisados.

No quinto capítulo, discorremos sobre o Fórum dos Grupos Alternativos e o Mutirão Ciranda, que correspondem às formas de articulação, diálogo e atuação conjunta dos grupos agroecológicos locais, formando redes locais que possibilitaram uma maior relação com o movimento nacional de grupos agroecológicos. Procedemos ainda uma síntese do processo evolutivo das práticas educativas dos grupos agroecológicos, das relações com a rede do movimento agroecológico, bem como das pegadas e legados mais significativos.

Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre o caráter formativo destes coletivos e destacamos lacunas e potenciais prementes na atuação dos grupos agroecológicos.

# 1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentamos os passos metodológicos percorridos para a realização do presente trabalho e a forma como foram operacionalizados junto aos grupos agroecológicos da UFV, tendo em vista o objetivo de promover a sistematização das práticas educativas destas organizações estudantis.

## 1.1 Sistematização de Experiências

Ir às raízes do diverso e efervescente Movimento Agroecológico da UFV, desvendar suas práxis e sistematizá-las constituíram os desafios centrais desta pesquisa. Para compreender as práticas educativas e metodológicas dos grupos, é importante observar quais linhas e frentes de ação mais amplas estas representam. A *pegada agroecológica*, portanto, corresponde à identificação das características fundamentais de cada grupo de agroecologia, especialmente as temáticas trabalhadas em seu cotidiano nos momentos em que colocam a teoria em ação. A pegada simboliza os passos dos grupos em seus caminhos, as marcas e legados que deixam em suas trilhas.

As experiências educativas dos grupos agroecológicos foram sistematizadas por meio de um conjunto de procedimentos investigativos, que envolveu a pesquisa histórica bibliográfica e documental, observação participante, grupos focais, entrevistas e questionários com antigos e atuais integrantes destes coletivos.

A sistematização é uma metodologia de pesquisa que vai além de simples processos de descrição e classificação de informações. A sistematização consiste em um processo analítico mais profundo, definida por Holliday (2006, p. 24), como sendo a “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explícita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo”.

Trata-se de uma prática que, segundo Souza (2000), teve início na América Latina nos anos 1970, no campo da educação popular, na qual a atividade de produção de saberes ocorre a partir de experiências e processos vividos, não se detendo apenas nos aspectos cognitivos, de maneira a favorecer a apropriação e compreensão dos sentidos e a reorientação destas ações analisadas.

Para Falkembach (2000), a sistematização assemelha-se a arte de, através da união de cacos – fatos, informações – construir vitrais. Como um processo coletivo de decomposição,

reflexão e recomposição da prática social em um trabalho vital, constitui um ato criativo e pedagógico. A autora destaca, ainda, que neste processo de produção de saberes podem ocorrer tanto a admiração pela elevação da consciência/compreensão acerca do que foi realizado, como o desconforto com os limites e contradições das ações – e suas idealizações. Porém, somente esbarrando nestes limites é que o novo pode despontar e há a possibilidade de grandes saltos ocorrerem, evitando repetir erros do passado e fortalecendo aspectos positivos.

O fato de muitas experiências dos grupos agroecológicos da UFV nunca terem sido sistematizadas, com seus resultados, êxitos e fracassos organizados e compartilhados, reforça a importância da pesquisa aqui realizada para se evitar repetir erros, garantir que conhecimentos não se percam e se constituir como um processo de aprendizagem, (re)definição de rumos e construção de novos conhecimentos. A contribuição do processo de sistematização torna-se mais relevante se efetivada de forma participativa, de modo que a reflexão acerca das práticas em foco seja realizada coletivamente. Neste processo, o documento final da sistematização não é o elemento mais importante, mas sim o seu processo de construção e partilha (LEISA, 2006).

Na Zona da Mata mineira, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) em parceria com a UFV, já realizou diversos processos de sistematização de seus programas e ações, conforme destacado por Ribeiro et al. (2006). Um importante processo promovido pelo CTA-ZM, a UFV e organizações do campo foi a Sistematização da Experiência Participativa com Sistemas Agroflorestais, experiências estas que vinham sendo implementadas desde 1993 pelas famílias agricultoras e suas organizações, e que em 2003, para superar a dispersão de informações, avaliar os impactos e extrair lições, foram sistematizadas e resultaram em uma série de aprendizagens, publicações e novos processos sociais (SOUZA, 2006; SOUZA et al., 2012).

Na presente pesquisa, o processo de sistematização foi orientado por contribuições de Holliday (2006) e Chavez-Tafur (2007) que, com perspectivas semelhantes apresentam propostas metodológicas baseadas em cinco momentos, mas com flexibilidade para adequação a diferentes contextos e públicos. São eles: a) Definição do *ponto de partida* – planejamento, definição de equipe, etc.; b) *Delimitação* – dos objetivos e da experiência a ser sistematizada; c) *Recuperação do processo vivido* ou *descrição da experiência* – identificação do que ocorreu, ordenando e classificando as informações; d) *Análise* ou *reflexão de fundo* – análise, síntese e interpretação crítica do processo com base em parâmetros elencados; e) *Ponto de chegada* ou *apresentação de resultados* – comunicação das aprendizagens. Através

da utilização destes passos foram reunidas e analisadas as informações e opiniões de diversos sujeitos envolvidos nos grupos agroecológicos e que compõem esta dissertação.

A participação em todos os momentos do processo constitui um princípio fundamental das atividades de sistematização. Preferencialmente deve-se envolver a maioria dos sujeitos que vivenciaram as experiências e considerar seus pontos de vista sobre tudo que ocorreu. Entretanto, dado aos diversos limites da presente pesquisa, não foi possível a reflexão coletiva de todo o processo de sistematização, especialmente em sua fase final. Em sua realização, o processo de sistematização envolveu os seguintes procedimentos investigativos detalhados na Tabela 1:

Tabela 1: Síntese dos procedimentos investigativos utilizados na sistematização das práticas educativas dos grupos agroecológicos da UFV.

<b>Etapas</b>	<b>Momentos</b>	<b>Atividades e Procedimentos</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Delimitação</b>	Preliminares	- Qualificação do projeto - Consultas às fontes secundárias - Observações iniciais	- Definir objetivos e experiência a ser sistematizada
<b>Planejamento</b>	Primeiros encontros com os grupos	- Observação participante - Grupos focais - Elaboração da matriz de sistematização	- Verificar perspectiva e interesse dos grupos - Definir metodologia e procedimentos frente às questões e objetivos
<b>Descrição da experiência</b>	- Participação em atividades dos grupos - Sementário do Mutirão Ciranda	- Observação participante - Pesquisa documental - Envio do questionário - Realização de entrevistas - Linha do tempo - Discussão em grupos	- Reconstituir processos históricos - Caracterizar os grupos - Identificar contribuições à formação - Descrever metodologias e práticas educativas
<b>Análise e conclusões</b>	Elaboração da dissertação	- Seminário de dissertação - Síntese e tabulação das informações - Aprofundamento teórico - Defesa da dissertação	- Ordenar e classificar informações - Compreender as dinâmicas - Interpretação crítica - Formular conclusões
<b>Lições e Socialização</b>	Encontro final	- Discussão geral e em grupos	- Reflexão coletiva
<b>Comunicação</b>	Produção de materiais	- Artigos, cartilhas, boletins	- Registro - Comunicar aprendizagens

A fim de operacionalizar e sintetizar as informações obtidas no decorrer da pesquisa, seguindo as contribuições de Holliday (2006), Chavez-Tafur (2007) e Souza et al. (2012), foi elaborada uma matriz de sistematização (Tabela 2). Para isto foram elencadas algumas das principais categorias, eixos de análises e questões para reflexão que orientaram a pesquisa.

De acordo com Holliday (2006, p. 81), é fundamental definir um ou mais eixos centrais de sistematização, para precisar o enfoque desta, sendo este eixo uma espécie de “fio condutor que atravessa a experiência”. No presente estudo, a questão da prática educativa e metodológica, bem com o as pegadas e legados colocaram-se como elementos centrais de averiguação, nos permitindo caracterizar e compreender a dinâmica dos grupos agroecológicos enquanto parte de uma rede relacional mais ampla do movimento agroecológico local e nacional.

A dimensão histórica, enquanto elemento estratégico para efetivar a compreensão e reconstrução da trajetória dos grupos, fez-se presente na matriz de sistematização, articulada aos temas gerais, que funcionam como categorias de ordenação e classificação das informações. Para facilitar o procedimento analítico, Holliday (2006, p. 88) indica ser importante elaborar um “roteiro de perguntas críticas que interroguem o processo da experiência e permitam identificar os fatores essenciais que intervieram durante o processo e explicitar a lógica e o sentido da experiência”. Na matriz, estas questões são elaboradas a partir do cruzamento entre os temas gerais e transversais.

Tabela 2: Matriz de sistematização dos grupos agroecológicos da UFV com questões orientadoras da análise.

TEMAS TRANS-VERSAIS	TEMAS		
	Metodologias	Pegadas	Redes e Parcerias
<b>Histórico</b>	- Como as metodologias utilizadas pelos grupos se desenvolveram ao longo da história em Viçosa?	- Que marcas os grupos deixam em sua trajetória histórica? Quais são suas características?	- Como se desenvolveu e se diversificou a rede do movimento agroecológico local? - Que vínculos estabeleceu nacionalmente?
<b>Processos Educativos</b>	- Quais são e onde ocorrem as estratégias pedagógicas dos grupos? - Quais são as metodologias participativas utilizadas?	- As pegadas educativas dos grupos favorecem a construção crítica do conhecimento agroecológico? Transformam vidas e realidades?	- Quais foram as ações e iniciativas nacionais do movimento agroecológico que tiveram a contribuição local? - Estas influenciam os processos educativos?
<b>Legados e Aportes</b>	- As opções metodológicas possuem relações com o fortalecimento do movimento? Por quê?	- Quais são os principais legados dos grupos agroecológicos?	- A atuação em rede com as parcerias gerou quais legados em nível local e nacional?

Os temas gerais e transversais, definidos com base nos objetivos específicos deste trabalho, serão abordados ao longo do mesmo, refletindo sobre as questões orientadoras elencadas na Tabela 2, a qual será retomada no último capítulo da dissertação.

## 1.2 Abordagem e Procedimentos de Pesquisa

Considerando os objetivos da investigação, utilizamos a abordagem qualitativa de pesquisa, indicada para estudos que pautam a construção do conhecimento a partir da aproximação e interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa.

A abordagem qualitativa analisa fenômenos humanos não apenas de forma quantitativa, pois “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Triviños (1987) acrescenta que esta abordagem possui uma natureza desreificadora ou “desnaturalizadora” dos fenômenos, do conhecimento e do ser humano. Rejeitando, portanto, a neutralidade da ciência, considera a atividade do pesquisador marcada por seus traços culturais peculiares em diálogo com outra realidade cultural, bem como assinalada pela flexibilidade investigativa, o que implica a necessidade de uma série de técnicas e estratégias metodológicas.

Para sistematizar as práticas educativas dos grupos de agroecologia da UFV, foram combinados diversos procedimentos metodológicos de coleta e de análise de dados. Procuramos abranger contribuições provenientes de estudos referentes à temática em questão, o que junto aos aportes obtidos através da investigação *in loco* com os sujeitos da pesquisa, buscou promover uma perspectiva integrada de estudo. A coleta e análise de dados foram realizadas de acordo com os pressupostos da técnica da triangulação que, conforme Triviños (1987) visa tornar mais abrangente a descrição, explicação e compreensão do objeto de pesquisa. Esta técnica considera que os fenômenos sociais não ocorrem isoladamente, mas sim possuem raízes históricas, significados culturais e vinculações com a macro realidade social em contextos específicos.

Na triangulação dos dados são valorizados três dimensões nos processos de coleta e análise dos dados. São eles:

- Os *processos e produtos centrados nos atores sociais*, obtidos através de pesquisa bibliográfica, observação participante, grupos focais, entrevistas semiestruturadas e questionários, a fim de obter informações e análises preliminares a respeito do histórico, características, práticas educativas e contribuições à formação possibilitadas pelos grupos agroecológicos, para assim promover a sistematização destes dados;
- Os *elementos produzidos pelo meio analisado*, oriundos de publicações dos grupos, relatorias, registros históricos escritos e visuais, com vistas a identificar e analisar o que os grupos elaboraram sobre sua história e o desenvolvimento de suas experiências; e

- Os *processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural*, obtidos pela análise de fontes acadêmicas e bibliográficas relativas à educação popular, agroecologia e movimentos sociais, potencializando a reflexão sobre o contexto em que se inserem os grupos agroecológicos e suas práticas.

Esta triangulação dos dados nos permitiu o cruzamento, confrontação e retroalimentação das informações obtidas no decorrer da pesquisa, em uma caracterização mais ampla sobre os grupos estudantis agroecológicos da UFV, favorecendo assim sua interpretação e entendimento em um contexto maior, que abarcou todos os elementos e informações obtidos, com vistas a uma maior compreensão do fenômeno estudado.

Nesse processo, utilizamos como procedimentos técnicos: a pesquisa bibliográfica e documental (SÁ-SILVA et al., 2009); observação participante (MINAYO, 2012); grupo focal (GONDIM, 2002), entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987); e questionários (GIL, 1999).

Particularmente a pesquisa junto aos participantes dos grupos agroecológicos foi realizada em dois momentos distintos, porém articulados: um, de natureza *exploratória*, que envolveu a observação participante, pesquisa bibliográfica e documental e a realização de um grupo focal com cada grupo; e outro, de natureza *sistemática*, que constou da realização de grupos focais mais aprofundados, entrevistas semiestruturadas e questionários.

### **1.2.1 Fase exploratória de coleta de dados**

A fase exploratória promoveu a aproximação e contato do pesquisador com o objeto de estudo, gerando a contextualização, o início do diálogo investigativo e a identificação dos grupos que se optou por analisar, e permitiu o levantamento de documentos e materiais produzidos por estes.

As *pesquisas bibliográfica e documental* constituíram processos fundamentais sobre o qual se assentou a presente investigação. Apesar das similaridades entre ambas, Sá-Silva et al. (2009) apresentam diferenças significativas entre estas duas técnicas de pesquisa, tendo em vista a diferença das fontes investigadas. Assim, a pesquisa bibliográfica configura-se como o estudo analítico em documentos científicos, como livros, periódicos, artigos, dentre outros, ou seja, o estudo através de fontes secundárias. Já a pesquisa documental ocorre sobre fontes primárias, em documentos que ainda não passaram por tratamento analítico, a exemplo de cartas, relatorias, atas, e considerando-se ainda que “o documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres” (SÁ-

SILVA et al., 2009, p. 5). Assim, pesquisas bibliográfica e documental foram trabalhadas de maneira complementar.

A pesquisa documental nos permitiu examinar relatorias e materiais publicados pelos próprios grupos e demais entidades ligadas ao movimento agroecológico da UFV, o que favoreceu a elaboração do histórico dos grupos agroecológicos nesta instituição. Dentre os arquivos e fontes investigados, foram consultados principalmente: a pesquisa em arquivos do Projeto Memória do Movimento Estudantil (PMME) da UFV<sup>4</sup>, onde encontramos documentos relativos aos primeiros anos do Grupo Alfa até 1980; em parte dos arquivos e materiais produzidos pelos grupos agroecológicos GAAV, GAO, Apêti e SAUIPE, como atas, fotos e relatorias; e em documentos históricos disponibilizados por antigos integrantes.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, comportou a pesquisa e análise de publicações e trabalhos acadêmicos elaborados pelos próprios integrantes dos grupos agroecológicos acerca de suas práticas, tais como relatos de experiências, artigos, monografias e dissertações, documentos estes que deram importante contribuição ao processo de sistematização destas práticas. As fontes desta pesquisa estão disponíveis na Biblioteca Central da UFV (BBT) e na internet no banco de teses e dissertações da Capes, na página Agroecologia em Rede<sup>5</sup>, nos anais dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) e do Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA).

Em relação à *observação participante* realizada, Minayo (2012) a considera parte essencial no trabalho de campo em pesquisas qualitativas, nas quais o pesquisador/observador “fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa” (MINAYO, 2012, p. 70). A autora ainda acrescenta que “por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (MINAYO, *op. cit.*). Sendo uma técnica dinâmica, a observação participante ao gerar a obtenção de informações acerca da realidade dos atores investigados em seu próprio contexto, permite com que o pesquisador não fique limitado a instrumentos rígidos de coletas de dados

---

<sup>4</sup> O Projeto Memória do Movimento Estudantil (PMME) da UFV foi criado em 2010, por iniciativa do DCE em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, e possui uma sala no Porão do Centro de Vivências onde está resguardado grande parte dos arquivos das entidades estudantis da UFV, desde os anos 1930. O autor do presente trabalho atuou como voluntário deste projeto entre 2013 e 2015.

<sup>5</sup> Página gerida pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA), que integra bancos de dados sobre as experiências agroecológicas no Brasil e sobre pesquisas e experiências nas áreas de ensino, pesquisa e extensão do país e América Latina.



fechados previamente, bem como a adequação das questões em averiguação no decorrer do processo participativo, além de auxiliar na vinculação entre processos sociais e determinados fatos a suas representações pelos interlocutores.

Assim, no segundo semestre de 2015, fase exploratória da pesquisa, constituíram espaços de observação e de interação com os grupos agroecológicos da UFV: reuniões dos grupos GAO, Apêti, SAUIPE, Animais para Agroecologia, Flores de Gaia, e do Mutirão Ciranda; mutirões, oficinas, quintas agroecológicas, sarau e aulas abertas promovidas pelos grupos; participação no Grupo Alfa de almoço vegetariano e em atividades da Rede Raízes da Mata; em apresentações de trabalhos no Simpósio de Integração Acadêmica (SIA), na Troca de Saberes e no II Sementário do Mutirão Ciranda. Também participamos do IX CBA e Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA), realizados de forma paralela e articulada em Belém-PA, em 2015. Além disso, no início de 2016 auxiliamos na realização de duas atividades sobre o histórico destes grupos na UFV, que contaram com a participação de antigos integrantes dos mesmos.

A observação participante promoveu, assim, um contato mais direto e profícuo com os grupos de agroecologia e o conjunto do movimento agroecológico da UFV, possibilitando o testemunho e envolvimento em ações de ensino, pesquisa e extensão promovidas por estes. Esta vivência favoreceu a compreensão das práticas educativas desenvolvidas em momentos como reuniões internas, “sementários”, as “quintas agroecológicas”, instalações artístico-pedagógicas, oficinas e mutirões, assim como em momentos de interação informais. Sendo o diário de campo uma das principais ferramentas de trabalho, este foi mantido no decorrer da observação participante auxiliando no registro dos acontecimentos e diálogos estabelecidos, que foram mantidos no decorrer do trabalho com os sujeitos pesquisados.

Quanto aos *Grupos focais*, estes foram realizados tanto na fase exploratória, como na fase sistemática de coleta de dados. Grupos focais são reuniões com grupos pequenos de interlocutores, devendo ser coordenadas e registradas pelo pesquisador com o auxílio, ou não, de outras pessoas. Gondim (2002, p. 152) os define como:

(...) uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

Nos meses de agosto e setembro de 2015 este procedimento foi realizado uma vez com cada grupo agroecológico (Apêti, GAO, SAUIPE, Animais para Agroecologia e Flores de

Gaia) no momento de suas reuniões internas, durante a fase exploratória da pesquisa. Nas reuniões dos coletivos citados, os grupos focais contribuíram para apresentar o projeto de pesquisa aos coletivos, bem como para levantar ideias e reflexões acerca de características importantes destes a serem contempladas no processo de sistematização participativa de suas práticas. Assim, foram realizadas rodadas de discussão que elencaram possíveis temas e subtemas de pesquisa a serem contemplados nesta sistematização, tais como a evolução metodológica das ações educativas dos grupos, formas de comunicação e articulação, dentre outros elementos que passaram a compor a matriz de sistematização do trabalho (Tabela 2).

### **1.2.2 Fase sistemática de coleta de dados**

Na fase sistemática de coleta de informações, buscamos o aprofundamento da interlocução com os sujeitos pesquisados, a fim de aprofundar as avaliações iniciais propiciadas pela fase exploratória, o que ocorreu por intermédio de espaços coletivos de reflexão em grupos focais com a presença de representantes de todos os grupos, a realização de entrevistas semiestruturadas com antigos integrantes dos grupos investigados, e através de questionários aplicados aos antigos e atuais integrantes destas organizações, processos estes que possibilitaram aprofundar o entendimento sobre o desenvolvimento histórico dos grupos agroecológicos na UFV, suas particularidades, práticas educativas e contribuições à formação de seus participantes.

A fase sistemática iniciou-se com a realização de *grupos focais* no II Sementário do Mutirão Ciranda, realizado em novembro de 2015. Neste encontro de integração e formação dos grupos agroecológicos de Viçosa, os grupos focais foram trabalhados em dois turnos distintos. Primeiramente, na atividade de retomada sobre a história dos grupos na UFV, em que a partir de diversos materiais históricos dos coletivos, construiu-se coletivamente uma linha do tempo destacando os fatos e eventos significativos desta trajetória, debate este que contou com a presença de uma antiga integrante do Grupo Alfa. E em seguida na atividade sobre o caráter educativo dos grupos, em que num primeiro momento, através de uma dinâmica de discussão, cada coletivo identificou suas principais áreas e formas de atuação, e em seguida foram divididos em quatro grupos mistos para discutir sobre as práticas educativas e metodológicas dos grupos agroecológicos, cujas conclusões foram apresentadas a todos ao final da atividade.

Estes momentos coletivos foram importantes para fomentar o diálogo e reflexões com os integrantes dos grupos agroecológicos, trazendo elementos significativos para o processo de sistematização participativa sobre o histórico, práticas e ações destas organizações.

Em relação às *entrevistas*, elas foram realizadas especificamente com antigos integrantes dos grupos agroecológicos da UFV e uma atual integrante recém graduada, com o objetivo de conhecer a história, características, práticas educativas e contribuições desses coletivos à formação profissional dos entrevistados.

Foram realizadas entrevistas com dois membros do Grupo Alfa, sendo um deles também integrante do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), um membro do Centro de Estudos em Permacultura (CEP) e um membro do Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica (GAO) e Mutirão Ciranda, totalizando quatro entrevistas.

Na realização das entrevistas, optamos pela entrevista semiestruturada (ANEXO A), pela possibilidade de fluidez e liberdade tanto aos entrevistados, quanto ao entrevistador no diálogo estabelecido (TRIVIÑOS, 1987). As entrevistas foram gravadas, visando preservar os detalhes dos depoimentos que, em seguida, foram transcritos. Foi assegurada aos entrevistados a possibilidade de escolha de pseudônimos, de maneira a garantir o anonimato, caso desejassem não serem identificados, todavia nenhum entrevistado utilizou desta opção.

O *questionário* permitiu levantar informações, com antigos e atuais integrantes dos grupos agroecológicos, sobre as características destas entidades em diferentes contextos históricos, verificar suas práticas educativas e contribuições à formação pessoal e profissional destes sujeitos, contemplando todos os objetivos específicos desta pesquisa. A escolha pelo questionário deu-se, uma vez que esta é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situação vivenciadas, etc.” (GIL, 1999, p. 128).

Neste procedimento, optou-se pela utilização de questões abertas e fechadas, de acordo com seu eixo temático. Assim, nos eixos sobre a caracterização individual do respondente, caracterização do grupo em que participou e de suas práticas educativas, trabalhou-se com questões fechadas, enquanto no eixo sobre o histórico do grupo foram utilizadas questões abertas, permitindo liberdade discursiva ao respondente, sendo que no eixo acerca das contribuições à formação obtidas através do grupo e das lições, erros e desafios, optou-se por utilizar questões fechadas e abertas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O questionário está disponível no seguinte endereço: <<https://goo.gl/forms/1LQ1IBjLR3KOqF3f1>>.

O questionário foi enviado, via internet, aos antigos e atuais integrantes dos grupos, localizados com o auxílio tanto de antigos como de atuais participantes. Dos cerca de 80 questionários enviados, obtivemos o retorno de 56 sujeitos, sendo estes 40 ex-integrantes de grupos e 16 atuais participantes, distribuídos conforme a Tabela 3:

Tabela 3: Número de participantes do questionário por grupo agroecológico.

<b>Grupo Agroecológico</b>	<b>Ex-Integrante</b>	<b>Atual Integrante</b>
Alfa	11	-
GAAV	6	-
Entre Folhas	1	0
Apêti	7	1
GAO	9	2
SAUIPE	3	4
Animais para Agroecologia	0	6
Flores de Gaia	0	2
Micorrizas	0	1
Muda Viçosa	0	1
Rede Raízes da Mata	1	0
GEIPO	1	0
<b>Total (56)</b>	<b>40</b>	<b>16</b>

### 1.2.3 Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada de forma simultânea ao levantamento das informações, numa dinâmica de retroalimentação, tendo como referências a técnica da triangulação dos dados de Triviños (1987) e as contribuições de Gomes (2012) na consideração de que em pesquisas qualitativas, a análise e interpretação das informações devem ocorrer ao longo de todo o processo de pesquisa. Nesse sentido, os principais procedimentos metodológicos que acompanharam a análise de conteúdos foram a *categorização* – classificação temática das informações obtidas; *descrição* – das características do texto e dos resultados da categorização; *inferência* – através de deduções lógicas preliminares sobre o conteúdo analisado; e *interpretação* – reflexão mais profunda e sob uma perspectiva mais ampla com base em fundamentação teórica (GOMES, 2012).

A articulação entre o conjunto dos procedimentos de pesquisa utilizados orientou o processo de sistematização dos grupos agroecológicos e suas práticas educativas.

## 2 EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo abordamos a temática da educação popular, desde uma perspectiva histórica, destacando seus vínculos com os movimentos sociais, que por sua vez também assumem um caráter formativo por meio de sua *práxis* e experiências coletivas. Em seguida, abordamos a agroecologia, destacando seus avanços nas últimas décadas, em muito devido à expressão nacional que assumiu o movimento social agroecológico e o caráter participativo de suas intervenções, que tiveram na educação popular uma importante referência. Através da retomada histórica do movimento agroecológico, procuramos caracterizar e compreender sua pluralidade e dinâmica de atuação em redes.

### 2.1 Educação Popular e Movimentos Sociais

A educação popular não nasceu, conforme analisa Paludo (2012), diretamente de elaborações teóricas, mas, sobretudo das práticas de sujeitos e das organizações de diversas tradições e vertentes das lutas das classes trabalhadoras no mundo, especialmente dos setores populares latino-americanos. Suas origens no Brasil foram no início do século XX através das práticas educativas construídas por socialistas, comunistas e, especialmente anarquistas<sup>7</sup>.

Estas experiências libertárias sofreram intensa perseguição estatal na época, tanto dos governos da primeira República, como na Ditadura Vargasista. Isto fez com que apenas no decorrer do curto “intervalo democrático” de 1945-1964, período marcado por intensos embates educacionais, fossem criados diferentes movimentos de educação e cultura popular. Analisando estes movimentos, Paludo (2012, p. 283) destaca o seu caráter crítico e alternativo frente aos processos educativos então vigentes, quando afirma que

A educação popular vai se firmando como teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se como “Pedagogia do Oprimido”,

---

<sup>7</sup> De acordo com Campos (2007), caminhando na contramão da ordem vigente, os anarquistas já pautavam a necessidade de outra proposta político-pedagógica, alternativa ao sistema escolar oficial e confessional, marcado pelo ensino tradicional e explicitamente ideológico (culto à pátria, à religião, à ordem), destacando a importância da própria comunidade organizada autogerir os processos de formação operária e das novas gerações, de forma mista entre meninos e meninas, rumo a formação de consciências livres, emancipadas, solidárias e transformadoras, o que se deu através das chamadas escolas modernas ou racionalistas, bibliotecas comunitárias, centros de estudos, uma *Universidade Popular* inclusive, ainda que de breve vida (funcionou entre março e outubro de 1904 no Rio de Janeiro, sendo aberta a qualquer interessado), valorizando-se a experiência prática e os vínculos comunitários, bem como o aprendizado de distintos conteúdos e valores culturais, com viés crítico e libertário.

vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social.

Destarte, ao longo dos anos 1950 e princípio da década de 1960, as diferentes propostas educacionais constituíram expressão da disputa entre distintos projetos de sociedade. Para Gadotti (2012, p. 19), a educação popular constituía neste cenário de intensa mobilização social um modelo educativo emergente, que “distanciando-se do pensamento importado dos países hegemônicos, possibilitou aos países da América Latina um salto qualitativo na sua educação”, tanto em contextos revolucionários, como no combate à “invasão cultural”.

Entretanto, o acirramento da luta de classes no país no contexto internacional da denominada Guerra Fria, novamente levou as classes dominantes a promoverem um golpe, dando início à Ditadura Militar a partir de abril de 1964, contando com intenso apoio estadunidense neste processo – país este que passou a ter uma forte ingerência sobre a educação brasileira. Logo, as experiências de educação popular foram sufocadas e muitos de seus membros presos e exilados, a exemplo de Paulo Freire, que à época dirigia o “Plano Nacional de Alfabetização de Adultos”, extinto pelos militares. Todavia, o educador, mesmo fora do país, formulou e sistematizou suas ideias em diversas obras que se tornaram mundialmente conhecidas (GADOTTI, 2007).

Em obras como *Educação como prática da liberdade*, de 1967, e *Pedagogia do Oprimido* – lançada em 1968 e publicada no Brasil apenas em 1974 devido à proibição do governo militar –, dentre outras, Freire afirma os princípios e concepções de uma educação humanizadora.

Em *Pedagogia do Oprimido*, emergem algumas ideias-chave que norteiam a práxis político-pedagógica da educação popular desde então, como a compreensão do oprimido enquanto sujeito do processo educativo, e não mero objeto deste, mas portador de saberes, destacando-se suas lutas para recuperar a humanidade expropriada, como processo de libertação-emancipação. Neste sentido, critica a educação bancária, apontando caminhos para sua superação através do diálogo e de uma educação problematizadora da realidade. Esta educação reflexiva, geradora de consciência crítica, se dá por meio de um processo em que educadores e educandos ensinam, aprendem e produzem saberes em conjunto – o que o leva a afirmar que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

Em termos metodológicos, Freire (1987) destaca a importância do trabalho pedagógico a partir de temas geradores com base no cotidiano e realidade dos educandos, trazendo as contradições básicas de sua situação no mundo enquanto problema que exige resposta no plano intelectual e da ação. Ressalta ainda o valor da comunicação e da dialogicidade, enquanto essência da educação como prática libertadora, que através da ação dialógica, assinala a co-laboração, união e organização das massas populares em oposição a conquista, divisão e manipulação, bem como da síntese cultural, em contraponto à invasão cultural. Todo este processo político-pedagógico aponta ao papel da *práxis*, compreendida enquanto “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (id., p. 21), de viés revolucionário, enquanto caminho para superação da contradição opressor-oprimido, com vistas a superação das situações-limite colocadas e a construção do inédito-viável.

*Pedagogia do Oprimido* teve dificuldades em ser publicado no Brasil, dado seu teor altamente subversivo para os padrões dos militares. Somente com a retomada das organizações e lutas sociais em meados dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, em um contexto de efervescência política, a luta pela redemocratização do país e a necessidade de participação popular criaram um ambiente propício para a reorganização das classes trabalhadoras urbanas e rurais e a criação de novos instrumentos de luta e mobilização social. Neste cenário, a educação popular é retomada vigorosamente e avança em suas formulações e práticas, cumprindo um importante papel no processo de conscientização e engajamento social, sendo construída especialmente pelos movimentos sociais populares em espaços não formais de ensino-aprendizagem, visto que o ensino nos estabelecimentos formais era marcadamente tradicional e tecnicista.

No decorrer deste processo social, a educação popular, que não reduz a educação à simples instrução, conforma-se como uma concepção e um projeto educativo de base e orientação popular. Para Paludo (2012, p. 284), supera-se a ideia da neutralidade da educação e explicita-se sua politicidade, de forma que

As expressões “povo sujeito de sua história” (marco ontológico); “conscientização”, “organização”, “protagonismo popular” e transformação (marco político e da finalidade da educação); e os métodos prática-teoria-prática, ver-julgar-agir e ação-reflexão-ação (marco epistemológico e pedagógico), representam a orientação das práticas educativas desde a concepção de educação popular. Estabelece-se, desse modo, o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade.

Revela-se nítido, portanto, o caráter político da educação popular e sua intencionalidade em prol da formação e conscientização dos setores populares e

marginalizados, através da problematização de sua realidade concreta, com vistas a sua organização e luta por transformações sociais. Em uma relação dialética, a educação popular foi impulsionada pelos movimentos sociais e ao mesmo tempo contribuiu para o seu avanço.

Esta concepção ampla de educação, que não a restringe aos espaços formais, também favoreceu o empoderamento e o protagonismo popular no processo de redemocratização nacional, de forma a conquistar muitos direitos sociais e avanços em nossa Constituição Federal de 1988, direitos estes que em grande parte continuam apenas inscritos no papel, dado a conjuntura política, econômica e inclusive cultural, que se abriu mundialmente a partir dos anos 1990 com o fim da Guerra Fria e a ascensão do neoliberalismo.

Entretanto, mesmo no cenário desfavorável e desanimador que se abriu na década de 1990, como o movimento do real é complexo e contraditório, a piora das condições de vida no campo e na cidade, ampliação da fome, do desemprego e da informalidade, acabaram, ao fim e ao cabo, por fortalecer diversas lutas, a exemplo dos movimentos pela terra. Nesta conjuntura, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destacou-se na defesa da Reforma Agrária, construindo lutas massivas em prol desta bandeira e angariando consistente apoio social, o que permitiu a conquista de muitos assentamentos ao longo dos anos 1990, que por sua vez elencam um conjunto de novas demandas para sua viabilização, a exemplo da educação.

A preocupação com a questão educacional acompanha o MST desde seu surgimento, porém ganhou maior impulso em meados dos anos 1990, através de marcos como o “I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária” (Enera), realizado em 1997; na “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, em 1998; e na conquista do “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária” (Pronea) neste mesmo ano, momentos estes basilares para a conformação do movimento de educação do campo (CALDART, 2012a).

Com base no protagonismo dos movimentos populares do campo, Paludo destaca que na atualidade “a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de educação popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica, atualiza e avança nas formulações e práticas direcionadas a um público específico” (2012, p. 285). Além de relacionar-se a um projeto emancipador de educação, a educação do campo também vincula-se a construção de um projeto transformador do campo e da agricultura. Neste sentido, Caldart (2016) aponta a importância e a potencialidade da aproximação entre agroecologia e educação do campo, de modo que as escolas do campo



promovam práticas agrícolas vinculadas à vida e a complexidade e combatam a lógica destrutiva do agronegócio, buscando construir novas relações sociais de produção.

Segundo Caldart (2016), a agroecologia possui uma potencialidade formativa superior na relação escola, trabalho e produção, pois integra jovens e crianças em trabalhos socialmente produtivos, relaciona ciência, produção e apropriação de saberes pelos camponeses, e possui o trabalho como fonte de aprendizagens. A integração entre as disciplinas, diferentes formas de conhecimento e da escola com a comunidade e os processos produtivos agroecológicos, contribuem para desalienação e apropriação da ciência agroecológica pelos camponeses, formando suas novas gerações.

Junto à luta por educação do campo, terra e agroecologia, também cabe destacar o importante entendimento dos movimentos sociais como espaços de aprendizados aos seus integrantes. A ação transformadora, possibilitada pela reflexão-ação protagonizada pelos movimentos sociais, ou seja, por sua práxis coletiva, coloca-se enquanto um componente fundamental na concepção destes enquanto um processo educativo ao conjunto de sua militância. Isto torna possível afirmar a existência de uma “pedagogia do movimento” (CALDART, 2012b).

Segundo Caldart, o termo “pedagogia do movimento” apresenta dois significados articulados: como nome abreviado da Pedagogia do MST e em um sentido mais amplo, na compreensão dos “movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana” (2012b, p. 548). Enquanto parte de uma teoria pedagógica e social que se insere no próprio movimento de transformações que a produz, a autora explica que “a Pedagogia do Movimento reafirma, para o nosso tempo, a radicalidade da concepção de educação, pensando-a como um processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo” (CALDART, 2012b, *loc. cit.*).

Desta forma, os movimentos sociais constituem-se como “pedagogos coletivos”, cuja intencionalidade formativa se expressa em sua dinâmica organizativa e nas lutas sociais que constrói, as quais junto a outras matrizes pedagógicas<sup>8</sup>, por sua vez também compõem o processo educativo dos sujeitos participantes. A dialética do pensar-fazer coletivo de viés transformador, mobiliza sujeitos e conhecimentos, conferindo um caráter formativo integrado aos movimentos sociais, conforme elucida Caldart:

---

<sup>8</sup> Incluindo a perspectiva do trabalho enquanto princípio educativo, conforme Frigotto e Ciavatta (2012).

[...] como educador das circunstâncias e sujeito de práxis, o movimento social se constitui como sujeito pedagógico, pois põe em movimento diferentes matrizes de formação humana, entre as quais, e com centralidade, a matriz formadora combinada da *luta social* e da *organização coletiva*, em sua articulação necessária com as matrizes do *trabalho*, da *cultura* e da *história*. [...] E é a categoria da *práxis* que nos ajuda a compreender que nenhuma matriz pedagógica deve ser vista isoladamente ou deve ser absolutizada em um processo educativo (CALDART, 2012b, p. 549 e 551).

Os movimentos sociais configuram, portanto, espaços de aprendizagens, cujo educador principal é o próprio movimento, não somente quando trabalha diretamente no âmbito educativo, mas, sobretudo por intencionalizar em sua práxis um projeto de formação humana, cuja lógica e valores são distintos dos projetos atualmente hegemônicos. Caldart (2012b) destaca a importância dos movimentos compreenderem e potencializarem sua dimensão educativa, refletindo sobre suas ações, contribuindo assim para a formulação e prática de uma estratégia educacional dos trabalhadores do campo e cidade, com vistas à transformação social. Lembra também que, enquanto processo educativo, igualmente instrui a realização desta formação humana em outras situações e contextos, mesmo em espaços institucionais.

Vendramini (1997; 2000; 2005), analisando como os trabalhadores sem-terra constroem suas experiências e práticas no movimento social, destaca a experiência coletiva como fonte de aprendizagens no MST. Nestes estudos, a autora observa os sonhos, mas também as dificuldades enfrentadas por quem luta por terra, trabalho e dignidade, identificando diversos aprendizados dos integrantes, no momento do acampamento, da vida em coletivo com pessoas desconhecidas anteriormente, até o desafio da participação em reuniões, cursos e manifestações promovidos pelo movimento, incluindo o papel da simbologia e a construção da identidade sem-terra neste processo.

A autora aponta que neste ínterim, em nível pessoal, a maioria dos sem-terra pesquisados alegaram passar por mudanças em sua vida, nos aprendizados e consciência adquiridos, na mudança de ideias e comportamento (VENDRAMINI, 2005). Vendramini elucida ainda, que todos estes processos vivenciados pelos sem-terra geram muitas reflexões, tornando a vivência destas relações sociais em experiências adquiridas pelos sujeitos, de modo a constatar que “todo o processo de luta, conquista e permanência na terra é permeada por riquíssimas aprendizagens” (VENDRAMINI, 2005, p. 74). Logo, existe um conjunto de conhecimentos que vão sendo incorporados e transformados no decorrer da luta pela terra, aprendizagens estas que se dão de forma explícita ou gradual, através de vivências (nem sempre harmoniosas – considerando-se que inclusive os conflitos cumprem um papel

formativo), que necessitam ser refletidas, apreendidas em seu sentido, para de fato serem potencialmente educativas e consideradas uma “formação experiencial”.

É neste sentido que Vendramini (2005, p. 74) afirma que “as experiências que provocam alterações duráveis podem ser consideradas formativas, o que depende da intensidade e pertinência da experiência para o sujeito”, e acrescenta que a reação das pessoas ante uma situação está relacionada à sua postura e compreensão frente a esta:

(...) depende do modo como elas se colocam diante dessas experiências, de como as interpretam e do significado que lhes atribuem. O modo como cada pessoa vivenciou o processo de luta, a intensidade e expressividade de sua participação, a capacidade de articulação das diversas experiências, pode ou não tê-los despertado para novas questões que superam o habitual e conhecido (VENDRAMINI, 2005, p. 74-75).

Com base em E. P. Thompson e outros autores, Vendramini considera a experiência uma categoria fundamental ao trabalho do historiador, pois implica na relação dialética entre matéria e pensamento, no diálogo refletido entre o ser social e a consciência social, na medida em que a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981 apud VENDRAMINI, 2005, p. 75).

O entendimento do caráter educativo da experiência coletiva e dos movimentos sociais nos habilita a afirmar, portanto, que não apenas as instituições oficiais colocam-se enquanto *locus* educacionais, mas também as relações sociais e a experimentação de novos processos são momentos potencialmente educativos. Relações estas que podem se dar tanto em espaços formais de aprendizagem, como em momentos informais e não formais.

Em relação à educação não formal, esta é uma categoria de trabalho muito importante ao reconhecer a possibilidade de construção de espaços formativos mais difusos e menos hierárquicos e burocráticos, em outros contextos e com públicos diferenciados. Cabe lembrar que não pretendemos estabelecer dicotomizações quanto ao local da educação, pois esta deve se dar em múltiplos espaços (GADOTTI, 2012).

Sendo um campo em construção, distinto da educação informal, que trata dos efeitos da socialização dos indivíduos, a educação não formal diferencia-se desta pela intencionalidade de seus espaços e participação. Maria da Glória Gohn (2006) apresenta algumas características da educação não formal de viés emancipador, tais como: ocorrer em “ambientes e situações interativos construídas coletivamente”, de participação optativa ou não; “trabalha e forma a cultura política de um grupo”; “desenvolve laços de pertencimento”; “ajuda na construção da identidade coletiva do grupo” e da autovalorização dos sujeitos; gera conscientização e forma para a vida. Quanto aos seus objetivos e finalidades, Gohn (2006)

ressalta que esta visa capacitar os indivíduos “a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo”, fortalecendo o exercício da cidadania através da formação política e sócio-cultural, em oposição ao egoísmo e individualismo.

Gohn (2006, p. 8 e 9) destaca ainda a importância da articulação entre espaços não formais com espaços formais de aprendizagem, como “articular a escola e a comunidade educativa de um território”, enquanto uma demanda importante da sociedade atual, com vistas a “viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo”.

O conjunto destes elementos nos auxiliam a refletir sobre a dinâmica educativa presente na práxis e experiências coletivas dos movimentos sociais, que se dá em diversos meios e espaços, sejam estes formais, informais ou não-formais, constituindo assim aportes valiosos para o estudo sobre o potencial educativo dos grupos agroecológicos da UFV.

## **2.2 Agroecologia e Movimento Social**

A ampliação da importância e a legitimidade, ainda que parcial, da agroecologia na sociedade brasileira nas últimas décadas, são reflexos do avanço e crescente incorporação desta temática por parte de diferentes atores sociais, tais como organizações de agricultores, movimentos sociais do campo, organizações não governamentais, escolas do campo e instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. Esta legitimidade é fruto dos esforços coletivos destes atores sociais que por anos caminham na contracorrente ao modelo produtivista dominante e alçaram a agroecologia enquanto parte de um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável (LUZZI, 2007).

Essa importância e legitimidade expressam-se, ainda, na recente aprovação de uma *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* (PNAPO)<sup>9</sup> e de um *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* (PLANAPO), dentre outras políticas públicas conquistadas na última década (VENÂNCIO, 2014).

Também em nível internacional verificamos este reconhecimento, através de recentes relatórios da Organização das Nações Unidas (CAISAN, 2012; UNCTAD, 2013), que referendam a agroecologia enquanto um dos caminhos para a superação dos impasses colocados no contexto de múltiplas crises que têm acometido o conjunto da sociedade, tais como as crises econômica, ambiental, alimentar, climática e hídrica. Estes relatórios indicam, ainda, a agroecologia enquanto a alternativa mais adequada para a garantia de produção de

---

<sup>9</sup> Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.

alimentos saudáveis, da permanência das famílias no campo e da preservação ambiental, melhorando as condições de vida da população rural e urbana, e promovendo a segurança alimentar dos países em desenvolvimento.

Em um contexto histórico que explicita a necessidade de construção de alternativas aos problemas decorrentes do paradigma dominante da ciência moderna, que impulsionou o processo de modernização da agricultura, a agroecologia apresenta-se como componente de um paradigma epistemológico emergente, o qual Santos (2004) denomina como “conhecimento prudente para uma vida decente”. De acordo com Ferrari (2010, p. 21-22), a agroecologia tem “se desenvolvido como um novo paradigma, de integração interdisciplinar, constituindo-se importante ferramenta para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade”.

O avanço da agroecologia ocorre, assim, ao mesmo tempo em que fica claro o caráter insustentável do modelo tecnológico preconizado pela modernização da agricultura, cuja expressão política atual é o agronegócio. Além de ambientalmente insustentável, este modelo não é adequado ao trabalho da agricultura familiar camponesa, pois desconsidera seus saberes e condições materiais, tornando os agricultores dependentes de insumos externos e das empresas que comandam o processo de produção e circulação agropecuária.

A multiplicação de experiências agroecológicas por parte dos agricultores, bem como de pesquisas e publicações no âmbito acadêmico-científico, tem dado corpo e materialidade a este paradigma. Isto vem gerando o acúmulo de conhecimentos e a defesa que os movimentos sociais e sindicais têm realizado quanto à agroecologia, que atinge um contingente cada vez mais amplo de apoiadores, sejam estes produtores ou consumidores de alimentos.

A agroecologia constitui-se enquanto um processo de construção coletiva e de diálogo de saberes. Apesar de o termo ter se difundido especialmente a partir dos anos 1980, com as obras do chileno Miguel Altieri (1989), Guhur & Toná (2012) relatam que quando do surgimento deste termo nos anos 1930, ele se referia a ecologia aplicada à agricultura. Com o tempo e a incorporação de contribuições de outras áreas do saber – como a ciência ambiental, sociologia, geografia, desenvolvimento rural, estudos sobre os sistemas produtivos tradicionais de indígenas e camponeses dos países periféricos; a agroecologia tornou-se cada vez mais interdisciplinar.

A agroecologia emerge enquanto uma ciência diferenciada, que visa “superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada” (GUHUR & TONÁ, 2012, p. 62), sendo inicialmente caracterizada como “uma

disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 1989, p. 9). O agroecossistema, tomado como unidade de análise, é o espaço sobre o qual se estabelece um enfoque comum entre diversas áreas do saber científico.

Posteriormente, a agroecologia ampliou sua escala de análise, e passou a ser definida como a ciência que estuda os sistemas agroalimentares (GLIESSMAN, 2000), possuindo o objetivo explícito de transformar estes sistemas em direção à sustentabilidade, equilibrando estabilidade ecológica, viabilidade econômica e justiça social. Isto exige mudanças em todo o sistema agroalimentar, da semente e o solo à mesa, de modo a conectar produtores e consumidores em um movimento social que honre a relação profunda entre cultura e ambiente que originaram a agricultura (GLIESSMAN, 2015).

O conhecimento endógeno dos povos e comunidades tradicionais acumulados ao longo de gerações está na raiz da construção da ciência agroecológica, de modo que estas práticas e saberes passam a serem sistematizados por pesquisadores em diálogo com estas comunidades. Assim, a agroecologia não se restringe a um conjunto de técnicas ou metodologia científica, mas incorpora outros elementos como

(...) o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizatória. E isso por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para fazer frente à atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo (SEVILLA-GUZMÁN, 2001 apud GUHUR & TONÁ, 2012, p. 63).

Portanto, para a agroecologia as variáveis sociais são importantes, incorporando os conhecimentos e práticas socioculturais provenientes das comunidades rurais e povos tradicionais, de modo a valorizar estes saberes no processo científico enquanto saberes legítimos no estudo dos agroecossistemas e sistemas agroalimentares. Há assim, um diálogo de saberes na formação do conhecimento agroecológico que possibilita uma renovação do campo da ciência, ao considerar que esta não detém o monopólio sobre o conhecimento válido.

Wezel et al. (2009) considera que se nos Estados Unidos e outros países europeus a agroecologia iniciou-se enquanto ciência, recebendo importante influência de estudos sobre sistemas produtivos tradicionais (especialmente na América Latina), no Brasil, suas origens estão relacionadas à ação dos movimentos sociais e às práticas dos agricultores nos anos 1970 e 1980, momento em que era denominada como agricultura alternativa, para apenas

posteriormente adentrar no meio acadêmico, conferindo caráter científico à agroecologia. Desta forma, a agroecologia vem crescentemente sendo concebida enquanto *ciência, movimento e prática* (WEZEL et al., 2009; VILLAR et al., 2013).

A multiplicação de pesquisas e das publicações acadêmicas referentes à agroecologia na última década vem possibilitando que sejam realizados tanto estudos técnicos e produtivos, quanto estudos de caráter histórico e sociológico relativos à construção da agroecologia por diversos movimentos sociais e instituições, sejam ONGs (CINTRÃO, 1996), Escolas Família Agrícolas (OLIVEIRA, 2014), associações e sindicatos (MAFRA, 2006; CAMPOS, 2014), movimentos sociais do campo (BORGES, 2007), de mulheres (SILIPRANDI, 2009), jovens (MIRANDA, 2014) e estudantes (FURQUIM, 2014). Tais estudos indicam um processo de incorporação da agroecologia pelos movimentos sociais nos últimos anos, que por sua vez, refletiu-se no meio acadêmico.

Para Gohn (2003, p. 13), os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”, empoderando a população no decorrer deste processo, atuando em redes e criando identidades, sentimentos de pertença ao construir representações simbólicas afirmativas por meio de seus discursos e práticas. Além disto, para a autora, os movimentos podem ser definidos como conservadores ou progressistas, sendo que estes últimos atuam em prol de uma agenda emancipatória, fazem diagnósticos sobre a realidade e constroem propostas, visando a inclusão social.

Esta concepção de Gohn (2003) favorece a compreensão da agroecologia enquanto um movimento social progressista que, desde seu nascedouro, possui estreitos vínculos com outros movimentos e setores sociais que, vinculados à questão agrária e ambiental brasileira, durante a década de 1980, pautaram a construção de distintas formas de agricultura como alternativa ao modelo hegemônico da Revolução Verde<sup>10</sup>.

Apesar disso, ainda existe no Brasil certa resistência por parte de alguns pesquisadores em considerar a agroecologia enquanto movimento social, dado a heterogeneidade e fragmentação de seus agentes e de suas práticas, o que não configuraria a organicidade

---

<sup>10</sup> Implementado nos países centrais no período pós-II Guerra Mundial e disseminado aos países periféricos com a promessa de acabar com a fome no mundo, o processo de modernização da agricultura, alcunhado Revolução Verde, é marcado pelo uso de pacotes tecnológicos baseados em insumos industriais químicos (agrotóxicos e fertilizantes), mecanização, sementes híbridas e geneticamente modificadas para a produção de monocultivos em larga escala. Tal política contou com forte apoio de governos, corporações e organismos multilaterais e interferiu nas dinâmicas culturais e organizativas das populações do campo, acentuando problemas socioambientais, a concentração fundiária e as injustiças sociais, motivo pelo qual também é definida como modernização conservadora (FURQUIM, 2014).

necessária para a definição de um movimento social. Contudo, Luzzi (2007) e Petersen & Almeida (2004) afirmam que apesar da diversidade dos atores sociais envolvidos, de seus contextos e de suas experiências, é possível considerar entre eles identidades no plano nacional, o que configura a existência de um “movimento agroecológico brasileiro”. Movimento esse ainda não institucionalizado, que não se organiza em torno de estruturas formais, mas sim de redes sociais, que tem na autonomia dos grupos de base uma característica essencial para sua existência e vitalidade.

Luzzi (2007) e Villar et al. (2013) abordam o histórico de construção da agroecologia no país a partir dos sujeitos sociais coletivos que a empreenderam desde seu surgimento, enquanto movimento de agricultura alternativa nos anos 1970 e 1980, até os processos recentes de institucionalização da pesquisa e extensão rural de viés agroecológico. Retomando as origens deste movimento social no Brasil, Villar et al. (2013) relata que este é proveniente das críticas às consequências do modelo de desenvolvimento do campo no país, de forma que

O movimento agroecológico, inicialmente concebido como agricultura alternativa, surgiu a partir de diversas críticas às implicações sociais, econômicas e ambientais do processo de industrialização do campo e da estratégia de modernização das práticas agrícolas adotadas em meados da década de 1950 e que ainda é marcante na realidade rural do país (VILLAR et al., 2013, p. 40).

Na década de 1980, os principais espaços para discussão e construção da agricultura alternativa foram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) e o Projeto Tecnologias Alternativas da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/FASE).

Entre 1981 e 1989 foram realizados quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, com um público de 400 pessoas na primeira edição, chegando a 4000 na última, expressando o crescente interesse por esta questão. Realizados inicialmente pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a terceira edição do EBAA contou com o envolvimento do PTA/FASE e de lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) e do MST, “o que marcou o início da aproximação entre o movimento da agricultura alternativa e os movimentos sociais do campo” (VILLAR et al., 2013, p. 43), favorecendo a incorporação por ambos os movimentos das demandas uns dos outros, ainda que não se tenha constituído uma articulação mais orgânica entre estes.

Os EBAA's cumpriram importante papel na denúncia das consequências ambientais e econômico-sociais do padrão tecnológico da Revolução Verde. Estes encontros reuniram diversos segmentos sociais, porém, ainda existiam poucas experiências produtivas alternativas



sistematizadas e foram marcadas por divergências internas quanto a metodologia e objetivos do evento, junto ao fato de ter se tornado um evento de caráter “muito estudantil”. A FEAB tentou organizar uma quinta edição do EBAA no início dos anos 1990, porém, o fato da eleição para a diretoria da FAEAB ter sido vencida por setores de direita e dificuldades para angariar fundos e apoio para a construção de um evento deste porte, inviabilizaram sua realização (LUZZI, 2007).

O PTA/FASE, por sua vez, foi um projeto concebido com vistas a apoiar a permanência e organização dos agricultores no campo por meio do trabalho com tecnologias alternativas. O PTA visava identificar e sistematizar práticas e iniciativas tradicionais e inovadoras dos agricultores para difundi-las em escala ampliada aos demais produtores, construindo uma proposta alternativa ao pacote tecnológico da Revolução Verde. Atuando em parceria com Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), o PTA/FASE consolidou-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A constituição de Redes de Intercâmbio locais e de Centros de Tecnologias Alternativas (CTA), na segunda metade dos anos 1980, fez parte de uma estratégia de enraizamento, divulgação e trabalho de base junto aos agricultores familiares camponeses e suas organizações. Em 1989 o PTA desvinculou-se da FASE, constituindo a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e a Rede PTA, que desde então tornaram-se agentes fundamentais no avanço da construção da agroecologia no Brasil, especialmente junto às famílias agricultoras (LUZZI, 2007).

Além destas iniciativas, nesta mesma década, surgiram diversas organizações estudantis em prol da agricultura alternativa, conforme relata Cintrão (1996, p. 46):

Multiplicavam nas escolas de agronomia os chamados Grupos de Agricultura Alternativa, composto por estudantes que de maneira informal se reuniam para a realização de atividades relacionadas com o movimento de agricultura alternativa: discussão de textos e livros, organizações de seminários e encontros e, em geral, também para aplicar na prática as questões discutidas, em geral com a implantação de hortas orgânicas.

Os grupos estudantis se mobilizavam para participar dos EBAA e parcela destes se tornaram quadros técnicos das entidades vinculadas à Rede PTA, de modo a contribuir com o movimento social em curso.

Em 1989, a AS-PTA traduziu e publicou o livro “*Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*”, de Miguel Altieri, e a partir daí passou a realizar cursos, seminários, capacitações e participação em intercâmbios internacionais promovidos pelo Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES). Tais ações contribuíram

para a substituição do termo agricultura alternativa para agroecologia. Ao mesmo tempo, as entidades da Rede PTA passaram a realizar projetos locais de desenvolvimento em parceria com as organizações de agricultores, dando ênfase à interação entre o conjunto da rede e a construção de redes locais, tendo a educação popular como importante referência na construção da relação com os agricultores. Com isto, favoreceu-se a incorporação do termo agroecologia e do enfoque agroecológico na busca de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável, tanto no meio acadêmico, como no seio dos movimentos sociais rurais (VILLAR et al., 2013).

A agroecologia enquanto síntese superadora e articuladora das diferentes agriculturas alternativas possibilitou um valioso salto qualitativo, o que propiciou marcos teóricos e práticos significativos, ao articular os saberes acadêmicos à prática de técnicos, agricultores e movimentos sociais, prática esta que por sua vez retroalimentou a construção da ciência agroecológica. De acordo com Villar et al. (2013), a transição à abordagem agroecológica também favoreceu a superação metodológica no trabalho das ONGs junto aos agricultores, que antes buscavam, sob métodos muitas vezes difusionistas, a substituição do pacote tecnológico da Revolução Verde por um “pacote alternativo”, mesmo que procurando o diálogo de saberes:

A adoção do enfoque agroecológico alterou também as bases metodológicas dos trabalhos das ONGs, pois levou à substituição da transferência de tecnologias pelos “processos sociais de inovação tecnológica” a partir de intervenções participativas em que a realidade sociocultural dos agricultores passou a ser valorizada como fonte de conhecimento e de novas tecnologias (VILLAR et al., 2013, p. 49-50).

O enfoque da agricultura alternativa e mais tarde agroecológico, recebeu aportes importantes da educação popular e por isso valorizava a ação dialógica e a integração de saberes. Contribuiu para isto as ideias de Paulo Freire à educação popular, que nesta época lançou as suas sementes “enquanto movimento educativo que atingia a América Latina norteando as ações não só de educadores, mas também de militantes, organizações civis e redes sociais” (SILVEIRA, 2014, p. 117). Houve assim, uma profícua aliança de duas importantes contribuições dos movimentos sociais latino-americanos à humanidade: a agroecologia e a educação popular, o que potencializou seu enraizamento nos territórios<sup>11</sup>.

Ainda que parcelas das organizações de trabalhadores rurais vinculadas às entidades da Rede PTA tenham incorporado à agroecologia, nem todos os movimentos sociais do

---

<sup>11</sup> Compreendemos o território como um espaço multirrelacional, físico, político, sociocultural e econômico, onde a partir de realidades concretas e contextos específicos ocorrem disputas entre distintos modelos de desenvolvimento, a exemplo do embate entre agroecologia e agronegócio (ANA, 2014).

campo incorporaram, nos anos 1980, em suas práticas e bandeiras de luta a agricultura alternativa. Porém, os questionamentos em relação às tecnologias ditas modernas aplicadas à agricultura e ao modelo agrícola hegemônico e excludente, indicaram ao conjunto do movimento sindical (setor rural da CUT e CONTAG) e ao MST, ao longo da década de 1990, a necessidade da construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável. Isto permitiu com que a agroecologia e a questão ambiental passassem a ser incorporadas de maneira crescente junto às bases e direções dos movimentos sociais do campo.

A filiação do MST e de outros movimentos camponeses brasileiros à Via Campesina Internacional possibilitou que temáticas até então pouco discutidas nestes, como a biodiversidade e a soberania alimentar, entrassem na agenda destas organizações. Esse processo levou o MST a assumir a agroecologia como bandeira de luta a partir de seu 4º Congresso Nacional (2000), passando a construir campanhas, lutas e iniciativas em torno da agroecologia, ainda que, por uma série de fatores limitantes, a sua incorporação nos processos produtivos dos assentamentos não se dê no mesmo ritmo do discurso de suas lideranças (LUZZI, 2007).

O processo de formação de redes locais de inovação agroecológica fortaleceu, por um lado, a construção de experiências agroecológicas nos territórios, mas, por outro lado, enfraqueceu a articulação nacional da Rede PTA. Este enfraquecimento foi avaliado, ao fim dos anos 1990, em diversos encontros locais e fóruns, e apontou-se a necessidade da realização de um encontro nacional que avançasse na construção de uma expressão unitária do campo agroecológico. Assim, após dois anos de preparação, mobilização e mapeamento de experiências agroecológicas, foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).

O I ENA reuniu cerca de 1200 pessoas em 2002, no Rio de Janeiro, sendo metade destas agricultores/as familiares e extrativistas que representaram 432 experiências. Além da diversidade de público e práticas, o ENA aprovou uma Carta Política e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), composta por um conjunto de movimentos sociais, ONGs e redes regionais, “se tornando um importante canal de mobilização e expressão das forças sociais envolvidas com a promoção agroecológica” (LUZZI, 2007, p. 75).

Outro processo importante que ocorreu no início dos anos 2000 foi a fundação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), no II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em Porto Alegre em 2004. A participação da ABA-Agroecologia na ANA e a ação política articulada, propicia uma maior integração de saberes e

confere maior fundamentação às lutas e proposições construídas no âmbito das organizações sociais, que por sua vez, também contribuem com a construção do saber e a sistematização das práticas agroecológicas no meio acadêmico. Luzzi (2007, p. 168) destaca a importância da ABA-Agroecologia e da ANA para o avanço da agroecologia:

A criação da ANA (articulando ONGs e movimentos sociais rurais) e da ABA-Agroecologia (articulando profissionais do meio científico e acadêmico) fortaleceram o debate agroecológico, aumentando a legitimidade política da agroecologia. A construção destas instâncias nacionais de articulação representa um grande avanço para o movimento agroecológico. Elas conseguiram reunir uma ampla diversidade de atores sociais e de interesses em torno das questões da agroecologia, que passam a se articular em redes regionais e nacionais para a promoção de experiências de inovação agroecológica e, ao mesmo tempo, para tentar construir as convergências em torno de um novo projeto de desenvolvimento rural para o campo brasileiro.

Nesse aspecto, é importante ressaltar, em ambas instâncias nacionais, a presença de dirigentes que, na década de 1980, como estudantes da UFV participaram dos grupos agroecológicos e do movimento estudantil na instituição, indicando o potencial (trans)formativo dos grupos agroecológicos e das possibilidades que eles oferecem para a configuração de novas práxis no interior e para além do mundo universitário.

Mais recentemente, em 2010, a fundação da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA-Brasil), protagonizada por grupos de jovens e estudantes, veio a se somar ao conjunto do movimento agroecológico brasileiro, articulando-se junto à ANA e a ABA-Agroecologia, contando com forte protagonismo dos grupos agroecológicos da UFV em sua construção e no diálogo com as demais organizações nacionais do campo agroecológico.

Através destes processos organizativos e a incorporação de novos sujeitos sociais coletivos na construção da agroecologia, propiciados pelo acúmulo de forças e de relações empreendidas desde a época do movimento de agricultura alternativa, passando pela ampliação do reconhecimento de experiências práticas ao longo dos anos 1990 sob a perspectiva agroecológica e de movimentos populares e sindicais que empunharam a bandeira da agroecologia, o movimento agroecológico pôde se estruturar e criar novas instâncias de atuação, redes e momentos de encontros para construção coletiva e definição dos seus rumos.

Com a mudança de conjuntura política ensejada com a eleição de Lula para a Presidência da República a partir de 2003, e Dilma Rousseff em 2010, o movimento agroecológico já melhor estruturado e combinando formulação política, mobilização social e expressão nacional, teve condições de incidir sobre os rumos do governo através de uma agenda reivindicativa e propositiva, galgando avanços em termos de estabelecimento de

diretrizes e direcionamento de algumas políticas públicas que se materializam em processos locais que favorecem a construção da agroecologia.

Dentre as políticas públicas e diretrizes aprovadas podemos citar: o “Marco Referencial da Agroecologia” da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) Agroecologia; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que, além de fortalecerem a agricultura familiar possibilitam o pagamento diferenciado de produtores agroecológicos. Contribuíram ainda para o fortalecimento da agroecologia, a criação de cursos de agroecologia ou com ênfase em agroecologia, do nível médio à pós-graduação<sup>12</sup>; editais de pesquisa e de extensão universitária orientados para a consolidação da agroecologia nas Instituições de Ensino Superior (IES)<sup>13</sup>, inclusive com o fomento à implantação e consolidação de núcleos de agroecologia; e a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (LUZZI, 2007; VILLAR et al., 2013; VENÂNCIO, 2014).

O reconhecimento e estímulo à agroecologia por meio de políticas públicas e outras ações governamentais não podem, portanto, serem percebidos como benesses do governo, mas sim compreendidas como conquistas da sociedade brasileira, possibilitadas pelo fortalecimento do movimento agroecológico brasileiro nas últimas décadas. A política agrícola implementada pelo governo seguiu priorizando o agronegócio, porém, brechas e espaços importantes foram conquistados pelo movimento social agroecológico, culminando na construção participativa da PNAPO, lançada em 2012.

Destaca-se, neste processo de mobilização, o papel desempenhado pelas mulheres, através do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Marcha das Margaridas promovida pela CONTAG, que há vários anos vem pautando a importância da produção de alimentos saudáveis. A Marcha das Margaridas de 2011 foi considerada o empurrão que

---

<sup>12</sup> Na UFV, os principais exemplos são: o Mestrado Acadêmico em Agroecologia e a recente abertura do curso de “Licenciatura em Educação do Campo, com Habilitação em Ciências da Natureza e ênfase em Agroecologia” (LICENA), recentemente criado no âmbito do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO/MEC), evidenciando a aproximação da agroecologia com a educação do campo.

<sup>13</sup> Em Viçosa estes editais possibilitaram, por exemplo, a realização dos projetos: “Fortalecendo as experiências agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais” (Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN nº 36/2007); “Produção animal integrada a sistemas de produção agroecológicos e orgânicos na agricultura familiar” (FAPEMIG); “Fortalecimento e ampliação das experiências agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais” (Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater nº 33/2009); “(Agro) Ecologia dos Saberes” (Edital MDA/SAF/CNPq nº 58/2010); e “ECOAr práticas, ciências e movimentos” (Edital MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq nº 81/2013) pelo Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOAr), que se articula com o “Comboio Agroecológico”, rede de Núcleos de Agroecologia das universidades da região Sudeste, aprovado no âmbito do mesmo edital.

faltava para o governo decretar a PNAPO (VILLAR et al., 2013). Aliás, Siliprandi (2009) ressalta que em diversos movimentos sociais foram as agricultoras quem primeiro se aproximaram das discussões sobre a agroecologia e produção sustentável, travando uma importante batalha para superar as limitações estabelecidas por uma estrutura social patriarcal, e se constituírem enquanto sujeitos políticos, artífices da construção não apenas de uma outra agricultura, mas incluindo aí novas relações entre as pessoas e entre estas e o meio ambiente, de modo a aproximar as lutas feministas e a agroecologia.

Isto que chamamos, portanto, movimento agroecológico constitui-se enquanto a unidade de uma diversidade de movimentos e entidades, que através de diferentes espaços e com variados focos, públicos e práticos, vêm trabalhando em rede pela construção da agroecologia. Para Miranda (2012, p. 23), “este movimento social tem como objetivo, buscar novos modos de produzir, consumir e viver em comunidade, com base na sustentabilidade da agricultura, contribuindo para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas no meio rural”.

Assim sendo, estes sujeitos sociais coletivos que compõem este movimento mais amplo, cada um organizado à sua maneira, desenvolvem práticas transformadoras que mudam vidas e realidades, contribuindo para mudanças de consciência e compreensão das possibilidades de construção de alternativas à realidade vigente rumo a novas (e antigas) formas de produzir, consumir, ser e se relacionar com os demais e a natureza.

Constituindo um movimento plural e multifacetado, a agroecologia é um movimento de âmbito nacional que articula diversos atores sociais, como explica Luzzi:

A agroecologia é um movimento que possui expressão nacional e que articula em rede os processos sociais locais e regionais autônomos voltados para a inovação agroecológica. Estas redes são formadas por diferentes movimentos sociais, organizações de base, instituições de assessoria e organização da agricultura familiar, em suas múltiplas formas de expressão, e também por profissionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural que atuam na área do desenvolvimento rural (PETERSEN & ALMEIDA, 2004 apud LUZZI, 2007, p. 3).

Analisando esta dinâmica de atuação em redes de movimentos, enquanto um fenômeno social recente e espaço de construção coletiva, que constitui o padrão organizacional da ação coletiva contemporânea, Miranda (2012, p. 32) aborda como esta dinâmica se faz presente no movimento agroecológico:

A partir da análise das redes é que podem ser identificadas as relações de reciprocidade e de intercâmbio, dentre outras, que ocorrem com frequência entre os participantes do movimento agroecológico, formando redes sociais decorrentes das conexões existentes de cada um dos membros dessas redes com outros membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade,

como o parentesco, o compadrio, a vizinhança e amizade, e por estruturas formais, como a igreja, o partido político, o movimento social, a cooperativa, entre outros.

Algumas características comuns às redes de movimentos são a busca de articulação dos atores e movimentos sociais e culturais, sua transnacionalidade (a exemplo da cooperação internacional entre ONGs), pluralismo organizacional e ideológico, e a atuação nos campos cultural e político. Com base no protagonismo de seus agentes, as redes sociais promovem conexões entre dinâmicas locais, nacionais e mesmo internacionais, e entre organizações formais e redes de relações informais (SCHERER-WARREN, 1993).

De acordo com Martinho (2003), as organizações em redes sociais podem ser de caráter temático, territorial, operativo e de troca de informações, podendo englobar mais de um destes atributos, e originam-se a partir de propósitos, objetivos e, muitas vezes, de valores em comum, que aglutinam diferentes sujeitos para a ação voluntária. Normalmente, o padrão organizativo em rede é representado por um conjunto de pontos (ou nós) interligados uns aos outros por meio de linhas, que expressam as conexões entre estes pontos. Logo, o fundamental em uma rede é a qualidade da relação estabelecida nas conexões, ou seja, são as formas de interação e comunicação praticadas entre seus pontos que geram a organicidade da rede, dando-se destaque a importância de processos dialógicos nesta dinâmica social de cunho horizontal.

O movimento agroecológico é relativamente recente e possui características diferenciadas dos movimentos populares e sindicais de viés classista, diretamente ligados ao mundo do trabalho. Assim, o movimento agroecológico vem sendo interpretado à luz do paradigma dos “novos movimentos sociais” que, emergiram ao final dos anos 1970, procuram estabelecer um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil, possuindo um perfil diferenciado perante as formas tradicionais de fazer política, com a negação do autoritarismo e a valorização da autonomia, cultura, não-violência e a democratização de práticas cotidianas (SCHERER-WARREN, 1993). Além disso, algumas características básicas em sua identidade e organização são “a democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva” (SCHERER-WARREN, 1996 apud MIRANDA, 2014, p. 27).

As características dos novos movimentos sociais estão presentes de diferentes formas e graus de intensidade nas organizações que compõem o movimento agroecológico, e também marcam os movimentos juvenis, como os grupos de agroecologia, através da Rede de Grupos

de Agroecologia do Brasil (REGA-Brasil) e a Rede de Grupos de Produção e Resistência (Rede GPR), articulada pela Pastoral da Juventude Rural (PJR). Tanto a REGA como a PJR integram a Articulação Nacional de Agroecologia, considerada uma “rede de redes”.

Possivelmente, a natureza diversa e heterogênea do conjunto do movimento agroecológico, ao contrário de constituir uma debilidade, seja sua maior riqueza. Esta pluralidade de organizações e formas de ação permite com que a defesa da agroecologia se dê em diferentes espaços concomitantemente e sua construção prática e teórica esteja em permanente movimento, sendo observada e analisada por uma ampla gama de sujeitos sociais, que socializam estas reflexões em momentos coletivos (como encontros, reuniões da ANA e seus Grupos de Trabalho, etc.) em que estas redes expressam sua materialidade, possibilitando assim, a construção de novas sínteses e entendimentos. Portanto, ao mesmo tempo em que a agroecologia é um movimento, são vários, e ao mesmo tempo em que são vários, é uno.

Assistimos, assim, nesta última década, à conformação de um “campo social” agroecológico, dentro do qual gravitam discursos e práticas identificados com essa proposta de transformação social. Muitas instituições que participam hoje da Articulação Nacional de Agroecologia, foram, ao mesmo tempo, impulsionadoras e produto dessa história (SILIPRANDI, 2009, p. 153).

Esta unidade na pluralidade se fez possível ainda, pelo fato de que não apenas outros movimentos e grupos sociais incorporaram a agroecologia às suas bandeiras, mas pelo fato da agroecologia ao se relacionar e buscar o apoio destes segmentos, também incorpora suas propostas, avançando assim na construção de alianças e de um projeto de sociedade mais amplo, bem como na incidência sobre os rumos das políticas públicas em curso:

A articulação em redes e a criação de parceria com outras organizações e movimentos sociais proporcionaram um grande avanço ao debate agroecológico. As organizações não governamentais aumentaram sua influência na elaboração de políticas públicas, principalmente dentro do MDA, e passaram a trabalhar mais intensivamente como executoras de políticas. A agroecologia passou a ser incorporada continuamente pelos movimentos sociais rurais e instituições do Estado, o que vem permitindo que se construam convergências para a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo (LUZZI, 2007, p. 78).

Neste sentido, a despeito de algumas resistências, o movimento agroecológico pode ser compreendido enquanto um todo articulado, ao mesmo tempo que singular, coletivo. Tem sido crescente o entendimento junto a ABA-Agroecologia e a ANA acerca do caráter multifacetado que a agroecologia assumiu na sociedade brasileira, enquanto movimento, prática e ciência, na perspectiva de Wezel et al. (2009).



### **3 O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA UFV**

No presente capítulo, inicialmente traçamos a discussão sobre os desafios da luta pela agroecologia no ambiente universitário, marcado pela disputa entre diferentes projetos de sociedade e agricultura. Em seguida abordamos particularmente o caso da UFV, instituição tradicional que contribuiu ativamente ao processo de modernização da agricultura no país, direcionando a formação profissional, pesquisas e extensão rural a esta perspectiva. O contraponto agroecológico a este processo tem se dado principalmente a partir da extensão universitária, e, na UFV, o Programa TEIA de Extensão Universitária é um importante espaço de articulação que tem propiciado avanços na interlocução de saberes e no avanço do movimento agroecológico.

Em seguida refletimos sobre os grupos agroecológicos enquanto interlocutores entre o movimento estudantil e agroecológico, e identificamos algumas características do perfil de seus participantes na UFV. Por fim, realizamos a descrição das principais atividades e metodologias educativas desenvolvidas por estes grupos ao longo de gerações, tendo em vista que elas são comuns à maioria deles e como forma de facilitar a compreensão sobre o que são e como se operacionalizam cada um destes dispositivos pedagógicos na leitura dos tópicos seguintes.

#### **3.1 A Luta pela Agroecologia no Ambiente Universitário**

A defesa da agroecologia no espaço universitário se dá em meio a um emaranhado de sujeitos e desafios, envolvendo a própria disputa por poder nas instituições e o direcionamento que é dado a estas.

Não são poucas as barreiras que precisam ser transpostas para assegurar o diálogo entre a Universidade e a sociedade sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento rural. Configuram este rol de problemas desde a oposição daqueles que se contrapõem a proposta agroecológica ou se mantêm apáticos frente a esta, passando pela falta de recursos e estruturas adequadas, o direcionamento hegemônico dos currículos e pesquisas – pautados por uma forte racionalidade privada –, até o papel secundário delegado à extensão universitária e a deslegitimação dos saberes populares na construção do conhecimento acadêmico.

Estas dificuldades decorrem da configuração histórica do ensino superior no Brasil, que foi implantado tardiamente<sup>14</sup>, sob moldes eurocêntricos e elitistas, e distantes da realidade social, da cultura popular e dos saberes tradicionais (RAMOS & SILVEIRA, 2016). Tais características, somadas ao restrito acesso aos bancos universitários, conferiu às universidades um caráter conservador e antidemocrático, que reproduz a injusta estrutura social brasileira.

A Universidade, enquanto instituição social e espaço de poder, não pode ser considerada um ente neutro ou abstrato, sendo um reflexo da sociedade em que vivemos e de suas contradições, com uma influenciando a outra – universidade↔sociedade. Assim, se a Universidade silenciou vozes e invisibilizou saberes, valorizando conhecimentos e técnicas que reproduzem os paradigmas científicos dominantes e ignoram as dinâmicas sociais concretas, isto se deve em muito às ideologias que guiaram a ação dos dirigentes destas instituições e das políticas estatais que as fomentaram. Desde a criação dos primeiros cursos de Agronomia no país, por exemplo, está pautada a ideia da ampliação da produtividade do campo, o que se intensificou após a Revolução Verde, independente dos impactos sociais e ambientais que possam desta decorrer.

Isto nos ajuda a compreender a dificuldade da agricultura alternativa nos anos 1970/80, e posteriormente da agroecologia, em obter reconhecimento no meio acadêmico, pois este se configurava (e ainda configura), como um “ambiente ideológico dominado pela ideia de progresso” (PETERSEN, 2012, p. 46). Isto foi marcante no processo de implantação da Revolução Verde, que promovia uma desqualificação das propostas alternativas, cujos conhecimentos tecnológicos, sistematizados com base no conhecimento dos agricultores ao longo de gerações, “eram menosprezados e não reconhecidos pela ciência clássica oficial” (LUZZI, 2007, p. 26), pois os saberes populares eram tidos “como atrasados, retrógrados e não poderiam ser considerados porque não tinham fundamentação científica” (LUZZI, 2007, *loc. cit.*). Esta motivação ideológica expressava os interesses políticos e econômicos das grandes empresas e fundações internacionais que impulsionaram o processo modernizador do campo em parceria com os governos e instituições de pesquisa, processo que, necessariamente, pressupunha a deslegitimação de propostas autônomas e alternativas.

Deste modo, mesmo com a publicação de obras dos pesquisadores pioneiros da agricultura alternativa no Brasil nos anos 1970, como José Lutzenberger, Ana Primavesi, Adilson Paschoal e Sebastião Pinheiro, “a discussão dos problemas sociais, econômicos e

---

<sup>14</sup> No Brasil, somente passaram a ser criadas faculdades superiores a partir da vinda da Família Real portuguesa em 1808, ao passo que na América colonial espanhola desde o século XVI foram criadas universidades, o que permite a diversos países latino-americanos um maior grau de acesso à educação superior na atualidade.

ambientais da agricultura convencional, apesar de sua relevância, naquele momento, não prosperou nas escolas de Agronomia, tampouco nas instituições de extensão e pesquisa” (EHLERS, 1999 apud VILLAR et al., 2013, p. 40).

Este cenário fez com que as Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente nos cursos relativos às Ciências Agrárias, historicamente tenham se dedicado a propagar em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão rural, o paradigma agropecuário produtivista dominante. Com isto, promovem uma verdadeira “monocultura de saberes” no processo de formação acadêmico-profissional em seus cursos e programas de pós-graduação.

Ao se estabelecer um determinado paradigma como o mais apropriado de ser reproduzido e legitimado não apenas junto aos profissionais em formação, mas ao conjunto da sociedade, através de suas pesquisas e intervenções sociais – que ao longo da história nacional tanto contribuíram para a difusão da ideologia modernizadora e do denominado pacote tecnológico da Revolução Verde ao conjunto dos grandes, médios e pequenos agricultores, as IES desconsideraram a cultura e as reais condições dos agricultores familiares camponeses assimilarem este modelo, bem como seus custos econômicos, sociais e ambientais.

Logo, é passível de se considerar que, tendo sido partidárias e artífices da modernização da agricultura, as universidades também são corresponsáveis pelos impactos ecológicos, econômicos e socioculturais da modernização do meio rural brasileiro. Dentre estas consequências econômico-sociais, são destacadas:

i) a concentração da propriedade fundiária e da renda no campo; ii) o aumento da dependência dos agricultores ao crédito; iii) desaparecimento das pequenas propriedades associado ao aumento das dificuldades de acesso à terra; iv) a diminuição dos empregos associada ao surgimento da sazonalidade do trabalho rural; v) o aumento do êxodo e a conseqüente redução da população rural; vi) o surgimento de problemas de abastecimento interno de alimentos; viii) o surgimento de problemas ecológicos; ix) a continuidade dos processos de intrusão das áreas indígenas (DA ROS, 2006 apud BARCELLOS, 2010, p. 27).

Para Santos (2007, p. 57), muitos problemas ecológicos, sociológicos e políticos existentes decorrem do fato de que a “a capacidade de ação científica é muito maior que a capacidade de previsão das consequências científicas”, fazendo-se necessário o enfrentamento a esta discrepância existente na ciência moderna. Esta ideia é reforçada tendo em vista as implicações ecológicas decorrentes da homogeneização e artificialização dos cultivares agrícolas promovidas pela Revolução Verde:

(...) perda da biodiversidade, substituição de variedades locais adaptadas por híbridos comerciais, inadequação tecnológica aos pequenos agricultores, contaminação por agrotóxicos (agricultores, produtos agrícolas e meio ambiente), descontrole de pragas e doenças, degradação dos solos e dos recursos hídricos (LUZZI, 2007, p. 13).

Neste sentido, a ação das IES, sob o manto político-ideológico da neutralidade e objetividade científicas, corroborou para a disseminação de um modelo tecnológico e produtivo pouco adequado à realidade da maioria dos agricultores brasileiros. Este avanço do desenvolvimento do capitalismo no campo se deu através de um verdadeiro processo de “invasão cultural” (FREIRE, 1983), que reduziu a autonomia dos agricultores, tornando-os dependentes dos insumos vendidos pelas empresas. A monocultura de saberes no meio universitário, ao apontar que somente o agronegócio é legítimo para a produção de alimentos, direcionou cada vez mais as IES a realizarem parcerias com corporações transnacionais, privatizando suas pesquisas e direcionando seus currículos. Como resultado deste processo, desde 2008, o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo (ABRASCO, 2012).

Tudo isto é visível mesmo na atualidade. Jacob (2011), analisando a inserção de conteúdos relacionados à agroecologia nos cursos de Agronomia nas IES públicas de São Paulo, aponta que mesmo com o reconhecimento (mais discursivo do que efetivo) da importância de uma formação mais direcionada à sustentabilidade, as universidades seguem cumprindo um papel incoerente a esta perspectiva, quando afirma que

Há sussurros sobre agroecologia nos currículos, mas claramente os cursos estão muito mais densamente voltados para a reprodução de um modelo de desenvolvimento da agricultura que, a despeito dos sérios problemas sócio-ambientais por ele gerados, continua a ser alimentado pelas instituições de ensino superior na área de Ciências Agrárias (JACOB, 2011, p. 133).

Entretanto, podemos considerar que, por mais que as IES colaborem para processos de produção e reprodução social, estas também se constituem enquanto campos férteis para a crítica e contestação social, afinal são parte e expressão de uma sociedade contraditória, de forma que as instituições formais de ensino configurem-se enquanto aparelhos de hegemonia (CANUTO, 1987), disputados por diferentes segmentos sociais organizados.

Através deste processo de disputa, setores das IES procuram romper com a tradicional monocultura de saberes e desperdício de experiências recorrentes no Ensino Superior, pautando a construção de uma “ecologia de saberes”, compreendida enquanto

(...) conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência activa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer neste diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes (SANTOS, 2005, p.77-78).

A busca por uma ecologia de saberes por diversos sujeitos sociais coletivos, a exemplo das ações construídas por grupos agroecológicos e seus parceiros, demonstra que existem alternativas viáveis. Nos últimos anos, com o fortalecimento das experiências agroecológicas e a conquista de políticas públicas, um conjunto de instituições vem se abrindo ao diálogo com sujeitos historicamente silenciados e apoiado iniciativas transformadoras, especialmente no campo da extensão universitária.

Entretanto, mesmo com diversos avanços em termos de políticas públicas, cabe salientar que as IES seguem possuindo um direcionamento majoritário para a promoção do ensino, pesquisa e extensão direcionados ao paradigma modernizador do campo em sua mais recente faceta, o agronegócio, legitimando e reproduzindo-o, de forma que “os cursos de ciências agrárias continuam formando profissionais para atender ao padrão tecnológico da agricultura convencional, seguindo a racionalidade econômica e os modelos técnicos produtivistas” (AGUIAR, 2010, p. 4). Isto faz com que se mantenham diversas barreiras para o avanço da proposta agroecológica no interior do ambiente universitário e que entidades, como os grupos agroecológicos, representem espaços de resistência e luta por esta bandeira.

### **3.2 A UFV Frente à Modernização Agrícola**

A UFV, desde sua origem uma instituição predominantemente agrária, cumpriu ao longo de sua existência importante papel no processo de implantação da modernização agrícola, da extensão rural e da Revolução Verde – muito em decorrência de seus vínculos históricos com instituições públicas e privadas estadunidenses, propulsoras desta política no Brasil, desde a época da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV)<sup>15</sup>.

No período pós-segunda guerra a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) esteve envolvida em diversos convênios firmados entre Brasil e EUA, possuindo intensa relação com IES e fundações daquele país – como a Universidade de Purdue, Fundação Ford e Rockefeller. A partir dos anos 1960, por intermédio da *United States Agency for International Development* (USAID), impulsionou-se ainda mais o direcionamento da

---

<sup>15</sup> A ESAV foi criada em 1922 com forte inspiração nos *land grant colleges*, escolas superiores agrícolas estadunidenses, marcadas por atuarem no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Nestas instituições também foram criadas os cursos de Economia Doméstica (*home economics*), os primeiros a admitir mulheres nos EUA, o que também se sucedeu em Viçosa. A decisão por adotar este modelo veio do então presidente estadual Arthur da Silva Bernardes, que convidou Peter Henry Rolfs para organizar a Escola em Viçosa nos mesmos moldes que nos EUA (CASTRO, 2015).

universidade para a modernização agrícola, no contexto geral do “Tratado da Aliança para o Progresso” e do que viria a ser a Revolução Verde logo à frente (RIBEIRO, 2009).

A importância da UREMG no processo de modernização conservadora do campo brasileiro fora bastante destacado, sendo esta instituição uma referência nacional. Tanto que em 1964, no início da Ditadura Militar, foi realizado no campus da UREMG o encontro dos secretários estaduais de agricultura para discutir as linhas da política de desenvolvimento rural do governo do Marechal Castelo Branco (CASTRO, 2015 apud COELHO, 1999).

De acordo com Castro (2015), os convênios realizados e o direcionamento ao projeto de modernização da agricultura, conferiram um caráter funcionalista e utilitário ao ensino, pesquisa e extensão praticados pela instituição, sendo a extensão rural marcada por um viés acentuadamente difusionista e tecnicista, compreendida enquanto assistência técnica de uma proposta de agricultura “ideal” a um produtor também idealizado.

Através deste breve relato histórico da UFV, podemos refletir sobre o papel e a importância que esta obteve no processo de desenvolvimento do campo brasileiro, para assim compreender o vínculo estreito que esta universidade possui com o agronegócio na atualidade e as dificuldades estabelecidas para a construção de propostas alternativas em seu interior.

No decorrer desta trajetória institucional, marcada por um forte vínculo com instituições estadunidenses que irradiaram a política agrícola deste país aos demais sob seu campo de influência – no contexto da Guerra Fria –, promoveu-se assim uma transferência de modelos que desembocou na adoção da proposta da Revolução Verde pelos governantes brasileiros, que tiveram na UFV um importante meio de disseminação e legitimação desta política. Tal política manteve o Brasil como um país agroexportador, e teve por consequências favorecer a concentração de terras, o empobrecimento rural, acirrar conflitos e contradições sociais, além de impactar o meio ambiente.

Poucos são os relatos de vozes que se insurgiram contra este processo antes da década de 1970, mesmo por que tais impactos ainda não estavam totalmente nítidos e as ideologias do progresso e modernidade eram muito fortes. Existem documentos<sup>16</sup> que demonstram que desde o início dos anos 1960 já haviam estudantes na UREMG analisando e discutindo a questão da Reforma Agrária e os diversos modelos já implantados pelo mundo, temática esta inserida na discussão sobre as Reformas de Base na época. Em 1962, na UREMG, foi inclusive realizado um Seminário Nacional de Reforma Agrária, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG)

---

<sup>16</sup> O Projeto Memória do Movimento Estudantil da UFV possui um vasto arquivo das entidades estudantis da universidade, organizados por ano, principalmente entre os anos 1960-2000.

e Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB, atual FEAB) – mesma época em que a UNE realizava seus Seminários Nacionais de Reforma Universitária. Em 1972 o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFV é fundado e aos poucos, junto ao avanço das críticas ao regime militar, vão sendo criados e recriados espaços de resistência, como os Centros Acadêmicos e grupos alternativos (RAMOS & SILVEIRA, 2016).

Com a crise da Ditadura Militar na passagem dos anos 1970 e 80, abriu-se espaço não apenas para que ocorressem mobilizações contra o regime, mas também críticas ao modelo de Universidade, ensino, pesquisa e extensão preconizado por este e o direcionamento deste tripé a um determinado modelo de desenvolvimento econômico, o que colocou em xeque a atuação da UFV. Logo, nos dizeres de Castro (2015, p. 54) “a extensão rural, que marca a história da UFV, vive um período de crise e questionamento de forma relacionada à crise da política de modernização agrícola fortalecido pelo governo militar e da qual a UFV foi tributária”.

Buscava-se assim, no âmbito da extensão, superar a perspectiva difusionista, de prestação de serviços e disseminação de conhecimentos e técnicas. Neste sentido, uma importante conquista do movimento educacional no processo Constituinte, foi a aprovação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão enquanto princípio universitário. A política de extensão deixa de ser funcionalizada em vista de objetivos governamentais pragmáticos e passa a ser assumida pelas próprias IES. Organizou-se assim uma série de debates e formulações, que reconceituaram a extensão universitária enquanto parte do processo acadêmico e articuladora das dimensões da pesquisa e do ensino sob uma perspectiva dialógica e transformadora entre Universidade e sociedade (CASTRO, 2015).

O conceito de extensão universitária elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado em fins de 1987, trouxe importantes aportes para a superação das perspectivas difusionistas, assistencialistas, e de prestação de serviços até então hegemônicas nas universidades:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste trabalho dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987 apud FORPROEX, 2013, p. 21-22).

O entendimento da extensão enquanto elo articulador de processos de ensino e pesquisa, de forma interdisciplinar e sob um viés transformador, coaduna com a perspectiva de uma extensão comunicativa proposta por Freire (1983), em que não haja sujeitos passivos, mas sim coparticipes do processo dialógico, configurando uma proposta de democratização das universidades e da produção e socialização de conhecimentos. Esta postura, rompe com a ideia da universidade como proprietária de um saber pronto e acabado, uma instituição desconectada dos problemas sociais, para gerar uma profícua interação dialógica com os setores sociais e contribuir na resolução de suas demandas (FORPROEX, 2013).

No caso da UFV, mesmo com poucos recursos institucionais, tal perspectiva foi sendo adotada por segmentos que vieram emergindo no contexto universitário, notadamente os sujeitos que pautavam a construção de uma agricultura alternativa ao modelo estabelecido, muitos destes participantes de entidades do movimento estudantil. Tais setores vêm desde então buscando construir relação com as famílias agricultoras camponesas, movimentos sociais populares e sindicatos de trabalhadores rurais, experienciando metodologias participativas em suas ações formativas e construindo parcerias.

Entretanto, no decorrer dos anos 1990, paralelamente ao processo de tentativas de privatização e redução de recursos públicos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estimulou-se que estas buscassem diversificar suas fontes de financiamento. Isto levou-as a realizar acordos de cooperação e parcerias público-privadas com grandes corporações, o que consolidou a entrada de capital e influência do agronegócio sobre pesquisas das universidades, além de relegar a extensão universitária a uma posição secundária no processo de construção do conhecimento.

Isto também ocorreu na UFV e direcionou a atuação profissional de diversos docentes, sob a forma de pesquisas e consultorias, parte da estrutura física e a formação profissional de discentes das Ciências Agrárias para a perspectiva agropecuária empresarial. Cabe destacar que as pesquisas para o agronegócio, em especial no Centro de Ciências Agrárias da UFV, não são realizadas somente com recursos privados, mas preponderantemente com recursos públicos (GALINARI, 2010).

Segundo Oganauskas Filho (2008), uma expressão nítida do direcionamento do público em favor do privado na UFV é o caso da Sociedade de Investigações Florestais (SIF) e do predomínio da racionalidade privada nas ações do Departamento de Engenharia Florestal (DEF). A SIF é uma fundação de direito privado coordenada por docentes do DEF cuja função é promover a integração universidade-empresa, agenciando a prestação de serviços de



docentes para as empresas de base “florestal” associadas, incluindo entre estas grandes grupos econômicos transnacionais com histórico de passivos ambientais e trabalhistas. Segundo o autor, por meio da SIF e da hegemonia da racionalidade privada no DEF, ocorre o direcionamento de recursos físicos e humanos da UFV, da produção de ciência e tecnologia e da formação profissional dos estudantes de Engenharia Florestal para este setor<sup>17</sup>, o que configura uma espécie de privatização da universidade e do conhecimento.

O direcionamento da instituição pública ao agronegócio, além de conferir legitimidade científica ao mesmo, dificulta que a universidade cumpra uma função social relevante para a maioria das famílias da região, além de estabelecer barreiras para que a perspectiva agroecológica avance. O avanço da agroecologia na UFV vem se dando principalmente a partir de 2003 através de projetos e programas de extensão universitária e projetos de pesquisa em interface com extensão financiados pelo poder público, que rompem com a “monocultura de saberes” reproduzida pela universidade.

### **3.3 O Contraponto Através da Extensão: o Programa TEIA**

O processo cumulativo de relações entre universidade e sociedade protagonizadas por sujeitos críticos ao modelo de desenvolvimento representado pela Revolução Verde e o agronegócio, vem propiciando a emergência de saberes agroecológicos por dentro e por fora da UFV, saberes cuja confluência contribui para uma reconfiguração do tripé ensino, pesquisa e extensão, que passa a ser pautado pela integração de práticas e saberes.

O acúmulo de experiências desenvolvidas por docentes, servidores, técnicos de ONGs e estudantes organizados em grupos agroecológicos na UFV, que realizavam práticas extensionistas com pouco apoio institucional, a partir de uma conjuntura mais favorável para as IFES com o Governo Lula, contribuiu para que fosse implementada uma política de apoio à extensão na UFV via o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX)<sup>18</sup> e o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), financiado pelo Ministério da Educação, ambos iniciados em 2003. Desde então, docentes e grupos agroecológicos da UFV vêm

---

<sup>17</sup> Oganauskas Filho (2008) demonstrou que, no caso do DEF, a maior parte das pesquisas de pós-graduação é financiada com recursos públicos, enquanto a iniciação científica de graduação é bancada principalmente por empresas privadas, o que gera uma boa aceitação destas entre o corpo discente. Entretanto, o autor constatou que mesmo que a maioria das pesquisas seja financiada com recursos públicos, estas beneficiam principalmente o setor privado.

<sup>18</sup> O PIBEX foi criado na UFV no ano 2000, porém, mudanças na gestão da instituição levaram-no a não ser implementado nos dois anos seguintes, de forma que somente em 2003 o programa foi retomado e consolidado (CASTRO, 2015).

elaborando projetos e acessando bolsas e recursos provenientes destes programas, potencializando suas ações em interlocução com as dimensões do ensino e da pesquisa junto às comunidades e movimentos sociais.

A articulação de nove projetos extensionistas da área socioambiental, a partir de fins de 2004, propiciou a formação do Programa TEIA de Extensão Universitária, que foi aprovado em edital do PROEXT e iniciou seus trabalhos em 2005, visando integrar, fortalecer e consolidar as iniciativas em curso (MEIER, 2009). Do desenho de uma teia que conectava em rede os projetos, originou-se o nome deste programa. Tais projetos possuem em comum o fato de atuarem de forma inter e transdisciplinar na relação com movimentos sociais e comunidades rurais e urbanas, compartilhando de uma concepção metodológica de extensão baseada na construção coletiva do conhecimento (MOREIRA et al., 2013).

Inicialmente, o TEIA realizou atividades de conhecimento e reconhecimento dos sujeitos, projetos, comunidades/territórios e práticas, o que se deu através de excursões intercomunidades, encontros na UFV e oficinas envolvendo docentes, técnicos, estudantes e comunitários. Todas estas atividades estreitaram as relações entre as comunidades e a UFV e tiveram por orientação o resgate e valorização dos conhecimentos populares, sua síntese com conhecimentos científicos, buscando potencializar a construção de redes, partilha de experiências e reflexões (GOMES et al., 2007; MEIER, 2009). De acordo com Moreira et al. (2013), a atuação do TEIA junto aos seus parceiros é essencialmente educativa, proporcionando a formação de todos os envolvidos, de forma que

O reconhecimento e a valorização das práticas sociais e dos valores culturais das comunidades no desenvolvimento das ações é que faz com que a busca e o compartilhar das reflexões e práticas ocorra em uma relação recíproca de ensino-aprendizagem, proporcionando efetivamente uma troca de saberes (MOREIRA et al., 2013, p. 3).

Articulado a perspectiva extensionista participativa, Moreira et al. (2013, *op. cit.*) também destaca que as ações do TEIA são orientadas por pressupostos da pesquisa-ação, de modo a ocorrer “a presença de uma atitude investigativa, em que a pesquisa da realidade, a capacitação dos envolvidos e a produção do conhecimento são dimensões inseparáveis e colaborativas da prática de extensão universitária”.

A pesquisa-ação, de acordo com Thiollent (1996), é um tipo de pesquisa social orientada em função da resolução de problemas concretos ou objetivos de transformação de uma dada realidade, em que pesquisadores e membros da situação investigada se envolvem de forma participativa ou cooperativa. Por meio desta interação, os procedimentos são escolhidos obedecendo a prioridades estabelecidas a partir de diagnósticos em que os participantes são

protagonistas, assim como as soluções a serem encaminhadas através de ações concretas, visando resolver ou ampliar a compreensão sobre a problemática em questão. Logo, a pesquisa assume um caráter processual e recorre a diversos métodos e técnicas de grupos, de registro e socialização dos resultados, a fim de gerar aprendizados para todos e empoderar os sujeitos sociais envolvidos.

A pesquisa-ação articulada à extensão contribui para duas ações centrais no sentido da reformulação do *modus operandi* das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural para que internalizem o enfoque agroecológico, conforme Petersen (2012, p. 13): “a) a superação da dicotomia entre produção e disseminação de conhecimentos que fundamenta as abordagens difusionistas que permanecem orientando os procedimentos operacionais dessas instituições;” e “b) a aproximação entre as instituições científico-acadêmicas e os atores sociais que moldam as realidades empíricas nas quais se pretende intervir”.

A atuação do TEIA assume uma projeção social significativa ao incorporar a pesquisa-ação, contribuindo para que a universidade pública cumpra uma função social relevante por meio de processos transformadores de vidas e realidades:

Suas atividades estão em sintonia com as demandas dos grupos e movimentos sociais e voltam-se, majoritariamente, para setores da população excluídos dos direitos e da cidadania. As ações destes diversos projetos visam a consolidação de processos de organização e participação comunitária, na medida em que objetivam superar as atuais condições de desigualdade e exclusão existentes na sociedade brasileira (FREITAS, 2009, p. 11).

O Programa TEIA constitui-se de maneira dinâmica, renovando-se a cada ano através da incorporação e egresso de projetos e sujeitos, de acordo com o fluxo de cada iniciativa. Com isto, a organicidade do “Ambiente TEIA” está em constante movimento e reinvenção. Frente a diversidade de projetos envolvidos, que ultrapassaram o número de 30 em 2009/10, o TEIA possui alguns eixos de atuação e aprofundamento com os quais se propõe a integrar ações, tais como: agroecologia, educação e cultura populares, economia popular solidária, tecnologias sociais, saúde integral e gênero (BARBOSA et al., 2013).

Assim, desde seu nascedouro o TEIA promove a interação entre distintos projetos extensionistas por meio de metodologias participativas e ações integradoras, fortalecendo a ecologia de saberes entre universidade e sociedade e constituindo-se como um importante espaço de experimentação e construção de estratégias metodológicas. Dentre algumas destas estratégias e dispositivos pedagógicos, cabe destacar o encontro Troca de Saberes, realizado anualmente no campus universitário desde 2009, os Terreiros Culturais nas comunidades rurais, desde 2008, o Nós pelo Campus, em que agricultore/as familiares participam de

atividades na UFV, as Excursões Pedagógicas, e o trabalho com Círculos de Cultura e Instalações Artístico-Pedagógicas (BARBOSA et al., 2013), estratégias e dispositivos marcados pela dialogicidade e a interação entre saberes acadêmicos e populares.

Dado sua dimensão enquanto polo articulador e promotor de iniciativas integradas entre diferentes segmentos com objetivos em comum, o TEIA tornou-se um dos principais programas extensionistas da UFV e o mais antigo em ação, trazendo aportes importantes para a política de extensão da universidade, seja pelo exemplo pedagógico das ações acima citadas que empreende, seja pela própria relação de diálogo e tensão muitas vezes existente com a instituição, ou mesmo por sua influência na proposição da criação do Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)<sup>19</sup>. O fato de cumprir o dispositivo constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme analisado por diversas pesquisas (FREITAS, 2009; MOREIRA, 2013; SANTOS et al., 2013; SILVEIRA, 2014), é uma lição importante para a UFV, demonstrando que a partir da extensão pode se integrar estas dimensões da práxis acadêmica e contribuir com mudanças positivas na sociedade e na universidade.

Analisando a atuação do programa, Silveira (2014) destaca que seu “caráter formativo é fundamentado numa *ecologia de saberes* e numa *perspectiva dialógica* no sentido Freiriano, no qual todos aprendem e ensinam em comunhão”. O diálogo, comenta ainda, pouco presente nos processos de ensino da universidade, foi a ferramenta metodológica que possibilitou a realização da relação indissociável do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) no Programa TEIA:

*O diálogo* entre os estudantes, professores, e homens e mulheres das comunidades envolvidas era uma *ferramenta metodológica* a qual possibilitava estabelecer as conexões, dentro e fora do espaço universitário, entre os saberes populares e locais com os saberes acadêmicos a fim de elaborar novos modos de agir. Em vista disso, a conexão e o respeito entre os diversos saberes, juntos criavam condições de pesquisa e ao mesmo tempo de extensão diferenciadas: pois o ponto de partida não era algo proposto dentro da universidade somente pelos professores e estudantes, nem tampouco algo proposto somente por homens e mulheres das realidades locais. A *pesquisa* e a *extensão*, no ambiente do Programa, brotavam necessariamente do *diálogo*, da interação e do envolvimento mútuo entre o que se fazia e pensava dentro da instituição e também dos contextos locais (SILVEIRA, 2014, p. 126).

O Programa TEIA atende, portanto, aos requisitos propostos pela Política Nacional de Extensão, de interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; e indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, atuando junto à sociedade na produção de

---

<sup>19</sup> Segundo Castro (2015), foi por proposição da coordenação do Programa Teia na comissão organizadora dos antigos Simpósio de Iniciação Científica (SIC), Simpósio de Extensão Universitária (SEU) e Simpósio de Ensino (SEN), até então realizados concomitantemente de forma segmentada, que estes eventos foram integrados no atual Simpósio de Integração Acadêmica (SIA) a partir de 2010, configurando um evento que integra as três dimensões universitárias de forma interdisciplinar e temática.

novos conhecimentos com impactos na formação de estudantes e na transformação social (MOREIRA, 2013; FORPROEX, 2013). O Programa atende também os requisitos para a construção de uma *pluriversidade*, proposta por Santos (2005), com ações no sentido de gerar acesso democrático à universidade; centralidade na extensão e na pesquisa-ação para a construção de uma ecologia de saberes; e integração com a escola pública (SANTOS et al., 2013).

A integração do TEIA ao Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOА), recentemente oficializado na UFV<sup>20</sup>, tende a reforçar ainda mais esta perspectiva articuladora entre docentes e estudantes e destes com as dimensões universitárias do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a geração de novos frutos e processos sociais.

A assunção de uma extensão universitária de viés popular e dialógico, baseada não na superioridade do saber científico, mas em sua interlocução horizontal aos saberes populares, rompe com a perspectiva extensionista tradicional por tantas décadas vigente, e ainda residual, na UFV. Este é o espaço ocupado pelos grupos agroecológicos, que ao mesmo tempo são cria e criadores deste processo, tendo na extensão universitária seu espaço de ação, formação, troca e geração de conhecimentos. Assim, desde a criação do Programa TEIA e do ECOА, os coletivos estudantis agroecológicos foram ao mesmo tempo apoiadores destes e apoiados pelos mesmos, em um processo constante de trocas e acúmulo de forças.

### **3.4 Movimento Estudantil-Agroecológico**

O movimento estudantil é um movimento social que aglutina e proporciona protagonismo aos estudantes junto a diversas frentes de atuação, como as lutas por direitos, qualidade na educação, a ação cultural, ambiental, o combate às opressões, dentre outras pautas específicas e gerais, que muitas vezes dialogam com a busca por transformações sociais mais amplas, levando o movimento estudantil a se articular com outros sujeitos e movimentos sociais com interesses e projetos em comum.

---

<sup>20</sup> A criação de um Núcleo de Agroecologia interdisciplinar na UFV, cujo nome fantasia era ECOА, iniciou-se em 1998, porém naquele momento não houve condições de efetivá-lo. Em 2016, o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOА) foi institucionalizado. Contribuiu para a institucionalização do Núcleo a aprovação de vários projetos de pesquisa em agroecologia em interface com a extensão, dentre eles, os projetos de apoio aos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs). Os projetos (Agro)Ecologia de Saberes (Edital 58/2010) e ECOAr Práticas, Ciências e Movimentos (Edital 81/2013) foram apoiados pelo CNPq em parceria com vários ministérios, em especial do Desenvolvimento Agrário. Além destes projetos, a abertura do curso de Licenciatura em Educação do Campo, em 2014, também contribuiu para a institucionalização do Núcleo.

Historicamente os estudantes são um componente ativo e importante do movimento agroecológico, desde o tempo da agricultura alternativa, com destaque para aqueles estudantes das áreas de ciências agrárias e ambientais, participantes de entidades representativas – centros acadêmicos, executivas de curso – e de coletivos e grupos de agroecologia, em suas diferentes vertentes, tendo formado importantes quadros para o movimento agroecológico brasileiro. Luzzi (2007) relata que após o último EBAA, grupos estudantis mantiveram esta discussão em diversos locais em parceria com a FEAB:

Este debate da agricultura alternativa acabou ficando mais estrito aos Grupos de Agricultura Ecológica existentes dentro das universidades (cursos de agronomia). Nos locais em que os grupos eram mais atuantes, o movimento continuou tendo uma atuação regional e foram realizados eventos locais e regionais, a exemplo dos Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAAs). Em outros locais onde o movimento não era forte, estes grupos foram extintos (LUZZI, 2007, p. 35).

Os grupos de agroecologia são uma das principais formas de participação estudantil em prol desta pauta, sendo coletivos dinâmicos e interdisciplinares, que reúnem estudantes de diversos níveis e áreas do saber em busca de objetivos em comum, em termos de estudo, ensino, pesquisa e extensão:

Organizações de pesquisa, estudo e práticas agroecológicas que já há muitos anos são criadas nas diferentes universidades brasileiras, formadas predominantemente por estudantes. Estes coletivos surgem como resistência e contraponto aos ditames da modernização e da ortodoxia cartesiana reinantes na academia. Dentre os fatores coincidentes entre eles, está o fato de em sua maioria terem se originado nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor quantidade na Biologia, frequentemente vinculadas a Centros Acadêmicos (FURQUIM, 2014, p. 5).

Estes coletivos constituem-se possivelmente devido as dificuldades encontradas nas instituições de ensino superior para uma formação holística e que considere a ciência e a prática agroecológica nas grades curriculares dos cursos de graduação. Aguiar (2010, p. 4) levanta a hipótese de que “foram os estudantes e alguns educadores que faziam uma leitura crítica da modernização da agricultura os pioneiros do debate sobre a inserção da agroecologia na educação formal desde os anos de 1980”, processo este que se deu através da atuação de centros acadêmicos, executivas de curso, grupos agroecológicos, Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV), dentre outros.

Os grupos de agroecologia geralmente atuam de forma interdisciplinar, construindo espaços de formação e atividades de extensão popular em articulação com agricultores familiares camponeses e movimentos populares. Tais grupos procuram promover assim, uma vivência/formação universitária alternativa ao modelo hegemônico de universidade, buscando a troca de saberes acadêmicos e populares, bem como o resgate e valorização de

conhecimentos tradicionais originários dos povos indígenas, da população afrobrasileira e das famílias camponesas.

Por suas características, os grupos de agroecologia da UFV, historicamente chamados de grupos alternativos, integram a rede do movimento estudantil da instituição, integrando o denominado movimento estudantil alternativo, que diferencia-se do movimento estudantil tradicional – composto por entidades oficiais de representação estudantil, como CAs, DCE, executivas de cursos. As diferenças se dão em especial devido a forma de organização mais flexível e horizontal do movimento estudantil alternativo e que este atua a partir de determinadas temáticas e interesses específicos. Essas diferenças, entretanto, não impedem ambas as vertentes do movimento estudantil de trabalharem conjuntamente em diversos momentos, conforme historicamente tem ocorrido (RAMOS & SILVEIRA, 2016).

A UFV é uma instituição muito rica em termos de organizações estudantis. Isto decorre, segundo Gimenez (2009), do fato de ser pública, gratuita e distante dos grandes centros urbanos, o que leva muitos estudantes a deslocarem-se de suas cidades natais para Viçosa, uma cidade universitária, o que impulsiona um processo de relações mais estreitas entre os estudantes em seu cotidiano. Este processo se reflete no movimento estudantil local e favorece a formação de grupos estudantis dos mais diversos tipos.

A formação de grupos possui uma importante função social, pois segundo Afonso (2003, p. 27), “nos grupos, os sujeitos humanos se reconhecem como participantes de uma sociedade, inseridos em uma teia de relações e papéis sociais, por meio dos quais constroem suas vidas”, sendo que estes podem ser definidos como “conjunto de pessoas unidas entre si porque se colocam objetivos e/ou ideais em comum e se reconhecem interligadas por esses objetivos e/ou ideais” (AFONSO, *loc. cit.*). Cada grupo possui suas motivações, particularidades e relações entre os sujeitos (individualização) e o coletivo (grupalização), e é em seu processo de constituição que se configuram suas dinâmicas internas e externas, identidades, métodos de trabalho e padrões de organização, interação, comunicação e participação, de modo que os grupos podem ser compreendidos enquanto processos sociais em constante movimento (AFONSO, 2003).

Os grupos alternativos da UFV geralmente se originam de temas, opressões e demandas sentidas pelos estudantes, e que não são abordadas nos cursos e no próprio movimento estudantil tradicional. Assim, a atuação nos grupos alternativos é uma forma de intervenção frente a estas temáticas e complemento à formação obtida em salas de aula, especialmente quando se busca na prática a integração de saberes.

Segundo Ramos & Silveira (2016, p. 77), na UFV os “grupos [alternativos] são criados em certos contextos, podendo se organizar por muitos anos, se dissolver com o tempo ou se metamorfosear em outras entidades e processos”, expressando uma dinâmica estudantil muito intensa, que leva a que tais coletivos cumpram um determinado papel por certo período de tempo, ou mesmo desencadeiem o surgimento de novas entidades e iniciativas, seja na UFV, como para além desta. Isto também é resultado de uma característica intrínseca deste movimento social: a transitoriedade da condição estudantil.

A transitoriedade da condição estudantil está relacionada ao fato dos estudantes permanecerem poucos anos na universidade. Isto pode trazer às entidades estudantis dificuldades organizativas com o fluxo e refluxo de participantes, nos repasses e transições geracionais, descontinuidade de ações e a tendência a cair em imediatismos devido à ausência de planejamento de médio e longo prazo. Entretanto, se por um lado esta característica do movimento estudantil pode ser vista como um problema, por outro, pode ser encarada como uma oportunidade, com a possibilidade de renovação e oxigenação de práticas e sujeitos no movimento. Este processo faz com que o movimento estudantil seja muito dinâmico, e exige das organizações estudantis a renovação constante de seus integrantes através de trabalhos de base, especialmente junto a estudantes calouros (RAMOS & SILVEIRA, 2016).

Outra característica presente no movimento estudantil universitário é o caráter policlassista de sua composição, relacionado ao fato de que na Universidade ingressam tanto parcela dos filhos da classe trabalhadora e os filhos da burguesia industrial, financeira e agrária. A presença de diversas classes sociais no meio universitário faz com que a categoria estudantil seja marcada por uma ampla diversidade de posições políticas, o que se reflete nas entidades e coletivos estudantis (RAMOS & SILVEIRA, 2016). Assim, o movimento estudantil não é um movimento social necessariamente de esquerda, mas sim um movimento em disputa – o que se expressa com mais intensidade nas entidades representativas do que em coletivos temáticos. Os grupos alternativos, por originarem-se de temas e interesses em comum, podem ser compostos por distintas classes sociais, ainda que alguns sujeitos realizem uma opção de classe neste processo.

Do mesmo modo que a categoria estudantil é formada majoritariamente por jovens, o movimento estudantil é um movimento cujos integrantes em sua maioria são jovens, o que inclui os protagonistas da construção dos grupos agroecológicos. Para Fraga (2007), a juventude, “diferente de ser um ‘estado de espírito’, ‘representação estanque de uma faixa etária’, ou um ‘mal que se cura com o tempo’, é o momento da vida em que se dá com maior



intensidade o conflito entre o “*potencial criativo* versus os *bloqueios* do sistema [capitalista], sejam estes de ordem material-externa ou moral-interna” (Ibid.).

A juventude ou condição juvenil é uma fase da vida, mais ou menos determinada, em que o ser humano encontra-se em processo de construção de identidades, experimentação em diversas esferas da vida, busca por autonomia e de formação de perspectivas quanto ao futuro, o que varia conforme a situação juvenil de cada sujeito (homem, mulher, rural, urbano, pobre, rico, periférico, etc.) e nos permite falar na existência de *juventudes*, e não de uma juventude homogênea. Sendo a juventude, portanto, um momento em que são tomadas importantes decisões quanto à definição e inserção social e profissional dos sujeitos, estas escolhas e decisões se dão, muitas vezes, sob forte tensão e angústia, manifestando-se então, com maior intensidade os problemas existenciais do ser humano e fazendo com que parcela das *juventudes* possua uma postura inquieta e irreverente – o que pode gerar revoltas (não necessariamente políticas) e a busca por novas formas de reconhecimento alternativos aos que o sistema bloqueou ou tenta bloquear. Dentre estas formas de identificação e reconhecimento alternativo, encontra-se a adesão de jovens às religiões, ao consumismo, às comunidades alternativas, esportes, política, música, artes, dentre outras ‘tribos’ e expressões (FRAGA, 2007), o que inclui a participação no movimento estudantil e nos grupos agroecológicos.

Dentre os grupos alternativos, os que integram o movimento agroecológico são alguns dos mais antigos e consolidados no movimento estudantil da UFV. Um dos grupos mais antigo, que se tem registro, é o Grupo Alfa de Estudos de Ecologia, fundado em 1975, e que atuou por mais de duas décadas. Como frutos de sua atuação, originaram-se diversos coletivos e entidades do campo agroecológico, dentro e fora da universidade.

A atuação intersetorial de estudantes no âmbito do movimento estudantil e do movimento agroecológico, ao integrar e fazer a ponte entre estes dois movimentos sociais – marcados por forte pluralidade de entidades, do nível local ao nacional – no limiar entre universidade e sociedade, nos permite afirmar que os grupos estudantis configuram uma espécie de movimento estudantil-agroecológico, conforme simboliza a Figura 1:

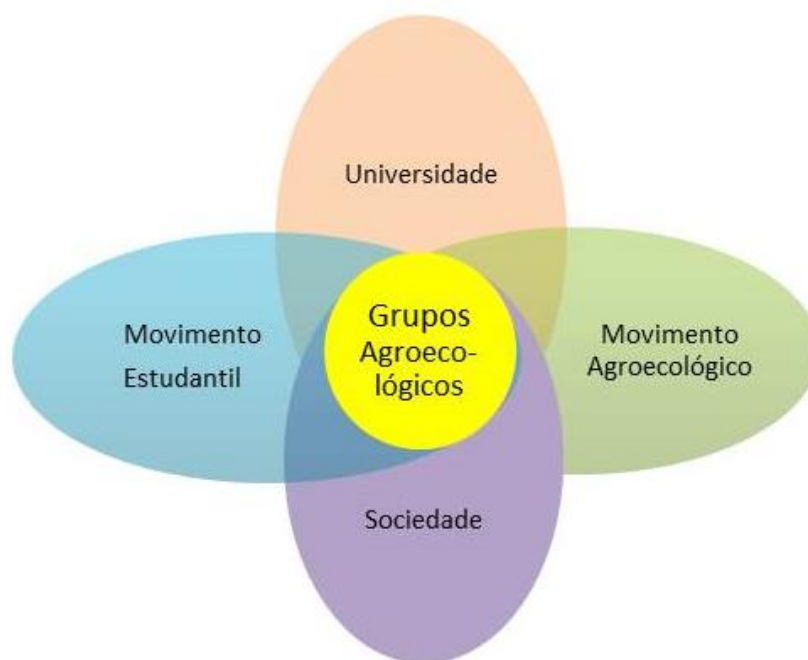


Figura 1: Os grupos agroecológicos e suas relações intersetoriais.

Além de promover a conexão entre movimento estudantil e agroecológico, os grupos de agroecologia ao assumirem uma perspectiva de atuação extensionista, geram a integração entre universidade e sociedade, através do diálogo e interação com organizações comunitárias, de agricultores familiares e movimentos sociais.

Através da extensão de viés comunicativo, muitos grupos realizam pesquisa da realidade junto a estes parceiros, fomentando a construção coletiva do conhecimento agroecológico. Assim, ao mesmo tempo em que passam a adquirir uma formação profissional diferenciada, ancorada na *práxis* sobre a realidade concreta, os integrantes destes coletivos também contribuem com o fomento a processos de mudanças sociais e inovações agroecológicas em parceria com outros sujeitos coletivos. Portanto, através de suas ações os grupos de agroecologia podem colaborar com a construção da agroecologia enquanto movimento, ciência e prática.

### 3.4.1 Perfil e participação no movimento estudantil-agroecológico

Os grupos de agroecologia são compostos majoritariamente por jovens, que atuam de forma autônoma e procuram superar os bloqueios do sistema (social, agrário, universitário) em prol da realização de seu potencial criativo e dos objetivos do grupo.

Em relação ao perfil dos componentes dos grupos agroecológicos da UFV, o questionário aplicado a antigos e atuais membros destes indicam que no que diz respeito às

origens destes estudantes, 73% são oriundos do meio urbano; 23% de procedência rururbana; e 4% de origem rural. Quanto à declaração de cor/raça destes participantes, 52% são brancos; 34% pardos e negros; 12% optaram por não declarar este dado; e 2% indígenas.

Estes dados indicam que a composição étnica dos grupos agroecológicos corresponde de modo semelhante ao padrão atualmente vigente nas IFES da região Sudeste<sup>21</sup>, com o diferencial que os grupos possuem menos estudantes brancos (52%) que a média regional (64,94% - que vem decrescendo), e mais estudantes pardos e negros (34%) que a média (31,23% - que vem ampliando-se). O fato de mais de 70% dos participantes dos grupos provirem de áreas urbanas está relacionado ao baixo acesso da população do campo ao ensino superior, cuja taxa é de apenas 3,4%<sup>22</sup>, evidenciando o desafio do acesso às universidades para este segmento populacional.

Acerca dos cursos de graduação destes estudantes, predomina historicamente nos grupos a participação de acadêmicos de Agronomia (45%), Engenharia Florestal (18%) e Veterinária (11%), seguidos de estudantes dos cursos da área de Ciências Humanas (11%), Engenharia Agrícola e Ambiental (5%), Engenharia Ambiental (5%), Biologia (3%) e outros (3%). A existência de integrantes de todos os centros de ensino da UFV (agrárias, exatas, biológicas e humanas) participando de grupos agroecológicos indica um caráter interdisciplinar na composição destes coletivos, ainda que predominantemente agrários, o que complementa a sua formação e potencial de intervenção.

Por fim, cabe destacar que, nacionalmente, os participantes ativos do movimento estudantil e de movimentos ecológicos constituem uma parcela representativa do corpo discente nas universidades federais brasileiras, correspondendo respectivamente, a 5,8% e 4,45% o número de estudantes com envolvimento periódico nestes movimentos no universo das IFES – sendo 29,38% e 32,7%, respectivamente, a fração com participação ocasional, porcentagens estas que vêm decaindo nas últimas duas décadas<sup>23</sup> (FONAPRACE, 2011). Isto indica que a expansão das universidades federais realizada na última década não repercutiu diretamente na ampliação do percentual de integrantes destes movimentos, cujas atividades atingem cerca de 1/3 dos estudantes. Portanto, outros fatores devem ser considerados para

---

<sup>21</sup> De acordo com a pesquisa sobre o “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras” promovida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), com dados referentes a 2010, nas IFES da região Sudeste 64,94% dos estudantes são brancos, 24,74% pardos, 6,49% pretos, 1,82% amarelos e 0,26% indígenas.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>>. Acesso em 29 abr. 2016.

<sup>23</sup> A pesquisa do FONAPRACE (2011) indicou que a participação em movimentos estudantis e ecológicos reduziu-se de 11,14% e 7,27%, respectivamente, em 1997, para 7,0% e 7,1% em 2004, e atingindo o percentual de 5,8% e 4,45% em 2010. A pesquisa indicou, ainda, que a participação ocasional em movimentos estudantis e ecológicos em 2010, ocorreu em 29,38% e 32,7% dos estudantes, respectivamente.

compreender este processo, tais como as formas de comunicação e trabalho de base destes movimentos junto ao corpo discente, a existência na atualidade de projetos de pesquisa e extensão, praticamente inexistentes à época das pesquisas anteriores do Fonaprace, que contribuem para reduzir a atuação estudantil dentro dos campi universitários ou direcionar parcela dos participantes em potencial para outros projetos, ou mesmo uma menor preocupação com a divulgação das ações destas entidades. A dificuldade em alcançar um maior número de estudantes historicamente figura entre os grupos agroecológicos da UFV como um de seus principais problemas, conforme dados do questionário.

### **3.4.2 Um breve histórico**

Em termos históricos, as raízes do movimento estudantil-agroecológico na UFV estão relacionadas ao ascenso do movimento ecológico na década de 1970, momento em que parcelas dos estudantes se articulam em prol da causa ambiental e pela alimentação natural, em antagonismo com a agricultura convencional. Neste processo teve origem a fundação do Grupo Alfa de Estudos de Ecologia que, por sua vez gerou o Restaurante/Cooperativa Alfa e a Comunidade Alfa da Violeira, bem como contribuiu para a formação do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), em 1983, precursores do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), fundado em 1987, importante agente na construção da agroecologia na região (GIMENEZ, 2009). Além destes grupos, outros coletivos também foram originados para atuar com temáticas mais específicas, como o Grupo Entre Folhas, em 1989, na área das plantas medicinais, e o Grupo da Horta Orgânica (H.O.).

Posteriormente, nos anos 1990 também passaram a atuar na UFV o Grupo Apêti de Agroflorestas, criado em 1995, e o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), a partir de 1998. Ao final dos anos 1990, após o encerramento das atividades do Restaurante Alfa, os grupos passam a se articular no Fórum dos Grupos Alternativos, espaço de convergências e de construção coletiva. Nos anos 2000, com o enfraquecimento do GAAV, novos grupos foram organizados na UFV, como o Centro de Estudos em Permacultura (CEP), criado em 2004, precursor do grupo Saúde Integral em Permacultura (SAUIPE), em 2009; o Grupo Animais para Agroecologia, em 2006; o grupo de performances em dança-teatro Micorrizas, em 2013, que deu sequência ao projeto Gengibre, criado em 2004; o Grupo de Estudos em Bambu, em 2013; o Grupo Flores de Gaia, formado em 2014; e os Repentistas do Desenho, em 2015.

A necessidade de retomada da articulação interna dos grupos agroecológicos na UFV, e destes com outras entidades, levou a criação do Mutirão Ciranda, que desde o ano de 2008,

passou a ser o espaço de convergências, intercâmbios e construção coletiva de diversas atividades entre os grupos, sejam as “quintas agroecológicas”, “sementários”, recepção aos calouros, atividades culturais de integração, construção de ações extensionistas do movimento agroecológico da UFV – como a Troca de Saberes, Terreiros Culturais, etc., assim como meio de diálogo com outros coletivos, tanto em nível local como nacional, através da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA-Brasil).

A (r)existência, crescimento e diversificação dos grupos agroecológicos na UFV demonstram a vitalidade deste fenômeno, que congrega inúmeros sujeitos e influencia em processos educativos, especialmente na consecução de projetos e programas de extensão universitária, a exemplo do Programa TEIA, que desde 2005 “reúne um conjunto de ações integrativas inspiradas no legado da comunicação freiriana” (BARBOSA et al., 2013, p. 8). Nestes grupos, projetos e programa, a construção do conhecimento procura ser realizada através de dinâmicas horizontalizadas, estratégias pedagógicas e metodologias participativas que fomentam o diálogo e a interação de saberes, favorecendo a superação de métodos universitários tradicionais.

### **3.5 Estratégias Pedagógicas e Metodologias Participativas**

O presente tópico tem por objetivo apresentar e caracterizar sucintamente algumas das principais estratégias pedagógicas e metodologias participativas utilizadas pelos grupos agroecológicos da UFV em suas práticas educativas.

Partimos do entendimento de que os grupos de agroecologia originaram-se em contraposição ao processo de modernização da agricultura, processo este amplamente impulsionado pelas instituições de ensino superior, e em defesa da agricultura alternativa e da transição agroecológica. Além disto, sua constituição vem no sentido da construção de relações educativas diferenciadas, alternativas aos métodos pedagógicos tradicionais e tecnicistas reproduzidos pela universidade. Assim, procuram construir atividades que caminhem no sentido da superação: do ensino bancário e desvinculado da prática<sup>24</sup>, o qual concebe os educandos como depositários de um saber pronto e acabado, que acaba por inibir a criatividade, a curiosidade e o espírito investigativo (FREIRE, 1977); da pesquisa laboratorial desconexa à realidade, direcionada às grandes empresas; da extensão universitária difusionista

---

<sup>24</sup> Dados elencados pelo questionário aplicado aos estudantes que realizaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em 2006, apontam que no Brasil somente 4,6% dos docentes dos cursos avaliados trabalham com aulas práticas, e que apenas 18,9% realizam atividades em grupos. Fonte: MEC/INEP/Deaes-Enade, 2006).

e assistencialista, realizada de forma vertical para disseminar pacotes tecnológicos aos agricultores familiares camponeses; e da segmentação entre estas práticas acadêmicas.

Frente à verticalidade e fragmentação do saber, os grupos buscam a integração disciplinar e a construção de relações dialógicas horizontalizadas, seja em atividades formativas internas, seja na relação com a sociedade, o que se realiza principalmente em atividades não formais, extracurriculares:

(...) na Universidade, como na vida, as formas de aprendizagem são diversas e não se restringem às salas de aulas. Na UFV, para a agroecologia os espaços fora das salas de aulas são muito valiosos. Se, nas salas de aulas, fruto do modelo dominante de agricultura baseado nas tecnologias da revolução verde, os estudantes encontram muita resistência às ideias agroecológicas, fora da sala de aula os mesmos constroem seus espaços de discussões e práticas ecológicas úteis na transição agroecológica (FERNANDES et al., 2013, p. 21).

Para viabilizar a realização destas ações, os grupos procuram trabalhar com metodologias participativas orientadas por princípios da educação popular. Tais metodologias constituem uma estratégia central rumo à construção e socialização democrática do conhecimento.

Na “universidade paralela” que, simbolicamente, os grupos representam, seus integrantes realizam suas atividades em um conjunto de momentos e com um cabedal metodológico desenvolvido ao longo de gerações destes coletivos. O itinerário formativo percorrido é marcado assim, tanto por conteúdos alternativos, como por estratégias pedagógicas e metodologias que fomentam a participação coletiva.

Enquanto parte de uma estratégia formativa, não se busca a participação apenas pela participação ou o diálogo apenas pelo diálogo, há que se considerar os objetivos mais amplos que permeiam a concepção participativa, conforme elucida Medeiros (2006, p. 16):

A opção pelo uso de metodologias participativas não é uma opção neutra e sim uma opção política. Ao optar por trabalhar com metodologias participativas, com dinâmicas de grupo e outras estratégias pedagógicas evidencia-se uma diferente visão de mundo, uma diferente concepção de educação. Pressupõe-se a opção por uma educação libertadora que potencialize as faculdades humanas.

A aposta na participação representa, assim, a aposta na inteligência coletiva e no potencial de cada um contribuir com processos de mudanças, não como objeto de lideranças vanguardistas, mas como sujeitos coparticipes da transformação social.

Tanto as estratégias como as metodologias participativas, apesar de serem planejadas previamente, não são fixas nem estáticas quando operacionalizadas, sendo, portanto, flexíveis de acordo com as circunstâncias da dinâmica interativa, configurando uma construção

coletiva entre os facilitadores<sup>25</sup> e demais participantes. Segundo Medeiros (2006), faz-se necessária dinamicidade por parte de educadores/facilitadores no uso de metodologias participativas, pois o processo social é dinâmico, de forma que “com o uso das metodologias assume-se como desafio promover a síntese, ou melhor, interação entre saberes e a junção entre teoria e prática” (p. 16).

Considerando que “o ato de conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação” (FREIRE, 1977, p. 50), a realização do movimento “...teoria-prática-teoria...” faz-se presente em diversas atividades do movimento agroecológico, constituindo parte de seu processo educativo, relacionado ao marco epistemológico e pedagógico da educação popular (PALUDO, 2012).

Uma ferramenta metodológica transversal a todos as estratégias pedagógicas e metodologias participativas é o *diálogo*, especialmente em círculo, que permeia todos os processos educativos construídos pelos grupos agroecológicos. O aprendizado do diálogo é um importante aporte nestes coletivos, pois se aprende a ter autonomia e formação para refletir, se posicionar e falar publicamente, mas não somente falar, pois o silêncio também é parte importante de um diálogo<sup>26</sup>. Assim, também se aprende a ouvir, a praticar a *escuta ativa*, sensível, se centrar no momento presente, prestar atenção e compreender o que a outra pessoa está falando, seja estudante, docente, técnico ou agricultor, aprendendo a respeitar e considerar a opinião alheia. Logo, falar com intenção e ouvir com atenção são características essenciais para uma *práxis* dialógica.

Vejamos agora quais são as principais estratégias pedagógicas e metodologias utilizadas pelo movimento-estudantil agroecológico da UFV.

### 3.5.1 Estratégias pedagógicas

As estratégias pedagógicas representam os diversos momentos, “espaços” e atividades organizadas pelos grupos com uma finalidade educativa, seja esta de tipo formativo, organizativo ou de construção do conhecimento – dinâmicas estas que comumente estão relacionadas umas as outras, configurando espaços-tempo formais ou não formais de

---

<sup>25</sup> Segundo Martinho (2003), a noção de facilitação passou a ser utilizada para demonstrar a importância dos processos de coordenação não deslizarem para a centralização. Assim, “nessa acepção, facilitadores seriam elementos responsáveis por auxiliar os demais na realização das atividades, sem qualquer poder específico que não o de contribuir com os seus pares” (p. 62).

<sup>26</sup> Cabe salientar que muitas vezes alguns participantes ficam em silêncio, mesmo em pequenos grupos, o que pode indicar não estar à vontade ou uma dificuldade no processo de facilitação do espaço, porém, como lembra Medeiros (2006, p. 29), o fato de estar em silêncio não significa que não esteja participando, de forma que “o silêncio não deve ser interpretado sempre como omissão ou opressão, o silêncio também faz parte do processo de aprendizagem”.

aprendizagens, tanto para quem está facilitando a atividade, como para quem está participando. Nestas atividades, são utilizadas uma ou mais metodologias participativas, visando o envolvimento e interação de todos os presentes, e estas podem articular ou não momentos teóricos e práticos.

**Reuniões e Seminários Internos:** São momentos que possuem um caráter organizativo e formativo. As reuniões semanais dos grupos são momentos para tomar decisões coletivas e compartilhar aprendizados e vivências de cada um nos projetos e atividades que desenvolva, sendo muito comum na história dos grupos iniciar as reuniões com um momento teórico de discussão de algum tema ou texto curto – muitas vezes sob a forma de um rápido seminário em que algum integrante se responsabiliza por apresentar um tema, ou alternar reuniões organizativas com reuniões formativas na forma de grupo de estudos. Já os seminários internos, que mais recentemente passaram a ser chamados de *Sementários*, são momentos mais amplos com a duração de um ou mais dias e periodicidade semestral ou anual, que buscam envolver o maior número de integrantes e estudantes que estão se aproximando. Os Sementários cumprem um papel formativo, através da retomada do histórico do coletivo, aprofundamento em algum tema, avaliação do que foi realizado, e um papel organizativo de planejamento, ao definir como o grupo se organiza, as ações prioritárias para o período e seus responsáveis.

**Seminários Públicos:** São atividades amplamente divulgadas com o objetivo de envolver pessoas que não necessariamente integram os coletivos ou tem conhecimento sobre a temática que será apresentada e debatida, muitas vezes por prelecionistas externos (docentes, técnicos, agricultores, representantes de movimentos sociais, dentre outros) ou para apresentação de pesquisas desenvolvidas por integrantes dos grupos. Cumprem assim, um papel formativo de socialização de saberes e aprofundamento temático.

**Cursos e Oficinas:** Estratégias pedagógicas dinâmicas cuja intencionalidade é trabalhar determinada(s) temática(s) e/ou técnica(s), geralmente combinando momentos teóricos e práticos, podendo ser realizados no campus, em áreas experimentais ou espaços da comunidade, como escolas, sindicatos, propriedades em transição agroecológica, etc.

As *oficinas* são marcadas por seu caráter mais específico, sendo realizadas em um turno ou um dia inteiro, podendo ser ofertadas em momentos como Semanas Acadêmicas,



Semanas de recepção de calouros promovidas por Centros Acadêmicos, encontros estudantis, Intercâmbios Agroecológicos, dentre outros eventos, ou ser promovida diretamente pelos grupos agroecológicos. Em relação aos *courses*, estes possuem uma duração mais longa em uma sequência de dias ou intervalo entre módulos, envolvendo momentos de aprofundamento teórico, experimentação prática, estudos e integração entre os participantes, de forma a promover uma formação integral, através do pensar, sentir e agir.

A elaboração de *materiais didáticos* para estas atividades também se configura como um processo educativo, pois envolve o estudo, elaboração, capacidade de síntese e apresentação do tema para pessoas leigas.

**Grupos de Estudos:** A fim de não cair no “praticismo” puro, ou seja, só se preocupar em pôr a mão na massa, é relativamente comum os grupos agroecológicos buscarem manter a realização periódica de grupos de estudos, para assim complementar a prática com leituras teóricas, análises de experiências em sua área temática e viabilizar a articulação entre teoria e prática no grupo, contribuindo para a construção do conhecimento e da ciência agroecológica.

A importância do estudo, o qual pode (e deve) ser realizado de forma individual, mas que assume um caráter especial quando assumido como um compromisso coletivo, reside no fato de que a teoria ilumina o pensamento, aprofunda reflexões, insere o conhecimento das práticas num contexto maior, formando assim pessoas transformadoras. Como afirma Freire (1977, p. 12), “estudar não é um ato de consumir idéias, mas de criá-las e recriá-las”. Assim, o estudo exige disciplina intelectual, prática cotidiana e uma postura crítica perante o texto, para assim compreendê-lo profundamente – e não memoriza-lo de forma mecânica como estimula o ensino tradicional, sendo necessário, portanto, que o estudante assuma o papel de sujeito deste ato de estudar, que, no fundo, é uma atitude frente ao mundo.

**Mutirões e Manejos Práticos:** Estas são práticas tradicionais dos grupos agroecológicos da UFV, que por sua vez remetem às tradições camponesas e indígenas do trabalho coletivo em benefício mútuo, sendo este o significado do termo mutirão (*mutirão*), de origem tupi. Na tradição camponesa, o mutirão é uma importante forma de solidariedade entre a vizinhança, que soluciona problemas de mão de obra de forma rápida e efetiva, adquirindo, inclusive, um caráter festivo. O mutirão, de acordo com Candido (2010), em suas pesquisas sobre os caipiras paulistas,

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita,

malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (CANDIDO, 2010, p. 82).

Os mutirões constituem as formas de manejo básicas das áreas experimentais dos coletivos agroecológicos, trabalho coletivo este que pode ser realizado apenas por integrantes de um grupo ou em articulação entre diversos grupos em uma área ou mesmo na propriedade de algum agricultor. Integrando homens e mulheres, estes momentos geram aprendizados e a partilha de saberes através da prática. Para que cumpra um papel educativo, especialmente para as pessoas mais novas que estão se inserindo nos grupos, os grupos se atentam para a importância do manejo assumir um viés pedagógico, combinando prática e discussão, ação e troca de experiências. Além disso, é importante considerar que o trabalho com a terra, por si, possui um caráter educativo, pois este “ensina de um jeito muito próprio (também cultural, simbólico) que as coisas não nascem prontas, mas precisam ser cultivadas (...). Esse também é o jeito de compreender que o *mundo está para ser feito* e que a realidade pode ser transformada” (CALDART, 2004 apud SILVA, 2013, p. 29).

A fim de que não se esqueça do trabalho realizado e os próximos mutirões partam dos anteriores, em muitos momentos os grupos se utilizam de diários de registros dos manejos, anotando tudo o que foi feito, registrando observações, comentários, sistematizando a memória coletiva dos processos empreendidos em campo.

**Cine-debates:** São atividades de formação balizadas pela projeção de filme ou documentário(s) sobre um determinado assunto, que em seguida passa por um processo de discussão coletiva, podendo ainda contar com a presença de algum convidado para complementar as reflexões sobre o vídeo.

**Arte e Cultura:** O trabalho com elementos artísticos e culturais ocorre com uma frequência relativa nas ações dos grupos agroecológicos, em momentos como místicas, esquetes teatrais e apresentações, como o Auto do Boi Envenenado<sup>27</sup>, exposições, Instalações

---

<sup>27</sup> “Nascido da interlocução com as comunidades rurais da região, da escuta sensível e da *transcrição*, o Auto narra a história de uma família camponesa que utiliza agrotóxicos. O pai em seguida morre contaminado, mas, incorporado a figura folclórica do bumba-meu-boi, renasce a partir da cura de elementos da natureza e das matrizes culturais indígenas e africanas. O despertar para a Agroecologia e para a mobilização social põe em

Artístico-Pedagógicas, ou mesmo em atividades específicas para este fim, como os Lanches Culturais realizados pelo Restaurante/Cooperativa Alfa, os atuais Saraus Agroecológicos e as festas de integração. A valorização da cultura popular faz-se presente nos grupos, expressa na musicalidade, na dança, na alimentação, na ancestralidade do contato com a terra, nas sementes crioulas, elementos que despertam sensibilidades, sentimentos, a religação com a natureza e seus ciclos. Assim, as ações culturais destes coletivos se fazem presentes de forma transversal a muitos momentos, tendo forte destaque na atualidade a Capoeira Angola como importante forma de integração dos grupos, autoconhecimento e saúde integral.

**Intervenções públicas:** Constituem ações realizadas pelos estudantes com o intuito de sensibilizar e chamar a atenção da comunidade acadêmica ou viçosense para alguma problemática, reivindicação, bandeira, ou mesmo como forma de divulgação de um evento. A criatividade e a irreverência costumam marcar estes momentos. Como exemplos de intervenções públicas realizadas pelos grupos, podemos citar: as mobilizações contra o corte de árvores no campus nos anos 1970; colocar cartazes com perguntas reflexivas pelo campus e em mesas do Restaurante Universitário (RU) como forma de divulgar um evento; a distribuição de alimentos agroecológicos no RU cultivados em área dos grupos; manifestações e atos públicos de rua, com esquetes teatrais e distribuição de sementes crioulas na Semana do Fazendeiro durante a Troca de Saberes; realizar Feira de Trocas em praça pública no Dia do Meio Ambiente; construção do Bloco Agroecológico na Marcha Nico Lopes, etc.

**Caminhada Ecológica:** Estratégia pedagógica criada no início dos anos 2000 como parte das atividades de recepção de calouros promovidas pelos coletivos – que normalmente envolvem a realização de mutirões, oficinas, festas, apresentação dos grupos para as novas turmas dos cursos, dentre outras. Na Caminhada Ecológica, realizada no Recanto das Cigarras, no campus da UFV, são divulgados os grupos e seus trabalhos, e segundo Ladeira et al. (2011, p. 3) “seu trajeto é sempre em trilhas pelas matas que há no campus, onde temáticas como árvores nativas, frutos regionais, fauna local, importância dos microorganismos do solo, biodiversidade são discutidos a partir de dinâmicas de sensibilização”. Em uma de suas edições a caminhada obteve um público de 80 participantes, já em outros anos a participação foi aquém da esperada, o que demonstra o desafio da mobilização dos calouros às ações de

---

destaque o papel da mulher. O Auto (...), valendo-se do método do Teatro do Oprimido, estimulou falas e depoimentos emocionantes dos(as) agricultores(as) presentes” (BARBOSA et al., 2013, p. 11).

recepção dos mesmos, que possui um caráter estratégico no processo de renovação dos grupos.

**Estágios:** São atividades pré-profissionais realizadas em ambiente de trabalho pelos estudantes ao final de sua graduação, como parte de seu itinerário formativo. Nestes momentos, os estudantes vinculados ao movimento agroecológico optam por realizar seus estágios em instituições que trabalham com a agroecologia, permacultura, agroflorestas, para assim obter novos aprendizados e experiências, e talvez, promover sua inserção profissional. Além disso, podem ser realizados estágios não obrigatórios nestas instituições, inclusive de forma remunerada. Nos anos de 2008/09 a participação nos grupos agroecológicos também foi registrada como estágio não obrigatório no Sistema de Estágios (SEST) da UFV, como forma de estimular a participação estudantil nos mesmos e esta ser validada nos currículos.

**Estágio Interdisciplinar de Vivência – EIV:** Esta é uma das principais estratégias pedagógicas construídas pelo movimento estudantil brasileiro. As primeiras experiências de estágios de vivência foram realizadas pela FEAB a partir de 1989, em Dourados-MS, e a partir de 1991 estes tornaram-se interdisciplinares, envolvendo estudantes de diversos cursos.

O EIV é uma atividade extensionista que procura suprir a falta de interação entre universidade e sociedade, propiciando o contato com a realidade agrária aos seus participantes, principalmente em áreas de reforma agrária. Através de sua metodologia, o EIV procura viabilizar a relação dialética teoria-prática-teoria, contribuindo com uma formação ampliada aos seus participantes. Isto ocorre por meio de três momentos centrais: a *preparação coletiva* – composta por alguns dias de formação sobre temáticas como questão agrária, movimentos sociais, sociedade, dentre outros; a *vivência* – junto às famílias agricultoras por cerca de duas semanas, compartilhando de sua realidade, cultura e trabalho; e a *socialização/avaliação* – momento final, em que todos os estagiários reúnem-se novamente para partilhar suas experiências, retomar e aprofundar temas que foram trabalhados na fase de preparação à luz da vivência prática (MENGEL et al., 2007).

O EIV da Zona da Mata (EIV-ZM), organizado pelo movimento estudantil da UFV, teve sua primeira edição em 1996. Desde o seu princípio, as vivências são realizadas junto aos agricultores familiares camponeses da região ligados aos STRs, Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), áreas em transição agroecológica, posteriormente tendo incorporado áreas do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Os momentos de preparação inicial e

socialização final são realizados na sede do CTA-ZM, e incluem uma programação marcada por temas de viés crítico, geralmente pouco abordados nos cursos superiores, e pela utilização de diversas metodologias participativas para se potencializar a interação de conhecimentos e o envolvimento dos estagiários. A questão agroecológica historicamente se fez presente no EIV-ZM, tendo em vista a participação dos grupos de agroecologia da UFV em sua construção e o apoio do CTA-ZM. No entanto, conforme relato de Isabela Ladeira, nas últimas edições os grupos estão relativamente afastados do EIV, pois não vem priorizando ou tendo condições de participar de sua construção.

**Atividades de Campo e Ações Extensionistas:** Desde os anos 1980 os estudantes da UFV ligados aos grupos agroecológicos procuram ter relação com agricultores familiares camponeses, realizando atividades de campo e práticas extensionistas, ainda que com pouco apoio institucional, o que tornava sua atuação mais pontual. Na segunda metade dos anos 1990, o EIV-ZM tornou-se uma importante ação extensionista para proporcionar o contato de estudantes com agricultores. Apenas a partir dos anos 2000 passaram a existir projetos e programas de extensão universitária que permitiram uma atuação mais consistente da universidade junto às comunidades rurais e a interlocução da extensão com ações de ensino e pesquisa. Em todos estes momentos, com base em uma leitura crítica do modelo de extensão tradicional, persuasivo e verticalizado, os integrantes dos grupos procuraram estabelecer uma interação dialógica com os sujeitos e organizações do campo, a fim de partilhar saberes e construir sínteses entre os conhecimentos científicos e populares.

Como forma de articular a extensão com a pesquisa, utiliza-se da pesquisa-ação, que além de potencializar a construção do conhecimento agroecológico junto aos agricultores, também cumpre um importante papel formativo aos estudantes envolvidos, pois o coloca em contato com a realidade social, seus problemas e desafios, despertando o senso crítico, o aprofundamento na relação teoria e prática, o aprendizado do trabalho em grupo e o conhecimento do campo de atuação profissional, gerando assim uma formação extracurricular significativa (FREITAS, 2009).

**Aulas Abertas:** São uma estratégia pedagógica por meio da qual os estudantes podem atuar como educadores, apresentando suas práticas e os temas com os quais trabalham. As Aulas Abertas podem ser realizadas em áreas experimentais dos grupos, em sala de aula, ou na sede atual dos grupos, a Casa 18 da Vila Gianetti, contando ou não com o auxílio de algum

docente. As aulas passaram a ter uma periodicidade semestral a partir de novembro de 2007, após a realização de uma aula da disciplina SOL 380 (Levantamento, aptidão e manejo e conservação do solo) na área prática do GAO, no campus da UFV, e em 2016 foram também realizadas em parceria com a disciplina FIT 190 (Introdução à Agronomia). Nestes momentos os integrantes dos grupos são desafiados a exercitar sua capacidade criativa, de síntese e diálogo com estudantes que geralmente desconhecem ou inclusive podem ser opositores da agroecologia, utilizando-se para isso de metodologias participativas. Como realizar uma Aula Aberta é uma tarefa que exige preparação, esta assume um papel formativo não apenas aos seus participantes, mas especialmente aos seus organizadores.

**Feiras de Trocas:** As Feiras de Trocas surgiram em 2008 por iniciativa do coletivo Irmãos da Terra, que congregava ex-integrantes e membros de grupos agroecológicos da UFV, sendo realizadas esporadicamente em sítios no Bairro Violeira e no CTA-ZM. A partir de 2011, estas feiras passaram a ser denominadas *Terças de Trocas*, adquirindo periodicidade mensal (segunda terça-feira de cada mês), ocorrendo na Casa 18. Nestas, os grupos ligados ao Mutirão Ciranda estimulavam o escambo de produtos usados, confeccionados e cultivados por seus integrantes, fomentando a economia solidária e construindo alternativas a cultura consumista estimulada pelo capitalismo, tendo sido este um dos processos que contribuiu com a formação da Rede Raízes da Mata (LADEIRA et al., 2013).

**Trocas de Sementes:** Os grupos de agroecologia, por meio da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA-Brasil), assumiram a incumbência de promover Feiras de Trocas de Sementes Crioulas em diversas atividades nacionais do movimento agroecológico, o que também ocorre em nível local em Viçosa, em eventos como a Troca de Saberes, por exemplo. As Trocas de Sementes representam um momento de partilha não apenas das sementes crioulas em si, mas também de saberes e informações relativas a estas, a práticas tradicionais em agricultura, ampliando os conhecimentos dos participantes.

**Intercâmbios Agroecológicos:** Estes tem se constituído como uma das mais profícuas estratégias pedagógicas trabalhados pelo movimento agroecológico na região, reunindo agricultores, técnicos, docentes e estudantes e tendo como ponto de partida as experiências concretas desenvolvidas por agricultores familiares. Iniciados em dezembro de 2007, os intercâmbios tem contribuído desde então para valorizar e dar visibilidade às experiências

agroecológicas visitadas, favorecendo a disseminação destas a partir da troca de conhecimentos e a aproximação entre parceiros (MOREIRA et al., 2009).

Segundo Zanelli (2015), os Intercâmbios Agroecológicos são atividades educativas que vão para além dos espaços escolares, se realizando nos territórios. O autor destaca que apesar da semelhança com a metodologia Campesino a Campesino (CAC) praticada na América Central e Caribe, o Intercâmbio Agroecológico foi desenvolvido na Zona da Mata, a partir do acúmulo de experiências e práticas em metodologias participativas do movimento agroecológico local e da constatação da eficácia da interação direta entre agricultores, que compartilham seu grande acervo de conhecimentos, estimulando assim a construção da agroecologia. Os procedimentos básicos na realização de um Intercâmbio Agroecológico são: mobilização; mística de abertura; apresentação dos participantes e das organizações; história da família anfitriã/comunidade; caminhada pela propriedade e/ou oficinas; partilha de conhecimentos/observações; trocas de sementes e mudas; informes e encaminhamentos; alimentação agroecológica (merenda); e mística de encerramento (ZANELLI et al., 2015), sendo que quando um intercâmbio volta a ocorrer em uma propriedade onde já foi realizado, o momento do relato histórico da família e a caminhada são substituídos por oficinas, ministradas pelos próprios agricultores, técnicos, docentes ou estudantes ligados aos grupos agroecológicos. A partilha de conhecimentos realiza-se com a utilização da metodologia do Círculo de Cultura freiriano, a partir de “elementos geradores” que cada participante coleta durante a caminhada pela propriedade, sendo este um momento de encontro entre saberes populares e científicos.

Nos intercâmbios, verdadeiros ambientes de interação agroecológica, que envolvem atores universitários e famílias agricultoras, viabiliza-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a identificação de temas para novas pesquisas e intervenções, bem como com a construção de uma ecologia de saberes (ZANELLI, 2015).

**Quintas Agroecológicas:** Estas passaram a ocorrer em 2009, buscando constituir-se enquanto um espaço de diálogos temáticos entre docentes, estudantes, técnicos e pesquisadores, ligados à UFV e a entidades afins como CTA-ZM, EMATER, EMBRAPA e EPAMIG, com periodicidade mensal ou de acordo com a demanda e disponibilidade das entidades proponentes. Dezenas de Quintas Agroecológicas foram realizadas desde então, contando com um público e temáticas variadas, desde questões mais técnicas até relatos de experiências agroecológicas em nível internacional (LADEIRA et al., 2013).

**Terreiros Culturais:** Realizados desde 2009 em comunidades rurais e quilombolas da Zona da Mata, em transição agroecológica ou não, diversas edições dos Terreiros Culturais já foram realizadas, durando um ou mais dias, em caráter de excursão pedagógica. Este compõe o rol de ações do Programa TEIA de Extensão Universitária, sendo construído junto aos grupo/projetos que o integram, movimentos sociais, organizações e comunidades visitadas, consistindo em uma celebração à cultura popular e à agroecologia (SILVA et al., 2013). Através da valorização da ancestralidade dos povos, procura-se superar a dissociação humanidade-natureza e construir novos processos, de acordo com Silveira (2014, p. 44):

O Terreiro Cultural é uma tentativa de restabelecer a conexão entre natureza e cultura nas comunidades trabalhadas, através da *Agroecologia* e da *Cultura Popular* é uma atividade criadora do novo e ao mesmo tempo uma repetição do passado. O Terreiro se constitui na busca em propiciar um ambiente fértil para uma ecologia de saberes na qual se possa *ressignificar* o passado, subverter o hegemônico, e se abrir ao novo através da construção coletiva e do *diálogo horizontal*.

Ao mesmo tempo em que valoriza as raízes e identidades culturais, estabelece-se um contato mais efetivo e afetivo entre estudantes, pesquisadores e famílias agricultoras, possibilitando trocas de experiências e o “aprofundamento na realidade dos sujeitos coletivos do campo na região, onde conhecemos melhor seu cotidiano, sua luta e seu envolvimento nas organizações sociais” (FERNANDES et al., 2013). Os grupos agroecológicos contribuem de muitas maneiras nos Terreiros Culturais, seja atuando em seu registro, na condução de oficinas, Instalações Artístico-Pedagógicas, Círculos de Cultura, em apresentações culturais, ou mesmo na viabilização estrutural do mesmo.

**Caravanas Agroecológicas e Culturais:** Constituem um importante momento de mobilização do campo agroecológico e de diálogo com a sociedade, no qual os grupos estudantis constroem e participam. A partir das experiências do TEIA e dos dispositivos utilizados pelas organizações populares, como caravanas, romarias e caminhadas, começou-se a elaborar em atividades do CTA-ZM e TEIA a necessidade de construir caravanas agroecológicas. Em reunião organizativa do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2014, propôs-se o uso das caravanas como estratégia de preparação do III ENA. A primeira Caravana Agroecológica e Cultural ocorreu na Zona da Mata mineira, em maio de 2013. A caravana da Zona da Mata serviu como piloto das 14 caravanas organizadas em todo o país e que antecederam o III ENA, mobilizando milhares de pessoas neste processo. Além de mobilizar um conjunto de organizações em diversas rotas que convergem ao final, as



caravanas possibilitam conhecer a diversidade de experiências agroecológicas em curso nos territórios, assim como seus entraves e potenciais de expansão, realizando um diagnóstico dos distintos contextos observados (ANA, 2014).

Dentre as atividades realizadas nas caravanas, constam visitas às comunidades, intercâmbios, rodas de conversa, atos e aulas públicas, atividades culturais, instalações pedagógicas, dentre outras ações, de modo que “a experiência das caravanas tem mostrado a diversidade de situações, contextos, povos *habitats*, complexidades, contradições e anúncios, desafios e possibilidades de autonomia e participação de grupos subalternizados pela economia dominante por agentes hegemônicos” (ANA et al., 2016, p. 12). Ao focar o território como unidade de análise, as caravanas permitem uma leitura integradora da realidade de cada paragem, evidenciando disputas, resistências, conquistas e desafios por parte das comunidades. Assim, as caravanas se constituem como um exercício de mobilização popular e análise coletiva a partir de questões problematizadoras e reflexões em grupos, que permitem lançar um olhar conjunto sobre as contradições dos territórios, explicitando anúncios e denúncias (ANA et al., 2016).

**Troca de Saberes:** Promovida pelo Programa TEIA em conjunto a diversos parceiros<sup>28</sup> desde 2009, a Troca de Saberes é uma estratégia pedagógica de extensão universitária interdisciplinar construída pelo movimento agroecológico da Zona da Mata mineira, ocorrendo anualmente de forma concomitante a Semana do Fazendeiro, tradicional evento de extensão da UFV, marcado pela perspectiva produtivista da modernização agrícola, buscando assim, cravar uma cunha agroecológica durante este evento (BARBOSA et al., 2013). A cada ano o evento tem avançado em termos quantitativos e qualitativos, com a constante ampliação de seu público, parceiros e atividades, bem como com a incorporação e reelaboração de metodologias participativas, a fim de promover uma efetiva troca entre os saberes acadêmicos e populares, ressignificando-os, cumprindo com seus objetivos, que são voltados tanto para os agentes universitários como não universitários, e incluem:

(...) a socialização das pesquisas produzidas na universidade com agricultores da região e outros sujeitos envolvidos; a ampliação da concepção de interdisciplinaridade junto aos pesquisadores, grupos de agroecologia e em geral da comunidade acadêmica; de maneira a possibilitar à comunidade acadêmica um conhecimento sobre os agricultores e suas práticas, ampliando o diálogo entre os grupos e núcleos de pesquisa junto às comunidades; assim como a presença e

---

<sup>28</sup> Os principais parceiros desta construção são a Assessoria e o Observatório dos Movimentos Sociais (AMS e OMS, respectivamente) da UFV, CTA-ZM, movimentos sociais populares e organizações de trabalhadores do campo, Escolas Famílias Agrícolas, grupos estudantis, projetos extensionistas e de pesquisa, grupos de cultura popular, dentre outros, contando com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC).

apropriação do espaço acadêmico pelas comunidades rurais, ampliando a geração de saberes agroecológicos para além dos sujeitos envolvidos com a agroecologia, propiciando maior visibilidade e inteligibilidade às experiências do Movimento da Agroecologia na Zona da Mata Mineira (MIRANDA, et al., 2014, p. 4).

Esta interação entre distintos saberes e agentes da construção do conhecimento permite não apenas que sejam divulgados trabalhos produzidos na UFV aos agricultores/as, mas também que se apontem questões e temáticas para estudos posteriores a partir das demandas levantadas por eles, de modo a qualificar o processo de fazer ciência da UFV, que vem obtendo “saltos significativos no potencial de produzir de forma indissociável ensino-pesquisa-extensão com participação e motivação dos grupos sociais locais, que por sua vez contribuem com maior comprometimento, monitoramento e suporte constante às pesquisas” (LOPES et al., 2013, p. 4).

A construção da Troca de Saberes inicia-se meses antes, durante reuniões do TEIA, sendo realizadas visitas aos parceiros em campo, e ensaios metodológicos. Sua programação é marcada por atividades gerais e em grupos, visando à socialização e discussão de temas previamente elencados. Estas são realizadas em uma tenda central disposta no gramado em frente ao prédio principal da UFV e em instalações menores construídas ao redor desta. Outros espaços da UFV, como laboratórios, salas de aula, MataGAO, etc., também são utilizados para a realização da Troca. Dentre as atividades organizadas durante a Troca de Saberes encontram-se feiras de trocas de sementes crioulas, partilhas de alimentos, oficinas, rodas de conversa, instalações artístico-pedagógicas, círculos de cultura, debates, ato público, dentre outros. A arte e culturas populares se fazem presentes de forma transversal ao longo de todo o encontro, valorizando as culturas camponesas e ameríndiafricana, contando para isso com a importante contribuição de Mestras e Mestres Griôs, “agricultores(as) portadores(as) de grande sabedoria popular e memória local” (BARBOSA et al., 2013, p. 10).

A Troca de Saberes constitui, portanto, um contraponto à monocultura do saber e o discurso único vigente por décadas na UFV, gerando maior visibilidade às experiências agroecológicas em curso nas comunidades da região, através de espaços dialógicos e integrativos entre os sujeitos, valorizando assim, saberes historicamente silenciados, e permitindo avançar na construção de uma ecologia de saberes, que para Santos (2005), é parte do aprofundamento da pesquisa-ação, com a elaboração de estratégias para gerar o diálogo entre saberes “leigos” e científicos, em que ambos se enriquecem.



Figura 2: Esquema representativo das estratégias pedagógicas dos grupos agroecológicos.

### 3.5.2 Metodologias Participativas

As *metodologias participativas* estão relacionadas aos métodos, técnicas e processos que estimulam a interação coletiva e a dialogicidade em processos de formação do conhecimento, constituindo-se de concepções e procedimentos orientados por uma intencionalidade, um caminho a seguir com base em uma orientação estratégica. Suas dinâmicas podem ser aplicadas em diversas estratégias pedagógicas, de forma combinada ou não, configurando processos de interação marcados por uma finalidade educativa pautada pelo envolvimento das pessoas.

No trabalho com metodologias participativas faz-se necessário um papel proativo por parte de quem irá facilitar a atividade, ou seja, executar os métodos, bem como o planejamento logístico desta, com a anotação do roteiro de momentos a serem desenvolvidos, garantindo a flexibilidade deste de acordo com o público e contexto e o destaque à importância de todos serem corresponsáveis por sua realização.

**Técnicas de facilitação:** Em diversas reuniões ou atividades dos grupos recorre-se ao recurso dos acordos coletivos como forma de estabelecer algumas convenções que contribuem com a condução da atividade, tais como *sinais de mãos* – em afirmação, discordância, não concorda mas também não se opõe, solicitação de silêncio geral (mãos ao alto), aplausos silenciosos, foco, volta a fita, etc.; a definição do *facilitador* da atividade e dos *guardiões* – do tempo, que fica atento ao cumprimento do teto estabelecido ao término da atividade; da memória, responsável pela relatoria; da visão, responsável pelo registro visual; e do foco, responsável por ficar atento a que as pessoas não se dispersem durante as falas, utilizando de técnicas de harmonização e concentração em caso de necessidade. Nos momentos em que muitas pessoas querem falar ao mesmo tempo e não existe tempo disponível, é possível estabelecer o guardião de inscrições e tempo às falas, especialmente em eventos com muitas pessoas. Outra prática comum é estabelecer a facilitação rotativa, ou seja, diferentes pessoas assumirem a tarefa de coordenar os encontros, como forma de evitar a centralização e todos praticarem esta ação, obtendo o aprendizado e empoderamento para condução de reuniões.

O trabalho com *tarjetas* de papel é outra prática tradicional no movimento estudantil-agroecológico da UFV, sendo este um recurso combinado com diversas metodologias e dinâmicas de discussão. Sua efetividade reside no rompimento com a cultura predominante da fala como elemento central nas atividades em grupo, e favorece: com que todos os participantes do grupo se expressem, registrando suas ideias nas cartelas; que todas as ideias sejam levadas em consideração de forma horizontal; a organização, conexão, síntese e reformulação das ideias; a otimização do tempo e foco do debate; facilita o acompanhamento e retomada da discussão, à medida que as tarjetas ficam expostas/afixadas; e agiliza o relato da atividade a partir da elaboração coletiva realizada.

**Palestra-dialogada:** São momentos semelhantes a palestras, em que há um ou mais prelecionistas para abordar determinado tema e que podem se utilizar de recursos como apresentação de slides ou outros elementos, bem como técnicas participativas. O diferencial em relação a palestras tradicionais é que as perguntas do público não são necessariamente realizadas apenas após o final da explanação/apresentação, mas também podem ocorrer durante a fala do prelecionista, que assume uma postura mais flexível e pode inclusive estimular o debate ao longo de sua exposição, dialogando com as falas dos participantes e incorporando-as à sua abordagem.

**Rodas de Conversa:** Momentos de interação dialógica sobre algum tema ou socialização de experiências, realizado de forma flexível e horizontal entre os participantes, em que o diálogo ocorre de forma livre ou a partir de questões geradoras e reflexivas.

**Trabalhos em grupos:** Normalmente conhecidos como “grupos de discussão” ou “grupos de trabalho”, desde os anos 1970 os coletivos agroecológicos da UFV realizam debates temáticos em grupos pequenos, cuja divisão é precedida por uma explanação inicial que traz elementos para discussões a serem aprofundados nos grupos, os quais ao final socializam as reflexões e/ou propostas geradas sob a forma de uma relatoria sintética ao conjunto dos participantes, o que pode suscitar encaminhamentos e/ou novas questões para o debate coletivo.

**Dinâmicas de Discussão:** São metodologias para debates em coletivo alternativas aos métodos tradicionais de transmissão de conhecimentos, que permitem, inclusive, que novos conhecimentos afluam, por meio de métodos interativos. Alguns exemplos de técnicas e metodologias de discussão, dentre diversos outros, são:

- *Chuva de Ideias*, em que os participantes são estimulados a falarem palavras relacionadas ao tema em questão, com as quais o ministrante do espaço irá trabalhar ao longo da atividade;
- *Roda Viva*, em que de forma semelhante ao programa televisivo homônimo, uma ou mais pessoas convidadas a falar às demais sentam-se ao centro da grande roda, que irá lançar perguntas a serem respondidas pelos sujeitos ao centro;
- *Aquário*, formado por um círculo interno de cadeiras e um círculo externo, sendo que apenas quem está no círculo interno possui direito à fala e os de fora observam, ficando uma das cadeiras do círculo interno desocupada, onde a pessoa do círculo externo que queira falar pode ocupar temporariamente até o final da sua fala. Alternativamente, ela fica e outro sai, deixando sempre uma cadeira vazia;
- *Conversa de Elevador*, em que forma-se duplas ou pequenos grupos que recebem dos ministrantes da atividade cartões com dados, gráficos ou outras informações acerca de um tema que as pessoas possuem poucas conhecimentos, a fim de que em no máximo 5 minutos elas discutam estes dados e apresentem suas conclusões ao coletivo;
- *Dinâmica da Constelação*, onde são estabelecidos dois extremos, em que um significa “muito” e o outro “pouco”, maior e menor grau, e perguntas são proferidas ao coletivo, cujas pessoas devem se posicionar entre estes dois extremos conforme seu grau de relacionamento

com a pergunta realizada (o quanto sabe sobre o assunto, há quanto tempo participa, qual seu grau de envolvimento, etc.), sendo que algumas pessoas são selecionadas a falarem os motivos que lhes levaram a se posicionar nos extremos e em espaços intermediários.

**Dinâmicas de Integração, Animação e Harmonização:** São atividades voltadas para gerar um maior entrosamento, motivação e confiança no grupo, trabalhando com os sentidos. *Dinâmicas de animação e integração* são utilizadas para “quebrar o gelo”, acordar, aquecer, movimentar e descontraír, sendo realizadas sob a forma de brincadeiras, jogos e danças – a exemplo de “tic tac popo”, “merekê”, “zip, zap, boing”. Já as *dinâmicas de harmonização* costumam ter um caráter relaxante, introspectivo e sensibilizador, a exemplo de alongamentos, yoga, massagens coletivas, e técnicas de meditação rápida, com vistas a se focar no momento presente. Estas podem ocorrer em momentos de apresentação dos participantes ou de recreação em intervalos, fomentando a coesão no coletivo.

**Café do Mundo:** Conhecido também como *World Café*, é um método para realização de diálogos colaborativos em que diversos grupos rotativos são formados e instigados a registrar de forma criativa suas discussões a partir de questões geradoras de reflexão coletiva, gerando a circulação dos saberes conforme mudam os membros da mesa.

Os passos básicos da atividade são os seguintes: em pequenos grupos, os participantes sentam-se em mesas, como se estivessem em um café, e debatem uma questão lançada pelo facilitador, realizando uma relatoria gráfica e escrita das ideias-chave em uma folha de papel sobre a mesa. Após cerca de 20 minutos de diálogo, uma pessoa deve permanecer na mesa como “anfitriã” e as demais devem se direcionar como “viajantes/embaixadores” para outras mesas levando as ideias-chave discutidas em sua primeira rodada, de forma a iniciar-se uma nova rodada a partir das boas vindas do anfitrião e o breve repasse daquilo que já foi discutido em sua mesa, incentivando-se assim a conexão de ideias entre as mesas. O processo se repete novamente e novas perguntas para aprofundamento podem ser feitas pelos facilitadores da atividade. Após algumas rodadas de diálogos é realizada uma conversação geral de todo o grupo, momento este em que padrões podem ser identificados, novos *insights* ocorrerem e propostas de ação serem deliberadas (TWC, 2015).

**Técnicas de Diagnóstico Rápido/Rural Participativo:** Essas técnicas são utilizadas com o objetivo de superar métodos tradicionais de coletas de dados sobre as populações

rurais. Os Diagnósticos Rápido ou Rural de caráter participativo foram desenvolvidos nos anos 1980, como forma de análise conjunta do campo sob uma perspectiva integrada (VERDEJO, 2006; PASSOS, 2008). Com a adoção do enfoque agroecológico, o CTA-ZM passou a realizar diagnósticos participativos de agroecossistemas a partir de 1990 junto às comunidades rurais e suas organizações, o que permitiu identificar temas mobilizadores de dinâmicas de inovação agroecológicas (CARDOSO & FERRARI, 2006). Logo, os grupos agroecológicos da UFV passaram a se apropriar de diversas técnicas de DRP, adaptando-as as suas atividades – tanto internas, como junto às famílias agricultoras –, ferramentas estas que segundo Passos (2008, p. 28) são flexíveis e “constituem-se de diagramas visuais e interativos representando aspectos de uma determinada realidade, sendo construídos com o grupo em debate”.

Dentre as principais técnicas de DRP, constam as observações participantes; entrevistas semi estruturadas; elaboração de *mapas* desenhados de recursos naturais, da comunidade, propriedade e de fluxos econômicos, dentre outros; a *travessia* ou *caminhada transversal* pela área da propriedade; elaboração de *calendários* agrícolas, de atividades, histórico; de *diagramas*, como a árvore de problemas (visualizar relações de causa-efeito), Diagrama de Venn (identificar intensidade, importância e influência de relações entre organizações e instituições), e fluxogramas comerciais e de produção; e de *matrizes*, de comercialização, camadas sociais, organização comunitária, de priorização de problemas, de cenários de alternativas; e *análise de gênero*, através do levantamento da rotina diária de homens e mulheres, uso do tempo, distribuição de tarefas e tomada de decisões, dentre outros (VERDEJO, 2006).

**Diagnóstico Agroflorestal Participativo – DAP:** Metodologia de análise das relações sucessionais entre os grupos agroecológicos e seus parceiros, desenvolvida pelos próprios grupos a partir de 2012. No DAP são realizadas analogias entre entidades, projetos e ações com “a dinâmica sucessional de formação de florestas, onde os elementos da natureza, solo, árvores, sol, banco de sementes, etc. representam projetos e ações desenvolvidas como forma de interações sinérgicas com objetivo de estruturação do grupo” (MOREIRA, 2013, p. 6). Assim, ao fazer analogias criativas entre os coletivos e suas ações e as dinâmicas da natureza, averigua-se, por exemplo, em que estrato arbóreo se encontra cada um (baixo, médio, alto ou emergente), o que representa no sistema, se é fácil ou difícil de ser manejado, o que dá sustentação, energia ou apoia outras iniciativas, etc. Como exemplos, no DAP realizado em

2012, as Quintas Agroecológicas foram representadas como uma bananeira, pois dá frutos e possui manejo simples, enquanto o ensino, pesquisa e extensão seriam o vento, pois perpassa todos os projetos, e o solo que dá base e sustentação aos grupos seriam os movimentos sociais, a UFV, o CTA-ZM e a Casa 18. O DAP permite, portanto, obter um “retrato” de uma situação e suas interações, no caso utilizado, do movimento dos grupos agroecológicos, identificando suas potencialidades e desafios. Após montada a “agrofloresta do movimento”, inicia-se um momento de análise para definir como esta será manejada, a fim de remover o que está atrapalhando o sistema e este possa gerar mais frutos (MOREIRA, 2013).

**Círculos de Cultura:** Desde 2010 os Círculos de Cultura vem se constituindo como um potente dispositivo metodológico do movimento agroecológico da UFV e região, enquanto estratégia para acessar a sabedoria popular e trocar saberes, podendo ser adaptados e incorporados aos mais variados espaços, como Cine-debates, junto a Instalações Artístico-Pedagógicas, Caminhadas Ecológicas, Intercâmbios Agroecológicos, dentre outros, bem como envolver qualquer temática, constituindo-se, portanto, como “um momento riquíssimo para o exercício dialógico em qualquer tipo de promoção coletiva que incentive processos educativos com postura de vida participativa, seja na escola, na extensão, em ambientes rurais e urbanos” (CARDOSO, 2013, p. 3). Oriundo da *práxis* educativa freiriana, o Círculo de Cultura “reúne pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos e é um método que mobiliza os participantes do grupo a pensar sua realidade dentro de uma concepção de reflexão-ação” (BARBOSA et al., 2013, p. 9).

Utilizados originalmente por Paulo Freire em processos de alfabetização que, partindo da realidade dos sujeitos populares, contribuíam com sua inserção crítica e reflexiva no mundo, os Círculos de Cultura representavam uma alternativa ao ensino formalizado verticalizado e conteudista, configurando uma educação como prática da liberdade:

Assim, em lugar da escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o *Coordenador de Debates*. Em lugar da aula discursiva, o *diálogo*. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o *participante de grupo*. Em lugar dos “pontos” e dos programas alienados, *programação compacta*, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (FREIRE, 1967, p. 102-103).

Diferentemente do ensino bancário, o Círculo de Cultura ao se propor a democratizar a palavra, estimular que as pessoas aprendam a dizer a sua palavra e não apenas reproduzir a de outros, permite com que a consciência emergja do mundo vivido e problematize-o, tornando os



homens e mulheres sujeitos de seu pensar e de sua prática (FREIRE, 1987). A formação de uma consciência crítica e a construção do saber são potencializadas nestes momentos coletivos em uma dinâmica retroalimentadora, processo este que vem sendo experimentado pelo movimento agroecológico em suas práticas educativas. Barbosa et al. (2013, p. 10) descreve os passos metodológicos realizados em Círculos de Cultura que antecederam a interação com Instalações Artístico-Pedagógicas na Troca de Saberes de 2012: “Em círculo, cada participante citava uma palavra sobre o tema. A palavra e o nome da pessoa que citou eram escritos no quadro negro ou em uma tarjeta. Depois que todos citaram uma palavra, cada um era convidado a explicitar por que escolheu aquela palavra.” Desta forma, apreende-se o que há de significativo para cada pessoa sobre aquela temática, cujas palavras são contextualizadas e interligadas às palavras dos demais, construindo sínteses a partir da interação dialógica.

O trabalho com Círculos de Cultura tem possibilitado, ainda, não apenas renovações nos métodos de discussão e formação do movimento agroecológico local, mas também inflexões nas práticas de pesquisa, de forma que vem tornando-se cada vez mais um dispositivo de investigação científica e intervenção social, assumindo a configuração de “Círculos Epistemológicos”, conforme acepção de Romão et al. (2006), aplicada recentemente na prática por Zanelli (2015). Este processo tenciona as práticas tradicionais de pesquisa científica, pois implica uma mudança de papéis ao se reconhecer o sujeito pesquisado como um “pesquisando”, que não apenas fornece dados ao pesquisador, mas é sujeito da construção do conhecimento, de modo que

(...) todos, no círculo, pesquisando e pesquisadores, são sujeitos da pesquisa que, enquanto pesquisam, são pesquisados e, enquanto são investigados, investigam. (...) Os(as) pesquisandos(as) não são apenas objeto da pesquisa, alvo da análise e da enunciação alheia, mas também sujeitos e lugares de análise e enunciação (ROMÃO et al., 2006, p. 177-178).

Os Círculos de Cultura configuram-se, portanto, como uma prática educativa pela qual todos aprendem e ensinam, democratizando saberes e gerando renovações metodológicas nas instituições universitárias.

**Instalações Artístico-Pedagógicas:** Inspiradas nas instalações pedagógicas utilizadas pela CUT em seus programas de formação de Escolas Sindicais formadas nos anos 1980 e 90, as Instalações Artístico-Pedagógicas são uma das mais importantes inovações metodológicas do movimento agroecológico da Zona da Mata mineira e que vem se constituindo em uma

importante ferramenta educativa, inclusive, em atividades nacionais do movimento agroecológico, a exemplo do ENA, ENGA, SNEA e Caravanas Agroecológicas.

Estas foram concebidas inicialmente enquanto Instalações Pedagógicas, tendo por referência o “conceito de instalações artísticas, que rompe com os formatos tradicionais de exibição de arte” (BARBOSA et al., 2013, p. 9), e similitude com a realia, que integra o método montessoriano de educação infantil, em que “o aprendizado se dá a partir da relação do educando com objetos da realidade exterior deslocados para o ambiente da sala de aula” (ALVIM, 2013, p. 13).

As Instalações Pedagógicas foram incorporadas às práticas do Programa TEIA em 2010, a partir do evento Nós pelo Campus – em que comunidades rurais trouxeram elementos representativos de sua cultura e espaços físicos do campus se converteram em Instalações – e da II Troca de Saberes. Entretanto, elas já tinham sido usadas em um curso de formação para monitores de Escolas Famílias Agrícolas, curso este ministrado em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Na II Troca de Saberes foram realizadas nove instalações, número este que chegou a 60 nos anos seguintes (ALVIM, 2013; MIRANDA et al., 2012). As instalações vem sendo compreendidas enquanto um espaço diferenciado de interação de saberes, sendo definidas como:

cenários que guardam aspectos de uma instalação artística em sua dimensão estética, multiplicidade de “suportes” utilizados e na espacialização que monta e desmonta conforme o contexto. Estas são lugares privilegiados de intercâmbio entre a sabedoria popular e saber universitário. Compõem-se de elementos da realidade e criam uma ambiência problematizadora e suscitadora da reflexão (LOPES et al., 2011, p. 2).

Fruto da preocupação da Instalação Pedagógica assumir um crescente caráter arte-educativo, estas passaram a ser concebidas enquanto *Instalações Artístico-Pedagógicas*, buscando efetivar uma organização estética e dinâmica que passe uma mensagem aos sentidos, que os provoque. Assim, a partir da ambiência montada e da incorporação de performances, músicas e outras formas de expressão, junto à presença interativa dos sujeitos, dá-se o “ponto de partida para discussão de sentires e saberes sobre o que podem representar” (ALVIM, 2013, p. 13). As Instalações Artístico-Pedagógicas, ao trabalharem com o potencial educativo da arte, rompem com práticas convencionais e a lógica exclusiva da oralidade na construção do saber. Cabe ressaltar, conforme alerta Alvim, para a importância da incorporação de fazeres educativos horizontais e libertadores nestes espaços, sob o risco de “tornar esta prática apenas uma maneira alternativa para a reprodução de uma educação convencional” (ALVIM, 2013, p. 35). A realização de Instalações Artístico-Pedagógicas não

se utiliza de uma fórmula pronta, sendo flexíveis e adaptáveis aos mais distintos contextos, temáticas e públicos, constituindo um conceito em construção e experimentação permanente.

Podemos sistematizar as instalações em dez pontos, conforme Quadro 1:

1. Incentive a todos a coletar ou levar materiais para a instalação, com base em sua temática.
2. Concentre todos os materiais coletados no local onde a instalação será construída.
3. Dialoguem sobre o que, porque e como apresentar. Faça um Círculo de Cultura, uma roda de conversa: quem estiver coordenando peça para cada um dizer um aspecto que gostaria de representar e por quê. Apenas um por vez. Pode-se fazer quantas rodadas o tempo permitir, mas cada um deve em cada rodada sugerir apenas um aspecto a ser representado.
4. Como representar. Discuta ainda em grupo como os objetos devem ser dispostos. Procure formas artísticas e simbólicas de expor os objetos, bem como representar as conexões entre os mesmos.
5. Montem a instalação. Usem os elementos trazidos. Se preciso, colete e/ou crie novos elementos. Incentive cada um a criar, se preciso com a ajuda de outros, a melhor forma de representar o desejado.
6. Receba os visitantes/participantes da instalação. Incentive-os a olhar, tocar e interagir com os objetos. Se houver mais de uma instalação sendo visitada por vez evite barulhos que possam atrapalhar as demais, como batiques, palavras de ordem, etc.
7. Durante o tempo de observação incentive as conversas paralelas. Não tente centralizar as conversas.
8. Resgate das observações e conversas paralelas. Em roda, solicite que cada um diga um elemento que chamou a atenção e porquê. Se o tempo for curto, solicite que pelos menos alguns se pronunciem.
9. Tempo dos organizadores. Após os visitantes se manifestarem, os facilitadores devem chamar a atenção para aspectos importantes e que passaram despercebidos.
10. Avaliação e despedida dos participantes.

Quadro 1 – Instalação Artístico-Pedagógica: dez passos para bem construí-la e utilizá-la (síntese sugerida por Irene Maria Cardoso).

**Dragon Dreaming:** Tendo por objetivo apoiar iniciativas que contribuam para a Grande Virada em direção a uma sociedade sustentável, “o Dragon Dreaming<sup>29</sup> é uma metodologia de planejamento estratégico participativo de projetos que tenham como valores centrais o crescimento pessoal de todos/as os/as envolvidos/as, o fortalecimento do sentido de comunidade e o serviço à Terra” (MUTIRÃO CIRANDA, 2016). Sendo assim, constitui um sistema integrado de técnicas participativas que funcionam como uma ferramenta de apoio a projetos cooperativos, em que através de uma abordagem holística e um conjunto de dinâmicas, libera-se a inteligência coletiva dos participantes visando transformar sonhos em realidade a partir de uma concretização harmoniosa.

Integrando sabedoria ancestral aborígine e recentes teorias científicas, os projetos construídos com esta metodologia articulam sujeitos, ambiente, teoria e prática, passando pelas etapas do *sonhar, planejar, realizar e celebrar* coletivamente. Assim, a construção de um projeto inicia-se pela realização do Círculo dos Sonhos da equipe, o que “possibilita a construção de uma visão conjunta para um projeto” (GRUPIONI et al., 2013, p. 4), seguido do planejamento por meio do *Karabirrdt*, uma espécie de “tabuleiro de jogo”, no qual se definem as ações, suas conexões entre si e os responsáveis por estas, sendo o processo todo permeado pela dimensão do celebrar, que diz respeito à valorizar e aprender com os erros e acertos no decorrer do projeto. Esta metodologia vem sendo apropriada desde 2012 pelos grupos agroecológicos da UFV, tendo sido utilizada com sucesso na construção do IV ENGA em Viçosa (GRUPIONI et al., 2013), incorporada à dinâmica da REGA-Brasil e de diversas atividades do movimento agroecológico local, a exemplo das Trocas de Saberes.

**Facilitação Gráfica:** Técnica recentemente incorporada pelo movimento agroecológico de Viçosa, a facilitação ou relatoria gráfica é marcada pelo “registro em tempo real das conversas e do conteúdo gerado por um grupo ou palestrante – em que a essência de uma conversa, reunião, encontro ou palestra é traduzido e organizado no formato de um desenho ou de desenhos interrelacionados” (TEIXEIRA, 2015). Constitui, portanto, uma forma específica, dinâmica e ilustrada de registrar sínteses das discussões realizadas em um painel – através de “metáforas, esquemas, ilustrações e palavras-chave que representam a essência do processo e do resultado do evento” (Ibid.), permitindo sua posterior visualização e apreensão mesmo por parte de quem não participou da atividade.

---

<sup>29</sup> Mais informações em <<http://www.dragondreamingbr.org/porta1/>>.

Além de todo este conjunto de estratégias pedagógicas e metodologias participativas descritas, cabe salientar que para além das atividades não formais de aprendizagem, marcadas por uma intencionalidade participativa, o processo educativo dos grupos agroecológicos também é permeado por momentos informais, que assumem um caráter espontâneo durante o processo de socialização dos sujeitos, marcado por valores e cultura próprias (GOHN, 2006), momentos estes que se desenvolvem nos mais diversos locais do campus, em sítios e repúblicas, na Casa 18 e no Grupo Alfa de almoço vegetariano, dentre outros momentos de significativas trocas, afetuosidades e repasses cotidianos.



Figura 3: Esquema representativo das metodologias participativas dos grupos agroecológicos.

## **4 GRUPOS AGROECOLÓGICOS DA UFV: HISTÓRICO, PRÁTICAS EDUCATIVAS, PEGADAS, LEGADOS E PARCERIAS**

Neste capítulo, inicialmente, apresentamos uma linha do tempo que expressa a trajetória histórica do movimento dos grupos agroecológicos na UFV. Em seguida, discorreremos sobre o histórico, as práticas educativas, as pegadas e legados de cada um dos principais grupos agroecológicos organizados na universidade.

A presente linha do tempo (Figura 4) foi elaborada ao longo do processo investigativo, tendo recebido aportes dos procedimentos de coletas de dados, como pesquisas documentais, entrevistas, questionários, e atividades sobre o histórico do movimento agroecológico da UFV realizadas em 2015 e 2016, que contaram com a participação de antigos integrantes deste e nas quais foram construídas e analisadas coletivamente linhas do tempo sobre a trajetória histórica do movimento.

Na Figura 4 expressamos a diversidade de organizações, os contextos e suas principais características junto a alguns dos principais eventos e processos ocorridos no decorrer do tempo. Da mesma forma, procuramos evidenciar os vínculos do movimento agroecológico de Viçosa com a rede nacional do mesmo e a presença de entidades tradicionais do movimento estudantil da UFV enquanto parte deste histórico.

Ao longo do percurso histórico dos grupos agroecológicos, destacaremos momentos significativos dos mesmos, as conjunturas vivenciadas na época, características, parcerias e parte dos sujeitos que construíram a história dos grupos, que por sua vez, é parte da história dos movimentos estudantil e agroecológico brasileiros.

Nesta caminhada, as ações protagonizadas pelos grupos de agroecologia junto à universidade e a sociedade assumem um caráter pedagógico e formativo. A prática educativa dos grupos foi analisada, considerando as estratégias pedagógicas e as metodologias participativas construídas. Do mesmo modo, tais ações configuram vivências socialmente experienciadas que, por sua vez, deixam pegadas e legados ao longo das gerações. Estas marcas e contribuições às gerações subsequentes estão sistematizadas no decorrer deste capítulo.



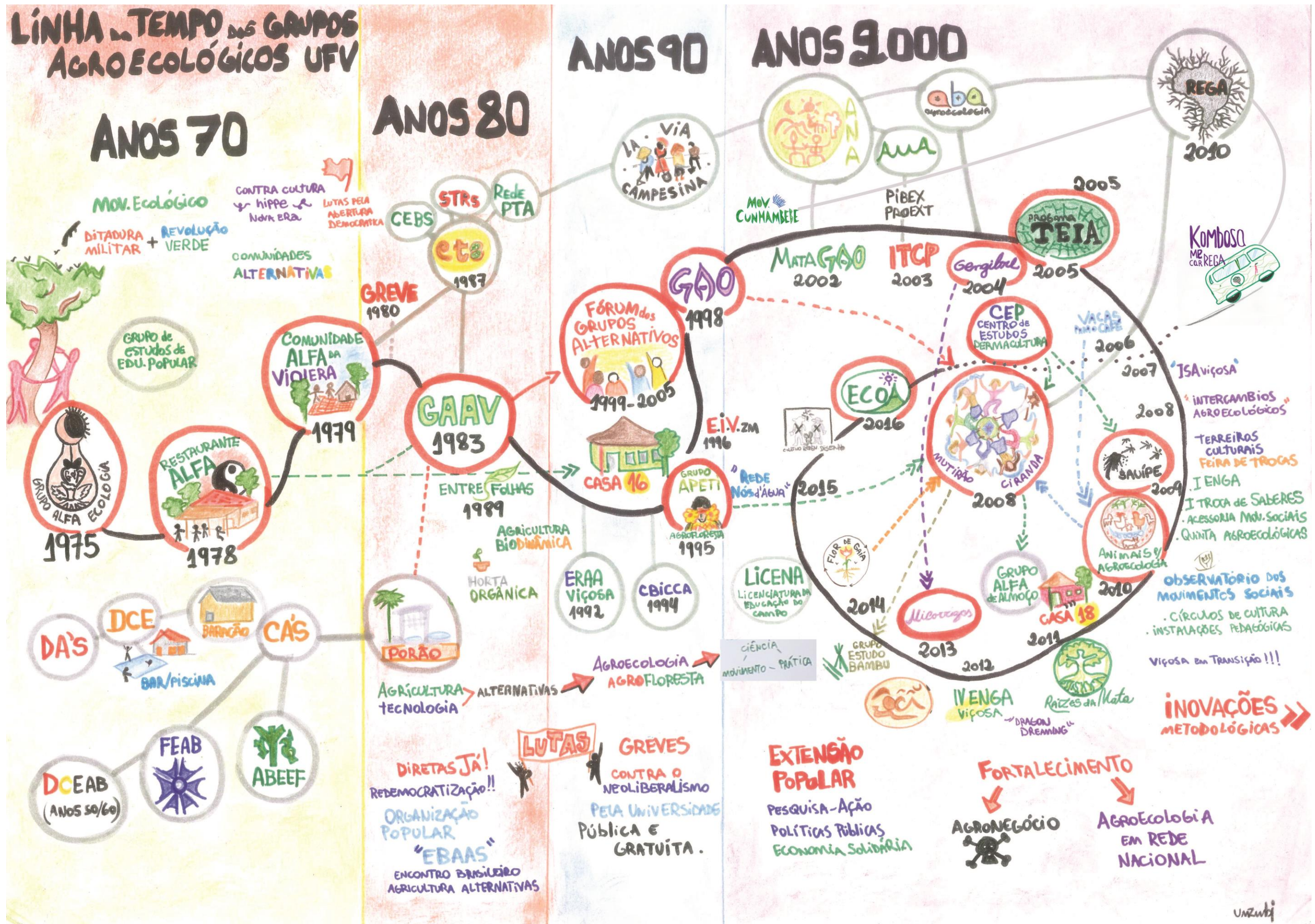


Figura 4 – Linha do tempo dos grupos agroecológicos da UFV.

Fonte: O autor e Flávio Teodoro (2016).



#### **4.1 Grupo Alfa de Estudos de Ecologia: a vibração inicial**

Nos anos 1970, na sociedade brasileira, junto às críticas ao regime militar em curso, também teve início uma maior compreensão dos estudantes sobre os problemas ambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento vigente, que passaram a se organizar e criticar este processo, ainda que muitas vezes de forma muito idealista, a partir da crença que bastaria apenas uma mudança ética coletiva para se gerar a preservação ambiental.

De acordo com Jacobi (2003, apud VIOLA & LEIS, 1992), a emergência do ambientalismo no Brasil dos anos 1970 é decorrente de diversos fatores tanto externos e internos. Externamente, contribuíram a realização pela ONU da Conferência de Estocolmo em 1972 e do retorno de exilados políticos em 1979 que tomaram contato com o movimento ambientalista internacional. Contribuíram internamente, “a superação do mito desenvolvimentista, pelo aumento da devastação amazônica, a formação de uma nova classe média, influenciada pelos novos debates sobre a qualidade de vida, e o malogro dos movimentos armados de esquerda” (JACOBI, 2003, p. 2). Assim, ao longo daquela década, diversos grupos ambientalistas foram criados pelo país, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com uma atuação centrada “na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente com enfoque local, e em alguns casos desenvolveram campanhas de abrangência regional e nacional” (Ibid, p. 5).

A Universidade Federal de Viçosa não ficou de fora deste cenário. O crescente interesse pela questão ambiental dentre a comunidade universitária foi criando as condições para a formação do primeiro grupo ecológico da instituição. Seu surgimento, conforme Carvalho (2015) está relacionado ao ingresso de um estudante no curso de Agronomia em 1975, que possuía contato e interesse pela questão ecológica e por sua participação no Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN) em Belo Horizonte. Na época, além do CMCN da capital mineira, também existia um CMCN na UFV – liderado pelo professor Roberto da Silva Ramalho, do Departamento de Engenharia Florestal (DEF). Em seu relato, Anôr Carvalho destaca que ele e outros estudantes participaram de algumas reuniões do CMCN da UFV, mas por ser este um grupo restrito e pouco atuante, os estudantes optaram por construir uma iniciativa independente.

Foi nesse contexto que em 19 de novembro de 1975 foi realizada uma reunião entre os estudantes e o professor Alexandre Francisco da Silva, do Departamento de Biologia, na qual foi proposta a organização de um Encontro Ecológico que, segundo relato de Anôr Carvalho, tinha como propósito discutir várias questões, principalmente sobre



*“o que fazer em prol de uma atitude mais ecológica, pois o que víamos na academia era algum discurso de alguns conservacionistas, mas pouca ação ou conhecimento comprometido com a mudança da realidade”. “Havia o CMCN que agia como um clube de poucas pessoas e com ações muito pontuais... Queríamos um grupo que inaugurasse caminhos novos no uso dos recursos naturais” (Anôr Fiorini Carvalho. Professor da UFV e fundador do Grupo Alfa).*

Realizado no dia 25/11/1975, o *Encontro Ecológico* contou com a presença de cerca de 30 pessoas, entre professores, membros do DCE-UFV e estudantes de diversos cursos, principalmente Agronomia, Engenharia Florestal e Biologia, e que culminou com a fundação do *Grupo Alfa de Estudos de Ecologia*, visando um “*conhecimento mais profundo sobre as relações naturais*”.

O nome Alfa para o grupo de estudos foi proposto, segundo Carvalho (2015), pelo professor Josué Leitão e Silva, do Departamento de Economia Rural: *Alfa*, a primeira letra do alfabeto grego, simbolizaria a vibração primeira, seminal, fundamental, a partir da qual poderiam surgir outras vibrações. Exatamente o que ocorreu, como mostra a história.

Assim, dando início à organização do movimento ecológico na UFV nasce o Grupo Alfa, que a partir de 1976 iniciou mais efetivamente suas atividades e divulgação. Enquanto grupo ecológico, seus integrantes divulgavam informações e opiniões críticas, alternativas a sociedade de consumo e ao ideário de progresso que claramente desconsiderava as questões ambientais. Visavam, dessa forma, alertar e conscientizar a comunidade universitária e viçosense quanto aos problemas no uso indevido dos recursos naturais renováveis e denunciar a degradação ambiental no próprio campus da UFV, para que através desta conscientização ocorressem mudanças de valores e atitudes frente a estas questões (GRUPO ALFA, 1977a).

Inicialmente, conforme os dados investigados, os integrantes do Alfa o procuravam, principalmente, pela *luta ecológica*, em busca de uma *maior aproximação com a natureza e de espaços alternativos de aprendizagem para construção coletiva de conhecimentos*.

Junto ao movimento estudantil da UFV, o Grupo Alfa tornou-se o porta-voz da questão ambiental, combatendo a poluição e o desperdício no campus. Considerado um dos primeiros grupos alternativos da UFV, nele estudantes de diversos cursos se reuniam para discutir questões ligadas à ecologia e conservação ambiental para então construir ações e

espaços mais amplos de debate. Construíam atividades com o CMCN local<sup>30</sup>, mas se dedicavam a uma atuação mais efetiva enquanto grupo estudantil.

Em 1977 foi realizado um *Ciclo de Estudos* sobre problemas na utilização de recursos naturais renováveis, que abordou diversas temáticas ecológicas. A programação<sup>31</sup> do ciclo contou com a contribuição de professores que traziam elementos para a discussão, incluindo o indianista e sertanista Orlando Villas Boas, que discutiu a questão indígena. A metodologia trabalhada neste consistia em um estudo dirigido e trabalho em grupos, em que após a explanação inicial do professor convidado, iniciava-se a discussão com base em questões sobre o tema em grupos de 5-7 pessoas, que ao final apresentavam suas conclusões em plenário (GAZETA UNIVERSITÁRIA, 1977).

Este dado aponta que o trabalho com metodologias participativas foi uma característica presente em ações do grupo desde seu princípio, visando à construção do conhecimento de modo diferenciado. Inclusive, cabe destacar que alguns integrantes do Grupo Alfa também eram membros do *Grupo de Estudos de Educação Popular*<sup>32</sup> formado na UFV em meados dos anos 1970. Conforme explica Dayrell (2016, p. 2), o grupo de estudos, “inicialmente grande, posteriormente se dividiu em muitos outros, se integrando em distintos espaços como cineclube, biblioteca [do DCE], teatro, educação popular, alimentação integral, ativismo ambiental, movimento estudantil”, o que demonstra que bibliografias, posturas metodológicas e o cuidado com o papel político da educação trouxeram influências sobre parcela das organizações estudantis da universidade e que, portanto, data dos anos 1970 o início da aproximação entre a educação popular e a agroecologia na UFV. Posteriormente, a leitura da obra *Extensão ou Comunicação?* (FREIRE, 1983), também foi relatada enquanto uma importante referência na crítica ao extensionismo difusionista e construção de uma proposta dialógica de trabalho com os agricultores familiares camponeses.

---

<sup>30</sup> Por não possuir um reconhecimento legal e a fim de fortalecer suas ações, o Grupo Alfa filiou-se ao CMCN e firmou parceria com este para aquisição de instalações e publicações, ainda que sua atuação não fosse restrita e pautada apenas pelo Centro local.

<sup>31</sup> As temáticas trabalhadas foram: “o solo como componente ambiental” – José Edson Perpétuo, da UFJF; “recursos visuais no planejamento ambiental” – James Griffith, ESF-UFV; “ecologia no currículo universitário” – José Rabelo de Freitas, UFMG; e “o índio, sua cultura, mitos e problemas” – Orlando Villas Boas, indianista e sertanista.

<sup>32</sup> Um fato digno de nota e que merece ser aprofundado em pesquisas posteriores, é o fato de membros do Grupo Alfa nos anos 1970, como Carlos Dayrell, terem participado de um Grupo de Estudos de Educação Popular na UFV. Dayrell (2016) relata que este grupo discutiu a obra “Educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1967) e refletindo como atuar para pôr em prática estas ideias, optaram por se inserir em atividades do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), de modo que parte dos integrantes foi morar no Bairro Silvestre, um bairro rural na época, onde tiveram uma convivência muito marcante. Além disso, um grupo foi a São Paulo dialogar com Paulo Freire, que, porém, estava adoentado, sendo recebidos por um assessor deste, que os orientou em termos políticos, metodológicos e bibliográficos.

O Grupo Alfa divulgava suas ações em um mural próprio no Departamento de Biologia, em textos mimeografados, boletins e nos jornais do DCE-UFV – O Bandeirão e a Gazeta Universitária, além das reuniões periódicas abertas a todos os interessados, a partir de mensagens como: “se você procura atuar e entender dentro de uma mentalidade ecológica real sem romantismo procure-nos à sala 101 da Escola Superior de Florestas, de 2a. à 6a. feira, no horário de 12:30 às 13:45. Esperamos contar com sua participação” (GRUPO ALFA, 1977a). A atuação cultural fazia-se presente no Alfa, que realizava diversas atividades culturais em parceria com o DCE, como, por exemplo, a I Mostra Latino Americana, em 1977.

Além do grupo de estudos, o Alfa também visava à aplicação prática da ecologia, o que implicava na defesa do meio ambiente e denúncia de ações que o prejudicassem, indo à raiz da questão. Entendiam que a UFV deveria, enquanto instituição formadora de futuros profissionais, ser exemplo na relação com seu meio. Por isso criticavam práticas que degradassem o campus e que muitas vezes feriam a própria legislação ambiental, a exemplo da denúncia das práticas inadequadas na “formação irracional de uma pastagem na UFV”, pelo Departamento de Zootecnia (GRUPO ALFA, 1977b); da distribuição, no Dia do Meio Ambiente em 1977, de manifestos em que destacavam a importância da luta pela preservação ambiental e redução dos impactos do desenvolvimento (GRUPO ALFA, 1977c); de ações diretas de impedimento da derrubada de árvores pelo campus<sup>33</sup>, entre outros. Como forma de denúncia e pressão, os casos mais graves eram denunciados em jornais do estado e de outras cidades, repercutindo estas questões para além do meio estudantil.

Nesta época, segundo Fernando M. Fernandes, dentre outras atividades de militância ecológica, os integrantes do Alfa também se interessaram pelo projeto de criação do Parque da Serra do Brigadeiro e começaram a organizar acampamentos no local e subir seus picos. Nos anos de 1978 e 1979, os membros também fizeram excursões para a Reserva Biológica de Nova Lombardia, em Santa Teresa-ES, renomeada a partir de 1986 Reserva Biológica Augusto Ruschi, em homenagem ao pesquisador e naturalista de Santa Teresa, que criou a reserva. Segundo relato de Anôr, os momentos de excursão aproximavam muitos estudantes do Alfa, favorecendo o aparecimento de um maior número de pessoas nas reuniões.

---

<sup>33</sup> Um dos marcos da luta contra a derrubada de árvores no país foi a ação de Carlos Alberto Dayrell em Porto Alegre, no ano de 1975, quando junto a outros estudantes subiu na tipuana em frente à UFRGS e conquistaram a alteração da rota de um viaduto. Dayrell participava da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entidade presidida por José Lutzenberger e que em 1983 conquistou a aprovação da primeira lei de agrotóxicos do Rio Grande do Sul. Em 1976, Dayrell ingressou no curso de Agronomia da UFV e passou a integrar o Grupo Alfa, assim como um Grupo de Estudos de Educação Popular que existia na época. Mais tarde ajudou a formar o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), com atuação agroecológica especialmente no Cerrado Mineiro.

A perspectiva de defesa ambiental do Alfa possuía vínculos com o denominado preservacionismo que, existente há mais de um século, teve origem nos EUA e que foi hegemônico no movimento ambientalista brasileiro dos anos 1970-80. Esta concepção entende o ser humano como eminentemente degradador e, assim, propõe a criação de parques e unidades conservacionistas em que a natureza seja preservada, através de legislações restritivas que proíbam a interferência humana – exceto para fins científicos, pedagógicos e turísticos, expressando uma concepção estética de culto ao silvestre pelos cidadãos urbanos – mesmo que povos e comunidades residissem tradicionalmente nestas áreas e, portanto, conflitos ocorram (MENEZES & SIENA, 2010). Para Diegues (2001), a crença na existência de uma natureza intocada (e intocável) é um *neomito*, que “supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a natureza” (DIEGUES, 2001, p. 53) e já gerou inúmeros conflitos ambientais ao transpor a política ambiental dos EUA aos países tropicais.

No caso do Grupo Alfa, a expressão do preservacionismo se dava através de intervenções públicas radicais, que não sem razão, criticavam aquilo que o grupo considerava práticas degradadoras no campus e na cidade, pautando mudanças de atitudes da instituição, bem como através de excursões e acampamentos em áreas de Mata Atlântica.

No entanto, a concepção preservacionista, abriu espaço para que os estudantes assumissem uma perspectiva socioambientalista. Contribuiu neste processo a palestra de José Lutzenberger sobre justiça social e ambiental, realizada pelo Alfa na UFV, em 06 de abril de 1978. Lutzenberger, uma das principais referências do movimento ecológico brasileiro, discorreu sobre a importância de se fazer uma revolução interior, mental, de valores. Para ele, seria um mito acreditar que a tecnologia e o aumento da produtividade resolveriam os problemas ambientais e da fome. Articulando ecologia e justiça social, a solução passaria pela agricultura orgânica, através de um movimento descentralizado de ação comunitária, baseado em tecnologias brandas, com maior autonomia dos agricultores, comunidades e com equilíbrio social e ambiental (O MARTELO, 1978).

Apesar de um conjunto de ações, o Alfa enfrentou muitas dificuldades, como uma baixa participação de estudantes e professores em sua fase inicial, a falta de tempo, de recursos financeiros e de orientação de pessoas mais experientes, a falta de apoio da reitoria para as iniciativas do Grupo, entre outras. Porém, a dificuldade que mais incomodava os membros, era o fato de muitos não os levarem a sério, intitulado-os de “poetas”, “românticos”, ou, ainda, pessoas que querem “voltar à idade da pedra”, etc. Essas alcunhas, apesar de a cada década ganhar novos tons – os “pode crer”, “hippies”, “bicho-grilos”, etc.,

mantém o sentido pejorativo, até o momento em que os participantes passam a assumi-las positivamente enquanto parte de uma identidade diferenciada. Cabe destacar, sobretudo, que este preconceito é uma das expressões da disputa de hegemonia entre a agricultura convencional/agronegócio e a agroecologia na UFV. No entanto, tudo isto não impediu o grupo de avançar, sendo a comunicação com os estudantes, através de textos e murais, uma importante ferramenta.

Apesar do Alfa não ser considerado um grupo tão politizado quanto as demais entidades estudantis na época, ainda assim suas ações acabavam contrapondo os interesses do governo militar, o que levava a reitoria a boicotá-los. Um exemplo disto, foi quando a reitoria negou recursos e espaço no campus para o Alfa e o CA de Agronomia realizarem uma palestra sobre a Amazônia com o Senador Evandro Carreira (MDB-AM), em 1979. A reitoria, inclusive, enviou comunicado aos docentes proibindo-os de participar do debate. A solução encontrada foi realizá-lo na cidade, envolvendo escolas que liberaram as turmas de 2º grau. A partir deste dia se construiu um Comitê Viçosense de Defesa da Amazônia, ligado ao DCE, que realizou novas ações, como a construção de murais, não autorizados pela reitoria a serem colocados na UFV, e de um Seminário sobre o tema de 20 a 25 de maio de 1979 (O BANDEJÃO, 1979; e  $\alpha$  BOLETIM, n. 1, 1979).

O grupo foi mudando de postura ao perceberem que realizar denúncias ou mesmo ações mais radicalizadas contra agressões ambientais, não surtia as mudanças esperadas. Assim, os alfistas intensificaram cada vez mais a reflexão sobre a construção de um novo modo de vida, baseado na harmonia e na cooperação entre as pessoas e destas com a natureza, garantindo-se a unidade da vida ante a ameaça de sua destruição. Tal transformação passava pela mudança de alimentação e de estilo de vida, buscando a construção de comunidades rurais. No Boletim do Alfa, nº 1, lançado em maio de 1979, todas estas questões vão aparecendo, junto com a denúncia de problemas em Viçosa, de incoerências na UFV, e da divulgação de ações do Alfa, como o plantio de árvores no morro Rebenta Rabicho, no Fundão, o início dos trabalhos em sua “comunidade” (na Rua dos Passos), etc.

Este movimento ocorria em consonância com outros coletivos pelo mundo, que pautados pelo movimento da “contra-cultura”<sup>34</sup>, rejeitavam a industrialização pesada, suas

---

<sup>34</sup> A contra-cultura, segundo Ehlers (2000, p. 27), “colocava em xeque vários aspectos comportamentais das sociedades modernas, principalmente os padrões de consumo. Discutia-se a hipótese de que seria possível reduzir drasticamente os níveis de consumo, adotando-se estilos de vida mais simples, ou mais “naturais”. A ‘contra-cultura’ reforçou outros movimentos como o feminismo, a consciência sobre a saúde, o ambientalismo, etc.”.

influências na agricultura, consequências ambientais, e a sociedade de consumo. Também compreendiam que a mudança, para ser efetiva, precisava se dar em nível pessoal e interior, o que aliado as terapias naturais, apontava uma nova relação com sua saúde e sua alimentação. Isto fez com que passassem a se preocupar cada vez mais com a alimentação e a origem dos alimentos, com destaque para a questão da alimentação natural, da importância da vida em comunidades rurais e de uma prática de agricultura cooperativa. Tudo isto fez avançar a reflexão sobre a importância da simplicidade material, do espírito de independência, consciência ecológica e auto aperfeiçoamento (GRUPO ALFA, 1978 ou 79), bem como a realização de cursos sobre alimentação e saúde, do-in, shiatzu, quiromática, yoga solar, dentre outros (∝ BOLETIM, n. 1, 1979, p. 4).

Este processo de mudanças nos hábitos alimentares, uma das marcas dos movimentos de contra-cultura (EHLERS, 2000), impulsionou o interesse do Grupo por métodos produtivos não convencionais. Assim, discussões sobre comunidades alternativas, tecnologias alternativas, agricultura alternativa foram tendo mais espaço nos ciclos de palestras promovidos pelo Grupo Alfa em parceria com o CA de Agronomia.

Sentindo com mais força a necessidade de viver isto na prática, no dia a dia, e assim fazer de sua autotransformação parte de um processo de mudanças mais amplo, alguns estudantes do Alfa começaram a tornar o sonho de viver em comunidade uma realidade.

De início, os estudantes “comunizaram” a cozinha de uma república e passaram a se alimentar de uma forma mais saudável e com produtos integrais. Porém, com o intuito de se aprofundar ainda mais na experiência comunitária, integrantes do grupo conseguiram a cessão de uma parte do terreno dos fundos da casa do professor Benito Taranto, da Divisão de Assuntos Culturais (DAC). Assim teve início em fins de 1978, o embrião do *Restaurante Alfa* e da primeira comunidade que procurava produzir coletivamente parte dos alimentos. De acordo com Anôr, em texto de divulgação do restaurante comunitário na época, este

Está funcionando com 3 membros: Cleber de Faria, Lindolfo Adjunto Botelho e José Leonardo Frossard de Paula. Mantem uma horta com produtos e adubos orgânicos. Fabricam pão integral e vendem na comunidade de Viçosa. Revendem arroz integral (dando uma de atravessador, hein?). Mantem um restaurante com alimentação natural. Propõem o uso de vegetais como base alimentar. Um nº fixo de 12 estudantes e outro tanto ocasionalmente frequentam o restaurante. Há revezamento de equipes na cozinha durante a semana, pois a escola [UFV] toma muito tempo. O trabalho que necessita de participação de muitos é feito aos Sábados. Informam que há lugar para mais um membro no barraco e na vida comunitária (GRUPO ALFA, 1979).

Com a venda do imóvel de Benito Taranto, em março de 1980 o grupo de alimentação, que contava com cerca de 35 pessoas, muda-se para um terreno alugado na Rua do Pintinho nº

164, reconstruindo o barracão<sup>35</sup> no local e abrindo o Restaurante Alfa para o público, juntamente com uma lojinha de produtos naturais<sup>36</sup>.

Anteriormente, em dezembro de 1979, decorrente das discussões sobre a importância das comunidades rurais alternativas, um grupo de 12 integrantes do Alfa e uma funcionária do Banco do Brasil se organizam e adquirem um terreno de 2,5 hectares na Violeira, área rural de Viçosa, com o desafio de plantar e produzir para autoconsumo, além de fornecer ao Restaurante Alfa produtos sem agrotóxicos, oriundos desta comunidade, intitulada *Comunidade Alfa da Violeira*<sup>37</sup>. A expectativa de que a comunidade rural alternativa se consolidasse e fosse uma alternativa sustentável era muito grande. De acordo com um de seus fundadores, “a gente comprou aquela área, desde o início com a ideia de que nós não seríamos os donos daquela área, a gente tava construindo um espaço que ia se perpetuar no tempo” (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).

Em 1980, durante a greve estudantil na UFV<sup>38</sup>, os integrantes da Comunidade Alfa se dedicaram à construção da Comunidade e das hortas através de mutirões e práticas diárias. Receberam auxílio de vizinhos agricultores, como o Seu Osvaldo, que os convidou para morar em sua casa ao lado do terreno da comunidade, ao ver as dificuldades que passavam, de modo que tiveram diversos aprendizados com os agricultores em diversas técnicas, inclusive como fazer tijolos, os quais fabricaram artesanalmente trinta mil durante a greve.

Neste processo de troca do “eu” pelo “nós”, a comunidade seguia alguns princípios em comum<sup>39</sup>, tendo por motivação trabalhar, plantar e aprender – “afinal, a universidade não nos ensina o que precisamos”, sendo a comunidade uma *escola alternativa*. As decisões eram tomadas em assembleias e as tarefas divididas em uma grande tabela, havendo bastante

---

<sup>35</sup> O barracão era feito de madeira, todo verde, as mesas e cadeiras foram feitas no local por um estudante e membro do Alfa, Fernando M. Fernandes (Zé Compacto). O esgoto era canalizado via bambu gigante, que foi transportado de longe sobre bicicletas e teve seus septos removidos para passagem do líquido.

<sup>36</sup> Posteriormente esta lojinha veio a gerar a loja e marca Pró-Vida de alimentos naturais, em Juiz de Fora (MG).

<sup>37</sup> A comunidade foi formada por Maria do Rosário “Shanty”, Lindolfo Adjuto Botelho, Kleber Faria (Klebinho), José Leonardo Frossard de Paula (Leo), Crispim Moreira, Liszt Miranda, João Baptista Araújo (João Grandão), José Luiz Sepúlveda (Pardal), Julio Cadaval Bedê, André Araújo, Breno de Mello Silva, Jean Tziortiziz, Eugênio Ferrari. Posteriormente se incorporaram Maria Foureau, Maria Luzia Teixeira e José Liberato.

<sup>38</sup> A greve estudantil de 1980 paralisou a universidade por um semestre, contando com a adesão de mais de 90% dos estudantes. Esta foi deflagrada contra o aumento do preço do bandeirão e reivindicava o fim das taxas na UFV, o fim do conceito “R” (de reprovado) no histórico escolar; extinção das provas finais obrigatórias, melhores condições de ensino; liberdade de uso dos alojamentos; readmissão dos 4 professores demitidos – professores de sociologia rural de alto gabarito e viés crítico que estudavam a cultura popular da Zona da Mata, e que foram rapidamente demitidos por boicote da UFV, que alegava que o foco da instituição era a produção e não a cultura; contra o ensino pago; e pelo ensino gratuito para todos (RAMOS & SILVEIRA, 2016).

<sup>39</sup> Conforme relata Ferrari, dentre os princípios da comunidade constava: que ninguém seria dono da terra, a ideia era que novos membros fossem se agregando à comunidade conforme outros fossem se formando; e que todos deveriam trabalhar na terra, o que implicava em não fazer mais do que quatro disciplinas por período letivo na universidade e organizar sua grade de horários para ter vários turnos livres.

trabalho<sup>40</sup>. A Comunidade tornou-se um polo aglutinador, vindo pessoas de longe conhecê-la, sendo que uns vinham e ficavam por um certo tempo.

Além da Comunidade na Violeira, portanto, havia o Restaurante e o Grupo Alfa, o qual acabou enfraquecido perante as demais iniciativas, pois o conjunto do Alfa estava vivendo mais fora do que dentro do campus. Nas palavras de Ferrari:

*“Atividades de cunho mais ecológicas do grupo se diluíram muito, o Alfa acabou sendo muito essa experiência da Comunidade e do Restaurante, que se vinculava a um movimento emergente no Brasil nessa época, que era o movimento de comunidades rurais, comunidades rurais em Aquário, que era muito influenciado pelo movimento hippie, muita gente que saía da cidade e ia procurar ter uma vida mais natural no campo”* (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).

O trabalho na terra favoreceu ainda mais a incorporação da discussão e da prática da Agricultura Alternativa pelo grupo, o que se refletia nos informativos da época, que além das denúncias ambientais, divulgavam eventos como o “I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa” (Abril de 1981, em Curitiba) e a atividade com Ana Maria Primavesi na UFV, em novembro de 1980, sobre manejo ecológico de solos tropicais. Primavesi, segundo o  $\alpha$  Boletim, “é autora do livro ‘Manejo Ecológico dos Solos’, considerada a ‘Bíblia do Solo’, trabalho que todo mundo que trabalha a terra deveria ler” ( $\alpha$  BOLETIM, n. 5, 1980).

Na época praticamente não existiam bolsas para estudantes (somente de monitoria) e este era um período de enorme inflação e carências ao povo brasileiro, o que também se refletia na universidade e entre os estudantes. Assim, outra pessoa que ajudou bastante o grupo foi o Seu Itamar, dono da Padaria Progresso, que abriu as portas desta para os estudantes fazerem pães integrais de madrugada, que eram vendidos “de bicicleta e balaião” por todo o dia e consumidos no restaurante. Além de pão integral, os alfistas também vendiam torta de banana, iogurte e possuíam uma pequena lojinha de produtos naturais.

Com dedicação, arrecadaram recursos para adquirir maquinário e fortalecer o Restaurante Alfa, que, em 1982, da Rua do Pintinho mudou-se para um lote alugado do Seu Rosário na Rua dos Estudantes. O agora *Restaurante e Cooperativa de trabalho Alfa*, funcionou neste lote até 1984, momento em que se mudou para um lote vizinho, onde permaneceu até 1993. Conforme relata Ferrari, com a transformação do restaurante em cooperativa, este deixou de ser gerido apenas pelos membros iniciais da Comunidade Alfa para ser coordenado pela cooperativa formada entre os comunitários e mensalistas que se incorporaram à mesma, que tinha em torno de 30 ou 40 membros. Além de comunitários e

---

<sup>40</sup> Além do trabalho cotidiano para manter a produção de subsistência e o fornecimento do Restaurante, mutirões de trabalho tiveram de ser realizados após uma ventania que arrancou o telhado da casa da Comunidade.



cooperados – que deviam dispor de 6 horas de trabalho semanais e participar das assembleias, almoçavam no Alfa mensalistas e avulsos, sendo que em seu ápice o Restaurante chegou a servir cerca de 140 almoços diários, atuando intensamente em períodos de vestibular, o que tornava a gestão do espaço um grande desafio<sup>41</sup>.

Dentre os objetivos estipulados pelo coletivamente pelos membros do Restaurante Alfa constavam: oferecer uma alimentação saudável, em ambiente de harmonia; divulgar e apoiar movimentos culturais alternativos em suas diversas formas de expressão; auto-suficiência; proporcionar e difundir a convivência em grupo, inspirando as pessoas ao espírito comunitário, onde existe compromisso, respeito, responsabilidade, doação individual e amor; estimular o desenvolvimento Físico, Mental e Espiritual de seus membros; Proporcionar a experiência de trabalho (FGA, 2000).

Um problema enfrentado pela Comunidade Alfa da Viçeira alguns anos após sua origem foi a sucessão de comunitários, pois a esperada renovação de membros não ocorria, as pessoas foram formando, mas não entravam substitutos. De acordo com Ferrari, poucas pessoas estavam dispostas a encarar a carga de trabalho da comunidade, do restaurante, ir de bicicleta para Viçeira, sem eletricidade, e ainda estudar. O questionamento era: o que fazer com o terreno? Discussão esta que começou a figurar nas Assembleias da comunidade. Como não havia perspectiva de renovação da comunidade, a ideia de seus então três membros foi permanecer e trabalhar no sítio. Dois integrantes do recente Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV) somaram-se a estes e a produção foi intensificada, para fornecer ao restaurante e a feira da cidade. O GAAV, como veremos a frente, pode ser considerado o sucessor do Grupo Alfa de discussões.

Cabe lembrar que os anos 1980 foram marcados por uma intensa efervescência política e social no país. Isto se deu em todas as frentes de atuação populares (movimentos sociais, sindicais, partidários) e foi acrescida à chegada ao Brasil das discussões sobre tecnologias alternativas para a agricultura em fins dos anos 1970, com a criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que se estruturou e expandiu ao longo dos anos 1980, chegando também à Minas Gerais e Viçosa:

---

<sup>41</sup> A gestão do Restaurante não era simples, ocorrendo diversos problemas, principalmente financeiros e de pessoal, o que levou a necessidade de se constituir uma gerência para coordenar os cooperados e demais coordenações (de compras, serviços gerais, relações públicas, roça), sendo os principais cargos os departamentos de pessoal e o financeiro. O problema da falta de compromisso dos participantes, fluxo e refluxo de integrantes e mesmo de organização interna, foram alguns dos principais problemas apontados no âmbito do Restaurante através do questionário aplicado.

Neste período, em Minas Gerais, o principal contato do PTA tornou-se o assessor de política agrícola da FETAEMG<sup>42</sup>, Edmar Gadelha, que, em 1986, ajuda o PTA a organizar um Encontro Estadual de Agricultura Alternativa que reuniu cerca de 200 participantes, entre agricultores, técnicos e, principalmente, estudantes. Nesse evento se constituiu uma equipe do PTA/FASE, com o objetivo de articular uma rede de experiências de tecnologias alternativas em Minas Gerais (MAFRA, 2006, p. 7).

Ainda em 1986, Edmar Gadelha, que tinha a função de identificar experiências e grupos que trabalhavam com agricultura alternativa no estado, participou de um seminário em Viçosa e conheceu a experiência do GAAV e da Comunidade Alfa da Viçosa, estreitando laços com estes. Assim, iniciou-se a parceria dos estudantes com Gadelha e a Rede PTA. Ferrari relata, que por intermédio de Edmar, se candidatou a uma bolsa da Fundação Ashoka para “*agentes inovadores para o bem estar social*”, sendo selecionado, além de conseguir mais um financiamento para realizar encontros de trabalhadores rurais nos municípios.

Com este recurso, foram realizados encontros reunindo cerca de 500 agricultores de 15 municípios, envolvendo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) que estavam sendo criados na região. Segundo Ferrari, nestes encontros Gadelha “*fazia todo o discurso da agricultura alternativa, da crítica à modernização da agricultura e a gente entrava com as experiências práticas que a gente tinha, de produção de compostos, caldas, experiências mais técnicas*”. Nestes, também foi discutida a proposta de criação de um Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), inspirados em outros centros já existentes. Em síntese, “*a origem do CTA veio desse contato de um grupo de estudantes que vieram do Alfa e alguns do GAAV – e que decidiram ficar aqui – com o movimento sindical e com a Rede PTA, surgindo a ideia de criar o CTA*” (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).

Na mesma época, iniciava na região a organização do movimento sindical, com apoio do Movimento Boa Nova (MOBON), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que fomentavam a organização dos trabalhadores a partir das concepções da Teologia da Libertação<sup>43</sup>, processo este que contribuiu com a fundação do CTA-ZM e também foi fortalecido por sua atuação, conforme explica Mafra (2006, p. 10):

A partir de 1985, surgem novos sindicatos na região vinculados à Articulação Sindical da Zona da Mata. Esses sindicatos vão ter influência cebista, apoio da Comissão Pastoral da Terra, rompendo com a FETAEMG, identificando-se com as propostas da CUT e articulando-se também com o Partido dos Trabalhadores (PT).

---

<sup>42</sup> Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais.

<sup>43</sup> Tendo em vista as mazelas sociais sofridas pelos povos latino americanos, parcelas da Igreja Católica, influenciadas pelas resoluções do “Concílio Vaticano II” (1964), da “II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano” (1968, Colômbia), e pela opção pelos pobres, reorientaram sua atuação no sentido da transformação social e se dedicaram a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais sociais, contribuindo assim, a partir das concepções da Teologia da Libertação, para a construção de diversos movimentos populares, urbanos e rurais (SCHERER-WARREN, 1993).

(...) A relação fortemente estabelecida entre CEBs, CTA-ZM, alguns STRs e o PT vai, posteriormente, ter uma influência grande sobre a imagem e aceitação das propostas do CTA-ZM em alguns locais.

O CTA-ZM, portanto, não nasceu de uma iniciativa direta do PTA, mas contou com seu fundamental apoio, que auxiliava na captação de recursos junto aos entes financiadores, recursos estes que viabilizaram a estruturação da entidade. O CTA originou-se de um conjunto de sujeitos e relações estabelecidas na região, contando com componentes espiritual, técnico e político na formação da base da rede do movimento agroecológico neste território.

Logo, o problema do que fazer com a terra foi resolvido – esta fora doada ao CTA-ZM, fundado em 1987, dando início a um novo e ampliado processo de construção da agroecologia na região, conectado a uma rede nacional e que desde então possibilitou avanços qualitativos através da articulação de um conjunto de atores no cenário local. As leituras críticas e experiências obtidas por estudantes no Alfa e GAAV, favoreceram a construção de um trabalho dialógico com os agricultores, sob uma perspectiva extensionista comunicativa, por parte do CTA-ZM, conforme palavras de Ferrari:

*“A própria vivência com os agricultores que nós tivemos, aprender a escutar, conversar, ser entendido, era o que chamava muito a atenção dos agricultores no início do CTA. A gente começou a ir pros municípios, mas o contato que eles tinham com técnicos era muito diferente do nosso: era o cara que chegava de boné, com canivete na cintura, falando o que devia ou não fazer; e nós o oposto: a gente chegava querendo ouvir, querendo conversar, valorizando as coisas que eles faziam, e muito disso a gente aprendeu durante essa vivência nos grupos”* (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).

Já no início dos anos 1990, o Restaurante que então contava com 33 cooperados, conquistou o direito a utilizar a Casa 16 da Vila Gianetti. Isto se deu após o Alfa articular um movimento dos grupos alternativos durante as eleições para reitoria em 1992<sup>44</sup>, a fim de conseguirem, principalmente, espaço físico no campus – aproveitando que a Vila Gianetti estava deixando de ser moradia dos professores – e obter o comprometimento dos reitoráveis com a demanda, dentre elas a casa na Vila Gianetti. O compromisso assumido foi cumprido e desde 1993 ou início de 1994 (de acordo com distintas fontes) o Restaurante e Cooperativa Alfa mudou-se para a Casa 16, onde funcionou até 1998, chegando a servir uma média de 40 almoços diários. Além dos almoços de segunda a sábado, havia uma biblioteca do grupo, a

---

<sup>44</sup>Eleição esta que, assim como a de 1988, foi paritária – 1/3 do peso da votação por categoria –, o que somente viria a ocorrer novamente a partir de 2008. Os estudantes ligados aos grupos alternativos souberam aproveitar este momento e fizeram convites formais para que todos os candidatos comparecessem ao Restaurante Alfa em dias distintos e pré-agendados, para uma conversa informal em que estes apresentassem suas propostas e conhecessem o trabalho dos grupos. Os grupos articulados neste processo foram: Alfa, GAAV, Horta Orgânica, Circo Sem Lona, EDAA, Biodinâmica, Entre-Folhas, Jornal Alimentar-te e SEA – alguns dos quais desconhecemos o significado das siglas e a temática de atuação.

garagem funcionava como oficina de teatro, eram realizadas Assembleias Semanais – em que se definia uma comissão executiva, responsável pela administração do restaurante junto aos demais membros –, e a casa também era utilizada por outros coletivos.

Além das refeições diárias, o Restaurante Alfa promovia Lanchões Culturais aos domingos à noite, com a apresentação de artistas locais ou de fora – prática que já era realizada anteriormente ao uso da Casa 16, amostras dos trabalhos dos demais Grupos Alternativos, rodas de conversa, seminários e cursos sobre alimentação natural, além da manutenção de sua biblioteca. Os princípios definidos pelo grupo eram: “trabalho comunitário; alimentação ovo-lacto-vegetariana com alimentos integrais produzidos organicamente, sem resíduos químicos; compromisso com a verdade, assectarismo, fraternidade, harmonia e respeito à natureza” (FGA, 2000)

Paulatinamente o grupo foi se desarticulando e não dando conta das tarefas que precisavam ser realizadas para se manter um restaurante cooperativado. Fernando Silveira Franco, que participou do Restaurante e foi seu gerente em anos anteriores, relata que ele e sua esposa – que foi coordenadora de cardápios – foram procurados à época para repassarem um pouco de sua experiência aos então membros, como ensinar a fazer pão, a diversificar os cardápios, etc. Porém, observa Fernando, os integrantes já não tinham a mesma predisposição e perfil, ao ponto de ter sido contratada uma cozinheira de fora, de modo que o impulso inicial foi se perdendo e a situação se tornou insustentável. Assim, com o enfraquecimento do grupo, em 1998 o Restaurante Alfa encerrou suas atividades, mantendo-se apenas por um tempo os Lanchões Culturais um domingo por mês, com música, saraus poéticos, debates e lanches.

Com base na autonomia da juventude, por mais de duas décadas o “universo” Alfa representou um processo contra-cultural em Viçosa, pelo qual passaram centenas de estudantes que ao mesmo tempo que buscavam mudanças sociais se modificavam a si mesmos, realizando ações práticas e formando uma consciência alternativas ao que a UFV oferecia. Desta trindade – Grupo Ecológico, Restaurante e Comunidade – uma, diversas outras entidades e processos sociais foram desencadeados, desde lojas de produtos naturais, ONG agroecológica, e novos grupos agroecológicos no âmbito da universidade, gerando assim, importantes contribuições ao movimento agroecológico brasileiro e quiçá, mundial.

Mais recentemente, em 2011, os estudantes ligados aos grupos agroecológicos da UFV, criaram o Grupo Alfa de almoço vegetariano, sediado na Casa 18 da Vila Gianetti, cujo nome foi escolhido em homenagem a um dos primeiros grupos alternativos desta universidade, mantendo a tradição “contra-culinária” iniciada pelo Alfa em Viçosa.

#### **4.1.1 Práticas educativas do Grupo Alfa**

Analisando o histórico do Grupo Alfa, compreendemos que desde suas primeiras ações este contribuiu com processos de inovação metodológica na UFV, integrando estudantes e docentes de diversas áreas em atividades mais horizontalizadas, bem como pautando temas ligados à ecologia, agricultura e sociedade.

A metodologia adotada no *Ciclo de Estudos* de 1977 – explanação inicial, seguida de discussões em grupos e socialização final – diferenciava-se de uma simples exposição do palestrante, ao incentivar o diálogo e a reflexão coletiva de forma mais horizontalizada e participativa, apresentando, portanto, princípios da educação popular. Em seu relato, Anôr reconhece que em termos pedagógicos, “*não tínhamos um cabedal metodológico, como o CTA hoje tem*”. Porém, naquele momento, o formato adotado no ciclo de estudos constituía uma novidade para a UFV, expressando o potencial educativo do movimento estudantil ambientalista e seu caráter inovador frente às relações tradicionais de ensino e aprendizagem.

As ações de intervenção direta, campanhas e comunicação, eram marcadas por uma postura irreverente e questionadora, que a partir da problematização da realidade dada, formava consciências críticas. A comunicação era, portanto, uma importante frente de atuação, como forma de disseminar informações, opiniões e propostas, além de convidar os interessados a participarem das atividades do grupo. Segundo dados da pesquisa, para além do “diálogo boca a boca”, algumas das principais ferramentas e estratégias comunicativas eram a distribuição de jornais, boletins e textos mimeografados, venda de cartilhas e adesivos, colagem de cartazes e pintura de faixas, intervenções durante as aulas assistidas, passadas em turmas (percorrer as salas no horário de aula para um aviso rápido ou um chamado aos estudantes), e a realização de intervenções públicas. Todas estas práticas mesmo que informais, assumem um caráter pedagógico.

O baixo incentivo para práticas de pesquisa e extensão na universidade durante o período de existência do Grupo Alfa restringiu sua atuação nestas áreas, de modo que suas investigações ficavam limitadas a pesquisa bibliográfica por meio do exercício da síntese e reflexão e de trabalhos em parceria com docentes, e da extensão através de atividades para o público universitário e externo em momentos específicos. Assim, poucos integrantes do Alfa elaboraram trabalhos acadêmicos durante seu envolvimento com o grupo. Já em termos do ensino universitário, os estudantes protagonizavam ações educativas por iniciativa própria por discordarem do modelo formativo vigente na universidade, conforme texto publicado:

A universidade brasileira, como segmento da sociedade mostra hoje uma crise acentuada, muito por desconsiderar as novas idéias que surgem e são abafadas por um sistema de ensino massificante. O conhecimento já existe e deve ser transmitido por pessoas treinadas e por isso competentes. Aos estudantes é jogado uma quantidade enorme de informações de uma forma que ficam todo o tempo preocupados em destrinchar este novelo, em passar de ano, não questionando se está ou não se desenvolvendo. (...) As pessoas se desinteressam pela pesquisa, saindo da escola como continuísta do “status quo”. (...) Uma criança tem muito a aprender com um velho, mas também tem o que ensinar. Deve haver um respeito maior pelo estudante. A formação não é simplesmente técnica, mas também filosófica, metafísica, humana e natural (α BOLETIM, n. 5, 1980, p. 2).

Os membros do Alfa defendiam, portanto, uma perspectiva holística de aprendizagem, conectada à totalidade dos processos. Acreditavam que o papel da universidade era subsidiar o estudante, que seria, a partir de seus interesses e aptidões, o principal responsável por sua formação (α BOLETIM, n. 5, 1980). Esta crítica à desconsideração de saberes por parte da universidade aponta ao questionamento dos conteúdos e desperdício de experiências promovidos pela instituição, denunciando seu modelo pedagógico massificante e homogêneo.

Na matriz formativa vivenciada no Grupo Alfa, o trabalho cooperativo entre os estudantes e destes com a terra, produzindo alimentos em comunidade, configurou um importante princípio pedagógico e fonte de aprendizados, muitos dos quais obtidos junto aos agricultores. O trabalho coletivo, efetivado através de mutirões, fez da prática e da experiência cotidiana, junto aos estudos teóricos, o caminho para construção do conhecimento. Somado aos espaços não formais de aprendizagens, os momentos informais de trabalho na comunidade, aprendizados culinários<sup>45</sup> no restaurante, das excursões, acampamentos e atividades culturais, possibilitaram uma formação ampliada aos alistas.

A cultura como prática educativa foi outra característica marcante no Alfa. A realização de eventos, como apresentações artísticas, os Lanchões Culturais, dentre outros, foi fator de integração, harmonia e fomento do potencial criativo dos estudantes.

Os dados investigados indicam que ao longo de sua trajetória, o “complexo” Alfa construía diversas atividades educativas, através de um conjunto de estratégias pedagógicas e metodologias participativas (Figura 5), realizadas em momentos educativos não formais e informais. Estas ações buscavam questionar o conhecimento imposto, gerar vivências e eram direcionadas centralmente aos estudantes, aos membros do próprio grupo, a comunidade externa e a agricultores, variando a cada ano em termos de intensidade.

---

<sup>45</sup> A busca e experimentação por uma alimentação natural e alternativa no Restaurante Alfa gerou receitas culinárias que perpassaram gerações e ainda são saboreadas na atualidade. Confira algumas destas receitas em: <[http://grupo-alfa-eco-sustenta.blogspot.com.br/p/cardapios-e-receitas\\_20.html](http://grupo-alfa-eco-sustenta.blogspot.com.br/p/cardapios-e-receitas_20.html)>. Acesso em: 29 set. 2016.



Figura 5: Principais práticas educativas construídas pelo Grupo Alfa.

Este conjunto de práticas educativas, a partir da valorização da participação coletiva e da interação entre saber e fazer, por meio de estudos, do trabalho e de vivências comunitárias, permitem considerar o Alfa uma “escola paralela”, face os aprendizados gerados neste processo. Data dos anos 1970 a aproximação entre agroecologia e educação popular na UFV, processo este que contribuiu para formação diferenciada dos estudantes e possibilitou a geração de inovações metodológicas significativas que, na atualidade, favorecem a construção do conhecimento agroecológico.

#### 4.1.2 Pegadas, legados e parcerias do Grupo Alfa

O Alfa iniciou seus passos nos tortuosos caminhos ditatoriais; pautando a consciência ecológica, abriu clareiras nas trilhas para democracia no país; de forma autônoma construiu debates, restaurantes e comunidades; caminhou da ecologia para a agricultura alternativa, passando pela contracultura; junto aos defensores e pioneiros da agricultura alternativa, colocou a prática em movimento; marchou em defesa da universidade pública e ajudou a direcioná-la para a questão socioambiental e a construção de novas práticas educativas. Seus passos, dados entre 1975 e 1998 enquanto grupo, restaurante e comunidade estudantis, em

distintos momentos, deixaram profundas marcas na universidade, na sociedade e nos sujeitos deste processo.

Com base em seu histórico, podemos afirmar que a *pegada* do Grupo Alfa geralmente esteve ligada a discussão - e intervenção - da ecologia, da alimentação natural, da agricultura alternativa e da vivência em comunidade, permeadas pela contracultura (Figura 6). Enquanto parte da gênese da agroecologia no Brasil, suas ações desenvolveram-se principalmente no âmbito do *Movimento* (ecológico e de agricultura alternativa) e da *Prática* (trabalho coletivo na comunidade, restaurante, sítios), desdobrando-se em atividades educativas, tais como estudos, leituras, seminários e campanhas, buscando a conexão entre teoria e prática (*práxis*).

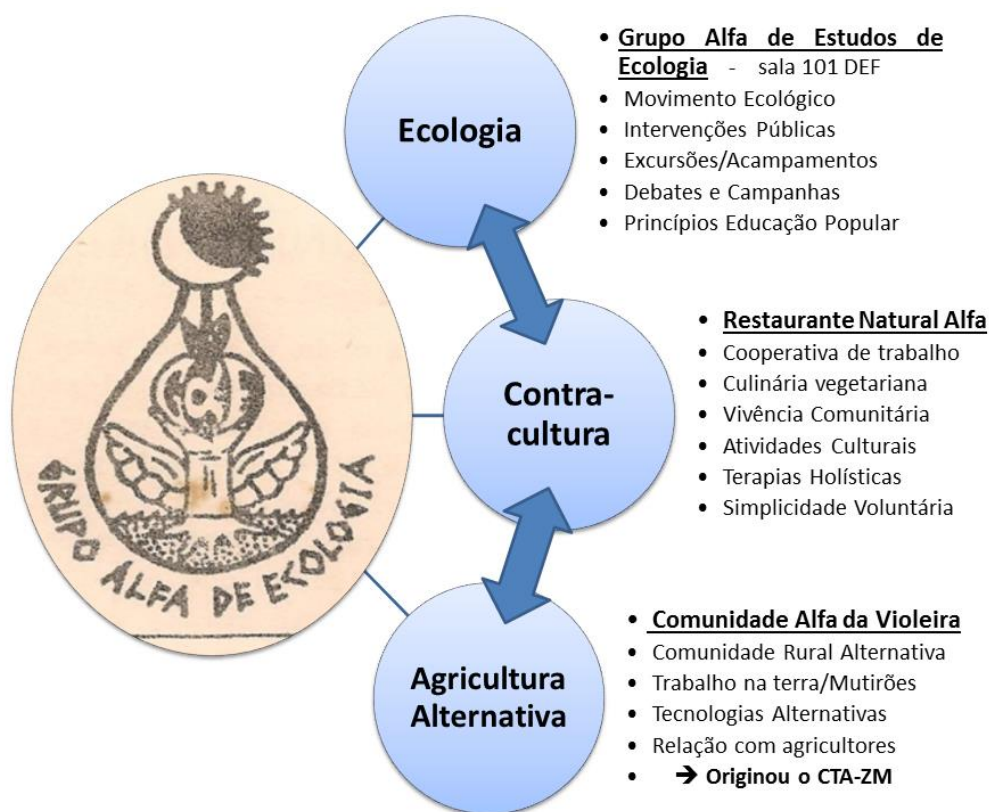


Figura 6: Pegadas do Grupo Alfa e suas principais características.

A interação entre ecologia, contracultura e alimentação natural em uma universidade de caráter agrário favoreceu a construção da prática e do movimento de agricultura alternativa, através do Grupo Alfa, conectando dinâmicas sociais locais a processos mais amplos, que vinham repercutindo no país, a partir da ascensão de diversos movimentos alternativos e organizações sociais no contexto de redemocratização do país.

Cabe considerar que o Alfa não era o único espaço extracurricular construído por estes estudantes, pois dentre os participantes da pesquisa, poucos foram os que se dedicaram



exclusivamente ao Alfa, tendo participado também de CAs, DCE, UNE, Executivas de curso, do Grupo de Estudos de Educação Popular, e de outros grupos alternativos, como o GAAV, Entre Folhas<sup>46</sup>, o Grupo/Restaurante Raios de Sol<sup>47</sup>, e culturais, como o Galpão – Banana da Terra<sup>48</sup>. Estas entidades e grupos estudantis foram algumas das principais parcerias do Grupo Alfa, que também se relacionava com um pequeno número de professores, servidores, agricultores, grupos espiritualistas, outras comunidades rurais alternativas e constituiu parceria com a Rede PTA, CEBs, STRs, e o próprio CTA-ZM. Estas parcerias (Figura 7) formam parte importante da gênese da rede do movimento agroecológico local e regional.

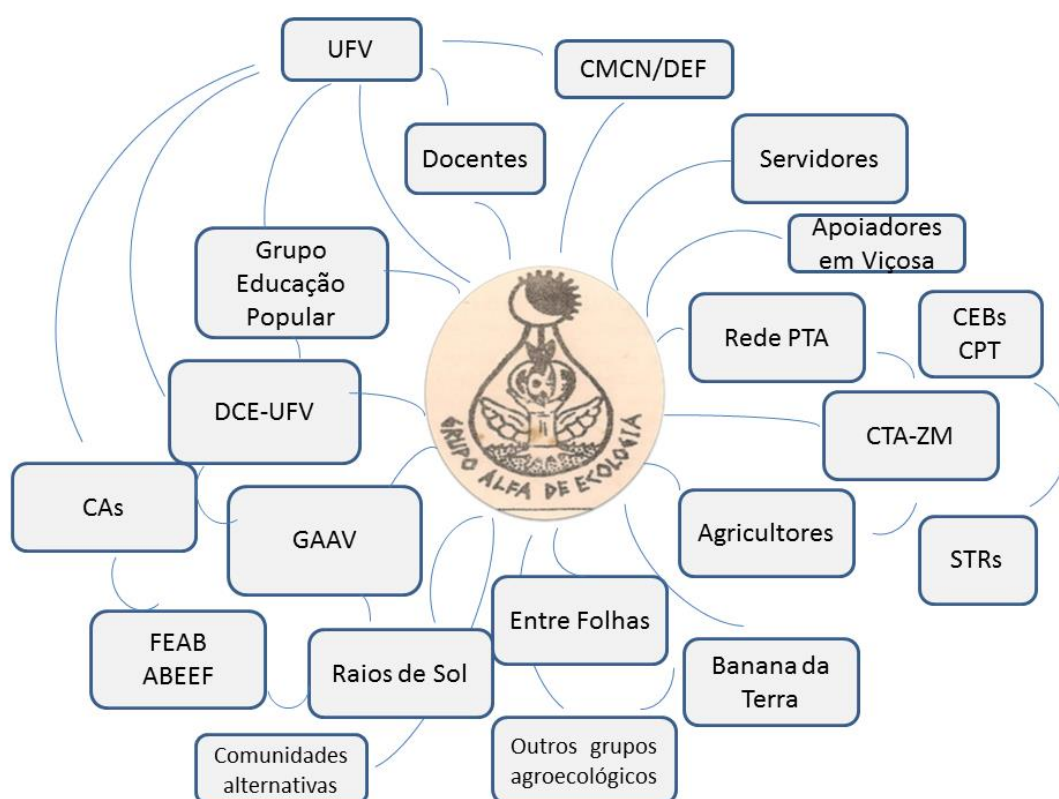


Figura 7: Principais parcerias do Grupo Alfa.

A rede de parceiros estabelecidos pelo Alfa possibilitou um maior diálogo e construção de ações em comum, seja junto aos parceiros internos à UFV, seja com os apoiadores externos, de modo que se em seus primeiros anos o Alfa atuava principalmente na

<sup>46</sup>Segundo informações verbais de Irene Maria Cardoso, um dos antecedentes do Grupo Entre Folhas, foi o cultivo de uma horta medicinal ao lado do Barracão do movimento estudantil, em 1983, e também um curso de plantas medicinais, ambos promovidos pela Diretoria de Extensão do CA Agro. O Grupo Entre Folhas, atuante na área das plantas medicinais e terapias holísticas, foi formado em 1989 e fundado enquanto Organização Não Governamental (ONG) em 1991, com sede no campus da UFV – a Casa 18 entre 1991 e 1997, e desde então a Casa 20 da Vila Gianetti. Para mais informações sobre seu histórico consultar Almassy Junior (2000).

<sup>47</sup>O Raios de Sol foi outro restaurante natural (macrobiótico) construído por estudantes da UFV nos anos 1980.

<sup>48</sup>Para mais informações sobre o vínculo entre o Alfa e a Estrutura de Arte Banana da Terra, atual Galpão, assista ao filme “Banana da Terra”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=acJ69jAii2g>>.

universidade, posteriormente se afastou desta, retornando em seus últimos anos para uma sede no campus. Já as relações do grupo com a instituição variavam entre o conflito e o diálogo, tendo sido praticamente uma unanimidade, na pesquisa, o apontamento do baixo incentivo e reconhecimento da UFV como uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Alfa em sua história. Por outro lado, este fazer “à margem do sistema” universitário e os poucos recursos do grupo, geravam motivação para que os estudantes batalhassem para garantir sua sustentação.

A participação no Alfa foi um marco na vida de muitas pessoas formadas na UFV, ao longo de suas distintas gerações. Assim, a filosofia, metodologias de trabalho do grupo, bem como a elaboração e utilização das estratégias pedagógicas diferenciadas fizeram parte do cotidiano do Alfa desde seus primeiros anos, gerando uma série de aprendizados. Do mesmo modo, as vivências comunitárias, o trabalho coletivo e o aprendizado na prática, tanto no Restaurante como na Comunidade, trouxeram aportes significativos aos seus participantes.

De acordo com os participantes da pesquisa, a principal contribuição do Alfa para eles foi terem se tornado *profissionais com compromisso socioambiental*, mesmo sem este ter sido seu objetivo central quando ingressavam no grupo. As leituras de obras de José Lutenberger, Ana Maria Primavesi, Adilson Paschoal, Edson Hirochi, Paulo Freire, de textos ecológicos, espiritualistas, etc. certamente favoreceram esta formação. Além disso, identificamos diversas contribuições importantes na formação pessoal e profissional destes sujeitos (Figura 8), o que demonstra que o grupo cumpria com diversos de seus objetivos.

Refletindo sobre o caráter formativo de sua participação no movimento estudantil, na Comunidade, Restaurante/Cooperativa e no GAAV, dentre outros, Ferrari considera que estes eram importantes “*espaços paralelos de formação*”, uma “*escola e tanto*”. Ele identifica os aprendizados práticos, acadêmicos, o trabalho e vivência em grupo, o contato com a agricultura familiar e a relação diferenciada com os agricultores gerada por este vínculo, como algumas das principais contribuições à sua formação:

*“Tudo que eu aprendi, eu não vou negar que teve muito conhecimento técnico que a universidade forneceu (...) mas eu aprendi mesmo o que é o plantio de arroz, feijão, milho, horta e tal, foi no Grupo Alfa, que era uma experiência prática (...) não tínhamos ideia do que era agricultura familiar e a gente começou a ter contato na Violeira, pelo convívio com as pessoas (...) não era só trabalho, era a vivência em comunidade, trabalhar todos juntos, criar um restaurante, administrar ele, fazer feira, era muito aprendizado (...) Do ponto de vista acadêmico, vários encontros que a gente fez, trazer a Ana Maria Primavesi, a gente estudou, debateu o livro dela, era um conteúdo que a universidade não oferecia, a possibilidade que a gente tinha de ter contato com essas teorias, com esses pesquisadores, era através do Alfa e GAAV. (...) Depois, quando me tornei técnico e fui coordenador do CTA durante um tempo, esse aprendizado todo foi fundamental”* (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).

Assim, o Alfa propiciou contribuições não apenas em nível individual, mas à própria construção da agroecologia, ao protagonizar um movimento alternativo e autônomo muito ligado à dimensão da prática coletiva, que estando inserido no meio universitário, teve repercussões na formação de profissionais diferenciados, muitos dos quais ainda hoje contribuem com o avanço da construção do conhecimento agroecológico no âmbito científico em diálogo com as comunidades.

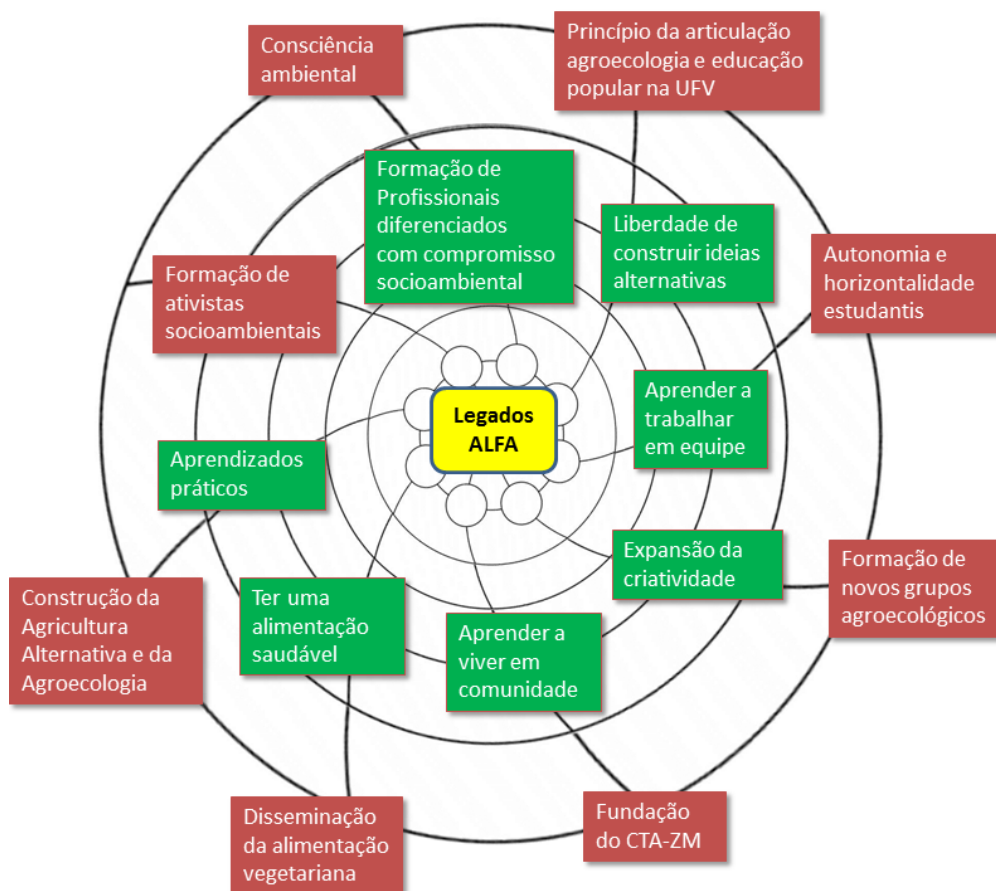


Figura 8: Legados profissionais e sociais do Grupo Alfa.  
Obs.: Profissionais em verde, sociais em vermelho.

Na atualidade, muitos ex-alfistas seguem atuando direta ou indiretamente com a questão ambiental, agroecológica e da saúde, seja como professor/a, pesquisador, servidor público, terapeuta holística, sendo que alguns inclusive ocupam espaços importantes em órgãos e entidades nacionais e internacionais. Mais de 50% daqueles que responderam o questionário pelo Grupo Alfa seguem vinculados à alguma ONG, movimento social e a questão ecológica e agroecológica. Nas palavras de Fernando M. Fernandes,

*“Éramos considerados subversivos, por causa do nosso discurso ecológico, da militância ambiental e pelas críticas que fazíamos à UFV, na época muito conservadora e nada conservacionista. Mas esta luta valeu, muitos anos depois alguns dos nossos colegas viraram professores da UFV e contribuíram em muito para mudar as coisas lá dentro. Outros de nós saímos pelo Brasil afora aplicando nosso conhecimento e experiência na área ambiental e agroflorestal. Um dos membros do Grupo, Crispim Moreira, hoje é o responsável pelo escritório da FAO na Bolívia”* (Questionário 03 – Fernando M. Fernandes).

O fato de ter semeado tantas sementes, que geraram tantos frutos dentro e fora do campus, seja individualmente, seja coletivamente, como a criação do CTA-ZM e de outros grupos e processos agroecológicos impulsionados pelas condições criadas, expressa a importância deste processo iniciado há mais de 40 anos na UFV de formação de um coletivo estudantil que desde seu nascimento demonstrava preocupação com a formação de futuros profissionais que possuíssem “uma ideia clara a respeito da conservação do meio ambiente e da utilização racional dos recursos naturais renováveis” (GRUPO ALFA, 1977a).

#### **4.2 Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa - GAAV**

Com o avanço da crise do regime ditatorial e o processo de abertura democrática, nos anos 1980, as contradições sociais do país foram se tornando mais explícitas. Isto propiciou um intenso processo de organização popular e sindical, tanto no meio urbano, como rural. Foi nesta época, também, que se tornaram mais explícitas as consequências sociais e ambientais do processo de modernização conservadora da agricultura, evidenciando os seus impactos negativos sobre a estrutura fundiária – intensa expulsão populacional do campo e concentração de terras; sobre os agricultores camponeses – dependência das grandes empresas produtoras de insumos; e o meio ambiente – doenças e contaminações geradas pelo uso de biocidas, degradação dos solos e ecossistemas.

Em reação à agricultura moderna ou convencional, marcada pelo uso de pacotes tecnológicos com vistas à produção de monoculturas em larga escala, surgiu a Agricultura Alternativa, composta por diversas vertentes que há décadas vinham se desenvolvendo, como a agricultura biodinâmica, orgânica, biológica, ecológica, a permacultura e as tecnologias apropriadas, que a despeito de sua diversidade, possuem pontos em comum e uma perspectiva holística (JESUS, 1985).

A emergência do movimento de agricultura alternativa no Brasil dos anos 1980 se deu, em parte, pela publicação de obras críticas ao processo modernizador e à realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs) a partir de 1981, por parte dos

pioneiros da agricultura alternativa e de associações profissionais e estudantis da área da agronomia junto a outros setores organizados (VILLAR et al., 2013).

A emergência deste movimento no Brasil polarizou as distintas propostas de agricultura (convencional e alternativa) e esta polarização refletiu também na UFV, levando muitas pessoas a se posicionar em um dos dois pólos. Assim, à medida que se intensificavam as críticas ao paradigma moderno de agricultura e suas implicações na formação profissional universitária, estudantes ligados ao Grupo Alfa de Ecologia em conjunto com membros do Grupo/Restaurante Raios de Sol, CA de Agronomia, FEAB e outros colegas, deram origem, em 1983, ao *Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa* (GAAV), o primeiro grupo alternativo vinculado especificamente a esta temática na UFV.

De acordo com Ferrari, um dos fundadores do grupo, este surgiu não apenas para difundir uma visão crítica quanto aos rumos da agricultura, mas também para compartilhar os estudos e práticas em agricultura alternativa que alguns de seus membros já vinham realizando, e destaca que o GAAV “*adotava um posicionamento mais político dentro da universidade*”, recebendo contribuições das experiências do Alfa, ao mesmo tempo em que influenciava para uma maior reflexão crítica neste:

*(..) as coisas foram se concatenando, a gente foi conseguindo fazer essa articulação, dessa preocupação ecológica com uma produção mais sustentável do ponto de vista ecológico, da articulação com a agricultura familiar, com as tecnologias alternativas, que partiam da crítica de que a tecnologia não é neutra, e que esse tipo de tecnologia moderna que a gente aprendia aqui na universidade, ela estava relacionada a um projeto de sociedade, um projeto político e econômico de uma determinada classe, um determinado setor, e que a tecnologia trazia uma série de implicações, como a dependência dos agricultores, os impactos no meio ambiente, os impactos sociais que trazia* (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).

Em termos de atuação, o Alfa dedicou mais seus esforços para fora do campus, através da Comunidade e do Restaurante, e menos ao Grupo de Estudos. O GAAV, por sua vez, retomou o interesse pelos estudos e teve uma presença mais sólida na universidade.

No GAAV, inicialmente eram realizados diversos debates, seminários e apresentações de monografias de conclusão de curso (denominados seminários) relacionadas à agricultura e tecnologias alternativas. A extensão universitária em comunidades, ainda que pontual, também constituiu parte das ações do grupo desde o seu princípio, de modo que em 1983, por intermédio de um docente do Departamento de Extensão Rural junto a uma instituição estadual, os integrantes do GAAV passaram a “*desenvolver um projeto de extensão lá no Alto Jequitinhonha, com a Escola Helena Antipoff – depois um membro do grupo foi até trabalhar lá nessa escola*”, conforme relata Ferrari. Com base em aportes de Paulo Freire (1983), os

estudantes buscavam realizar uma prática extensionista diferenciada do modelo tradicional em suas atividades de visitas a agricultores e acompanhamento em campo, através de uma postura dialógica, o que aproximou-os do Departamento de Educação da UFV e a leitura de outros autores do campo educacional.

A discussão técnica e teórica do grupo era complementada por sua participação em atividades nacionais do movimento de agricultura alternativa. Em 1984, o GAAV e o CA de Agronomia organizaram um ônibus para o II EBAA<sup>49</sup>, em Petrópolis-RJ o que lhes colocou em contato com importantes referências do movimento em nível nacional<sup>50</sup>:

*(...) esse encontro foi bastante importante, porque a partir dele a gente conheceu e começou a ter contato com esse movimento que tava surgindo no Brasil, que era a partir do P.T.A. da FASE. Conhecemos o Jean Marc e as pessoas envolvidas no projeto, e ao mesmo tempo aquelas outras pessoas que na época tentavam criar a Associação Brasileira de Agricultura Orgânica, puxada principalmente pelo Adilson Paschoal, pela Ana Maria Primavesi, e tinham então essa perspectiva de criação já naquela época de uma associação de caráter mais científico (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).*

A integração do GAAV ao movimento estudantil sempre foi uma característica marcante deste coletivo. Todos os participantes da pesquisa afirmaram ter participado de outras entidades ou grupos, como o Alfa, CA Agro, DCE-UFV e FEAB. Em meados dos anos 1980, após a transferência da sede do movimento estudantil do Barracão, localizado atrás do Prédio Arthur Bernardes, para o Porão do Centro de Vivências, o grupo passou a ter como sede a sala 13 do Porão, o que estreitou seu vínculo com as demais entidades estudantis. Nesta, constituiu-se um considerável acervo bibliográfico, composto por revistas, livros, apostilas teóricas e práticas, que contribuía para os estudos e formação dos estudantes.

A parceria entre o GAAV, o CA de Agronomia e a FEAB gerou a realização de diversas atividades em conjunto, sendo que diversos membros participavam de ambas organizações<sup>51</sup>. Podemos citar como exemplo desta construção coletiva, a realização do IV

---

<sup>49</sup> Na primeira edição do EBAA, realizada em Curitiba/PR, 1981, 05 estudantes da UFV participaram do mesmo. As demais edições foram em 1984 – Petrópolis/RJ; 1987 – Cuiabá/MT; e 1989 – Porto Alegre/RS (LUZZI, 2007). Nestes a UFV participou com uma delegação maior, um ônibus em cada um dos eventos.

<sup>50</sup> Além do envolvimento com o movimento em âmbito nacional, existem correspondências de 1984 que indicam contribuições do GAAV para a articulação de uma Associação Mineira de Agricultura Alternativa (AMAA) junto a outras entidades mineiras, o que, porém, acabou não se concretizando (GAAV, 1984). Além disto, o GAAV foi um dos responsáveis pela parte técnica de cursos promovidos pela ONG Rede-MG, formada após o I Encontro Estadual de Agricultura Alternativa de Minas Gerais, realizado em 1986 (CINTRÃO, 1996).

<sup>51</sup> Os vínculos entre o GAAV, outros grupos alternativos e entidades tradicionais do movimento estudantil eram bastante estreitos, sendo comum que um estudante integrasse as duas entidades ao mesmo tempo. Relatos do Projeto Memória do Movimento Estudantil da UFV (PMME) indicam que em momentos que os estudantes ligados à FEAB perdiam as eleições do CA Agro, as reuniões da FEAB passavam a ser realizadas na sala do GAAV e não mais no CA, e mais estudantes ligados a esta executiva de curso passavam a participar do GAAV, de modo que Viçosa fortalecia a construção do Núcleo de Trabalho Permanente em Agricultura Alternativa (NTP-AA) da FEAB, se articulando com outras universidades (GAAV, 1991). Neste sentido, a

Simpósio de Sociologia Rural e do II Simpósio de Agricultura Alternativa<sup>52</sup>, ambos em 1987 na UFV (GAAV, 1986). Outro importante evento realizado em 1987 que contou com a participação dos estudantes da UFV foi o III EBAA, que reuniu mais de 3 mil pessoas em Cuiabá/MT.

Todo este processo, acrescido à fundação do CTA-ZM em 1987 por estudantes oriundos do Alfa e GAAV em articulação com a sociedade, aponta para o avanço da discussão e de aprendizados sobre a agricultura alternativa neste período de redemocratização do país, o que implicou inclusive no surgimento de novos grupos alternativos na UFV, como o Grupo da Horta Orgânica (H.O.), que trabalhava na Horta Velha da UFV, e o Grupo Entre Folhas, formado em 1989 e atuante na área de plantas medicinais.

Além das parcerias, os instrumentos de comunicação do grupo também se multiplicaram, utilizando para além do diálogo, de cartazes, panfletos, faixas e passadas em aulas. A utilização de cartas e fax para se comunicar com outras entidades nacionais, internacionais, e com os próprios estudantes, foi uma constante em praticamente toda a história deste coletivo<sup>53</sup>. O caráter desta comunicação sempre foi marcado por um viés crítico e militante, denunciando o modelo agrícola e a estrutura agrária brasileira.

O GAAV, atuando junto aos parceiros, contribuía em ações de pesquisa com estudantes de pós-graduação<sup>54</sup>, e de extensão, contribuindo com a implantação do programa do milho crioulo no município de Ervália-MG, em parceria com a CEB local e o CTA-ZM no início dos anos 1990<sup>55</sup>, além de terem participado do Encontro Nacional de Sementes Crioulas. Desta forma, o grupo colaborava para o avanço do movimento de agricultura alternativa em nível local, regional e nacional.

---

vitória pela luta pelo Currículo Mínimo de Agronomia e a realização do XVII Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia (CONEA), ambos em 1984 na UFV (RAMOS & SILVEIRA, 2016), também contaram com a participação e apoio do GAAV. Mais tarde, em 1990, novamente o GAAV contribuiu para a organização do XXIII CONEA, e em 2005, do XLVIII CONEA, ambos em Viçosa.

<sup>52</sup> Em ofício de solicitação de apoio a estes simpósios, GAAV e CA Agro afirmavam que iriam realizar diversos eventos preparatórios aos mesmos: “intencionamos promover nos meses de março e abril a ‘Série Extensão’ de projeções e debates, que tem como principal objetivo enriquecer os estudantes de informações e, conseqüentemente, melhor proveito dos simpósios seguintes” (GAAV, 1986).

<sup>53</sup> Exemplo disto é o relato de um estudante calouro do curso de Agronomia, que em 2002, antes mesmo de se mudar para Viçosa recebeu uma carta do GAAV e da FEAB em sua residência, falando sobre as opiniões e atividades destes grupos. Conferir em Ramos & Silveira (2016).

<sup>54</sup> Uma destas contribuições foi com o trabalho de campo, realizado em Ervália (MG), da dissertação de mestrado de Irene Maria Cardoso, na época estudante de mestrado do Curso de Solos e Nutrição de Plantas (UFV), também integrante do GAAV.

<sup>55</sup> Em relação às atividades extensionistas desenvolvidas pelo GAAV em Ervália, arquivos do grupo indicam que estas foram realizadas em parceria com a CEB entre 1991 e 1993, tendo sido realizadas visitas, dinâmicas de organização dos agricultores e práticas de extensão rural, além dos agricultores e membros do grupo terem participado do Seminário de Sementes realizado no CTA-ZM em agosto de 1991.

Nacionalmente, a realização pela Organização das Nações Unidas (ONU) da “II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, ou apenas Eco 92 ou Rio 92, constituiu outra grande oportunidade para a consolidação do movimento ecológico brasileiro, envolvendo também setores do movimento de agricultura alternativa. A ONG SOS Mata Atlântica articulou uma coalizão nacional com cerca de 1,1 mil associações, dando origem ao “Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, reunindo setores preservacionistas e socioambientalistas (ALONSO, COSTA & MACIEL, 2007). O GAAV também integrou este Fórum, enviando representantes para diversas reuniões deste, além de três representantes para o “Fórum Internacional de ONGs” e para a “Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizada concomitantemente à conferência da ONU (CADASTRO..., 1992). Em ofício à reitoria solicitando passagens aos membros do grupo, afirmavam que sua participação nestes fóruns era de “grande importância tanto para nossa formação acadêmica quanto para nossa vida profissional (...) e na definição de rumos de nosso país e planeta” (GAAV, 1992). Desta forma, nas atividades do Fórum e da Conferência, os membros deste coletivo buscaram pautar a questão da agricultura alternativa junto à discussão ecológica.

Em âmbito local, no ano de 1992, o GAAV se somou à já referida articulação entre os grupos alternativos para pressionar os candidatos à reitoria para ceder espaço no campus, conquistado assim, o uso da Casa 16 da Vila Gianetti. Já em nível regional, desde 1991 o GAAV e a FEAB vinham articulando junto a outras entidades, a realização de um Encontro Regional de Agricultura Alternativa (ERAA). Frente às dificuldades para a realização de um V EBAA, após o IV EBAA, que reuniu mais de 4 mil pessoas em Porto Alegre-RS, em 1989, a estratégia da FEAB se voltou para a realização de encontros regionais, menos heterogêneos que os nacionais.

Para planejar o I ERAA foram convidadas 23 entidades para composição do Conselho do I ERAA e participarem de suas reuniões em Belo Horizonte. Um dos objetivos do encontro consistia na promoção de uma maior interação e articulação do movimento, para assim galgar uma organização mais eficiente e influenciar os órgãos competentes quanto às demandas existentes. Ao todo, foram realizados quatro encontros do “Conselhinho”<sup>56</sup> em Belo Horizonte, que definiram a realização do I ERAA no campus da UFV em setembro de 1992. Quanto ao caráter e público do evento:

---

<sup>56</sup> Compuseram o Conselho de Entidades Promotoras do I ERAA principalmente: CUT/ES, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), CPT-MG, ASPTA, Rede de Intercâmbios em Tecnologias Alternativas-MG, FEAB regional III (ES, MG e RJ), GAAV e Centro de Estudos Agrônomicos/UFrRJ. O ERAA também contou com o apoio do CTA-ZM.



ficou decidido que o caráter do encontro ficará concentrado na troca de experiências entre as associações, produtores, técnicos de entidades dos órgãos de assessoria, profissionais e estudantes que estejam realizando trabalho na área, sem, é claro, limitar-se só na agricultura, mas abranger todas as áreas de desenvolvimento alternativo (Medicina, Educação, por exemplo). Desta forma, tentar-se-á privilegiar as entidades, grupos e indivíduos que se encontram envolvidos ou iniciados na atividade (FEAB, 1992, p. 3).

Em sua programação<sup>57</sup>, o ponto central foram os momentos de trocas de experiências, divididos “por áreas em Câmaras Técnicas coordenadas por uma dinâmica própria que possibilitará a participação ativa de todos os participantes” (Ibid., p. 5), onde também foram apresentados trabalhos. Esta forma de construir os eventos que contava com a parceria da Rede PTA irá refletir mais tarde na construção dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs).

Ao longo dos anos 1990, o GAAV continuou organizando atividades formativas e informativas junto à comunidade universitária da UFV e ações externas, como o acompanhamento e assessoria a agricultores familiares da região<sup>58</sup>, ações estas realizadas de forma militante e voluntária, pois este era um período em que inexistia a possibilidade de acessar políticas de incentivo a bolsas de extensão na UFV e o grupo não possuía fontes de recursos estáveis<sup>59</sup>.

No entremeio a todas estas ações, outra atividade que passou a ser realizada pelo movimento estudantil da UFV e que contou com o protagonismo do GAAV, foi o *Estágio Interdisciplinar de Vivência da Zona da Mata mineira (EIV-ZM)*<sup>60</sup> em pequenas propriedades rurais, a partir de 1996. Conforme relato do GAAV, o EIV é caracterizado como:

um projeto que busca colocar o estudante em contato com a realidade do campo através da vivência com a família (durante aproximadamente 15 dias), sua comunidade, sua organização e a agricultura familiar como um todo. Este projeto é fruto da articulação de alunos, professores, STRs da Zona da Mata, FETAEMG,

---

<sup>57</sup> A programação foi composta por momentos de trocas de experiências; painéis que abordaram o “contexto atual do movimento de agricultura alternativa”, “movimentos sociais e universidade”; culturais; e o momento de avaliação e encerramento do encontro. O ERAA foi realizado no Auditório da Economia Rural e em salas do CEE, no entanto, não obtivemos informações sobre quantas pessoas participaram ou como se deu sua efetiva realização.

<sup>58</sup> Dentre estas atividades direcionadas à comunidade externa, constam que o grupo trabalhou junto ao STR de Araponga, em 1994, e o STR de Muriaé, em 1995; participou do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) em Araponga (1993-1994); trabalhou junto à Prefeitura Municipal de Tombos e com o CADEC-CERES (Casa para Dependentes Químicos), em 1998; e com a Comunidade Educativa Popular Agrícola (CEPA), uma Associação de Trabalhadores Rurais responsável pela antiga Escola Família Agrícola localizada na Colônia Vaz de Melo, a EFA de Viçosa (FGA, 2000). A maior parte dos trabalhos (a exemplo do DRP de Araponga) realizou-se em parceria com o CTA-ZM. O GAAV atuou também em Paula Candido (Airões) em conjunto ao Programa de Extensão Gilberto Melo.

<sup>59</sup> Solicitar auxílio junto a instituição e realizar campanhas e eventos foram as principais formas de arrecadação financeira e viabilização das ações do GAAV em sua história (Questionário).

<sup>60</sup> Para mais informações sobre a primeira edição do EIV-ZM, assista ao documentário “Treze Dias sob o Sol da Zona da Mata”, que já foi exibido em diversas atividades de apresentação do EIV-ZM.

CTA-ZM, Departamento de Educação e de Solos da UFV, CAs, DCE e FEAB, e teve sucesso nas duas vezes em que foi realizado com estudantes da UFV (FGA, 2000).

As vivências dos EIVs geralmente são realizadas em áreas de reforma agrária, entretanto, como na época não haviam assentamentos ligados ao MST na Zona da Mata, o EIV regional desde o princípio foi realizado apenas junto aos agricultores familiares e suas organizações. Segundo Ramos & Silveira (2016, p. 55), “em Viçosa, o EIV-ZM tornou-se um dos principais espaços de formação política do movimento estudantil, contribuindo para uma formação diferenciada aos seus participantes”. O GAAV foi um importante ator na construção do EIV-ZM, mobilizando-se para sua concretização anual.

Existem relatos de que a partir de 1999 houve um momento de retomada das atividades do grupo, pois este teria passado por um enfraquecimento nos anos anteriores, de forma que “*neste período tentamos implementar novos projetos para ampliar o diálogo com os estudantes e movimentar o debate da agroecologia na universidade*” (Questionário16). Neste sentido, realizaram experimentos com variedades de milho crioulo em nível de campo e foi iniciada uma parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Viçosa, onde os membros do grupo implementaram uma horta e fizeram um trabalho de educação alimentar – sendo que a partir de 2002, o grupo passou a trabalhar na APAE Rural de Viçosa. Outra parceria realizada foi com o Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (IPEMA), em Ubatuba-SP, onde os estudantes realizaram cursos de permacultura e agrofloresta, além de estágios curriculares (Questionário 16 – Fernanda Miranda).

A partir de 1999, com o encerramento das atividades do Restaurante Alfa, mantendo-se apenas os seus Lanches Culturais, o GAAV e outros grupos alternativos formaram o *Fórum dos Grupos Alternativos*<sup>61</sup>, com o intuito de tornar a Casa 16 a sede do Núcleo dos Grupos Alternativos, para que esta continuasse sendo uma referência e promovesse o intercâmbio entre tais grupos, a comunidade e demais entidades nacionais e internacionais, além da realização de eventos e projetos coletivos (FGA, 2000).

O Fórum dos Grupos Alternativos realizava reuniões semanais na sala do GAAV no Porão do Centro de Vivências ou outros locais do campus, construindo atividades conjuntas entre os coletivos participantes. Dentre suas ações, podemos destacar as festas de integração dos coletivos; campanhas; busca por uma nova sede aos grupos a partir de 2001; participação

---

<sup>61</sup> Inicialmente, o Fórum dos Grupos Alternativos foi composto pelo GAAV, Grupo Apêti de Agrossilvicultura, Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), Grupo de Conscientização Racial, e Grupo de Estudos Alternativos de Direito (GEAD).

no Mutirão em Lavras no carnaval de 2002; a Semana Alternativa em agosto de 2002; o Mutirão Agroflorestal realizado em Viçosa com grupos de diversas universidades, entre 15 e 17 de novembro de 2002, que originou o Grupo/Movimento Cunhambebe enquanto fórum de articulação dos grupos agroecológicos de diversas instituições; participação no Curso de Economia Política e Agricultura (CEPA), na UFV, e no Mutirão Agroflorestal de Lavras, em 2003; construção das caminhadas ecológicas e a conquista da utilização dos fundos da Casa 25 da Vila Gianetti, como sede do Fórum em 2003.

Em relação à Casa 25, ficou acertado entre os grupos, que o quintal desta seria de responsabilidade do GAAV, a fim de ser utilizado enquanto uma área prática, onde foram feitas horta, agrofloresta e um forno bioconstruído em forma de cigarra.

Após estes eventos e processos alguns fatores contribuíram para a desarticulação do GAAV, como a formatura de alguns de seus integrantes junto a dificuldades de renovação, a criação de novos grupos agroecológicos, e a mudança de contexto na universidade. Historicamente, alcançar um maior número de estudantes e o fluxo e refluxo de participantes foram as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo, conforme detectado no questionário, seguido da falta de recursos e o baixo incentivo e reconhecimento por parte da instituição. Assim, o grupo passou por diversos momentos de altos e baixos.

João Otávio Bacheга, um dos últimos integrantes do grupo relata que a partir do início do primeiro governo Lula (2003) as ações de extensão da UFV começaram a mudar radicalmente. De acordo com Bacheга:

*Naquele momento havia uma explosão de atividades de extensão universitária baseadas em agroecologia que consumiram grande parte dos integrantes do GAAV e outros grupos também. Como o GAAV não possuía campo experimental, apenas uma sala, acabou não sendo mais atrativo para as novas gerações que migravam direto para a extensão e/ou grupos com atividades práticas como no caso do GAO. Entendo que o objetivo principal do grupo foi amplamente absorvido pelo movimento agroecológico que se iniciou a partir daí na UFV. (...) Nesse período começou o projeto de Agricultura Urbana<sup>62</sup> em Viçosa, que movimentou a "turma" agroecológica dos grupos alternativos. A consolidação dessa transição é marcada pelo início das articulações entre os projetos, dando início ao TEIA e demais programas que são desenvolvidos hoje em processo de constante evolução (Questionário 17 – João Otávio Bacheга).*

Relatos verbais apontam que o GAAV teria se desarticulado por volta de 2005, logo após o CONEA realizado em Viçosa. A questão do impulso à extensão universitária na UFV a

---

<sup>62</sup> O projeto “Agricultura Urbana: alternativa de segurança alimentar e geração de renda” inicialmente foi financiado pela FAO, sendo vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV, e envolveu diversos estudantes ligados aos grupos alternativos, desenvolvendo atividades nos bairros Nova Viçosa e Posses. Mais informações sobre as ações iniciais do AU em Carvalho et al. (2004). A partir de 2008 o projeto AU passou a ser realizado no Morro do Escorpião (SILVEIRA, 2014).

partir de 2003, com o PIBEX e o PROEXT, pode ter obstado individualmente estudantes a não darem conta de conciliar seu projeto com o grupo, porém, o grupo em si, desde seu princípio atuava na área da extensão, talvez não com a mesma intensidade e regularidade que dos projetos institucionalizados exigem.

A área de trabalho, portanto, do GAAV eram as áreas dos agricultores/as, seguindo por assim dizer os passos do CTA-ZM, que praticamente deixou de usar sua área experimental e passou a realizar suas experimentações com os agricultores/as familiares. Por um lado, talvez, o fato de não se ter uma área prática favoreceu para que o GAAV fosse preterido em relação a outros grupos agroecológicos que possuíam espaço experimental no campus. Por outro lado, o perfil do GAAV era diferente de outros grupos que tinham uma atuação mais centrada em práticas específicas naquele momento. O GAAV, ao contrário, desde seu início tinha um perfil mais compatível com o estudo e com os projetos de extensão. Esta era sua práxis. Talvez isso possa explicar seu esvaziamento quando os projetos de extensão se fortaleceram na UFV. O próprio nome (agricultura alternativa) já não fazia mais sentido, já que esta há alguns anos havia transicionado para a agroecologia. Por uma ou outras razões, o fato é que o GAAV teve dificuldades com o processo de renovação, formação e transição de novos membros, o que acabou por inviabilizar a sua manutenção como grupo.

O Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa, portanto, por mais de 20 anos atuou no âmbito da UFV e região, representando Viçosa em fóruns e eventos ligados à questão ecológica e da agricultura alternativa em nível nacional, o que favoreceu a construção de condições para uma maior integração do movimento local com a rede nacional e estadual do movimento agroecológico, ao mesmo tempo em que fomentava debates e ações nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão em seu dia-a-dia, ainda que de forma pontual e militante.

#### **4.2.1 Práticas educativas do GAAV**

No decorrer de sua trajetória histórica, o GAAV cumpriu um importante papel educativo e formador. Desde sua origem este se constituiu como um espaço de trocas, reflexão coletiva e socialização de experiências. A ancorou-se em estudos científicos e difundiu obras praticamente desconsideradas nas disciplinas da UFV. A respeito das primeiras práticas educativas realizadas pelo grupo, um dos fundadores deste relata que muitos debates, seminários e apresentação de pesquisas eram realizados:

*as atividades do grupo eram muitos seminários, a gente estudava determinados temas e assuntos e organizava seminários de debate, e as vezes trazia alguém pra*

*palestrar, como sempre tinha várias pessoas passando pelo grupo, tinha pessoas no final do curso desenvolvendo alguma pesquisa ou sua monografia de conclusão de curso e aí essas pessoas vinham apresentar seus trabalhos. Eram abertos, divulgados, normalmente a participação era mais restrita aos membros do grupo, a não ser os seminários maiores que a gente fazia (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).*

Para além de atividades de formação mais internas, o GAAV procurou direcionar suas ações à comunidade universitária e não ficar restrito às Quatro Pilastras da UFV. Logo em seu primeiro ano de atuação, em 1983, já realizava ações de caráter extensionista no Alto Jequitinhonha, o que não se dava sem dificuldades, conforme relata Ferrari:

*Depois começou com os projetos de extensão mais pontuais. Nessa época não tínhamos isso de professores com projetos de extensão, se houvesse teria dado um grande impulso ao grupo. A gente trabalhava com nossas próprias forças, ninguém tinha bolsa, nada, era o que a gente conseguia fazer por nós mesmos, não haviam outras possibilidades (Eugênio Ferrari. Professor da UFV e ex-integrante do Grupo Alfa e GAAV).*

Castro (2015) aponta que com o esgotamento do regime militar, a política de extensão rural ensejada por este, a qual foi reproduzida pela UFV, passou por um período de críticas e questionamentos, frente ao malogro do “milagre” econômico e das promessas modernizantes, cujos impactos negativos foram intensos sobre a população. Neste período, a obra “*Extensão ou Comunicação?*” de Paulo Freire foi (e ainda é) uma referência importante, inclusive para os estudantes da UFV, o que contribuiu para a reconstrução do conceito de extensão no país, vinculando-o a uma prática dialógica e transformadora. Os estudantes do GAAV foram influenciados por este debate e possuíam uma leitura crítica do modelo de extensão difusionista e o desejo de atuar em um sentido alternativo, realizando uma proposta de extensão bastante vinculada à ideia de assessoria e organização rural, ainda que com uma série de limitações orçamentárias.

Todo este processo inicial se refletiu na formulação dos objetivos elencados pelo grupo poucos anos depois, sendo estes: “*o acompanhamento crítico do desenvolvimento da agricultura brasileira e seus impactos gerais; ação formativa e informativa junto à comunidade universitária da UFV em agricultura alternativa; e o acompanhamento de produtores rurais da região*” (IEF-RJ, 1991). Estes objetivos constituíam o eixo de atuação do grupo, caracterizando suas formas centrais de intervenção frente à universidade e a sociedade. Apresentando suas principais atividades no ato de inscrição junto ao Fórum Brasileiro de ONGs, o GAAV descrevia-as:

*Desenvolvemos atividades internas (dentro da universidade) e externas (com caráter de extensão). As atividades internas são constituídas de cursos, palestras/debates, seminários, encontros visando fomentar a discussão de Agricultura Alternativa e sua importância na área acadêmica de ensino e pesquisa. Quanto às atividades externas,*

estas são constituídas por um monitoramento em uma escola de 1º grau rural (antiga FUNABEM) e um trabalho conjunto com agricultores ligados à CEB – Comunidade Eclesial de Base, em Ervália/MG” (CADASTRO..., 1992).

Segundo os participantes da pesquisa, a principal motivação que os levou a ingressarem no GAAV foi a busca por *espaços alternativos de aprendizagem*, seguido da busca de *articulação entre teoria e prática* e da *luta pela agroecologia e ambientalismo*. A *construção coletiva de conhecimentos* também foi um fator muito relevante, gerando a experiência de *trabalho em grupo*. Destacava-se assim, a necessidade de construir atividades educativas diferenciadas, tanto em termos de método, como de conteúdos, por parte dos estudantes. A aproximação com parceiros do Departamento de Educação da UFV contribuiu para que leituras e práticas educativas críticas fossem apropriadas pelo grupo.

Em relação às práticas educativas do GAAV (Figura 9), em um primeiro momento estas eram compostas por estratégias pedagógicas como *seminários, cursos, grupos de estudos*, participação em *semanas acadêmicas* e *ações extensionistas*. Quanto às metodologias trabalhadas, estas possuíam um caráter mais *expositivo, expositivo-dialogado* e *rodas de conversa*. O coletivo não apenas criava momentos de socialização de conhecimentos, como também, em conjunto com parceiros do movimento estudantil, aproveitava atividades já existentes para compartilhar seus saberes. Posteriormente, do final dos anos 1980 em frente, as práticas já descritas acrescentaram-se estratégias pedagógicas como *atividades de campo, mutirões, estágios, manejos práticos, oficinas, técnicas de DRP, trilhas ecológicas* e o *EIV*. Às metodologias somaram-se técnicas como *trabalhos em grupos, dinâmicas de discussão, animação e integração*, e ações que buscam promover a *conexão teoria-prática-teoria*, a exemplo da metodologia empregada nos EIVs.



Figura 9: Principais práticas educativas construídas pelo GAAV.

Todo este conjunto de práticas educativas era direcionado aos estudantes e os agricultores familiares camponeses, demonstrando mais uma vez a politização do grupo, que fez uma opção pelo trabalho com a agricultura familiar. A pesquisa ainda revelou que somente às vezes trabalhava-se com elementos artísticos e culturais nas atividades desta organização, sendo estas pautadas principalmente por uma racionalidade crítica.

O GAAV não possuía uma área experimental, pois sua busca de articulação entre teoria e prática se dava principalmente no âmbito das ações extensionistas, de algumas pesquisas, como os experimentos com milho crioulo nos anos 1990 (em parceria com o CTA), mutirões, e de cursos e estágios realizados no IPEMA no início dos anos 2000. Ainda que pesquisas e acompanhamento de pesquisas fossem realizados, todos os respondentes do questionário alegaram não elaborar trabalhos acadêmicos a partir da participação no GAAV.

A partir do início do anos 1990, o CTA-ZM passou a realizar diagnósticos rurais participativos junto às comunidades. O GAAV, ao acompanhar e auxiliar em tais atividades passou a se apropriar de técnicas de diagnóstico trabalhadas, a exemplo da construção de diagramas de Venn, mapas de fluxos, diagramas, matrizes, dentre outros, de modo a utilizá-las em suas atividades, seja junto aos estudantes e o Fórum dos Grupos Alternativos, seja em práticas extensionistas com os STRs e nas comunidades rurais. Ademais, cabe destacar que os

DRPs, ao aproximarem práticas de extensão, pesquisa-ação e ensino junto aos sujeitos do campo, contribuíram para o fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas ações do movimento agroecológico local.

Em relação ao EIV, que passou a ser construído por entidades representativas e alternativas do movimento estudantil da UFV em 1996, este é reconhecido como uma atividade de extensão que procura superar a hierarquização de saberes acadêmicos e populares, sua fragmentação entre as distintas áreas do conhecimento, bem como o distanciamento entre a universidade, a realidade agrária e os movimentos sociais. Através dos momentos de preparação, vivência e socialização/avaliação, os estagiários viabilizam o movimento dialético teoria-prática-teoria, possibilitando a superação de visões mitificadas, positivas ou negativas, quanto à agricultura familiar camponesa e os movimentos sociais, a partir do contato com suas realidades. Além disso, o estágio busca superar uma deficiência na formação profissional das Ciências Agrárias, pois estimula uma formação mais humanista, “comprometida com a busca de equacionamento dos múltiplos problemas sociais e tecnológicos que afligem a população rural menos favorecida” (MENGEL et al., 2007, p. 4).

A perspectiva integradora e articuladora do Fórum dos Grupos Alternativos favoreceu a construção coletiva entre os grupos agroecológicos e destes com outros grupos e entidades. A construção de uma Semana Alternativa e de Mutirões Agroflorestais, envolvendo coletivos da região, eventos estes que contaram com palestras, oficinas, trabalhos em grupos, místicas, culturais, aula aberta e manejos práticos, configuraram práticas educativas alternativas ao modelo de ensino “formatador” frente ao qual estes estudantes se contrapunham.

As caminhadas ecológicas iniciadas em princípios dos anos 2000 incluíam metodologias integrativas em sua construção, como dinâmicas de apresentação dos participantes e dos grupos agroecológicos, relato da história do Recanto das Cigarras, discussão sobre o trote tradicional x recepção/calourada, além da própria caminhada em si – que em uma edição reuniu mais de 80 pessoas, divididas em três trilhas.

O GAAV, portanto, através de sua *práxis* educativa cumpriu um importante papel na UFV ao articular as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão ao movimento, ciência e práticas da agricultura alternativa e agroecológica. Com isto, foi criando as condições para o avanço e diversificação das práticas educativas e metodológicas da rede do movimento agroecológico local, a partir da crítica aos modelos de agricultura e ensino hegemônicos e na busca pela construção de alternativas concretas.



#### 4.2.2 Pegadas, legados e parcerias do GAAV

Iniciando sua caminhada em um contexto de intensa efervescência e organização social no processo de redemocratização do país, o GAAV historicamente foi marcado por um caráter crítico e militante, somando forças ao movimento de agricultura alternativa em curso no país e dando materialidade a esta bandeira em nível local e regional, através de ações de ensino e extensão, como assessorias, cursos, oficinas e o próprio EIV-ZM.

Deste modo, se o Grupo Alfa era concebido como um grupo com um baixo grau de politização, o GAAV, enquanto um dos legados do Grupo Alfa em seu processo de aproximação com a agricultura alternativa e secundarização do Grupo de Estudos, assumiu uma postura ativista, colocando em movimento a crítica aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, a concentração de terras e os rumos do desenvolvimento da agricultura no país. Portanto, junto à agricultura alternativa, uma pegada significativa do GAAV foi seu caráter político, o que contribuiu com a formação política de diversas gerações de estudantes que do grupo participaram ou a este foram próximos. Além disto, o fato de buscarem a prática e a articulação com os agricultores por meio da extensão universitária, sob uma perspectiva alternativa ao modelo de extensão disseminado pela UFV, foi outra pegada importante desta organização (Figura 10).



Figura 10: Pegadas do GAAV e suas principais características.

A valorização do trabalho com parceiros e apoiadores foi um elemento importante para a consecução das atividades do grupo. Assim, ao longo dos anos 1980 as relações do grupo foram se diversificando: se no início suas parcerias se resumiam aos estudantes (entidades estudantis, grupos alternativos) e alguns docentes (especialmente dos Departamentos de Educação e de Solos), posteriormente incluíram servidores, agricultores, movimentos sociais, STRs, CEBs e o CTA-ZM, contribuindo para a formação da rede do movimento agroecológico na região (Figura 11). Além disto, o grupo teve inserção nacional, ao participar dos EBAA's, nos anos 1980, compor o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no início dos anos 1990, e contribuir com a construção do Movimento Cunhambebe, articulando grupos agroecológicos de diversas universidades em princípios dos anos 2000.

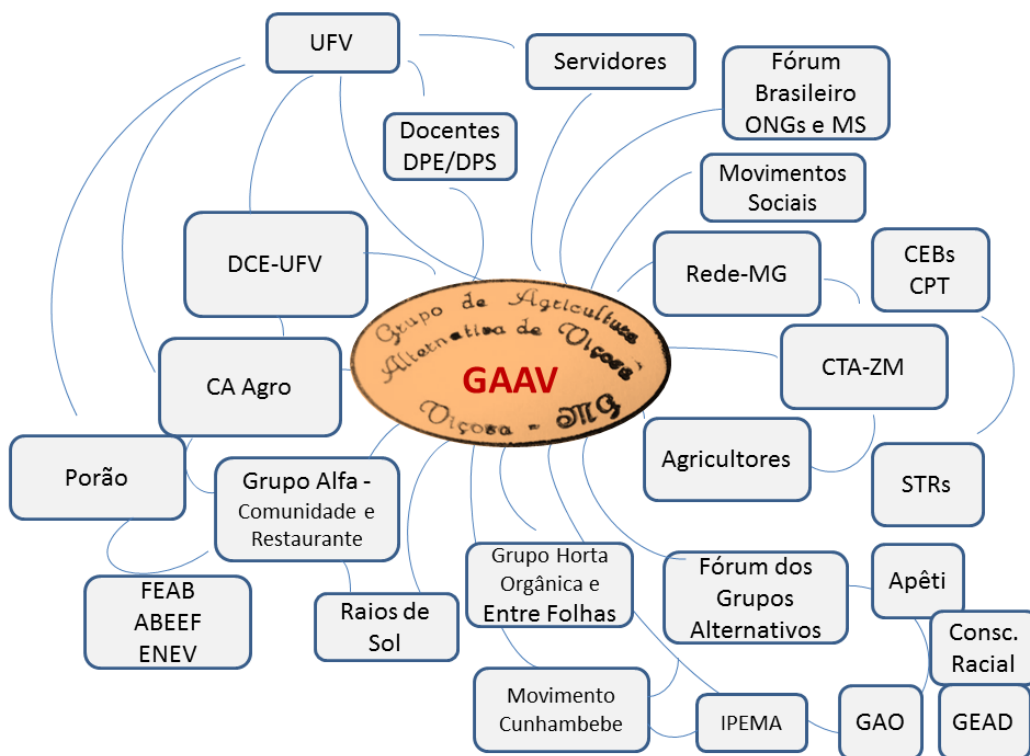


Figura 11: Principais parcerias do GAAV.

Em nível local, ocorreu também o fomento a criação de novos grupos agroecológicos por parte de integrantes oriundos do GAAV, a exemplo do Grupo Apêti de Agroflorestas e do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), nos anos 1990. Posteriormente, estes grupos se somaram à construção do Fórum dos Grupos Alternativos, que foi um importante elo

articulador dos grupos agroecológicos e alternativos da UFV, gerando trocas de experiências e ações em comum, que culminaram em uma articulação mais ampla de grupos de agroecologia através do Movimento Cunhambebe. Além disto, ao aproximar os grupos alternativos locais, o Fórum favoreceu com que o caráter crítico e politizado do GAAV trouxesse aportes importantes aos demais grupos locais, a exemplo do GAO, que inicialmente era visto como despolitizado pelo GAAV, por ter como foco central de atuação a produção e técnicas produtivas específicas.

Em relação aos legados e contribuições à formação dos participantes do GAAV, com base na trajetória e descrição de algumas das principais práticas educativas realizadas pelo grupo, podemos destacar o papel formativo que este desempenhou, propiciando conteúdos e vivências distintos aos que a universidade oferece.

Os “conteúdos” desta “universidade alternativa” perpassavam as áreas de atuação do grupo, que incluíam as questões agrária, ambiental, agricultura alternativa e agroecológica, movimentos sociais e sindicais, extensão, assessoria e organização rural, dentre outros. Estes temas não foram apenas estudados, mas também objeto de reflexão crítica, intervenção e construção coletiva. O contato com a realidade da agricultura familiar camponesa através de ações extensionistas e o vínculo com suas organizações tornava possível o diálogo dos temas supracitados com os próprios trabalhadores rurais.

Os principais autores lidos e trabalhados por estes estudantes foram José Francisco Graziano da Silva, Paulo Freire, Mauro Resende, Ana Maria Primavesi, Leonardo Boff, Sebastião Pinheiro, Miguel Altieri, dentre outros, conforme a pesquisa indicou. A aproximação com docentes do Departamento de Educação (DPE) e de Solos (DPS) favoreceu a realização de leituras críticas no campo da educação e da agricultura alternativa, o que contribuiu com a prática social das atividades extensionistas realizadas pelo grupo.

A participação em eventos externos, como os EBAAAs, CONEAs, a Eco92, também compunha o processo educativo transcorrido por integrantes do GAAV, sendo que em diversos destes eventos, estes poderiam ter contato com os pesquisadores autores das obras estudadas. Tudo isto enriquecia não apenas quem participava destes eventos, mas também propiciava o avanço do acúmulo coletivo de saberes no interior do grupo.

Em relação ao I ERAA em Viçosa, em 1992, é importante observar a opção realizada pelas entidades promotoras do encontro em torno da centralidade da *troca de experiências* entre as organizações e sujeitos participantes no evento. Isto foi importante, pois representa a resolução de uma polêmica existente nos anos anteriores quanto ao caráter e metodologia dos

EBAAs<sup>63</sup>, dado que estes não proporcionavam momentos de interação e trocas que incluíssem os agricultores nas discussões ou lhes permitisse apresentar suas experiências.

O I ERAA em Viçosa incorporou esta crítica e garantiu turnos de trocas de experiências, subdividas por Câmaras Técnicas temáticas, ao longo de sua programação, sendo que procurou-se utilizar metodologias participativas nestes momentos a fim de potencializar a interação de saberes dentre os presentes. Uma década depois, quando da realização do I ENA, em 2002, este incorporou a centralidade das trocas de saberes entre os participantes, com foco nas experiências concretas dos agricultores.

Junto aos legados sociais do GAAV, também identificamos as contribuições à formação pessoal e profissional obtidas por seus integrantes (Figura 12). A principal contribuição destacada foi terem se tornado um *profissional com compromisso socioambiental*, seguido do *aprendizado a trabalhar com agricultores familiares* e a *liberdade de construção de um pensamento alternativo*. Todos os respondentes igualmente consideraram muito relevante o fato de terem *aprendido a trabalhar em equipe*, e relataram ter adquirido uma maior *capacidade de comunicação e articulação* em diferentes instâncias, como os agricultores, poder público e a universidade.

Estes dados coadunam com aquela que foi definida como a finalidade maior do GAAV, de cunho eminentemente político, qual seja: “ajudar na construção de um modelo de desenvolvimento justo e igualitário, que respeite o homem e a natureza, procurando envolver mais pessoas para o trabalho coletivo, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com o povo” (FGA, 2000).

A construção coletiva dos primeiros EIV-ZM, realizado junto ao movimento estudantil, sindical, popular e o CTA-ZM é um legado muito importante desta geração, a materialização local de uma iniciativa nacional do movimento estudantil que tem por objetivo explícito gerar uma formação diferenciada, apropriada à realidade dos sujeitos do campo. Além disto, outra contribuição importante ao conjunto dos EIVs, é o fato do EIV-ZM ter um caráter eminentemente agroecológico desde sua primeira edição.

---

<sup>63</sup> Tal disputa metodológica mostrou-se nítida, por exemplo, no III EBAA em Cuiabá (1987), quando o Padre Justino Obers, ligado à CPT-MG – o qual foi convidado a participar do Conselho do I ERAA – chamou os agricultores presentes para uma sala e mediou o diálogo e troca de experiência entre estes, ao mesmo tempo em que as palestras seguiam ocorrendo. Outro fato significativo deste embate metodológico foi a retirada da Rede PTA da organização do IV EBAA (1989), quando propôs alterações na estrutura do evento para garantir a apresentação de experiências de agricultores, proposta esta que não foi incorporada, mantendo-se um modelo mais acadêmico e tradicional de encontro (VILLAR et al., 2013).



Figura 12: Legados profissionais e sociais do GAAV.  
 Obs.: Profissionais em verde, sociais em vermelho.

A formação de profissionais compromissados, além de ter se concretizado, expressa o caráter politizado, formador e militante deste grupo estudantil. Neste sentido, mais da metade dos respondentes segue participando de algum movimento social, sindicato ou ONG, e a maioria atua profissionalmente nas áreas agrária, ambiental e agroecológica. Conforme Irene Cardoso destaca, praticamente todos tinham simpatias ou eram militantes do Partido dos Trabalhadores. O relato de um dos ex-integrantes do grupo é representativo deste processo, ao mesmo tempo individual e coletivo: *“minha trajetória de vida e profissional foi moldada dentro GAAV e no movimento estudantil. Meu compromisso social foi adquirido em minha passagem por esses movimentos”* (Questionário 14).

Vemos assim, que a participação em um grupo estudantil não se resume a uma mera atividade extracurricular, podendo a depender de sua intensidade, marcar vidas e contribuir com processos mais amplos de transformação social.

### 4.3 Grupo Apêti de Agroflorestas

O avanço da Revolução Verde e do agronegócio nas últimas décadas no país impactou consideravelmente as relações sociais no campo e o meio ambiente, avançando sobre os biomas e ecossistemas naturais para constituição de extensas e insustentáveis monoculturas. Como contraponto à monocultura, os sistemas diversificados como a Agrossilvicultura ou Sistema Agroflorestal (SAF) emerge em meados nos anos 1970-80 como uma importante alternativa ao modelo agroquímico e objetivam conciliar a produção com o respeito às culturas locais e a natureza. Estes sistemas requerem baixo uso de insumos externos, dentre eles energia. Os SAFs combinam floresta e agricultura e promovem a diversificação de culturas através do consórcio integrado entre espécies arbóreas, culturas agrícolas e/ou animais, gerando interações significativas entre todos estes componentes, maior aproximação das condições ecológicas de uma floresta tropical, e, portanto, menor impacto ambiental e maior sustentabilidade (APÊTI, 2004).

Apesar de a denominação ser recente, pode-se considerar que as práticas agroflorestais existem há muitos séculos através do trabalho e sabedoria dos povos originários. Estudos etnobotânicos de Anderson & Posey (1985) sobre o manejo do cerrado pelos índios Kayapó, demonstraram a enorme complexidade de suas técnicas agrícolas e sua conformidade com os processos naturais da vegetação sucessional. Os pesquisadores demonstraram que uma das práticas Kayapó é a formação de ilhas (*apetê*) de vegetação em áreas de cerrado. Tais ilhas são plantadas e manejadas pelos Kayapó, suprimindo muitas de suas necessidades – mais de 98% das 120 espécies inventariadas pelos pesquisadores foram consideradas úteis pelos indígenas, e destas, 75% foram plantadas por eles –, além de serem considerados lugares sagrados, de descanso e refúgio em períodos de guerra ou epidemias. De acordo com os Kayapós, a classificação dos *apetês* varia dos *apêt-nu* (ilha nova) até os *apêtê-ti* ou *apêti* (ilhas grandes, com um ou mais hectares), passando por diversas gradações. Antes destes estudos, tais adensamentos florestais não eram reconhecidos como intervenção antrópica e acreditava-se que o manejo do cerrado pelos índios limitava-se à queima. Os *apêtis* são uma evidência de cultivo da terra em harmonia com os processos ecológicos naturais ao longo de gerações (ANDERSON & POSEY, 1985).

Em homenagem aos povos Kayapó e com o intuito de fazer da UFV um centro de aprimoramento, capacitação de técnicos e propagação das práticas em sistemas agroflorestais, estudantes de graduação e pós-graduação deram origem, em 1995, ao *Grupo Apêti*.

Os antecedentes da origem do Grupo Apêti estão relacionados às pesquisas em sistemas agroflorestais desenvolvidas por Fernando Silveira Franco, um de seus fundadores. Franco cursou Engenharia Florestal e era integrante do Restaurante Alfa, tendo realizado pesquisas sobre SAFs na Zona da Mata com a orientação inicial do professor Anôr Fiorini de Carvalho, um dos fundadores do Grupo Alfa. Tais pesquisas foram apresentadas em eventos, como o I ERAA, em 1992, e no XIV Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Ciências Agrárias (CBICCA<sup>64</sup>), em 1994, ambos realizados na UFV. Franco relatou que ingressou no mestrado em 1993 com área de pesquisa em agroflorestas e foco em agricultura familiar e desenvolvimento participativo, atuando em parceria com o CTA-ZM e desenvolvendo trabalhos de pesquisa e extensão.

Um importante processo que impulsionou a prática em SAFs na Zona da Mata e constituiu parte da formação do grupo Apêti foi quando, a partir de 1994, o CTA – que desde 1991 implementou um SAF em sua área – iniciou junto aos agricultores familiares da região um processo de experimentação participativa em SAFs, que foi posteriormente sistematizado e suas lições socializadas (SOUZA et al., 2012; CARDOSO & CAMPOS, 2010).

Fernando recorda que em 1994 surgiu a oportunidade de implantar uma área experimental de café agroflorestal na área de cafeicultura da UFV, além de se prosseguir com trabalhos na área do Arboreto Medicinal no fundo da Vila Gianetti que havia sido implantado em parceria com o Grupo Entre Folhas, através de um projeto de iniciação científica em que ele foi bolsista em 1992. Avançando no processo de formação do grupo, Franco relata que:

*Nestes trabalhos surgiram algumas pessoas interessadas em agrofloresta e que começaram a me ajudar, Zaré [integrante do GAAV], Paulo Aprá, Cassio Trovatto, principalmente na implantação do experimento do café, e outras atividades que foram surgindo. Daí após a implantação e a necessidade de acompanhamento e mais demandas surgindo, nas férias de 1994 para 1995, entre as idas e vindas a campo, surgiu a ideia de constituir um grupo de trabalho com agroflorestas. Eu havia lido um texto de etnoecologia de Darrel Posey e Anthony Anderson falando da agricultura Kayapó, e achei muito bacana as práticas agroflorestais que eles relatam, e numa noite, acordei pensando nas coisas a fazer, veio a ideia: Apêti, um grupo de pesquisa em agroflorestas para realizar juntos o que já estávamos fazendo (Questionário 19 – Fernando Silveira Franco).*

Uma das atividades iniciais do grupo foi em janeiro de 1995, quando instalaram um experimento de café em sistema agroflorestal na área próxima ao aeroporto, contando com o

---

<sup>64</sup> O CBICCA era realizado pelas Executivas de Curso das Agrárias (FEAB, ABEEF, ENEV) nos anos 1980 e 90, e buscava fazer um contraponto à pesquisa científica sem orientação social. O XIV CBICCA ocorreu na UFV em dezembro de 1994, tendo como temática “A ciência e a formação profissional – o resgate do compromisso com a sociedade na construção de uma nova relação de poder”, contando também com o “CBICCA na Rua”, momento em que as pesquisas foram apresentadas na praça da cidade. Participaram do evento cerca de 500 pessoas e 180 trabalhos foram apresentados (CBICCA, 1995).

auxílio de docentes. O objetivo do experimento era testar a viabilidade econômica deste tipo de sistema, através de análises científicas, tendo sido realizados em seguida diversos plantios, manejos e análises de acompanhamento desta pesquisa (GIMENEZ, 2009). Dando início ao Apêti, Fernando relata que

*Em março de 1995, começamos então a dar organicidade ao grupo, o pessoal gostou do nome, mais estudantes foram se juntando, batalhamos um espaço no Departamento, uma sala que fica, no segundo andar do DEF, entre as rampas. Fizemos projetos de extensão, conseguimos bolsas de iniciação científica e aperfeiçoamento com apoio do meu orientador de mestrado, prof. Laercio Couto. Aqui já defendi o mestrado e ingressei no doutorado, o que abriu mais portas, para conseguir mais apoios na UFV, com bolsas para os estudantes e também recém-formados, bem como demandas de assessorias em projetos relacionados à agroflorestas e outras áreas da ciência florestal como: levantamentos fitossociológicos, diagnósticos participativos, planejamento de uso da terra com SIG, palestras, cursos, visitas de campo, que eram as atividades que o Apêti foi executando ao longo dos anos. Além da parceria sempre com o CTA nos trabalhos de campo e pesquisas, que também foram se constituindo no meu trabalho de doutorado (Questionário 19 – Fernando Silveira Franco).*

Dentre as atividades do Apêti em seus primeiros anos, diversas pesquisas foram conduzidas ou acompanhadas, realizaram atividades de extensão e de assessoria a agricultores, além de reuniões teóricas, mutirões práticos, estágios e ações de difusão e intercâmbio em SAFs – aquisição de publicações, contatos com outras entidades, promoção de cursos, palestras, seminários, vídeos e grupos de discussão (APÊTI, 2000).

O grupo era composto por estudantes de graduação e pós-graduação, tendo acesso a bolsas de iniciação científica (PIBIC<sup>65</sup>), aperfeiçoamento e de pós-graduação. Contavam com o apoio de professores dos Departamentos de Engenharia Florestal, Fitotecnia e de Solos, além do CTA, GAAV, Entre Folhas e do Centro Mineiro para Conservação da Natureza.

Tendo a agroecologia como base técnica e científica articulada à prática e a extensão, conferiu legitimidade e acúmulo de conhecimentos ao coletivo, que publicavam e apresentavam trabalhos em eventos acadêmicos, como os Simpósios de Iniciação Científica (SIC)<sup>66</sup> e eventos externos. Assim, o grupo também passou a ser uma referência em termos de conhecimentos agroflorestais no âmbito do curso de Engenharia Florestal, conquistando o

---

<sup>65</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, criadas pelo CNPq em 1988, cujo acesso aos estudantes está relacionado ao seu coeficiente acadêmico e o currículo do orientador (CASTRO, 2015).

<sup>66</sup> Com inspiração no CBICCA, O SIC foi criado por estudantes ligados aos CAs e DCE em 1989, como resultado do envolvimento político e acadêmico destes estudantes. Até 1997 o movimento estudantil teve forte protagonismo na construção do SIC em conjunto com a instituição, porém, por obrigatoriedade do CNPq as universidades passaram a ter de realizar eventos de apresentação das pesquisas desenvolvidas para assim poder acessar as bolsas PIBIC, o que junto à desmobilização dos estudantes, levou a UFV a ser a promotora do evento. Posteriormente foram criados o Simpósio de Extensão Universitária e o Simpósio de Ensino, que foram articulados no atual Simpósio de Integração Acadêmica (SIA), em muito por proposição dos setores ligados à extensão universitária (CASTRO, 2015).



direito a utilizar a sala 101 do DEF – antiga sala do Grupo Alfa de Estudos de Ecologia, onde o Apêti mantinha seu acervo bibliográfico e ferramentas –, e ministrando palestras e mini-cursos em atividades promovidas pelo Centro Acadêmico de Engenharia Florestal (CAEF), como semanas acadêmicas e de calouros, em Semanas do Fazendeiro, etc, sendo que parte dos integrantes do Apêti participou do CAEF em algum momento do curso, aproximação esta que também se estendeu à ABEEF e seus congressos.

A conquista de espaços, como sala, áreas experimentais, e acesso as políticas institucionais, como o PIBIC, por um coletivo cujos fundadores são oriundos de grupos como o Alfa e o GAAV, é fruto do processo de resistência e amadurecimento destes coletivos, os quais vivenciaram a transição do conceito da agricultura alternativa para a agroecologia na virada dos anos 1990. Esta passagem é importante, pois o enfoque agroecológico trouxe consigo novas bases para discussão e práticas alternativas ao modelo do agronegócio.

Cabe lembrar que a década de 1990 foi bastante agitada nas universidades públicas, marcada por muitas lutas e greves periódicas contra as consequências das políticas neoliberais para educação e suas repercussões locais<sup>67</sup>. Mesmo com muitas dificuldades para as universidades, além do caráter excludente e competitivo das bolsas de iniciação científica, foi neste cenário que nasceu o Apêti, buscando brechas, conquistando espaços e apoiadores para o avanço da agroecologia. O Grupo Apêti representou, portanto, um importante processo contra-hegemônico em uma instituição marcada pelo conservadorismo e a agricultura convencional, e contribuiu para impulsionar o conhecimento e a prática em SAFs na região.

O Apêti constituía não apenas um grupo de estudos e práticas, mas também uma alternativa de vivência em outra proposta de formação universitária, a motivação que diversos estudantes necessitavam para se manterem vinculadas ao curso e buscarem, inclusive, mudanças neste. Foi o caso de Sílvia Ferrari, por exemplo, que relatou ter ingressado em Engenharia Florestal para trabalhar com a questão indígena, porém, sentiu um choque ao encontrar uma realidade muito distinta no curso, *“e aí eu me achei no Apêti, quando eu subi aquela primeira rampa do Departamento, a salinha do Apêti era ali, (...) eu vi aquela índia e disse ‘é aqui o que realmente vim buscar’, e comecei acompanhando as coletas de campo do Fernandinho [Fernando S. Franco]”* (PMME, 2013).

---

<sup>67</sup> De acordo com Glauco Régis, foram realizadas greves contra o desmonte e tentativa de privatização da Universidade Pública em 1989, 1991, 1993, 1995, 1996, 1999, quase sempre em anos ímpares. Os cortes de verbas para a universidade, na assistência estudantil, ausência de concursos, arrocho salarial, extinção de cargos do funcionalismo público, foram algumas das consequências das políticas neoliberais para as instituições públicas nesse período, ao mesmo tempo em que o governo investia recursos públicos na expansão do ensino superior privado (RAMOS & SILVEIRA, 2016).

No ano de 1999, integrantes do Apêti, junto a membros do CTA-ZM, optaram por registrar o grupo enquanto uma ONG, a fim de poder captar recursos e executar projetos agroflorestais, mantendo os profissionais recém formados e pós-graduandos trabalhando na área. Chegou-se inclusive a realizar uma assembleia de fundação da “Associação Apêti de Agroflorestas”, aprovando estatuto e elegendo sua diretoria. Dentro da associação, iria se manter um grupo de estudantes Apêti, com estatuto próprio. No entanto, apesar de fundada, a associação não foi registrada em cartório, os profissionais foram se dispersando e inviabilizou-se a ONG, permanecendo apenas o grupo estudantil.

Sendo a UFV e seus departamentos espaços marcados, muitas vezes, pela disputa de interesses e poder, a presença da sala de um grupo alternativo no DEF destoava do perfil hegemônico neste ambiente, desagradando alguns professores contrários à agroecologia e os SAFs. Sílvia Ferrari relata que quando os membros do Apêti ficaram sabendo que iriam ser expulsos da sala do DEF, no ano 2000, optaram por sair desta e procurar uma nova sede (PMME, 2013). Neste momento, o grupo foi auxiliado pelo Museu de Ciências da Terra, localizado na Vila Gianetti, que cedeu uma sala ao grupo.

Situado na Vila Gianetti, o Apêti passou a ter menor visibilidade perante o DEF, porém, passou a ficar mais próximo do Arboreto Medicinal, trabalhado em conjunto com o Entre Folhas desde 1992, e da Casa 16, onde estava se constituindo o Fórum dos Grupos Alternativos, sendo este um momento de renovação do grupo, segundo dados da pesquisa.

Neste período, além de participar das caminhadas ecológicas de recepção aos calouros e promover a divulgação do grupo – em pré-matrículas, eventos –, realizavam seminários internos com responsáveis por discutir temáticas específicas nos dias de reuniões e elaborar textos para “folha florestal”, seminários organizativos, mini-cursos, oficinas e mutirões no Arboreto e no CTA-ZM, além de participação nos EIV-ZM e no I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, com uma representante (APÊTI, Livro Ata).

O coletivo se organizava através de comissões<sup>68</sup> e atuava junto a outras entidades e segmentos, através do Fórum dos Grupos Alternativos e suas atividades, do Fórum Municipal de Educação Ambiental, e do movimento estudantil geral (DCE, CAs) e de área, participando de encontros estudantis como o Encontro Regional de Estudantes de Agronomia – EREA, em

---

<sup>68</sup> De acordo com arquivos e atas, a estrutura organizativa do Apêti era composta pelas seguintes tarefas/comissões: tesouraria, bibliotecário, almoxarife, coordenador, secretário e divulgação, fotógrafo, e representante no fórum dos grupos. Os integrantes também se revezavam para que em todos os turnos da semana houvesse alguém em sua sala.

Viçosa, 2002, e o Congresso Brasileiro de Estudantes de Engenharia Florestal (CBEEF<sup>69</sup>), onde apresentavam a agroecologia e os SAFs como alternativas para produção agrícola e florestal sustentáveis, através de mini-cursos e oficinas, e se articulavam com grupos agroecológicos de outras instituições.

A partir desta década, o número de bolsas de iniciação científica<sup>70</sup> reduz-se para uma média de 2 ou 3 no grupo, destinadas à realização de experimento com SAFs na área do Aeroporto, sendo que a partir de 2003 começam a vigorar políticas de extensão universitária (PIBEX e PROEXT), que também passaram a ser acessadas, mantendo-se até a atualidade uma média de 3 bolsistas de extensão dentre os membros do Apêti.

Junto aos manejos na área do Arboreto, também foram realizados mini-cursos com os calouros e mutirões em parceria com o GAO (APÊTI, Livro Ata). No entanto, a greve de 2005, que durou mais de três meses, atrapalhou a dinâmica do grupo e os trabalhos no Arboreto. A UFV vinha expandindo-se para as proximidades deste, com a construção da saída alternativa na Vila Gianetti, sendo que em junho de 2006, em um momento de renovação do Apêti, os estudantes foram surpreendidos com o início do corte das árvores do arboreto por funcionários da UFV, sob autorização do Departamento de Fitotecnia (DFT), para a futura construção de um orquidário (APÊTI, Livro Ata).

Os estudantes chegaram a embargar a obra por certo tempo, através do Instituto Estadual de Florestas (IEF), pois não havia a autorização deste para o corte das árvores. Nos meses seguintes, os integrantes pintaram a salinha do grupo no arboreto com tinta de terra, a fim de retomar o espaço (APÊTI, Livro Ata). Como não havia o registro da área em nome do coletivo ou de algum apoiador, os apêtianos elaboraram, sob orientação de um professor do DEF, o projeto de implantação de uma Unidade Demonstrativa de Sistemas Agroflorestais (UDSAF) em área a ser reflorestada no campus da UFV, porém não obtiveram êxito, o orquidário foi construído e o grupo ficou sem uma área prática no campus.

A falta de apoio e reconhecimento por parte da UFV é considerada uma dificuldade constante no decorrer da trajetória do Apêti, conforme dados da pesquisa. O episódio relatado constitui uma expressão nítida deste problema.

---

<sup>69</sup> No ano de 2003 foi realizado o 33º CBEEF na UFV, o qual contou com o apoio do Apêti em sua organização, sendo que uma integrante do grupo compôs a Coordenação Nacional da ABEEF neste ano. Na época, o grupo vinha buscando aprender mais sobre o manejo e práticas com bambu, sendo que no CBEEF foi construída uma grande geodésica de bambu.

<sup>70</sup> A redução do auxílio de entidades à pesquisa ao Apêti, fez com que a venda de camisetas e a cotização de bolsistas (que deveriam dividir a bolsa com outro participante e ceder uma parte do recurso ao grupo), se tornassem as principais fontes de sustentação financeira do grupo, aliado a busca de auxílio junto aos órgãos da UFV e entre apoiadores com o livro-ouro, para assim viabilizar suas atividades.

A partir de 2007 inicia-se um novo período na trajetória do grupo, que passava por um processo de renovação e reestruturação. Desde 2003 era cogitada a possibilidade de se formar uma parceria com o CTA-ZM para se manejar o SAF deste (APÊTI, Livro Ata). Tal parceria foi concretizada em 2007 e o grupo passou a ter uma área prática na Viroleira, na sede do CTA, além de ampliar seus vínculos com esta entidade e participar em suas atividades, como os intercâmbios junto aos agricultores familiares, em municípios como Espera Feliz, Divino e Araponga (GODOY et al., 2011).

Desde então, os estudantes passaram a realizar mutirões semanais praticamente todos os sábados do calendário letivo da UFV no CTA, iniciando o ano com um mutirão de recepção de calouros, e mantendo as demais atividades formativas e extensionistas do grupo, que também se fortaleceram. Godoy et al. (2011) descreve a experiência de manejo dos diferentes setores da área entre 2009 e 2011, e destaca os objetivos e benefícios desta parceria com o CTA, não apenas para o grupo, mas para a construção e disseminação das práticas agroflorestais na região.

No campus, o Apêti passou a ter uma maior aproximação com o Grupo Folhas da Vida de terapias holísticas, sediado na Casa 18 da Vila Gianetti, de forma que os estudantes passaram a se reunir na salinha externa desta em 2008. Sua estrutura organizativa se flexibilizou, de modo que passou a ter apenas duas comissões, a de estrutura e a de divulgação, além de responsáveis por projetos desenvolvidos (APÊTI, Livro Ata).

A formação do Mutirão Ciranda em 2008, que inicialmente envolvia os grupos Apêti, GAO e CEP, e as executivas de curso FEAB, ABEEF e ENEBIO, ampliou o diálogo entre estas entidades estudantis tradicionais e alternativas, consolidando-se posteriormente apenas com os grupos agroecológicos. Além dos mutirões rotativos nas áreas experimentais de cada grupo e das calouradas agroecológicas, também passaram a serem realizadas as Troças de Trocas, em 2008, e as Quintas Agroecológicas, em 2009. Ainda em 2008, iniciou-se o registro da atividade dos grupos agroecológicos enquanto estágio na UFV, e o Apêti foi parceiro do CEP na construção do Curso de Permacultura com ênfase em Agrofloresta e Bioconstrução.

A proximidade do Apêti ao Programa TEIA favoreceu a integração entre projetos, ações extensionistas e a construção de espaços em comum. Inovações importantes, como as Troças de Saberes e os Terreiros Culturais realizados a partir de 2009, configuram atividades que mobilizam os grupos estudantis, marcando, portanto, a trajetória do Grupo Apêti. Metodologias participativas como os Círculos de Cultura, Diagnóstico Florestal Participativo e Instalações Artístico-Pedagógicas, por exemplo, passaram a compor as práticas educativas

do movimento agroecológico local por influência deste processo integrador e criativo pelo qual diversos atores se congregam e novos saberes emergem.

A ocupação da Casa 18 a partir de 2011 pelo Mutirão Ciranda fortaleceu a construção coletiva entre os grupos, tornando este espaço uma referência não apenas dos grupos, mas da agroecologia na UFV. Assim, os grupos agroecológicos da UFV vêm construindo tanto ações coletivas nas quais cada um traz sua contribuição particular, como suas atividades próprias.

Dentre as atividades e projetos construídos especificamente pelo Grupo Apêti e seus integrantes nos últimos anos, podemos destacar: os projetos de extensão “Sistemas Agroflorestais e Agroecologia como ferramenta de reintegração socioambiental de jovens da Casa de Acolhimento de Viçosa – MG” – PIBEX 2011 –, que posteriormente continuou de forma voluntária; “Difusão e aperfeiçoamento de técnicas agroflorestais na Zona da Mata mineira, Parte IV” – PIBEX 2012 –, o qual envolve o conjunto de ações do grupo; e “Recuperação agroflorestal da cultura ameríndiafricana da Zona da Mata mineira” – PROCULTURA 2012 e 2013 (GRUPIONI et al., 2013).

Em 2011, dois integrantes do Apêti participaram de um curso com Ernst Götsch em São Paulo, promovido pelo Mutirão Agroflorestal, e posteriormente fizeram oficinas de repasse ao Mutirão Ciranda. Neste mesmo espírito, trouxeram a agrofloresteira Patrícia Vaz para dar um curso sobre SAFs no CTA, o que propiciou uma grande contribuição aos grupos.

O Apêti foi convidado para dar um mini-curso sobre agroflorestas, em 2012, no SIA do campus Florestal da UFV. Além disto, neste mesmo ano duas integrantes do Apêti – Olívia Beatriz e Tainah Godoy – realizaram uma oficina de troca de saberes sobre SAFs durante a feira de sementes tradicionais Mebengokré em uma aldeia Kayapó, no Pará, conhecendo as raízes inspiradoras do próprio grupo e trazendo para Viçosa os aprendizados obtidos neste momento. Algumas iniciativas mais recentes incluem a realização de um curso sobre SAFs com o agricultor Zé Ferreira, em parceria com o Instituto Socio-Ambiental local (ISA-Viçosa)<sup>71</sup> e o projeto de propagação de sementes crioulas e realização de mutirões em propriedades de agricultores ligados à Rede Raízes da Mata.

Em seus 21 anos de vida, o Apêti, que é fruto do processo de transição da agricultura alternativa à agroecologia e sua repercussão nos grupos alternativos da UFV, vêm contribuindo para o avanço teórico e prático em Sistemas Agroflorestais, em suas diversas vertentes, no âmbito da UFV, da Zona da Mata e na formação de profissionais diferenciados que hoje atuam por todo o país.

---

<sup>71</sup> Fundado em 2007, o ISAViçosa é uma entidade sem fins lucrativos, que visa apoiar e desenvolver ações ambientais, educativas e culturais que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações.

#### 4.3.1 Práticas educativas do Apêti

Tendo como foco o trabalho com Sistemas Agroflorestais, uma temática praticamente ausente nas grades curriculares universitárias, o Grupo Apêti desde 1995 se originou com um intenso caráter educativo, pois surge da necessidade de um conjunto de estudantes que desejavam ir além do conteúdo recebido em sala de aula e serem agentes de sua própria formação, uma formação voltada a modelos de produção que assegurem a sustentabilidade.

A constituição histórica do grupo assumiu a agroecologia enquanto base científica da agricultura alternativa, de forma que este nasceu com os pés na pesquisa e na ciência, pesquisa esta realizada através de experimentos e em interação com a sociedade, valorizando as práticas e saberes tradicionais indígenas e das famílias agricultoras. Tal modelo de pesquisa, conectada as dinâmicas de ensino e extensão, caminha no sentido da pesquisa-ação, cujo aprofundamento, de acordo com Santos (2005), contribui para a efetivação de uma ecologia de saberes no âmbito universitário, gerando diálogos entre saberes ‘leigos’ e científicos, de modo a que ambos se enriqueçam neste processo.

Dentre as motivações que levaram muitos estudantes a se somarem ao Apêti, destacaram-se principalmente o desejo de *articular teoria e prática* e a busca por *espaços alternativos de aprendizagem*. A estas seguiu-se em grau de importância: a *luta pela agroecologia e meio ambiente*, busca pela *construção coletiva de conhecimentos* e por uma *formação profissional diferenciada*.

Tendo como laboratórios as áreas experimentais, a construção do conhecimento agroflorestal pelo Apêti se dá em contato direto com a natureza, observando e sentindo seus fluxos e processos, trabalhando de forma coletiva a terra através de mutirões. O trabalho se constitui, portanto, em importante princípio educativo do grupo. Desta forma, conforme Godoy et al. (2011, p. 2), “*aprendemos melhor a sermos agrofloresteiros, e entendermos os mecanismos de sucessão natural dentro de uma área com interferência humana, trabalhando como otimizadores dos processos naturais*”.

De acordo com o questionário, nos anos 1990 e a partir de 2010, as ações do Apêti foram direcionadas prioritariamente aos estudantes e agricultores, sendo que na década de 2000 focou basicamente no público estudantil. Isto pode ter ocorrido em decorrência de que nos primeiros anos, seu funcionamento estava conectado às pesquisas desenvolvidas por seus membros e acompanhamento de ações do CTA, o que se arrefeceu nos anos 2000, ficando o grupo mais envolvido na área do Arboreto e em ações no campus da UFV. Com o fortalecimento da extensão e a vinculação com o CTA-ZM nos anos seguintes, foi retomado

um diálogo mais intenso com as comunidades rurais. Também verificou-se que apenas às vezes elementos artísticos e culturais integravam as atividades construídas, por meio de místicas, músicas, preparo de ferramentas, sementes e exposição de fotos.

Em todas as gerações do Apêti destacou-se o recurso metodológico da vinculação *teoria-prática-teoria*, propiciada pelas atividades de campo e os estudos realizados, um complementando o outro em uma espiral crescente, configurando uma *práxis* dialética no processo de construção do conhecimento. Entretanto, a dimensão teórica reduziu-se a partir de 2010, momento em que a prática passou a se sobrepôr à teoria. Tal questão vem buscando ser superada na atualidade através da retomada do grupo de estudos quinzenal do Apêti, que por vezes envolve outros grupos agroecológicos.

No decorrer de sua história, as ações do grupo se desenvolveram através de práticas vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, e são formadas por um conjunto de estratégias pedagógicas e metodologias participativas, sintetizados na Figura 13:



Figura 13: Principais práticas educativas construídas pelo Grupo Apêti.

O caráter prático do Apêti fez com que em diversos momentos os manejos e mutirões se sobreponham às demais atividades. Nos últimos anos verifica-se no grupo uma diversificação de práticas educativas, decorrentes de seu vínculo com o movimento agroecológico, o que se traduz em uma pluralidade de estratégias pedagógicas e metodologias participativas, realizadas em diferentes contextos.

Ao longo de sua trajetória, a dimensão da pesquisa e da iniciação científica no Apêti relacionava-se com a experimentação e coleta de dados *in loco*, interagindo com os agricultores quando esta não ocorria em área experimental do grupo. Nas pesquisas sobre diagnóstico e desenho de SAFs com café na região, por exemplo, realizavam o levantamento de quem trabalhava sob esta perspectiva, sistematizando suas características, vantagens e desvantagens, o que contribuiu para o avanço da integração entre produção e sustentabilidade na região, acumulo este que fortaleceu as ações do CTA em relação aos SAFs.

A extensão que inicialmente se dava muito no âmbito do acompanhamento de projetos de assessoria aos agricultores e parcerias com o CTA, em seguida incluiu a participação nos EIVs, e com o avançar da institucionalização e fomento à extensão, passou a se dar de modo a promover trocas de saberes, através de projetos específicos e de atividades como os Intercâmbios Agroecológicos, Terreiros Culturais e a Troca de Saberes, por exemplo. Estas atividades fomentaram o aprofundamento entre as dinâmicas de pesquisa, extensão e ensino, que já vinham sendo experienciadas desde os anos 1990, favorecendo as trocas e diálogos de saberes.

Em termos de ensino e formação, os seminários internos realizados junto às reuniões (chamadas assembleias nas atas) dos anos 2000, sobre temáticas diversas – história da agricultura, agriculturas indígena, familiar, sustentável, SAFs, legislação, etc. – contribuíram para o aprendizado destes temas não apenas por quem recebia as informações expostas, mas, talvez, principalmente por quem tinha de estudar e se preparar para dar o seminário. Neste mesmo sentido, podemos considerar o caráter formativo, não apenas externo, mas também interno, das oficinas e mini-cursos realizados pelo Apêti, que incluíam a elaboração de apostilas e materiais didáticos. Em relação à metodologia dos seminários internos com a presença de calouros, após a apresentação do histórico do grupo, ocorria uma divisão em grupos para se discutir SAFs, com sua posterior socialização coletiva, buscando envolver e receber a contribuição de todos ao debate.

Os mutirões, que são uma prática recorrente no Apêti, também possuem um caráter pedagógico e formativo, alicerçado na interação direta com a natureza, na coletividade e no



trabalho enquanto princípio educativo. Além disto, as trocas de saberes e informações sobre as plantas, o solo, água, a forma de utilização e manutenção de ferramentas também são fundamentais neste processo, em que as pessoas mais experientes repassam seus aprendizados a quem está iniciando, que por sua vez, aprende experimentando.

Em alguns momentos os mutirões são alvo de reflexão a fim de qualificá-los<sup>72</sup>, destacando-se a importância de não sair trabalhando de qualquer maneira, mas sim planejada, realizando uma roda de conversa antes de se dividir em equipes de trabalho, e ao final reunir todos novamente para socializar e averiguar o que foi realizado, além de registrar isto em caderno de campo (APETI, Livro Ata). Cabe destacar inclusive, que os frutos do SAF também são objetos de aprendizagem, sendo realizadas oficinas de beneficiamento dos alimentos coletados e produzidos (GRUPIONI et al., 2013).

Mais recentemente, além de contribuir com o processo de construção do Diagnóstico Agroflorestal Participativo (DAP), em que os grupos agroecológicos analisam suas organizações e formas de atuação realizando associações com a dinâmica sucessional de uma agrofloresta, o Apêti utilizou metodologias do *Dragon Dreaming* na construção de suas atividades de médio prazo e reuniões teóricas, valendo-se das técnicas participativas deste para garantir o envolvimento e a concretização dos sonhos de todos os participantes do grupo (GRUPIONI et al., 2013).

No decorrer dos anos 1990, integrantes do Apêti ofereciam mini-cursos na Semana do Fazendeiro. Na atualidade estes realizam Instalações Artístico-Pedagógicas na Troca de Saberes. O objetivo de trabalhar os SAFs junto com agricultores familiares continua o mesmo, o que mudou foi a forma e o método. Observando as ações educativas e a trajetória do Grupo Apêti, vemos que esta é bastante representativa em relação às inovações metodológicas construídas coletivamente pelo movimento agroecológico local.

---

<sup>72</sup> Nas atas do grupo é possível visualizar a avaliação crítica que foi realizada sobre o 2º Mutirão Agroflorestal realizado em Viçosa, em 2002, que congregou grupos agroecológicos de diversas instituições em três dias de atividades práticas e teóricas. Os integrantes do Apêti criticaram as metodologias tradicionais e os vícios na forma de coordenar os momentos por parte de pessoas mais antigas, como a centralização, destacando que tais metodologias inibem a participação, e que o evento parecia ser um encontro de entidades estudantis e não um mutirão.

### 4.3.2 Pegadas, legados e parcerias do Apêti

Inspirado no legado agroflorestal dos povos originários e oriundo do processo de transição da agricultura alternativa para a agroecologia, bem como de integrantes de grupos alternativos precedentes que se aprofundaram na via da pesquisa e prática agroflorestal, o Grupo Apêti, na contramão do ideário neoliberal individualista e competitivo, desde sua criação trilhou o rumo do trabalho coletivo e da integração de saberes, buscando romper com a monocultura de saberes vigente na universidade e desinvisibilizar práticas agroflorestais tradicionais.

Suas pegadas agroflorestais desde 1995 contribuem para o fortalecimento dos SAFs na Zona da Mata e a integração universidade e sociedade, por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão participativas. Tais práticas se interligaram com o tempo e caminham no sentido da promoção do diálogo e convivência ativa entre os saberes.

A atuação em áreas experimentais e atividades de campo na Zona da Mata, desde o nascimento do Apêti o marcam e potencializam os vínculos entre teoria e prática. Logo, o trabalho é um princípio educativo fundamental no grupo, e que ao longo das gerações promove uma formação humana integral aos estudantes.

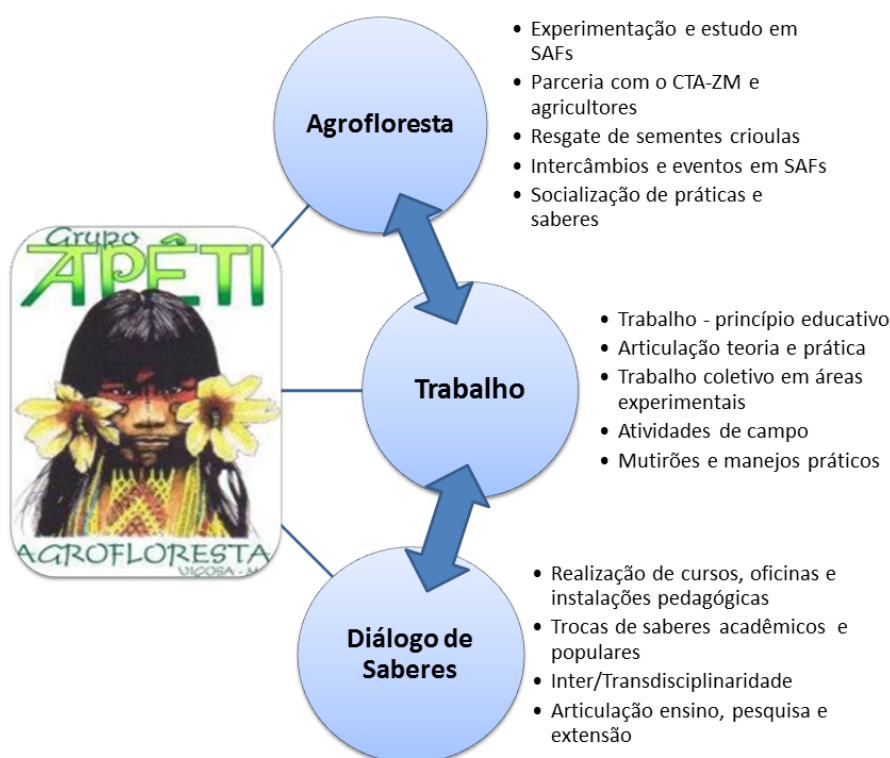


Figura 14: Pegadas do Apêti e suas principais características.

O trabalho com parceiros gerou apoios e trocas de saberes, potencializando a consolidação do grupo. Apesar do Apêti receber em alguns momentos críticas de ser menos

articulado com outros grupos, os dados indicam que muitos membros do Apêti não participavam exclusivamente deste, se envolvendo também com entidades estudantis como CAs, ABEEF, DCE, outros grupos agroecológicos e culturais, como o Circo sem Lona, O Bloco de maracatu, Flor de Batuque, GEIPO e a Capoeira Angola. Além disto, historicamente compõem a rede de relações do Apêti, o CTA-ZM, outros grupos agroecológicos, agricultores, docentes, entidades estudantis e movimentos sociais, incluindo mais recentemente o ISAViçosa (Figura 15).

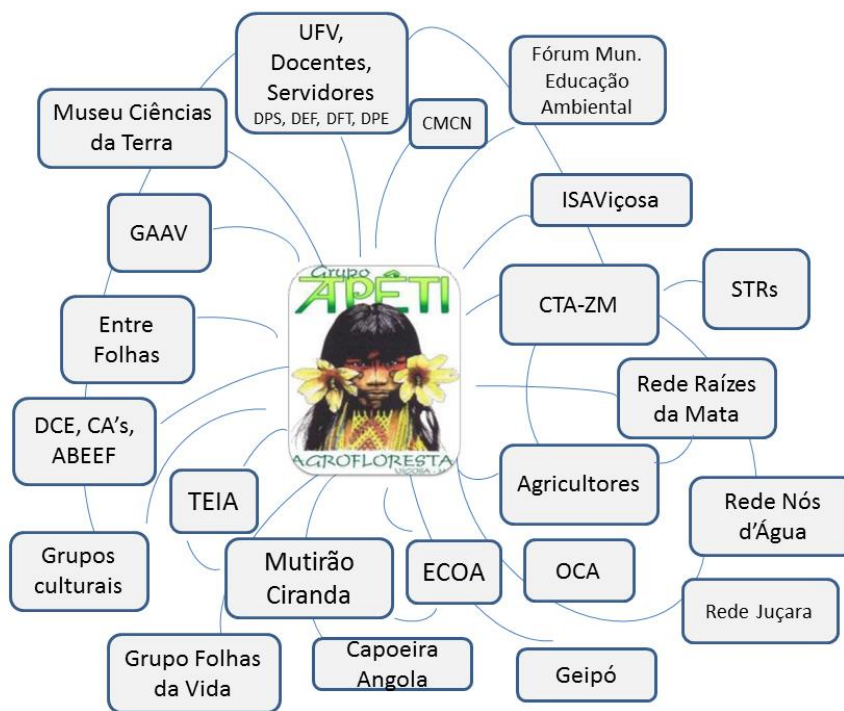


Figura 15: Principais parcerias do Apêti.

Fruto do conjunto de relações estabelecidas, nos últimos anos o Apêti tem participado e construído diversas atividades em Viçosa, na região e inclusive em nível nacional, envolvendo principalmente estudantes (de ensino básico e superior) e agricultores.

Em relação aos legados do Grupo Apêti, a participação neste contribuiu para a construção do conhecimento agroflorestal de forma autônoma por um conjunto de estudantes preocupados com a busca por alternativas. Esta participação marcou-os não apenas ao longo da graduação ou da pós-graduação, mas acompanha suas vidas desde então, em maior ou menor intensidade.

Foi por meio deste grupo que diversos estudantes tomaram contato com temáticas como etnoecologia, etnobotânica, os diversos modelos de SAFs ou tiveram acesso a materiais de estudos presentes em seu acervo. Assim, através do Apêti muitos tiveram a oportunidade

de ler e debater textos de autores como Darrel Posey e Anthony Anderson, Alrick Copijn, Ana Maria Primavesi, Ernst Götsch, Mauro Antônio Moraes Victor, Sebastião Pinheiro, Jorge Vivan, Fabiana Peneireiro, o Manual do Educador Florestal, dentre diversos outros.

Sendo um coletivo inserido nas dinâmicas da prática, ciência e movimento agroecológico, suas ações geraram legados e contribuíram com diversos processos sociais de fortalecimento da perspectiva agroflorestal no âmbito universitário, regional e na formação profissional dos estudantes envolvidos (Figura 16).

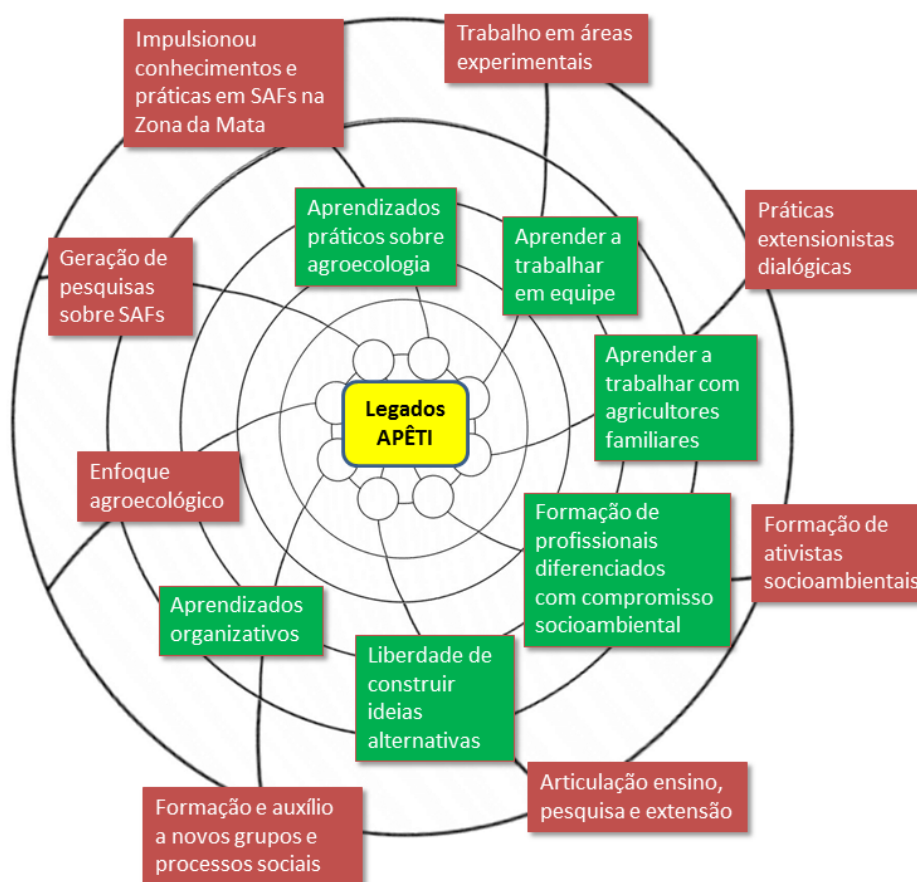


Figura 16: Legados profissionais e sociais do Grupo Apêti.  
Obs.: Profissionais em verde, sociais em vermelho.

Quanto às principais contribuições à formação pessoal e profissional proporcionadas pelo período de atuação no Apêti, sobressaíram os *aprendizados práticos sobre agroecologia*; *aprender a trabalhar em equipe*; se tornar um *profissional com compromisso socioambiental*; *aprender a trabalhar com agricultores*; e a *liberdade de construção de um pensamento alternativo*. Foram destacados também *aprendizados organizativos*, como coordenar reuniões, adquirir uma visão crítica, e a experiência ter contado para o currículo.

As contribuições à formação profissional não correspondiam ao objetivo imediato dos estudantes que ingressavam no Apêti, porém se configurou em um de seus maiores diferenciais e contribuições adquiridas. Neste sentido, obtivemos diversos relatos positivos quanto a esta influência, tais como: *“definiu completamente minha atuação profissional, atualmente faço mestrado em Ciências do Ambiente”* (Tainah Godoy); *“a participação neste grupo me pôs em maior contato com a agroecologia prática, de modo que formou a minha concepção de sustentabilidade em agricultura e preservação ambiental. Hoje atuo como agrônomo na FASE - Mato Grosso”* (Catito), ou nas palavras de Fernando S. Franco:

*Para mim, a história do Apêti é totalmente ligada a minha história profissional e de minha vida como um todo, sendo a busca de uma vida mais saudável, solidária e comunitária, no Grupo Alfa que participei antes, o contato com o CTA na prática de campo e pé na terra com os agricultores, e com a pesquisa científica e metodologias de estudo com os professores, propiciaram vivências que foram meus alimentos anímicos e cognitivos, que constituem minha forma de viver e atuar no mundo até hoje. Atualmente na UFSCAR como professor, coordeno um Núcleo de Agroecologia em que colocamos o nome de APÊTÊ-CAAPUÃ (Questionário 19 – Fernando Silveira Franco).*

Corroborar-se, assim, com a constatação de Grupioni et al. (2013, p. 7), de que a participação no Apêti gera *“como resultado, além da formação de profissionais críticos e questionadores e a ênfase na extensão universitária, tem-se também a formação cidadã de pessoas que se importam decisivamente com as questões sócio-econômico-ambientais”*, evidenciando o componente político presente nesta participação.

Aliado a influência sobre os rumos profissionais dos sujeitos participantes, verificou-se que o envolvimento no movimento estudantil-agroecológico também contribuiu para que 70% dos respondentes já formados continuassem participando ou se articulando junto a ONGs e movimentos sociais. Da mesma forma, 70% dos graduados elaboraram e apresentaram ou publicaram trabalhos acadêmicos com base em sua participação no grupo (Questionário).

Os resultados obtidos são indicativos do potencial transformador do Grupo Apêti, seja no presente, construindo ações na UFV, seja em outros espaços onde estes profissionais em formação irão atuar. Além disto, junto aos demais coletivos locais, o Apêti também vem contribuindo com a formação de novas entidades e grupos, como a Rede Raízes da Mata, o Grupo de Estudos Indígenas Povos Originários (GEIPO), Grupo de Estudos em Bambu, a Organização Cooperativa Agroecológica (OCA), a Rede Juçara e o Núcleo de Plantadores de Água de Viçosa – Rede Nós d'Água.

#### 4.4 Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica - GAO

A agricultura orgânica é uma das mais antigas vertentes do que veio a ser a agricultura alternativa. Sua prática originou-se de estudos do pesquisador inglês Sir Albert Howard<sup>73</sup> com camponeses na Índia nas primeiras décadas do século XX, com quem aprendeu diversas técnicas de compostagem e aproveitamento dos materiais orgânicos e o cultivo de lavouras sem utilização de insumos químicos (EHLERS, 2000).

Um dos seguidores de Howard, Jerome Irving Rodale, nos EUA, adquiriu uma fazenda e passou a praticar seus ensinamentos e a publicar a revista *Organic Gardening & Farm*, que passou a fazer grande sucesso a partir dos anos 1970. Com isto, ao final desta década, alguns estados dos EUA passam a criar legislações para regulamentar a rotulagem de alimentos de procedência orgânica (JESUS, 1985; EHLERS, 2000). Paralelamente, em 1972 foi fundada na França a *International Federation on Organic Agriculture Movement* (IFOAM), que de início reuniu 400 entidades agroambientalistas, sendo considerada a primeira organização internacional voltada ao fortalecimento da agricultura alternativa, atuando na troca de informações, na harmonização de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos (EHLERS, 2000).

Quanto ao Brasil, em 1973 Yoshio Tsuzuki, agrônomo formado no Japão, passa a produzir de forma orgânica em seu sítio, em Cotia-SP, sendo considerado o pioneiro da agricultura orgânica no Brasil (LUZZI, 2007). Em 1989, é fundada a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) na propriedade de Tsuzuki, cuja sede muda-se em 1990 para prédio da secretária de agricultura de São Paulo, sendo então desafiados a criar um mercado expressivo à produção orgânica. Logo, em 1991, foi inaugurada a “Feira do Produtor Orgânico”, e em 1992, a AAO, junto a AS-PTA e outras entidades, realizaram a 9ª Conferência Científica Internacional da IFOAM, “colocando o Brasil definitivamente dentro do contexto da agricultura orgânica internacional” (LUZZI, 2007, p. 19).

Em meados dos anos 1990, avança a discussão sobre a certificação de produtos orgânicos no Brasil. Em 1994 foram aprovadas diretrizes por parte do então Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (Maara) que incluíam somente a certificação por auditoria via empresas credenciadas, “o que causou intenso debate entre produtores orgânicos para nichos de mercado (principalmente o externo) e os defensores da Agroecologia

---

<sup>73</sup> Além de destacar a importância do aproveitamento da matéria orgânica na produção, em suas obras, “Howard mostra que os solos não devem ser entendidos apenas como um conjunto de substâncias, tendência proveniente da química analítica, pois nele ocorrem uma série de processos vivos e dinâmicos essenciais à saúde das plantas” (EHLERS, 2000, p.32). Howard também destacou a importância das Micorrizas, chamando a atenção para sua importância, ideia que por muito tempo foi ignorada (JESUS, 1985).

e da viabilidade das certificações participativas. Em razão da pressão das ONGs, o Maara aprovou as certificações participativas” (VILLAR et al., 2013, p. 44). A partir de 1996, a AAO cria seu selo de qualidade e passa a vender seus produtos para grandes redes de supermercados (LUZZI, 2007).

Neste contexto nacional de intensa discussão sobre a agricultura orgânica e suas formas de certificação, alguns estudantes da UFV participam de um estágio na AAO-SP, retornam e, junto a colegas que participaram do CA de Agronomia e do GAAV, criam o *Grupo de Agricultura Orgânica (GAO)* em 1998.

Segundo relatos de Tatiana Barrella, uma das fundadoras do GAO, ela ingressou no curso de Agronomia em 1996 e junto a outros colegas, assumiram o CA de Agronomia na gestão 1997, sendo que ao final daquele ano um grupo ligado a setores de direita vence as eleições do CA. Isto fez com que os membros da chapa, que também incluíam integrantes do GAAV, direcionassem sua atuação aos grupos alternativos: *“a maior parte vai para o GAAV, mas a prática fica a mesma, muita discussão e pouca ação. Decidimos tentar começar a produzir e colocar o discurso em prática”* (Questionário 27 – Tatiana Barrella).

A grande visibilidade e discussão da questão da certificação orgânica favoreceu a projeção nacional de entidades envolvidas com esta, como a AAO-SP, que por sua vez recebeu dois estudantes da UFV para participar de um estágio, fatores estes que também contribuíram para a formação do GAO:

Após estágio na AAO-SP (Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo), os estudantes Noêmia (Agro-95) e Fábio (Agro-97) voltaram à Viçosa para o início do período letivo de 1998 com idéias de formar um grupo de agricultura orgânica na UFV. Ao procurar o professor Vicente Dias Casali (DPF) para saber das possibilidades de trabalho nesta área, descobriram que já havia sido formado alguns anos atrás. Faziam parte dele o professor Ricardo H. Santos (DFT) e Patrícia (CTA-ZM) (FGA, 2000, p. 8-9).

Este grupo anterior citado no documento, refere-se ao Grupo da Horta Orgânica (HO), formado em meados dos anos 1980 e que desenvolvia trabalhos práticos na área da Horta Velha da UFV e algumas ações em parceria aos demais grupos alternativos, como o Alfa, GAAV e Entre Folhas. Assim, de acordo com Barrella e FGA (2000), no processo de formação do GAO, por estudantes que haviam participado do CA Agro e do GAAV, e que desejavam ir além das discussões políticas travadas no grupo de agricultura alternativa para trabalhar diretamente com a terra e produzir, estes ficaram sabendo da existência de um grupo anterior que atuava na mesma temática e com uma pegada prática semelhante, de forma que representavam uma espécie de retomada ou reativação daquele. Do interesse destes estudantes em desenvolver uma atuação técnica prática, nasceu o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO),

em 1998. Deste modo, é possível observar um conflito de interesses com o GAAV, pois se o GAO o criticava por ter muitas discussões, o GAAV o considerava despolitizado e pouco preocupado com as questões gerais, o que com o passar dos anos alterou-se.

Inicialmente os estudantes se articularam com a professora Irene Maria Cardoso, que logo saiu para doutorado, e com o professor Ricardo dos Santos, que havia participado do HO, e apoiou e orientou o grupo em seus primeiros anos, conseguindo uma área próxima a Horta Velha que estava ociosa, onde iniciam seus trabalhos, conforme recorda Tatiana:

*No início conseguimos uma área pertencente à Horta Velha, com a ajuda do prof. Ricardo. Fazíamos mutirões aos sábados e algumas atividades no meio da semana, para manter a área produzindo em sistema agroecológico. Conseguimos apoio do departamento de Fitotecnia, com material, como esterco, equipamentos (pá, enxada, etc...). Ficou insustentável, nós gastávamos 2 horas para conseguir irrigar a área quando precisávamos, pois tínhamos que pegar a bomba, instalar, tirar o ar... não podíamos deixar montada por causa de roubos que sempre sofríamos no cômodo que tínhamos na área. Acho que ficamos 1 ano ou um pouco mais nesse local. Depois conseguimos uma área dentro da Horta, onde hoje é a área que o prof. Ricardo continua manejando. A área era de experimento de herbicidas, não nascia nada. Começamos a recuperar a área e a produzir, agora com apoio de mão-de-obra da UFV, em momentos de maior demanda. Foi neste momento que o Kalil começou com bolsa de Iniciação Científica e começamos a montar experimentos mais delineados, o que gerou vários trabalhos para eventos (Questionário 27 – Tatiana Barrella).*

Mesmo ante adversidades logísticas de distância e estrutura, os estudantes não se desmotivaram e mantiveram o empenho com o trabalho em grupo. Através das atas do GAO em seus primeiros anos, é possível constatar que este possuía um caráter técnico e prático. Seus membros se revezavam em turnos de trabalho durante a semana para manterem as atividades na Horta Velha, faziam canteiros, experimentos com diversos tipos de caldas – algumas das quais aprenderem com integrantes do CTA-ZM –, minhocário, compostagem, técnicas de produção, e quando possível, destinavam a produção obtida para o Restaurante Universitário (GAO, Livro Ata).

Junto às atividades práticas, realizavam seminários temáticos internos de formação<sup>74</sup> – em que seus membros ou docentes apresentavam algum tema na reunião semanal do GAO no PVA –, desenvolviam processos de experimentação e pesquisa na horta, a apresentação do coletivo aos calouros e em 2000 fizeram um trabalho em agricultura orgânica com um

---

<sup>74</sup> Inicialmente, as principais temáticas debatidas eram as técnicas de cultivo, sistemas de produção orgânicos, legislação e certificação de produtos orgânicos. Com o tempo, outros assuntos de interesse dos participantes vão ganhando destaque, tais como: plantas medicinais, consórcios, minhocultura, apicultura, alimentação, agricultura familiar, extensão rural, reforma agrária, política, educação ambiental, percepção ambiental, metodologias participativas, Sistemas Agroflorestais, permacultura, bioconstrução, reciclagem e reaproveitamento de resíduos, dentre outros.



assentamento rural no município de Betim (GAO, Livro Ata; GAO, 2002). De acordo com texto sobre o grupo em seus primeiros anos:

O GAO foi reativado com o objetivo de desenvolver uma agricultura alternativa, que seja economicamente viável, sem prejuízo para o homem, solo e plantas (toda natureza de modo geral). Esta prática envolve trabalho com hortaliças e outras culturas como feijão, milho e frutas. Para que possamos nos aperfeiçoar, pesquisar e poder melhorar e/ou criar novas técnicas voltadas para o pequeno agricultor (FGA, 2000, p. 9).

O GAO também compunha o Fórum dos Grupos Alternativos. Em novembro de 2000 foi realizado um seminário interno do Fórum, em que foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), averiguando quais os principais problemas e a importância das ações dos grupos, dentre outros elementos. Quanto ao GAO, constatou-se “*que tinha uma relação de trabalho distante com os outros grupos alternativos apesar de manter sempre um representante no Fórum dos G.A.s*” (GAO, 2002). A leitura dos Livros Ata do grupo permitem observar o crescente processo de politização que o grupo foi passando ao longo dos anos 2000, em muito devido a sua maior aproximação e envolvimento com o movimento estudantil tradicional e alternativo da UFV impulsionada por este Fórum.

A preocupação com as crianças e educação ambiental é uma marca que acompanha o GAO desde seus primeiros anos. A partir de meados de 2001, o GAO iniciou um projeto de produção de alimentos orgânicos para serem destinados ao Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) da UFV, fazendo-se necessário todo um estudo, planejamento e trabalho comprometido para dar conta desta demanda. Averiguava-se que a produtividade era boa, porém decaía nos períodos finais de semestres letivos (GAO, Livro Ata).

A partir de 2002, junto à produção dos alimentos, passam a ser realizadas oficinas de educação ambiental em parceria com o Programa de Educação em Solos e Meio Ambiente (PES) com as crianças da creche da UFV. Em 2003, o GAO também participou das Oficinas de Plantar, organizadas pelo grupo Psiuu!<sup>75</sup> em escola carente do município, de Fóruns de Educação Ambiental e da Semana Ambiental, nos quais promovia oficinas. A parceria com o LDI foi até 2004, quando o GAO optou por trabalhar com a Escola Effie Rolfs, por esta ser mais necessitada, realizando um projeto de sensibilização e educação ambiental nesta semanalmente ao longo de 2004 e 2005 (GAO, Livro Ata).

Em seus primeiros anos, portanto, o GAO se constituiu como um espaço alternativo de práticas agrícolas não convencionais, um grupo voltado para a agricultura orgânica que

---

<sup>75</sup> O Psiuu! foi um grupo estudantil que realizava diversas campanhas e projetos sociais, atuando voluntariamente em comunidades e escolas carentes de Viçosa. Uma das atividades desenvolvidas foi a Oficina de Plantar em uma escola municipal, projeto este que envolveu o Apêti e GAO (Livro Ata do Apêti).

desenvolvia trabalhos e práticas que procuravam complementar a formação acadêmica envolvendo crianças, jovens e a comunidade acadêmica. Por volta de 2002, após alguns anos de experiência e em um contexto de maior expressividade da agroecologia, incluindo a realização do I ENA, que contou com a participação de uma integrante do GAO, este passa a crescentemente incorporar e materializar os conceitos agroecológicos, além de passar por um processo de renovação. Abordando este processo de fortalecimento da perspectiva agroecológica no GAO, relata-se que:

*O Grupo surgiu primeiramente para discutir e aprofundar sobre a Agricultura Orgânica, mas nessa trajetória, o grupo percebeu que a Agroecologia era maior, que a agricultura orgânica estava englobada na Agroecologia, e não apenas um modelo de sistema de produção de troca de insumos (Questionário 28 - Luiza).*

Em setembro de 2002, os estudantes conseguiram uma nova área prática com a ocupação de um local que estava ocioso há 15 anos no campus da UFV, onde era o antigo codornário da instituição, realizando então o seu primeiro mutirão no local.

A área estava abandonada, o Fórum dos Grupos Alternativos havia solicitado a mesma em 2001. A instituição repassou a área para a agroecologia, e sendo necessário um docente para assumir a área, esta ficou sob responsabilidade do professor Ricardo H. Santos, que elaborou um projeto para a construção de um laboratório de agroecologia que não se efetivou. Os membros do GAO foram informados pelo professor Ricardo dos Santos quanto à possibilidade de manejar a área, ocuparam e decidiram cuidar desta. Isto foi motivo de atrito com integrantes do GAAV, pois um de seus membros havia solicitado a área para o Fórum no ano anterior, mas o GAO acabou por assumir a área como sendo sua.

O GAO passou a ter duas áreas de manejo: a Horta Velha – que passou a ser utilizada para o plantio de culturas de ciclo longo, acabando por ficar secundarizada – e a Horta Nova, que logo passou a ser chamada MataGAO. Além disso, nesta época, alguns integrantes do GAO também manejavam uma área localizada atrás do Alojamento Masculino. A proximidade do MataGAO ao PVA favorecia a participação e envolvimento com este, agregando mais estudantes e dando visibilidade ao grupo. Logo fizeram um minhocário e iniciaram os primeiros manejos, iniciando pela poda do mato abundante, aquisição de uma caixa d'água, construção de estufas, etc. (Questionário; GAO, Livro Ata).

Neste período, o grupo parece ter superado a questão do baixo envolvimento com outras entidades, pois passam a participar de forma bastante ativa do Fórum dos Grupos Alternativos e do próprio movimento estudantil em geral, promovendo oficinas em encontros

estudantis regionais e nacionais realizados em Viçosa<sup>76</sup>; participando em eventos locais como o “Agronomia em foco”, de diversos seminários e ações em oposição aos transgênicos<sup>77</sup> e à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); e se envolvendo na construção dos EIVs e em eleições de CA da Agronomia e do DCE. Afora isto, também valorizava-se a participação em eventos externos, como o I ENA, Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs), e o Fórum Social Mundial (Questionário; GAO, Livro Ata). O envolvimento em todos estes processos levou o GAO a ser reconhecido como um grupo militante e politizado, inserido nos debates mais gerais da sociedade que fazem-se presentes nestes eventos nacionais, nos seminários internos e externos em que seus membros participam.

A organização de Seminários Internos é uma prática periódica do GAO, sendo estes momentos importantes para a avaliação, reflexão coletiva e tomada de decisões. Realizados semestral ou anualmente, os seminários indicavam os próximos passos, qual seria a dinâmica das reuniões, as comissões necessárias<sup>78</sup>, as oficinas que iriam oferecer naquele ano – sendo compostagem, adubação verde e percepção ambiental as principais oficinas trabalhadas entre 2003-2007, acrescentando-se outras temáticas a partir de então (GAO, Arquivos).

Ao final de 2003, em avaliação, o GAO observava dois perfis de integrantes, um mais científico e outro mais social, sendo que ambos se complementavam, havendo ainda uma maior necessidade de extensão com a sociedade. O acúmulo de trabalho prático no MataGAO, os desafios a enfrentar na área, como a ação de formigas, e a realização de diversas atividades no campus, dificultava uma extensão “para fora” – que, em parte, foi contemplada com a participação no projeto de Agricultura Urbana –, e a discussão, ao final de 2004, da possibilidade de vínculo ao grupo de projetos que articulou a construção do Programa TEIA.

A Horta Velha foi ficando abandonada ao longo de 2004 e o fornecimento de alimentos revisto, de modo que a partir de 2005 optaram por não mais continuar com aquela área devido à falta de tempo dos integrantes, que definiram priorizar o MataGAO.

A partir de 2007 o GAO buscou fontes de recursos por meio de órgãos de fomento e projetos de extensão, o que possibilitou uma grande projeção do grupo na comunidade acadêmica. Também passam a ser realizadas outras atividades, como Luaus no MataGAO,

---

<sup>76</sup> O GAO realizou oficinas em eventos como o Encontro Regional de Estudantes de Agronomia (EREA), em 2002, no CBEEF (Engenharia Florestal) em 2003, CONEA (Agronomia) em 2005, ENEB (Biologia) em 2007, no ENEAMB (Engenharia Ambiental) e Encontro Regional de Agrárias (EREA) em 2009.

<sup>77</sup> Uma das atividades críticas aos transgênicos foi a realização do II Simpósio de Alimentos Transgênicos no dia 17-10-2002, em frente à Biblioteca Central, que constituiu-se de uma grande manifestação em oposição à entrada de sementes transgênicas no país e seus impactos ecológicos e sociais. Tal evento foi organizado pelo Apêti, CABIO, FEAB, GAAV, GAO, MAC, PES e CA de Secretariado.

<sup>78</sup> No início dos anos 2000 o GAO se organizava através das seguintes comissões: da Horta Velha, da Horta Nova, Divulgação, Creche ou Escola, Sistematização, Finanças, EIV, Fórum dos Grupos Alternativos.

contribuição com a disciplina SOL 380 (Levantamento, aptidão e manejo dos solos), em aula ministrada pela professora Irene Maria Cardoso. A primeira contribuição à aula ocorreu em novembro de 2007 e foi realizada novamente em semestres seguintes. O GAO oferecia também oficinas sobre bioconstrução, reciclagem, tinta de terra, espiral de ervas, além das tradicionais oficinas de compostagem e percepção ambiental (GAO, Livro Ata).

Os anos de 2008 e 2009 foram bastante intensos, sendo realizado um efetivo trabalho de aproximação de novos integrantes, segundo relatos, de forma a que o grupo passou a contar com mais de 20 participantes ativos, avançando assim em sua renovação e reinvenção. Em parceria com o Parque da Ciência, o GAO enviou projeto ao PIBEX, apresentou trabalhos em Simpósios de Extensão Universitária (SEU) da UFV, tendo o reconhecimento de suas ações premiado através de uma Menção Honrosa no evento, e publicou trabalho na Revista Brasileira de Agroecologia (Questionário). A isto, soma-se o fato de que a participação nos grupos agroecológicos valia como estágio registrado no Sistema de Estágio (SEST) da UFV.

No dia 29 de março de 2008, a partir da articulação entre os grupos agroecológicos e as executivas de curso das agrárias, realizou-se o primeiro Mutirão Ciranda no MataGAO, em que finalizou-se o banheiro seco construído em parceria com o Centro de Estudos em Permacultura (CEP). Neste período fortaleceu-se o trabalho na área experimental. Com a possibilidade de registro da área em nome do GAO, seus membros se focaram nisto, passando a discutir a ideia de realizar uma bioconstrução no local que serviria como sede dos grupos, executivas de curso e contaria com alojamento.

Diversas atividades educativas foram construídas no MataGAO, como visitas de crianças, de estudantes de Economia Doméstica, oficinas de reciclagem e em encontros estudantis. Todas as ações realizadas atingiram um público de centenas de pessoas, de acordo com a “Folha do GAO”, jornal lançado na época, e que definia o GAO como

um grupo estudantil que procura realizar trabalhos voltados para uma agricultura mais sustentável, do ponto de vista prático e teórico, abordando temas ambiental, social, econômico e político, cobrindo uma lacuna deixada nos programas curriculares acadêmicos da UFV, demonstrando técnicas agrícolas mais acessíveis e sustentáveis com profundo debate sociopolítico. O grupo se destaca por formar atores agroecológicos, sensíveis e críticos à necessidade de mudanças e construção de uma sociedade pluralista e mais justa (GAO, 2009, p. 1).

Aa articulações em nível local<sup>79</sup> e nacional<sup>80</sup> fortaleceram as ações coletivas protagonizadas pelos grupos agroecológicos. Como fruto desta interação, diversas atividades

---

<sup>79</sup> Como a construção do Mutirão Ciranda e uma maior aproximação ao Programa TEIA, que iniciou a realização de Terreiros Culturais e da Troca de Saberes.

em comum passam a ser realizadas, como as Terças de Trocas; as Quintas Agroecológicas e os Pré-ENGAs. Uma importante ação em comum construída pelo Mutirão Ciranda foi o projeto de Bioconstrução da Casa no MataGAO em 2011, em substituição ao projeto de construção do Laboratório de Agroecologia. Este projeto foi aprovado no PIBEX daquele ano, com orientação do professor Roberto Goulart do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), e desencadeou um processo de construção coletiva de concepção e projeção de como deveria ser um prédio bioconstruído no campus, que sediasse tanto os grupos, como o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UFV (ECOIA), tornando-se um espaço referência para a agroecologia na universidade. O projeto fez parte também do projeto (Agro)Ecologia dos Saberes na Zona da Mata (Edital CNPq/MDA/SAF N° 58/2010).

A construção ecológica seguiria princípios da permacultura, saúde dos ambientes e das pessoas, promoveria o resgate de técnicas tradicionais e incluiria métodos alternativos de saneamento, habitação e fontes de energia, se utilizando de procedimentos construtivos de menor impacto ambiental, contribuindo ainda, tanto para divulgar tais técnicas, como para formar agentes multiplicadores destas (MUTIRÃO CIRANDA, 2011). Neste sentido, foram realizadas 5 oficinas<sup>81</sup> envolvendo os grupos agroecológicos no processo de estudo, criação e elaboração do projeto arquitetônico. Verificou-se posteriormente, em avaliação, que apesar de todas as oficinas serem realizadas, a metodologia destas não foi construída coletivamente e não deu conta de envolver todos os atores, houve uma centralização de funções com o bolsista, hierarquização de saberes por parte da arquitetura, desarticulação entre os participantes, a falta de repasses e uma sistematização mais pormenorizada do processo.

Após a elaboração do projeto de bioconstrução, este foi registrado na Divisão de Obras da UFV, no entanto, o processo ainda está parado, devido aos trâmites burocráticos e não haver uma pressão incisiva ou influência que o encaminhe. Esta não priorização pode ter ocorrido pelo fato de que no mesmo ano de 2011, os grupos agroecológicos ocuparam a Casa 18 da Vila Gianetti, dando início ao Grupo Alfa de Almoço Vegetariano e à Rede Raízes da Mata, tarefas estas que demandaram um enorme esforço e envolvimento de todos os grupos, e

---

<sup>80</sup> Em 2009 integrantes do GAO participaram do Encontro Regional de Agroecologia (ERA), do II Curso Nacional de Formação em Agroecologia (CFA), ambos promovidos pelas executivas das agrárias, do I Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) e do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Curitiba-PR.

<sup>81</sup> As 5 oficinas ou módulos de planejamento, foram: 1) Estudo do lugar; 2) Requisitos para as novas instalações; 3) Estudo Preliminar; 4) Anteprojeto; e 5) Projeto Executivo. Outra atividade prática vinculada ao projeto foi a realização de um mini-curso na Semana de Engenharia Florestal, em que iniciaram a construção de uma sauna em formato de oca indígena no MataGAO, utilizando-se de diversas técnicas de bioconstrução.

especialmente de integrantes do GAO que se dedicaram exclusivamente na concretização destas iniciativas, conforme relata Isabela Ladeira:

*Quando a gente foi ocupar a Casa 18, o GAO simplesmente deixou de lado tudo que era, digamos, prioridade do grupo e a nossa prioridade foi participar de um coletivo maior. Quando foi criar a Rede, as pessoas do GAO desprenderam total energia, deixaram de investir em ações específicas do grupo pra investir numa ação coletiva, numa ação maior, que extravasa os objetivos do grupo (Isabela Ladeira. Agrônoma, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA-Brasil).*

Percebe-se assim, que no âmbito do Mutirão Ciranda e suas iniciativas, o GAO possui um papel protagonista, que consequentemente se estende às instâncias nacionais do movimento dos grupos agroecológicos, através da construção da REGA-Brasil. Porém, ao passo que a Casa 18 tornou-se a sede do movimento estudantil-agroecológico da UFV e as reuniões e diversas atividades dos grupos (específicas ou comuns) passaram a ser realizadas neste espaço, acabou ocorrendo um enfraquecimento da presença e atuação do GAO no MataGAO, reduzindo o potencial produtivo e educativo desta área experimental, bem como do número de integrantes no grupo<sup>82</sup> e sua participação no EIV-ZM.

Dentre as atividades específicas realizadas pelo GAO nos últimos anos, podem ser destacados os seus seminários internos, mutirões, oficinas<sup>83</sup>, o “Rock Rural” de celebração dos 15 anos do GAO em 2013, as Instalações Artístico-Pedagógicas em eventos como a Troca de Saberes, Aulas Abertas dos grupos e Terreiros Culturais. Também se inclui os projetos inscritos no PIBEX, como o de horta e educação ambiental na Escola Estadual Effie Rolffs, e o de compostagem no campus, além da participação em grupo de estudos quinzenais junto ao Grupo Apêti no horário de reuniões destes grupos na Casa 18.

Oriundo da atuação de estudantes no movimento estudantil tradicional e alternativo, em seus 18 anos de vida, o GAO vem contribuindo com a construção da agroecologia e da agricultura orgânica na UFV e em interseção com a sociedade, especialmente com crianças, jovens e agricultores. Sua área experimental representa um importante laboratório de práticas e aprendizados em agroecologia, permacultura e SAFs, constituindo um espaço estratégico e de boa visibilidade no campus.

---

<sup>82</sup> Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo GAO, além da histórica falta de recursos e de apoio e reconhecimento pela UFV, seus participantes destacaram ainda o fluxo e refluxo de participantes e o alcance a um maior número de estudantes – segundo um antigo integrante “*sem sombra de dúvida a maior dificuldade é a alta rotatividade de estudantes*” (Questionário 30 - Bruno).

<sup>83</sup> Algumas das oficinas realizadas pelo GAO nos últimos anos incluem: oficinas de Microrganismos Eficientes (EM) ou plantas medicinais em Terreiros Culturais; no Simpósio de Educação Ambiental; de cromatografia e saúde do solo; de tratamento de bambu; todas em 2013; de dendrologia para turma de Engenharia Florestal, em 2014; e de plantio de mudas em vaso pet reciclado, com crianças no evento Viva o Solo, em 2015.

Enquanto um grupo autogestionado que busca priorizar o trabalho de base e divulgação aos calouros, o GAO geralmente acaba sendo o primeiro grupo agroecológico que muitos estudantes têm contato na UFV, servindo diversas vezes como a “*porta de entrada pra muitas pessoas, que depois até acabam indo pra outros grupos, se aprofundando numa vertente*”, conforme relata Isabela Ladeira.

O caráter politizado e articulador que o grupo adquiriu favorece sua integração com outros espaços do movimento estudantil e do movimento agroecológico como um todo. Sua atuação junto aos demais grupos gerou diversos frutos, como a Rede Raízes da Mata, o Grupo de Estudos em Bambu, a OCA e a Rede Nós d’Água, bem como o fortalecimento da REGA-Brasil. Deste modo, se anteriormente o GAAV atuava no sentido de articular os grupos, com o tempo o GAO assumiu esta função, cumprindo um papel semelhante ao que o GAAV cumprira anteriormente, qual seja: conectar, politizar e mobilizar os grupos de agroecologia, ao mesmo tempo em que desenvolve projetos e ações específicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

#### **4.4.1 Práticas educativas do GAO**

Uma das marcas de origem do GAO foi o desejo de trabalhar com agricultura orgânica colocando em prática os aprendizados obtidos através de estudos, cursos e estágios na área. A ideia era superar a inércia dos discursos ante a técnica, ocupar os espaços disponíveis no campus e buscar apoiadores para estas ações coletivas, a fim de construir uma formação diferenciada ao modelo de ensino e de agricultura propagado pela UFV.

Tal iniciativa autônoma, portadora de um rico potencial educativo, demonstrou para a universidade e o conjunto da sociedade, através da produção de alimentos para a creche da instituição, por exemplo, que a agricultura orgânica é uma alternativa concreta ao modelo produtivo vigente, necessitando maior apoio das instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A atuação do grupo historicamente focou-se na busca de articulação entre teoria e prática, conectando em certa medida ciência e trabalho. No entanto, algumas pessoas afirmaram que a dimensão teórica ficou secundarizada frente à prática a partir de 2010, tendência esta que vem buscando ser revertida através da retomada de estudos coletivos.

Em relação às práticas educativas do GAO, de acordo com a pesquisa, inicialmente suas ações eram mais direcionadas aos próprios estudantes, sendo que a partir dos anos 2000

passam a incluir além deste público, a comunidade externa e agricultores familiares, existindo um importante foco de trabalho com crianças e adolescentes.

Além do caráter organizativo, as metodologias dos Seminários e reuniões também possuíam um caráter formativo. Em 2004, por exemplo, optou-se por não ocorrer a discussão ou apresentação de textos em todas as reuniões, mas sim apenas nos 20 minutos iniciais enquanto esperava-se por todos chegarem. Nas reuniões era discutido “o que rolou?” e “o que tá rolando?”, além de ao fim destas definir-se quem iria coordenar o próximo encontro.

As práticas e momentos educativos vivenciados no GAO evoluíram no decorrer de sua trajetória (Figura 17). Verificamos com a pesquisa, que inicialmente suas estratégias pedagógicas eram principalmente os *mutirões*, *manejos práticos*, *atividades de campo* e *seminários temáticos de estudos*<sup>84</sup>. Posteriormente, no decorrer dos anos 2000, além destes, passaram a construir os *EIVs*, realizar *Seminários Internos*, *grupos de estudos*, *trilhas ecológicas*, *atividades de educação ambiental*, *mini-cursos* e *oficinas* em Semanas Acadêmicas, Simpósios e Congressos estudantis, *aulas abertas* e *ações extensionistas*. A partir do final da primeira década de 2000, além de práticas educativas tradicionais do grupo (como mutirões, seminários, estudos, aulas abertas, trilhas, mini-cursos, oficinas e EIVs), novas ações passaram a ser construídas, como *estágios*, *cine-debates*, *almoços culturais*, *Feiras de Trocas*, *Quintas Agroecológicas*, *Trocas de Saberes*, *Terreiros Culturais*, *Sementários* e a participação em *Intercâmbios* e *Caravanas Agroecológicas*.

As metodologias participativas utilizadas nestas atividades também evoluíram com o passar do tempo. Se no princípio, eram basicamente *rodas de conversa*, *trabalhos em grupos* e buscava-se a *conexão entre teoria, prática e teoria*, através de subsequentes processos de estudos e idas a campo, nos anos seguintes estes se fortaleceram e foram acrescentadas metodologias como *dinâmicas de discussão*, *palestras/debates*, *palestras-dialogadas* e *técnicas de DRP*. Já na segunda década de 2000, o método de palestras vai caindo em desuso e novas metodologias passam a ser incorporadas às tradicionais, tais como *Círculos de Cultura*, *dinâmicas de animação*, *integração e harmonização*, *Diagnóstico Agroflorestal Participativo (DAP)*, o *Café do Mundo*, as *Instalações Artístico-Pedagógicas* e técnicas do *Dragon Dreaming*.

---

<sup>84</sup>As temáticas trabalhadas nestes seminários passaram de uma perspectiva mais técnica, como o estudo da produção orgânica de morangos, alho, couve e caldas alternativas, por exemplo, para uma dimensão ampliada, enfocando a agroecologia e modelos de produção agrícolas, transgênicos, luta pela terra, gênero, etc.



O conjunto de inovações metodológicas e de espaços educativos tem possibilitado a articulação das dinâmicas de ensino, extensão e pesquisa, em momentos como as Caravanas, Intercâmbios Agroecológicos, Terreiros Culturais e Trocas de Saberes. A arte e cultura, da mesma forma, se não integravam as atividades educativas do GAO em seus primeiros anos, posteriormente passaram a ser trabalhados por vezes ou mesmo frequentemente nestas.



Figura 17: Principais práticas educativas construídas pelo GAO.

A pegada da pesquisa que acompanhou o GAO no início de sua trajetória estava relacionada aos processos de experimentações formais e informais desenvolvidos pelo grupo, assim como pelos projetos de iniciação científica aprovados, pesquisas estas que estavam inseridas às atividades práticas nas áreas experimentais do GAO.

A projeção que passa a ter a dimensão da extensão nos anos seguintes no grupo vincula-se à própria valorização desta função universitária no contexto das instituições federais, com a criação de políticas de fomento, que proporcionaram inclusive a premiação de

menção honrosa ao GAO em Simpósio de Extensão da UFV. Outro fator que pode contribuir para os grupos agroecológicos priorizarem as políticas extensionistas é o fato do acesso a estas ser mais democrático, ao não ser baseado em critérios meritocráticos e competitivos de currículo e coeficiente acadêmico, além do fato da extensão estar mais relacionada ao perfil e objetivos destes grupos. Assim, as práticas extensionistas do GAO ocorrem tanto no MataGAO, como em escolas e comunidades, sendo que:

Em todas as questões discutidas é considerado o fato de que o conhecimento se constrói a partir da troca de saberes e, por isso, o grupo busca realizar atividades de interação entre os participantes e a comunidade a fim de possibilitar a construção participativa do conhecimento com enfoque interdisciplinar (GAO, Zine, 2010).

Em articulação com a extensão, ocorre o ensino, que historicamente no GAO se deu através das atividades de educação ambiental, oferta de mini-cursos e oficinas, realização de aulas abertas ou introdutórias junto a disciplinas formais dos cursos, ou mesmo intervenções públicas. Em diversos momentos, estudantes que participam de alguma destas atividades relataram a diferença destas com as aulas teóricas da UFV (GAO, Livro Ata). A elaboração de cartilhas e apostilas didáticas para estas atividades também contribui para a formação do grupo e de seus leitores. A respeito das aulas introdutórias nos cursos, Isabela relata que

*(...) a gente pegava aquele tanto de calouro tímido, com vergonha, que acabou de entrar na universidade, e punha todo mundo sentado em roda, puxava um monte de dinâmicas integrativas, de brincadeiras de criança mesmo, propunha isso pra eles. Assim, a gente criava espaços para emoções que não são esperadas nesse meio acadêmico. E isso cria um espaço interno dentro de cada um, pra gerar sensações, emoções, sentimentos, reflexões... Esse era um espaço que eu gostava muito, e pra fechar, a gente falava de agroecologia, antes de explicar o que é, perguntar o que as pessoas acham que é agroecologia, fazia uma introdução do que é o modelo da Revolução Verde, qual é essa disputa que a gente vive entre agronegócio e agroecologia (Isabela Ladeira. Agrônoma, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA-Brasil).*

Quanto às ações de educação ambiental, estas compõem a práxis educativa do GAO desde seus primeiros anos, ao realizar oficinas no LDI e em outras escolas do município e região, ou receber as crianças e estudantes em sua área prática, momentos em que realizavam dinâmicas, brincadeiras, plantios e colheitas com as crianças, promovendo a valorização da natureza. O grupo contribuiu ainda para a construção de Fóruns e Simpósios de Educação Ambiental, Semanas Ambientais e Caminhadas Ecológicas ao longo dos anos. O nexos estabelecido entre questão agrária e ecologia em atividades educativas comprometidas com um ideal emancipatório e marcadas por metodologias que estimulam a participação e as trocas, dialogam com a perspectiva da educação popular ambiental, compreendida como um processo formativo que, através de uma perspectiva política, proporciona elementos teóricos e

práticos para enriquecer a compreensão e o comportamento dos setores populares com o seu meio, com vistas à construção de sociedades sustentáveis e com equidade social (ESTEVA, 1994 apud SORRENTINO, 2013 p. 148).

Já em termos de intervenções públicas, podemos citar a divulgação de uma Semana Ambiental, em 2002, em que o grupo pôs cavaletes e painéis pelo campus e sobre as mesas do RU com frases reflexivas e fotos chocantes, ou a colocação de bandejas enormes no almoço do RU com saladas colhidas no MataGAO, durante um congresso estudantil.

A vinculação entre *teoria, prática e teoria* muitas vezes foi contemplada em aulas abertas e oficinas no MataGAO, em que após uma discussão inicial sobre agroecologia, explora ou trabalha-se na área e ao final retoma-se o diálogo. Todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão relatadas possuem um vínculo estreito com a prática e a área experimental do grupo. Por meio do trabalho coletivo, configura-se o estudo e a aplicação de técnicas ligadas à agroecologia, permacultura e agroflorestas. Em relação ao MataGAO, relatam membros do grupo,

O grupo recebe na área agricultores e crianças de escolas públicas da cidade para atividades de educação ambiental, reciclagem do lixo, plantas medicinais, compostagem, manejo de solos e água, enfim, diversos temas atuais e de alta relevância na formação dessas pessoas. Aulas de disciplinas formais, como Manejo e Conservação dos Solos também são ministradas na área, com a participação dos estudantes participantes do GAO (LADEIRA et al., 2011, p. 2-3).

Neste sentido, o MataGAO corresponde a uma instalação eco-pedagógica, através da qual ocorrem tanto o trabalho coletivo – especialmente via mutirões – enquanto parte fundamental do processo educativo de membros do grupo, como também “*funciona como uma área de exposição de técnicas sustentáveis, demonstrando alternativas para a relação do homem com a natureza*” (GAO, Zine, 2010).

Nos últimos anos, o GAO e os demais grupos agroecológicos vêm adotando novas metodologias e construindo práticas formativas participativas, passando a se utilizar de metodologias como os Círculos de Cultura, Café do Mundo, Instalações Artístico-Pedagógicas. Estas são utilizadas para abordar temáticas como agroecologia, agrotóxicos, abelhas polinizadoras, compostagem, rede do movimento agroecológico, dentre outras, sempre buscando trazer elementos e questões que suscitem a reflexão e diálogo coletivos.

Tal diversificação de tempos e métodos educativos tem contribuído para o avanço do movimento agroecológico e com a formação de profissionais não apenas aptos ao trabalho prático em agroecologia, mas também sensíveis e capazes de dialogar com diferentes sujeitos sociais. As inovações metodológicas têm contribuído, inclusive, com a construção de

momentos formais de ensino, como aulas em parceria com docentes, em que os estudantes, como educadores, reconfiguram o papel dos sujeitos e a dinâmica de aprendizagem no processo educativo.

#### 4.4.2 Pegadas, legados e parcerias do GAO

Iniciando seus passos no contexto de discussão da certificação orgânica no país, o GAO, através da crítica à falta de prática no grupo de agricultura alternativa local, ou seja, pelo desejo coletivo de trabalhar com a terra, somado à conquista de áreas no campus, teve como foco o trabalho produtivo e experimentações científicas, que lhe levou a fornecer alimentos para a creche universitária de forma solidária e despertar sua práxis educativa.

Nos anos 2000, seu caminhar se direcionou da agricultura orgânica para a agroecologia, expandindo as perspectivas do grupo. A articulação com outros coletivos proporcionou com que a pegada da luta por transformações sociais se fortalecesse e destacasse, de modo que o viés do movimento social e articulação política, que inicialmente era fraco, se tornasse uma marca característica do GAO. Tal tendência se acentuou nos últimos anos, de forma que as dimensões da pesquisa e ciência enfraqueceram, estando a pegada do GAO mais vinculada ao campo da agroecologia enquanto movimento e prática na atualidade (Figura 18).

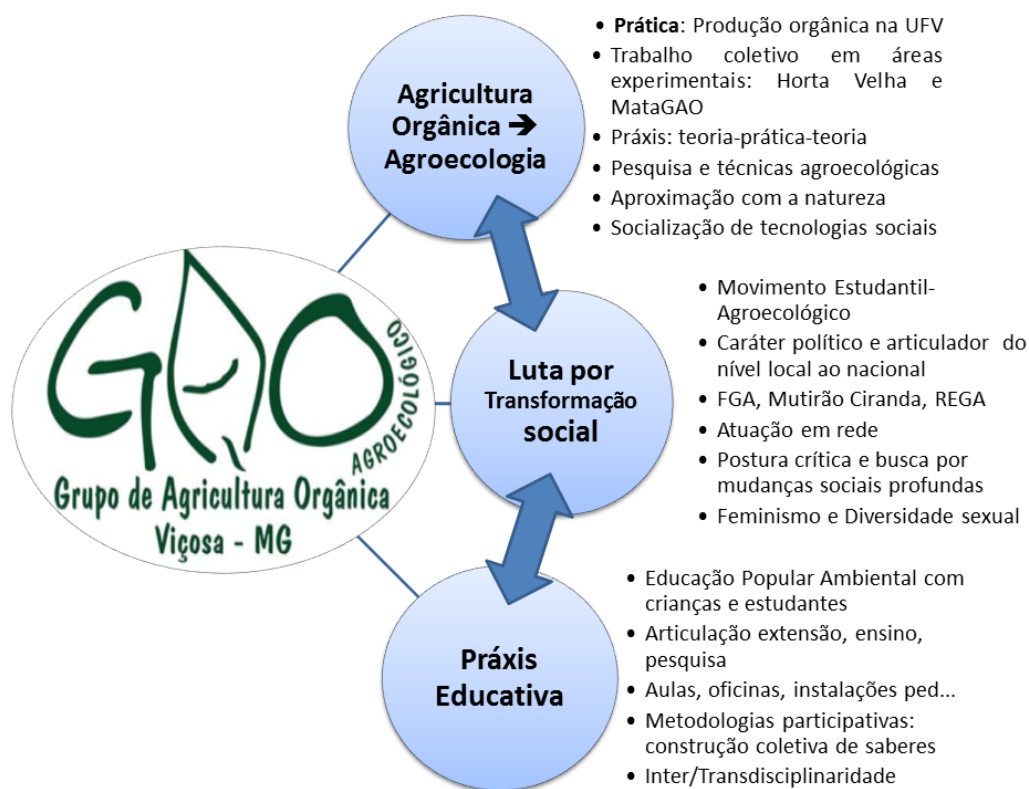


Figura 18: Pegadas do GAO e suas principais características.

A pegada da práxis educativa, que acompanha o grupo desde seus primeiros anos, tem possibilitado a construção coletiva de saberes a partir de ações extensionistas dentro e fora do campus, que promovem uma educação ambiental de viés popular, através de metodologias participativas. O enfoque nas ações de ensino e extensão faz com que, para Isabela Ladeira, a dimensão da pesquisa e da ciência sejam desafios colocados ao grupo atualmente, e identifica que esta dificuldade decorra, em parte, do fato de que *“muitas pessoas que procuram o grupo estão querendo fugir das teorias, desse academicismo colocado pela instituição, (...) e a extensão, muitas vezes é a maior novidade”*.

Em relação às parcerias que de alguma forma apoiam, são apoiadas, e trabalham em conjunto com o GAO, estas se diversificaram ao longo das últimas duas décadas. Muitos integrantes do GAO também compunham outras entidades e coletivos estudantis, como o GAAV, FEAB, ABEEF, CAs, DCE, grupos culturais e de capoeira, organizações que foram e são parceiras do GAO em diversos momentos. A articulação com os demais grupos estudantis e agroecológicos se fortaleceu, passando pela participação no Fórum dos Grupos Alternativos, pelos EIVs, chegando à construção do Mutirão Ciranda, Grupo Alfa de Almoço Vegetariano e da Rede Raízes da Mata, espaços em que o GAO cumpre um papel protagonista.

Além da articulação com estudantes, ao longo do tempo o grupo ampliou sua relação com docentes próximos ou ligados à agroecologia, servidores, o Museu de Ciências da Terra, técnicos do CTA-ZM, agricultores familiares e suas organizações. À medida que se fortaleceu o incentivo à extensão universitária na UFV, diversos projetos e programas passaram a ser importantes parceiros do GAO, como o Programa TEIA, que conectou um conjunto importante de iniciativas populares e socioambientais e contou com o apoio dos grupos de agroecologia em sua construção. Este conjunto de organizações, processos e relações estruturou a rede de parcerias do GAO (Figura 19).

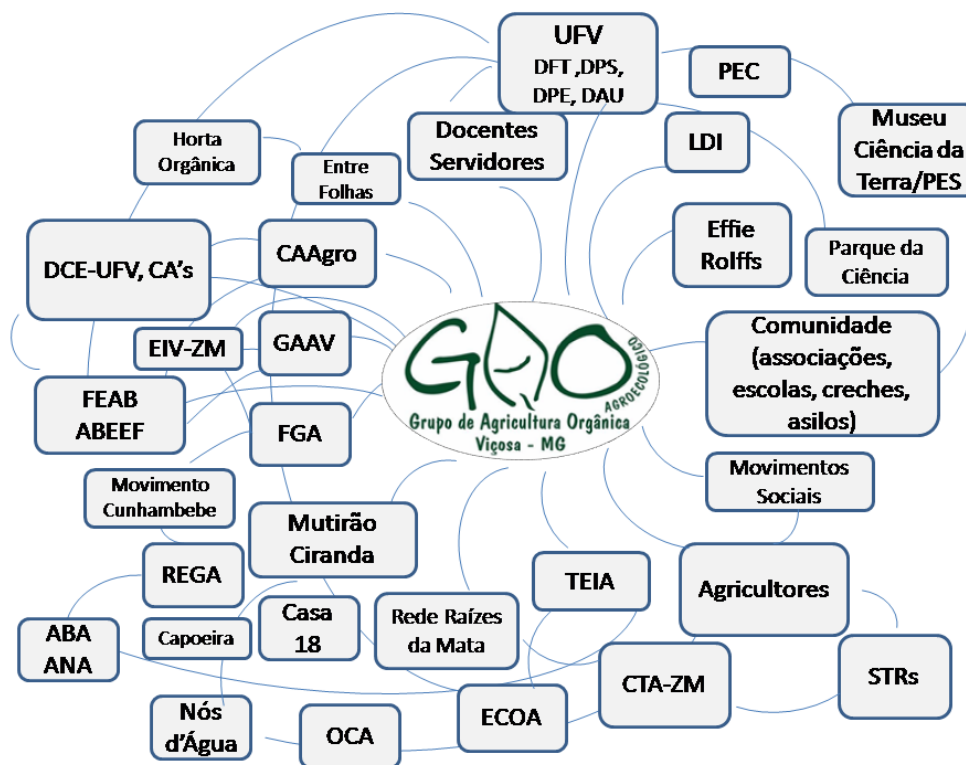


Figura 19: Principais parcerias do GAO.

A articulação em rede propicia não apenas avanços em aspectos organizativos, mas também gerar vivências, trocas de saberes e construções coletivas, assumindo uma dinâmica educativa. O caráter politizado que o GAO assumiu fez com que este passasse a ter uma maior abertura para dialogar com outras entidades dos movimentos estudantis e sociais em geral, enfatizando a pegada do grupo enquanto movimento estudantil-agroecológico. O papel articulador assumido pelo grupo estende-se do nível local ao nacional, de modo que este possua uma participação expressiva na REGA-Brasil e dialogue com outras redes e organizações do campo agroecológico, participando de encontros da ANA e congressos da ABA-Agroecologia. Isto possibilita tanto que seus membros bebam na fonte de distintos setores sociais, adquirindo novos aprendizados, como influencie-os em termos metodológicos, educativos e temáticos.

Quanto aos legados e contribuições do GAO, para diversos estudantes de Agronomia e de outros cursos, a oportunidade de participar do grupo foi a motivação necessária encontrada para que não trocassem de curso ou abandonassem a universidade, havendo, inclusive pessoas que passaram para este curso após se envolverem com o grupo. Isto ocorre porque o grupo supre uma lacuna enorme em termos de formação profissional, por abordar uma temática praticamente inexistente em sala de aula, proporcionar a articulação entre trabalho prático e

teórico em contato com a natureza e se utilizar de metodologias participativas distintas dos métodos pedagógicos tecnicistas e tradicionais. Mas também, em especial, por demonstrar que outra agricultura é possível, diferente daquela que é ministrada na maior parte das aulas e que aponta para o uso de tecnologias não sustentáveis.

Isto pode ser verificado ao averiguarmos as motivações que levaram estudantes a participarem do GAO. O principal fator que motivou-os a construir o grupo foi a procura por *espaços alternativos de aprendizagem*, seguido da busca pela *articulação entre teoria e prática* e a *construção coletiva de conhecimentos*, especialmente na primeira década de vida do GAO. Já a geração que ingressou no grupo após 2008 considerou todos estes fatores muito relevantes, porém apontaram que a *luta pela agroecologia* e a busca por uma *formação profissional diferenciada* foram suas maiores motivações. Além disto, a aproximação com a natureza e as amizades realizadas também foram importantes pretextos destacados para se integrar a “GAOlera”.

As vivências propiciadas pelo envolvimento no grupo e o empoderamento gerado pela participação em um movimento social, que por sua vez exige compromisso e responsabilidade, constituem fatores mobilizadores de corações e mentes inquietas e não acomodadas frente ao *status quo* vigente. Este processo traz implicações para a vida pessoal que vem a repercutir na vida profissional dos partícipes, pois ambas são imbricadas.

É importante apontar que os benefícios trazidos pela participação no grupo agroecológico não se restringem ao âmbito político e social, mas também acadêmico. Não fosse a participação no GAO e no TEIA, muitos nunca teriam tido acesso a autores como Miguel Altieri, Stephen Gliessman, Eduardo Sevilla-Gúzman, Caporal, Costabeber, Ana Maria Primavesi, Sebastião Pinheiro, Paulo Freire, Boaventura de Souza Santos, dentre outros, incluindo diversos docentes da UFV. Além destes, ainda foi destacada a importância do contato com os conhecimentos populares de agricultores como Dadinho, Amauri e Farinhada, por exemplo. Enquanto produto deste encontro entre a teoria e a prática agroecológicas, 70% dos participantes da pesquisa afirmaram que elaboravam trabalhos científicos ou relatos de experiências para serem publicados e apresentados em eventos acadêmicos, tendo por base a participação no GAO. O fato dos eventos científicos, especialmente o CBA, passarem a incorporar este tipo de trabalho estimulou as publicações.

Junto aos legados sociais do GAO, em termos de contribuições à formação pessoal e profissional obtidas pelo envolvimento com o grupo, os dados da pesquisa indicam que os principais aportes foram os *aprendizados práticos sobre agroecologia*, a *liberdade de*

construção de um pensamento alternativo, terem se tornado profissionais com compromisso socioambiental e aprendido a trabalhar em equipe. Além disso, consideraram muito relevante a sensibilidade social e ambiental adquirida e o fato de ter aprendido a trabalhar com agricultores familiares. Outras habilidades conquistadas foram a capacidade de articulação, diálogo, escuta, expressão em público, assim como a segurança em discutir e realizar aspectos técnicos em agroecologia (Figura 20).

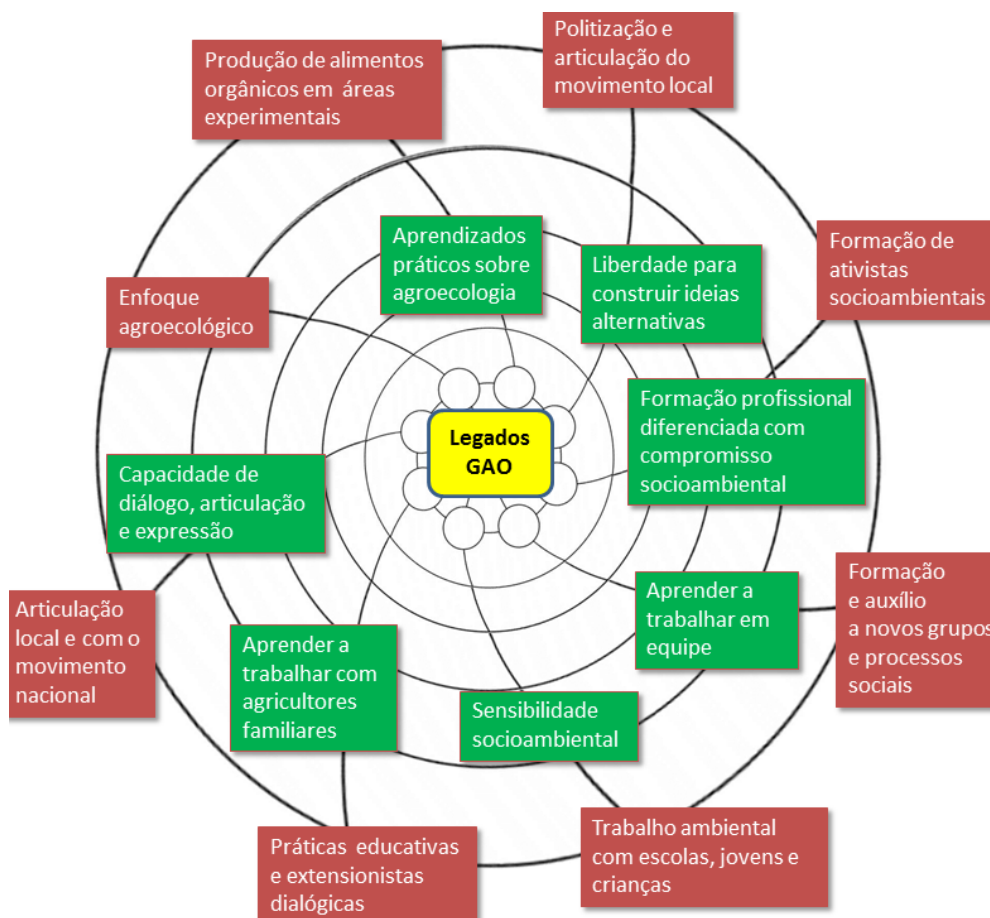


Figura 20: Legados profissionais e sociais do GAO.  
Obs.: Profissionais em verde, sociais em vermelho.

No que diz respeito à influência na definição da profissão dos participantes, todos seguem atuando na área agroecológica e ambiental, como docente na UFV, extensionista rural, produtor rural, terapeuta holístico, sendo que quatro cursam doutorado. Em relação à participação social, cerca da metade segue envolvido com ONGs ou associações de produtores rurais, evidenciando a formação de ativistas socioambientais no grupo.



Tendo em vista estes dados, podemos concluir que diversos objetivos<sup>85</sup> elencados pelo GAO em 2002 vieram sendo atingidos, tais como: desenvolver pesquisas e técnicas agroecológicas; esclarecer a todos os integrantes os princípios agroecológicos; promover a formação de uma consciência integral – científica, política, econômica e ambiental – dos participantes; difundir e desenvolver trabalhos com outros grupos (CAs, agroecológicos, etc.) e comunidades (sindicatos, escolas, associações, creches, asilos, etc.); e desenvolver espírito de trabalho em grupo (GAO, Arquivos). Todos estes processos, junto aos aportes individuais, reverberam em legados sociais significativos através da prática social destes sujeitos.

A formação e atuação no GAO, historicamente pautada por uma postura crítica e em busca de mudanças profundas na sociedade, vêm, portanto, contribuindo para processos de transformação social em nível local, regional e nacional, possibilitando a origem de novos processos sociais e o fortalecimento do movimento agroecológico como um todo.

#### **4.5 Grupo Saúde Integral em Permacultura - SAUIPE**

A permacultura nasceu na Austrália dos anos 1970<sup>86</sup>, no contexto de ascenso do movimento ecológico e de agricultura alternativa em nível mundial, e sua concepção origina-se da ideia de promover uma agricultura e cultura permanentes. Esta foi formulada tendo em vista o caráter insustentável que nossa civilização vem adquirindo, sob a égide de modelos de desenvolvimento políticos e econômicos que consideram em primeiro lugar os interesses de lucros imediatistas de uma minoria detentora de capital, grandes propriedades e meios de produção. As consequências negativas destes modelos de desenvolvimento passaram a ser denotadas não apenas no que diz respeito à exploração da força de trabalho da maioria da população, mas também em relação aos seus impactos em termos de destruição ambiental e desperdício energético, que ameaçam a própria existência da vida na Terra.

---

<sup>85</sup> Além dos objetivos elencados acima, também foram definidas como metas: fazer a divulgação do GAO, dentro e fora do campus, para esclarecimento do que é o grupo e para aumentar o número de integrantes; buscar e garantir uma boa infraestrutura (área, biblioteca, sala, materiais em geral, etc.) ao grupo; o GAO ser um grupo dinâmico, os integrantes devem assumir o papel de que o grupo deve ter um crescimento contínuo e de constante evolução ao longo do tempo; e apoiar oposição a: Capitalismo (ALCA), agrotóxicos, transgênicos, latifúndios, patente de sementes (GAO, Arquivos, 2002).

<sup>86</sup> Com base no pensamento sistêmico e holístico, a permacultura foi sistematizada por Bill Mollison e David Holmgren, sendo “baseada na observação de sistemas naturais, na sabedoria contida em sistemas produtivos tradicionais e no conhecimento moderno, científico e tecnológico. Embora baseada em modelos ecológicos positivos, a Permacultura cria uma ecologia cultivada, que é projetada para produzir mais alimentação humana e animal do que seria encontrado naturalmente” (MOLLISON, 1994, p. 13).

De acordo com Caon (2011), este quadro de desequilíbrios sociais e ambientais aponta para um processo de adoecimento da humanidade, que a coloca frente à disjuntiva de manter este sistema patogênico ou avançar na transição rumo a outro modelo, para o qual “*todos os setores de ordem social, passando pelas estruturas educacionais, políticas e econômicas, devem se transformar*” (CAON, 2011, p. 3).

A permacultura surge, portanto, para contribuir com este processo de transição, sendo um dos sistemas mais completos e complexos para a construção de propriedades, comunidades ou mesmo sociedades sustentáveis. Alicerçada na ética do cuidar – cuidar da Terra, cuidar das pessoas, socializar os excedentes –, em sete pilares e doze princípios<sup>87</sup>, a permacultura se utiliza de um amplo conjunto de técnicas e tecnologias sociais para o desenho de comunidades sustentáveis, a exemplo de ecovilas. Neste sentido, “*envolve o planejamento de ambientes produtivos e saudáveis, que visam à biodiversidade, a permanência e a estabilidade de ecossistemas naturais, e, assim, promove a integração harmoniosa entre os seres e a paisagem*” (SAUIPE, 2013, p. 7).

No início dos anos 2000, membros dos grupos agroecológicos da UFV - GAAV, Apêti e GAO - participaram de cursos e estágios no Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (IPEMA), em Ubatuba-SP, e passam a desenvolver algumas práticas em nível local. Outro marco para o avanço da permacultura em Viçosa, conforme relata Daniel Mujalli, foi a realização de uma oficina sobre permacultura no Congresso Brasileiro de Estudantes de Engenharia Florestal (CBEEF) realizado em 2003, em Viçosa. Tal oficina foi ministrada por Marcelo Bueno (IPEMA) em um sítio no Bairro Romão dos Reis. De acordo com atas do GAO, neste ano também surgiu na UFV um grupo chamado BioArquitetura.

Em entrevista, Mujalli relata que a origem do trabalho com permacultura em Viçosa está relacionada às práticas que alguns estudantes vinham desenvolvendo em seus sítios e que a realização de cursos sobre permacultura em outras cidades gerou o desejo de trazer isto para Viçosa também. Em suas palavras,

*Já havia esse movimento do GAO, do Apêti, mas mais voltado para agricultura né. Não tinha um movimento de bioconstrução, dessa coisa que a permacultura traz, das energias renováveis, do planejamento das propriedades. Aí fazendo uns cursos fora, nós começamos a despertar pra trazer isso, e um povo veio mais pilhado, estavam alugando um sítio nos Cristais e oficializaram: “vamos fazer um Centro,*

---

<sup>87</sup> Os sete pilares da permacultura são: educação e cultura; saúde e bem estar espiritual; economia e finanças; posse da terra e comunidades; manejo da terra e da natureza; espaço construído; ferramentas e tecnologia. Já os doze princípios são: observe e interaja; capture e armazene energia; obtenha um rendimento; pratique a autorregulação; use e valorize recursos e serviços renováveis; não produza lixo; desenhe partindo dos padrões para chegar aos detalhes; integre em vez de segregar; use soluções pequenas e lentas; use e valorize a diversidade; use as bordas e valorize os elementos marginais; use a mudança e responda a ela de modo criativo (MOLLISON & HOLMGREN, 1983, apud CAON, 2011, p. 7).

*pra começar a praticar a permacultura, mesmo que seja um sítio alugado”. (...) Por volta de 2004, 2005, a galera começou a fazer oficinas, fizemos um SAF, banheiro seco e a bioconstrução, que era uma novidade (Daniel Mujalli. Permacultor, ex-integrante do CEP e SAUIPE. Coordenador do Ekopev).*

Logo, do interesse deste grupo de estudantes em experimentar conhecimentos permaculturais e vivenciá-los no dia a dia, estabelece-se o *Centro de Estudos em Permacultura* (CEP) em um sítio composto por três casas, no Bairro Cristais “de baixo”, próximo à UFV. Os trabalhos foram iniciados com o plantio de um pequeno SAF, hortas diversificadas, banheiro seco e filtro biológico para o tratamento e reuso de águas cinzas. A ideia era tornar o espaço uma referência de moradia integrada, cultivos ecológicos, promover vivências, visitas, e através do trabalho gerar aprendizados práticos, averiguando se as técnicas eram acessíveis e adaptáveis à região.

O grupo que foi se formando através das vivências no CEP abrigava moradores e agregados, constituindo uma espécie de “comunidade alternativa”, onde se mesclavam ensaios da Banda Seiva Reggae-Resistência, experimentações e práticas cotidianas, ainda que com certo grau de desorganização e espontaneidade. Em seguida, convenceram o Seu “Chiquinho”, proprietário do sítio, a trocar o telhado de uma das casas por vigas de bambus gigantes, que foram tratados no local, e telhas de bisnagas de pasta de dente recicladas<sup>88</sup>.

A realização do curso de Certificado em Design de Permacultura - PDC, *Permaculture Design Certification course* – em 2007, foi outro marco importante do CEP. O PDC é um curso intensivo, reconhecido internacionalmente, e que segue o programa padrão elaborado pelos precursores Bill Mollison e David Holmgren, com vistas a formar permacultores que possam difundir e desenvolver novas tecnologias sociais apropriadas (CEP, 2007).

Previamente ao PDC foram realizadas oficinas preparatórias para viabilizar a estrutura física do ambiente, com a construção de forno de barro, banheiro seco extra, pintura com tinta de solo. O curso foi realizado entre os dias 16 e 27 de agosto de 2007 no CEP-Cristais e foi ministrado por Skye, um australiano residente no Brasil e experiente permacultor. Segundo Mujalli, este PDC teve uma das inscrições mais baratas do Brasil, para que muitas pessoas pudessem participar, contando com o apoio do Programa TEIA, que contribuiu com a inscrição de algumas pessoas para depois socializarem seus aprendizados, e a participação de representantes de EFAs, moradores locais e estudantes, num total de cerca de 30 pessoas.

---

<sup>88</sup> Há um vídeo na internet sobre esta intervenção e que também aborda outros trabalhos então realizados pelo CEP, que pode ser conferido no seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=vXH7xztk54>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

Para além dos aprendizados técnicos e teóricos, a realização do PDC possibilitou ao grupo sair do “gueto” e se envolver mais com outros setores, de forma que “*amplia-se a possibilidade de comunicação com outros grupos envolvidos em temáticas similares às da Permacultura, como o movimento da Agroecologia*” (CAON, 2011, p. 9), a exemplo da realização do segundo Mutirão Ciranda rotativo, ocorrido no CEP em 05/04/2008.

O CEP teve por motivação a busca por alternativas de melhorias na utilização de recursos, mais baratas, eficientes e acessíveis para a maioria da população. Tal preocupação com a construção de uma Permacultura Popular intensificou-se com este envolvimento no TEIA e os trabalhos que passaram a ser realizados em EFAs, assentamento do MST Olga Benário – junto ao projeto Terra Crua<sup>89</sup>, com agricultores em articulação com o CTA-ZM, e no campus, visando gerar transformações possíveis junto aos setores populares. Logo, o CEP passou a se incorporar à rede agroecológica da região, ampliando sua trama de relações e mesclando conhecimentos permaculturais e agroecológicos em suas práticas, e incluindo novas temáticas em seus estudos e práticas, como a Saúde Integral, através de terapias naturais, incluindo eco-homeopatia, geobiologia, radiestesia, entre outros (CAON, 2011).

Aproximando permacultura e educação popular, sob uma perspectiva não de difusão de técnicas, mas de interlocução de saberes, entre 2008 e 2010 foi realizado o projeto de extensão “Caminhando com a Permacultura na Zona da Mata Mineira”, que em seu primeiro ano se deu na EFA Paulo Freire, em Acaiaca, e no ano seguinte passou a englobar também as EFAs Puris (Araponga), Serra do Brigadeiro (Ervália) e Jequiri. Ao todo foram realizadas cerca de 30 oficinas teóricas e práticas nos três anos do projeto, de modo que

As atividades procuraram conscientizar, por meio da Permacultura e Agroecologia, as e os educandos quanto ao manejo sustentável dos solos e recursos hídricos, apontar questões quanto à saúde dos seres humanos e ambientes, principalmente abordando a contaminação de agrotóxicos usados em áreas agrícolas. Também foram desenvolvidas atividades demandadas pelas escolas, como a criação de áreas experimentais para que os educandos pudessem ter experiências das diversas formas de plantio (CAON, 2011, p. 14).

Entre 2008 e 2009 as atividades dos grupos agroecológicos foram registradas como estágio na UFV, que no caso do CEP, iniciou-se com o Seminário de Reconhecimento do Estágio do CEP em junho de 2008. Este processo favoreceu o ingresso de novos membros e deu um caráter mais organizado ao grupo, que passou a ter reuniões semanais dos estagiários. A proposta de estágio do CEP era autogestionada, na qual cada estagiário, com base em seus

---

<sup>89</sup> Projeto de construções com terra no assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco, ligado a professores dos Departamentos de Arquitetura e de Solos. Com o início do financiamento de projetos de moradias rurais por parte do governo federal e o fato destes não incluírem a modalidade de bioconstruções, o Terra Crua direcionou sua atuação para projetos de saneamento ambiental em moradias do local.

interesses, optava e se responsabilizava por trabalhar em alguma frente e/ou espaço de atuação do grupo<sup>90</sup>. A diversidade de projetos e espaços em que o CEP e os demais grupos estavam envolvidos era tão intensa que acabava por haver certa dispersão e falta de articulação e sistematização dos processos, de acordo com Daniel Mujalli.

Ainda em 2008, duas atividades muito importantes para o CEP foram a Vivência em Permacultura, realizada em Espera Feliz pelo TEIA, e o Curso de Permacultura com ênfase em Agroflorestas e Bioconstrução.

O Curso de Permacultura, construído com o Apêti e GAO, ocorreu na propriedade rural adquirida por Mujalli neste ano, no distrito de Cachoeirinha, e foi dividido em dois módulos: 1) Sistemas Agroflorestais e jardins comestíveis, em novembro; e 2) Bioconstruções e Habitações Sustentáveis, em dezembro. Ambos foram constituídos de dinâmicas, místicas, estudos teóricos e diversas ações práticas, tendo contribuído para a aproximação entre os grupos agroecológicos (SAUIPE, Arquivos).

A decisão pela cobrança de inscrição no curso não se deu de forma tranquila no CEP, sendo consentida após a definição de que haveria vagas para indicações do TEIA, CTA e a construção coletiva com os demais grupos, mesclando assim os ideais de todos os integrantes. Neste ano diversos membros estavam formando e alguns sentiam a necessidade de que o CEP assumisse um viés mais profissional, enquanto outros seguiam em processo formativo de aprendizados em movimento e extensão. Com o processo de formatura e saída de moradores do sítio nos Cristais – que sendo alugado não contemplava o princípio permacultural da posse da terra –, este passa a ficar estagnado e o grupo prioriza investir energias na nova área em Cachoeirinha (CEP, 2009).

No primeiro semestre de 2009 aprofunda-se a crise interna no grupo e intenções pessoais vão se mesclando ao coletivo. Reflete-se que o grupo deveria ser mais do que um grupo alternativo, tendo uma atuação regional ampliada, surgindo a proposta de sua institucionalização enquanto grupo de pesquisa vinculado à UFV, com técnicos e estagiários. Porém, as divergências ideológicas se tornaram explícitas quando um dos membros mais antigos propôs de forma inflexível o registro do grupo como empresa de cursos e consultorias, a criação de uma “Rede CEP-Brasil” e a construção de uma ecovila no Espírito Santo, demonstrando assim uma hierarquização no grupo. Com exceção do proponente, todos os

---

<sup>90</sup> Tais frentes eram: Bioconstrução: no Olga Benário e/ou no CEP-Cristais; Saúde: homeopatia, tratamento de água, plantas medicinais; Alimentação: natural, SAF do CEP; Educação: formação em oficinas, cursos, educação ambiental, EFAs; Agricultura Urbana. Já os espaços de atuação eram: CEP-Cristais; casas de estudantes; Casa 18; Mutirão Ciranda; TEIA: com projeto Terra Crua, Agricultura Urbana e ações na Feira de Santa Rita; Escola do Paraíso: Educação Ambiental; e EFAs (CEP, Arquivos).

integrantes optam por manter os pés no chão e buscar consolidar os trabalhos em Viçosa, com as comunidades e estudantes (CRUZ, 2009; CEP-SAUÍPE, Livro Ata).

Neste processo de reorganização, ocorrem dúvidas e questionamentos inclusive sobre a permacultura e a identidade do coletivo, que passou por uma ressignificação, assumindo preponderância a questão da saúde integral. Neste sentido, o CEP tornou-se Espaço SAUI em Cachoeirinha, tendo realizado neste um Voluntariado de Férias em práticas permaculturais e oficinas no ENEAMB (Engenharia Ambiental), no inverno de 2009. Esta foi a única vez que usou-se tal denominação, que logo em seguida, por sugestão dos professores Willer Barbosa e Irene Cardoso para não se perder a pegada permacultural, passou a chamar-se SAUIPE – *Saúde Integral em Permacultura*, conforme expresso no Livro Ata em reunião do dia 24/08/2009: “o grupo, agora SAUIPE, pode seguir seus trabalhos e aperfeiçoar a ideia do projeto de extensão, cursos e vivências” (CEP-SAUÍPE, Livro Ata).

A transição vivenciada com este processo de crise e superação abriu um novo ciclo para a construção da permacultura, renovando o coletivo e sua identidade, a partir de agora identificada com a questão da saúde integral e seus vínculos com o ambiente e as relações sociais. A adoção desta perspectiva ampliada de saúde, que considera seus condicionantes sociais e apresenta a permacultura e as terapias naturais enquanto fontes promotoras de equilíbrio dos ambientes, e portanto, geradoras de harmonia e vida saudável, passou a orientar os estudos e práticas do grupo.

O SAUIPE iniciou seus trabalhos em três frentes: saúde/Sempre Viva<sup>91</sup>, bioconstrução e bambu, e agrofloresta em Cachoeirinha, realizando cursos e oficinas nestas áreas. O trabalho no assentamento Olga Benário foi mantido e nas EFAs foi intensificado, com a ampliação do projeto de extensão que passa a englobar mais escolas. Além do PROEXT, o SAUIPE elaborou projetos para o PIBEX nas áreas de bambu em comunidades, saneamento ecológico no MST, e reciclagem, coleta seletiva e compostagem nos Cristais. Além disto, em outubro de 2009 realizaram um Curso de Bioconstrução e Construções Ecológicas<sup>92</sup> em Cachoeirinha, em parceria com o Departamento de Solos, TEIA e CTA, e apresentaram maquete da moradia

---

<sup>91</sup> O grupo Sempre Viva era composto por pessoas que fizeram cursos em terapias holísticas, como homeopatia, biodigital, plantas medicinais, entre outras, e que por um tempo se organizaram, prestaram atendimentos e promoveram cursos, como um curso sobre biodigital no CTA-ZM, sendo que alguns integrantes do SAUIPE fizeram parte deste.

<sup>92</sup> No curso, ministrado por Daniel Mujalli e Eduardo Senra, além de estudos teóricos e dinâmicas, praticaram-se técnicas como hiper e super adobe, cobertura de taipa, bambu e telhado, pau a pique, filtro biológico, reciclagem e geodésica. Diversos vídeos sobre este curso podem ser conferidos na página <[www.sauipermaculturando.blogspot.com](http://www.sauipermaculturando.blogspot.com)>. Acesso em 11 fev. 2016.

bioconstruída e os seus trabalhos na Feira do Conhecimento, na praça central da cidade (SAUIPE, Livro Ata).

De forma semelhante aos demais grupos agroecológicos da UFV, a partir de então suas trajetórias se entrelaçam em meio as inovações metodológicas e atividades educativas construídas no âmbito do Mutirão Ciranda, do TEIA, em articulação com o CTA-ZM<sup>93</sup>, na conquista da Casa 18, e em atividades nacionais do movimento agroecológico. O SAUIPE contribuiu efetivamente no processo de articulação dos grupos agroecológicos da UFV e na tentativa de envolver as executivas de curso, com membros que compunham ambos os setores tendo se dedicado a esta questão, compreendendo a importância da união de forças.

Em 2013, com a aprovação do projeto Saúde Integral em Permacultura, financiado pelo Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira, foram elaboradas diversas cartilhas e realizadas oficinas, intensificando-se o trabalho na região, nas áreas de saneamento ambiental rural e saúde humana, permacultura na alimentação, tinta de solos, geobiologia, implantação de tecnologias sociais em escolas com o projeto Engenheiros na Escola, estudos e práticas em cosmética natural e produtos de limpeza ecológicos – que passam a ser inclusive uma fonte de recursos ao grupo (MACHADO et al., 2013). O recebimento de um prêmio da empresa Odebrecht pelas iniciativas do grupo em prol da sustentabilidade possibilitou a promoção e ida a diversas atividades que dependiam de recursos financeiros.

Nos últimos anos o SAUIPE vem passando por um processo de renovação e crescimento contínuo, com uma diversidade de cursos em suas reuniões e atividades. Conforme relatos obtidos na pesquisa, são realizados Sementários internos semestrais e os membros do grupo sentem um maior empoderamento com projetos desenvolvidos na atualidade, como sistemas de tratamento de esgoto, estudo de plantas medicinais, elaboração de materiais didáticos, confecção de produtos de limpeza ecológicos e cosmética natural<sup>94</sup>. Em termos organizativos, de acordo com Machado et al. (2013, p. 3):

O SAUIPE tem se orientado para a gestão de centro vazio, onde não existe um/a coordenador/a geral, mas sim um/a coordenador/a por projeto. Dessa forma, todo o grupo, a partir da autogestão, conduz sua organização. São em encontros periódicos, uma vez por semana, que é possível tomar decisões coletivas e compartilhar os aprendizados e as vivências de cada projeto.

---

<sup>93</sup> Nos últimos anos tem sido muito comum a realização de oficinas pelo SAUIPE em encontros e Intercâmbios Agroecológicos articulados pelo CTA-ZM, e em Terreiros Culturais promovidos pelo TEIA, tratando de temas e técnicas como: desidratador solar de frutas, produtos de limpeza ecológicos, homeopatia na agricultura, tinta de solo, saneamento ecológico, fossa evapotranspiradora, dentre outros.

<sup>94</sup> Em novembro de 2015 foi realizado um mutirão dos grupos agroecológicos para produzir produtos ecológicos para serem doados aos atingidos pelo crime ambiental de Mariana. O rompimento da barragem de dejetos de mineração de Fundão, no município de Mariana, atingiu não apenas a população do entorno, mas ao longo de todo o Rio Doce, configurando o maior desastre ambiental da história do Brasil.

O trabalho em saneamento ecológico de divulgação e implementação de fossas evapotranspiradoras em áreas rurais através de mutirões em intercâmbios agroecológicos ou em parceria com a EMATER também tem se destacado, e coadunou com as práticas de plantio de água que vem sendo cada vez mais discutidas e praticadas em Viçosa, especialmente após a realização do curso sobre Plantadores de Água realizado no ISA-Viçosa em 2015. Neste foram socializadas diversas técnicas sustentáveis para a conservação e manutenção da água, questão esta que assume um viés estratégico frente à crise hídrica que vem atingindo Viçosa e a região Sudeste. Para dar conta deste desafio vem sendo articulada a Rede Nós d'Água, que tem elaborado projetos, ações e somado forças neste sentido.

Em fins de 2015 e princípio de 2016, o SAUIPE contribuiu para a realização do curso Educação Gaia Viçosa<sup>95</sup>, junto ao ISA-Viçosa, Departamento de Educação da UFV, o *Gaia Education*, dentre diversos outros parceiros. A proposta deste curso, o qual visa potencializar a transição para a sustentabilidade, está diretamente relacionada à permacultura e o desenho de ecovilas. Neste sentido, integrantes do SAUIPE já haviam participado de um *workshop* do Educação Gaia, em 2012, em Belo Horizonte, tendo seus integrantes atuais a oportunidade de participar da realização do curso pela primeira vez em Viçosa, capacitando-se para avançar em processos de transformação socioambiental.

Originário do CEP, o SAUIPE há uma década vem promovendo o entrosamento da permacultura com a agroecologia sob uma perspectiva popular na Zona da Mata mineira, acumulando e socializando experiências. A atuação extensionista tem propiciado a troca e resgate de saberes com a formação de agentes aptos a trabalharem com a permacultura enquanto parte de um projeto de vida e transformação. A geração de novas iniciativas por pessoas formadas no grupo, como o Kriya Saúde Integral, a OCA, o Ecocentro de Permacultura de Viçosa (Ekopev), o Sítio Mangueiras (em Florestal-MG) e a Rede Nós d'Água são frutos que dão (con)sequência às buscas iniciadas por seus membros no SAUIPE.

---

<sup>95</sup>O Programa Educação Gaia iniciou-se em 1998 por educadores membros da Rede Global de Ecovilas que estruturaram um currículo de Educação em Design de Ecovilas, baseado em suas diversas experiências. O curso foi lançado em 2005 e reconhecido como uma contribuição oficial à Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (2005-2014), tendo sido realizado em mais de trinta países dos cinco continentes, de forma adaptada às realidades locais (GAIA EDUCATION, 2012). Com base em uma educação ativa e transdisciplinar o curso Educação Gaia estrutura-se em quatro módulos complementares: Dimensão Social, Dimensão Econômica, Dimensão Ecológica e Dimensão Visão de Mundo, constituindo uma comunidade de aprendizagens. Mais informações sobre o Educação Gaia em <[www.gaiavicosawix.com](http://www.gaiavicosawix.com)>. Acesso em: 12 mar. 2016.



#### 4.5.1 Práticas educativas do SAUIPE

A permacultura é uma proposta bastante ampla e complexa, que articula um conjunto de técnicas e aportes de diversas áreas do saber sob um viés cooperativo – entre as pessoas e destas com o ambiente –, de forma que, sendo transdisciplinar, podemos afirmar que caminha na contramão do modelo vigente de Universidade – segmentada, competitiva e reprodutora de técnicas insustentáveis. Logo, a formação de um grupo para estudar e praticar permacultura em Viçosa em meados dos anos 2000, algo que para muitos era uma novidade, configurou um caráter altamente educativo ao coletivo.

Para se tornar um permacultor, faz-se necessário um intenso processo de formação, estudos e vivências, que também se estendem ao ensino, pois os conhecimentos precisam ser repassados, trocados, testados. Assim, todos os participantes deste grupo, que através da extensão universitária popular passaram a se integrar ao movimento agroecológico da região, colocam-se enquanto educadores e aprendizes ao mesmo tempo.

Quanto às práticas educativas realizadas à época do CEP, suas estratégias pedagógicas eram constituídas principalmente por *mutirões*, *manejos práticos*, *cursos*, *oficinas*, *estágios*, *grupos de estudos* e *seminários*, além da centralidade colocada às *vivências inter-relacionais* e o início das *ações extensionistas*. As metodologias utilizadas nestas atividades eram basicamente as *rodas de conversa*, *trabalhos em grupos* e *palestras-dialogadas*, além de se utilizarem de *mapas mentais* como forma de registro visual das reflexões e ações ensejadas.

Já em relação ao SAUIPE, este nasce junto ao processo de articulação do Mutirão Ciranda e a construção de diversas inovações em termos de espaços e momentos educativos por parte do movimento agroecológico local, de forma que somado às práticas já desenvolvidas (como mutirões, práticas, grupos de estudos, cursos e oficinas), fortalecem-se as *ações extensionistas*, *atividades de campo*, oferta de *mini-cursos* em Semanas Acadêmicas e encontros, *voluntariados*, participação em *Feiras de Trocas*, *Quintas Agroecológicas*, *Intercâmbios* e *Caravanas Agroecológicas*, *Terreiros Culturais*, na *Troca de Saberes* e *Aulas Abertas*, além dos seminários passarem a ser chamados *Sementários* mais recentemente.

Concomitante à evolução do grupo e de suas práticas, as metodologias participativas acompanham este processo, de forma que junto às tradicionais rodas de conversa e trabalhos em grupos, passaram a realizar *estudos dirigidos*, *dinâmicas de discussão*, *animação*, *integração e harmonização*, os *Círculos de Cultura*, *DAP*, *Instalações Artístico-Pedagógicas*, *Café do Mundo* e metodologias do *Dragon Dreaming* (Figura 21).



Figura 21: Principais práticas educativas construídas pelo SAUIPE.

As ações do SAUIPE historicamente são direcionadas aos estudantes, aos agricultores e à comunidade externa, sendo pautadas pela articulação entre teoria e prática, de modo que junto às pesquisas em técnicas e temas permaculturais, estes são desenvolvidos através de experimentações, atividades de ensino e de extensão e vivências geradoras de aprendizados coletivos. A arte e cultura também acompanham diversas atividades promovidas pelo grupo desde o começo, a exemplo de místicas, práticas espirituais e a capoeira.

Os cursos realizados, como o PDC em 2007 ou em Cachoeirinha em 2008 e 2009, são momentos de imersão e aprofundamento em práticas, vivências e abordagens teóricas em permacultura, sendo subdivididos por módulos. Nestes procura-se valorizar a participação ativa de todos e proporcionar não apenas o repasse, mas também a construção de saberes, utilizando-se para isso de momentos coletivos com palestras-dialogadas dos ministrantes e a divisão em equipes de trabalhos ou oficinas práticas – em diversas técnicas – durante o dia e estudos teóricos à noite, posteriormente socializados através de teatros, mapas mentais ou desenhos.

Dinâmica semelhante a dos cursos foi utilizada na Vivência em Permacultura em Espera Feliz, em 2008. Nesta, após uma breve explanação sobre a permacultura, todos caminharam pela propriedade de Amauri, realizando uma roda de conversa em que explicitaram como perceberam na prática os princípios permaculturais. No dia seguinte dividiram-se em equipes de trabalho para a construção de horta em mandala, forno de barro, galinheiro móvel e geodésica de bambu, com as equipes visitando umas as outras. Finalizando o encontro, que contou com a participação de estudantes e agricultores, além da apresentação de outras técnicas, foi realizada a avaliação e socialização dos sonhos dos presentes, encerrando-se com uma troca de sementes como mística de despedida. Além de ter sido um momento muito especial e marcante, esta vivência evidenciou o poder do conhecimento popular e como a permacultura é baseada neste (SAUIPE, arquivos).

O estágio no CEP em 2008-2009 não visava apenas agregar mais pessoas a este ou fortalecer seus projetos, mas sim explorar ao máximo as potencialidades, talentos, criatividade de cada participante e contribuir para a formação do “homem” ou do “ser permacultural”, ou seja, uma pessoa que se preocupa em ter uma alimentação, saúde, moradia e economia alternativas, através do resgate de saberes tradicionais. Assim, seu objetivo maior, não era apenas a formação, mas a transformação das pessoas. A realização do estágio podia ocorrer em uma diversidade de espaços e sua dinâmica consistia em cada estagiário optar por atuar em algum projeto e participar de reuniões semanais, que a cada encontro intercalavam o sonhar – planejar e encaminhar ações – e o compartilhar – trocar experiências, aprendizados, registrando suas descobertas em relatórios e apresentando ao final do estágio um tema estudado no decorrer deste, a fim de que todos se apropriassem dos mesmos. Posteriormente avaliou-se que ficou muito solta esta dinâmica, ao deixar o pessoal muito livre, sem orientações e objetivos concretos a serem cumpridos (CEP, 2009).

A aproximação do grupo com o meio popular se deu especialmente com a realização de projetos em EFAs, no MST e em atividades com agricultores familiares. Desta maneira, segundo Caon (2011), o grupo aproximou a permacultura com a educação popular e a educação do campo, sendo que para realizar este trabalho pedagógico de forma mais próxima a realidade dos educandos buscou-se aportes em Paulo Freire e na ecopedagogia. Assim, neste trabalho de permacultura popular não se apresentavam fórmulas prontas, “a melhor técnica” a ser implementada, mas sim facilitava-se uma troca de conhecimentos, em que todos aprendiam e ensinavam juntos, respeitando e considerando os saberes uns dos outros.

Além do TEIA potencializar a atuação na região, as próprias reuniões e atividades do programa também se tornaram parte do processo formativo do SAUIPE, orientando o grupo em intervenções junto às comunidades e no aprendizado em metodologias participativas.

A pegada extensionista tornou o SAUIPE um grupo eminentemente “oficineiro”, possibilitando-o espriar todo um cabedal de tecnologias sociais<sup>96</sup> em Terreiros Culturais, Intercâmbios Agroecológicos, encontros estudantis, semanas acadêmicas, entre outros. Se por vezes as oficinas funcionam bem, em outros momentos avalia-se ser necessária uma melhor preparação, metodologia apropriada, constituindo assim, uma forma de aprendizado que contribui para a qualificação das próximas intervenções.

As cartilhas distribuídas em atividades do SAUIPE são outro instrumento que contribui para a disseminação dos saberes e técnicas trabalhadas no grupo, assim como a elaboração destas contribui para a própria formação do grupo, pois isto exige pesquisas, capacidade de síntese e elaboração de materiais que expliquem em linguagem acessível os complexos assuntos tratados na permacultura. Neste mesmo sentido, a elaboração de trabalhos e relatos de experiências para eventos acadêmicos, além de contribuir com sua sistematização, cumpre um papel formativo muito importante.

O preparo e realização de Instalações Artístico-Pedagógicas para momentos como as Trocas de Saberes e Aulas Abertas, também têm sido importantes espaços formativos tanto para os membros do grupo, como para os demais participantes, muitos dos quais passam a tomar contato com a permacultura pela primeira vez. Nestas instalações, o SAUIPE promove a reflexão sobre a saúde humana em seus vínculos com a saúde ambiental e apresenta alternativas ao planejamento de ambientes humanos sustentáveis, abordando temas como saneamento rural, produtos de limpeza e cosmética ecológicos, energias renováveis, etc.

Os estudos internos nas reuniões do SAUIPE, retomados recentemente utilizando-se a metodologia dos Círculos de Cultura, denota a busca por qualificar e nivelar os integrantes do grupo, socializando saberes e possibilitando novas reflexões sobre suas práticas.

A realização do Educação Gaia Viçosa por integrantes do grupo mais recentemente, contribui para sua formação enquanto agentes de transformações para a sustentabilidade e justiça social. Através de uma perspectiva holística e de metodologias ativas e participativas, o curso busca potencializar iniciativas que promovam a reconexão da humanidade com a natureza e a construção de comunidades cooperativas e harmoniosas, baseada em diferentes

---

<sup>96</sup> Dentre este rol de práticas, já foram realizadas oficinas sobre bioconstruções, horta mandala, homeopatia, radiestesia, sabão ecológico, produtos de higiene e limpeza naturais, trabalhos com bambu, fibra de bananeira, reciclagem, compostagem, tinta de terra, aquecedor solar, filtro biológico, captação de água, fossa evapotranspiradora, dentre outras.

processos econômicos locais solidários e nas experiências de ecovilas (CAON, 2011; GAIA EDUCATION, 2012). As trocas e vivências proporcionadas pelo Gaia Viçosa possibilitam avanços qualitativos no âmbito do SAUIPE e dos demais grupos agroecológicos da UFV.

Através da observação das práticas educativas e metodológicas vivenciadas no Grupo SAUIPE no decorrer de sua história, fica-nos evidente que este cumpre um importante papel formativo aos seus membros e a quem participa de suas atividades, constituindo uma *práxis ecopedagógica* transformadora de vidas e realidades.

#### **4.5.2 Pegadas, legados e parcerias do SAUIPE**

A formação de um centro de (con)vivências práticas em permacultura há cerca de uma década, e a posterior ampliação de sua perspectiva com a dimensão da saúde integral, foram os caminhos encontrados pelo SAUIPE pelos quais vem deixando suas pegadas pela Zona da Mata (Figura 22).

Se inicialmente seus passos eram centrados em estudos e práticas permaculturais em um espaço específico, logo se direcionaram para a dimensão da extensão popular ao se envolver com o TEIA e o movimento agroecológico na região. Esta aproximação com as comunidades fortaleceu a preocupação com a popularização da permacultura – frente a sua elitização em diversas organizações pelo país – “no intuito de buscar transformações possíveis junto às camadas populares, pautando-se por melhores condições de vida, democracia e cidadania” (CAON, 2011, p. 8).

O trabalho educativo necessário à popularização da permacultura tem sido realizado através da atuação em EFAs, escolas urbanas, comunidades e assentamentos rurais, assim como no meio universitário. Logo, a pegada ecopedagógica, que articula a educação popular com a ecologia integral e a perspectiva da cidadania planetária, passou a acompanhar o grupo, utilizando-se de metodologias participativas que favorecem as trocas e construção de saberes.

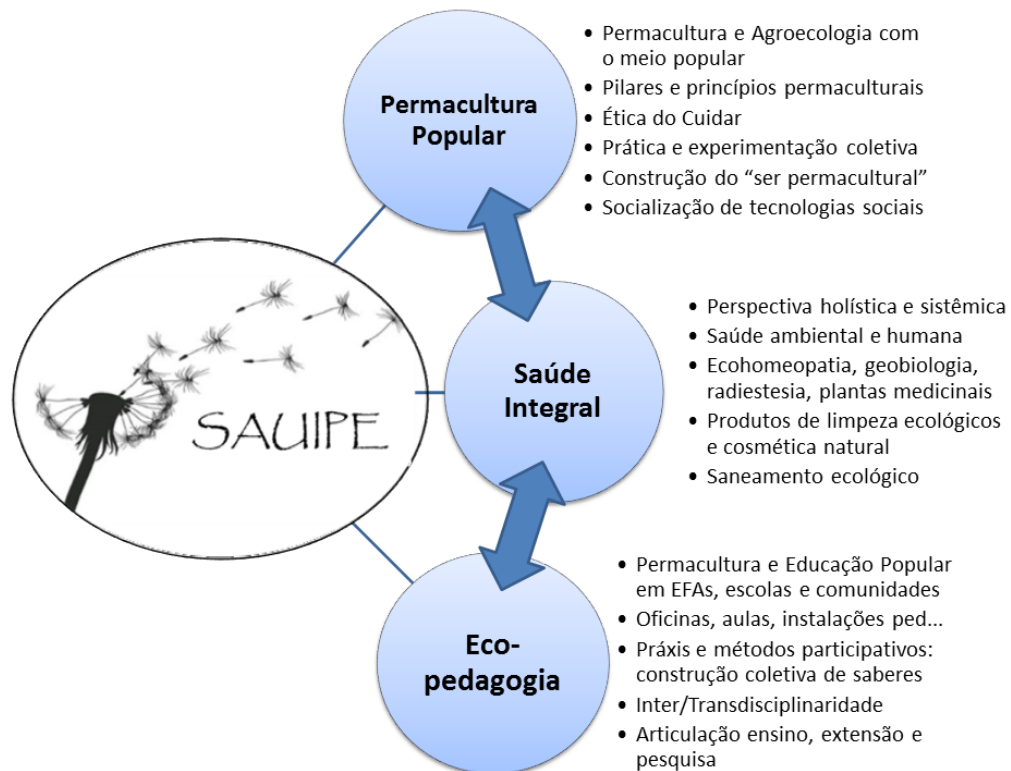


Figura 22: Pegadas do SAUIPE e suas principais características.

A visão sistêmica e holística da permacultura aproximou o SAUIPE da perspectiva da saúde integral, que tornou-se outra pegada fundamental do grupo. A compreensão de que a saúde humana (física, mental e espiritual) e ambiental estão interconectadas, levou ao estudo e experimentação de diversas terapias naturais e sua aplicação em ambientes, assim como na confecção de produtos ecológicos alternativos aos produtos industriais. O trabalho com saneamento rural ambiental caminha neste sentido, envolvendo comunidades na socialização de tecnologias sociais, como as fossas evapotranspiradoras, e no cuidado com a água.

A atuação coletiva em diferentes espaços contribuiu para que o grupo diversificasse suas parcerias e rede de relações com o decorrer dos anos (Figura 23). Assim, se nos primeiros anos do CEP as principais parcerias do grupo eram alguns professores, agricultores, o CTA-ZM, os grupos GAO e Apêti e o Programa TEIA, posteriormente, a partir de 2008 passaram a incluir as EFAs, o MST junto ao projeto Terra Crua, o Mutirão Ciranda e demais grupos agroecológicos, a EMATER em atividades de campo, a ONG Engenheiros Sem Fronteiras no projeto Engenheiros na Escola, o ISA-Viçosa na construção de cursos, incluindo o diálogo com iniciativas oriundas de membros do CEP/SAUIPE, como o Kriya Saúde Integral, o Sítio Mangueiras e o Ekopev, dentre outros.

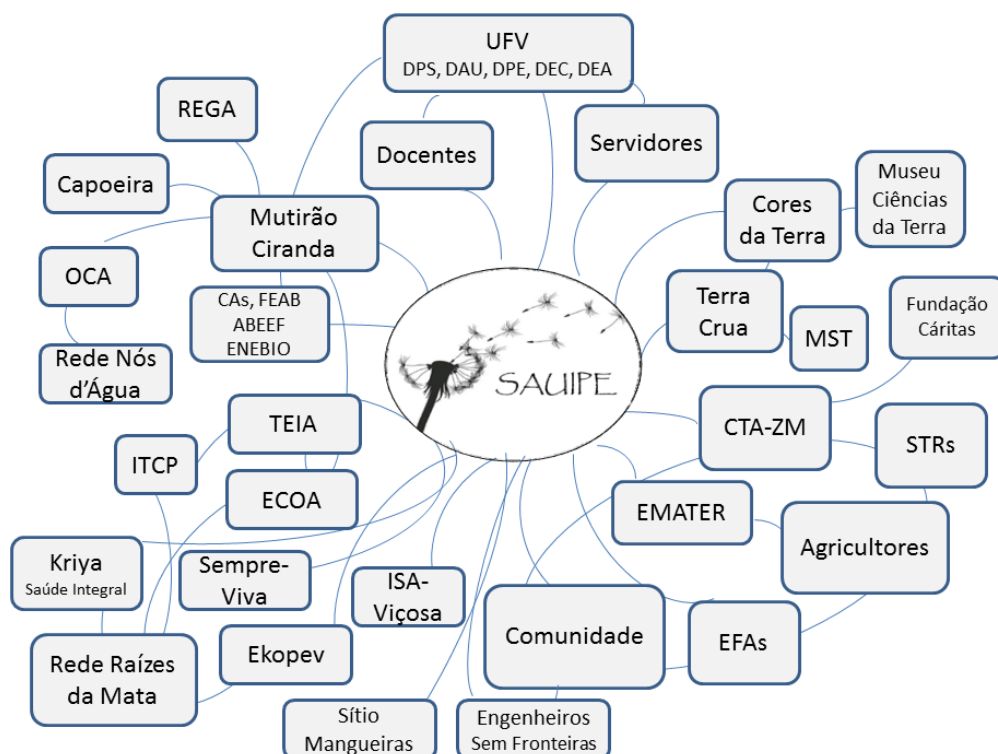


Figura 23: Principais parcerias do SAUIPE.

Em relação aos legados do grupo, a formação de “seres permaculturais” com base na ética permacultural ensinada pelo SAUIPE tem gerado na última década um rico processo formativo, que leva muitas pessoas a mudarem suas formas de se relacionar com o mundo e consigo mesmo. Isto tem permitido com que estudantes ligados a cursos de perfil mais técnico (como agrárias e engenharias), sejam iniciados a um pensar sistêmico e capacitados a realizar atividades pedagógicas com crianças, agricultores e o público universitário. O SAUIPE promove, portanto, uma formação diferenciada aos seus participantes, ampliando conhecimentos acadêmicos sob uma ótica mais humanitária e significativa, favorecendo a formação de sujeitos aptos a enfrentarem problemáticas socioambientais (CAON, 2011).

Segundo a pesquisa realizada com integrantes antigos e atuais do CEP e SAUIPE, a principal motivação que os levou a ingressarem no grupo foi a busca pela *construção coletiva de conhecimentos*, seguido da procura por *espaços alternativos de aprendizagem* e a *luta pela agroecologia e ambientalismo*. A *articulação entre teoria e prática* foi um fator considerado muito relevante para os estudantes ingressarem neste coletivo, e em grau um pouco menor aparece a *busca por maior aproximação com a natureza* e uma *formação profissional diferenciada*.

Estes dados são indicativos de que os estudantes não estão satisfeitos com os formatos de ensino vigentes em seus cursos e passam a procurar outros espaços educativos, em que seu protagonismo é valorizado e novos saberes são construídos coletivamente através da *práxis*, ou seja, da conexão teórico-prática de viés transformador das relações socioambientais. O relato de um integrante é emblemático neste sentido: “*cheguei a fazer estágio no meu departamento e vi que o que eu estava fazendo era contra meus princípios, aí descobri os grupos e me realizei*” (Questionário 41 – Diogo Machado).

Além de aprendizados práticos gerados pelo envolvimento no SAUIPE, este também propicia o estudo teórico da permacultura, seus princípios, padrões da natureza, desenho de propriedades e edificações integradas e alternativas aos modelos convencionais. Isto ocorre por meio da leitura de obras de Bill Mollison, David Holmgren, Gernot Minke, Simon Velez, Hidalgo Lopez, Deepak Chopra, Clarissa Pinkola Estés (*Mulheres que correm com os lobos*), junto a textos e cartilhas relacionados à educação popular agroecologia e saneamento ecológico, destacando-se Paulo Freire, Newton Campos, o poeta Amauri, dentre outros.

Tais leituras, vivenciadas na prática, ainda tem contribuído para a complementação da formação acadêmica através da elaboração de artigos e trabalhos para serem apresentados em simpósios e congressos na UFV e em todo Brasil. Mais de 60% dos participantes do questionário já elaboraram trabalhos acadêmicos que expressam conhecimentos obtidos no SAUIPE, contribuindo para o avanço do conhecimento permacultural<sup>97</sup>.

No que diz respeito às contribuições em sua formação pessoal e profissional, segundo a pesquisa, a principal contribuição observada foi a *liberdade de construção de um pensamento alternativo*, seguido pelos *aprendizados práticos*, *aprender a trabalhar em equipe* e *com agricultores familiares*, junto a maior *sensibilidade social e ambiental* geradas neste processo. Também foram considerados muito relevantes a *formação profissional com compromisso socioambiental* e a *expansão da criatividade* obtidas (Figura 24). Além disso, houve diversos relatos de que a participação no SAUIPE gerou autoconhecimento e uma melhor relação com os demais a partir da ética do cuidar presente na permacultura, que tem renovado suas esperanças para a transformação e os cuidados com a Terra.

---

<sup>97</sup> Como alguns exemplos de textos publicados, podemos citar trabalhos sobre construções com bambu, saneamento ecológico, permacultura, produtos de limpeza ecológicos, cosmética natural, bioconstrução e tintas a base de pigmentos naturais, temáticas estas pouco abordadas na universidade e de fundamental importância para a construção de uma sociedade sustentável.





Figura 24: Legados profissionais e sociais do SAUIPE.  
Obs.: Profissionais em verde, sociais em vermelho.

A partir destes dados podemos observar que tanto o ingresso como a formação obtida no SAUIPE não estão restritas a uma busca profissional diferenciada (que também ocorre), mas a objetivos mais amplos, relacionados à construção de “novos homens” e “novas mulheres”, sensíveis e aptos a trabalhar com a construção de alternativas ecológicas que integrem saberes científicos e populares. Em termos de contribuições à formação profissional, Machado et al. (2013, p. 3) ressaltam que

A experiência do grupo SAUIPE tem incentivado o desenvolvimento de habilidades técnicas e de consciência social e política dos integrantes da equipe, formando profissionais mais engajados e solidários. Em relação aos agentes comunitários, percebe-se o empoderamento do conhecimento durante as oficinas, tornando estes sujeitos capazes de atuar como educadores e multiplicadores dos princípios da permacultura.

Existem ex-integrantes do SAUIPE atuando como extensionistas rurais no CTA-ZM (e alguns graduandos também), professor em EFA, trabalhando no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, estudante de pós-graduação, produtores vinculados à Rede Raízes da Mata, dentre outros espalhados mundo afora, muitos ainda ligados diretamente às tecnologias

sociais e à permacultura. Eduardo Senra, por exemplo, doutorando em solos e nutrição de plantas na UFV, relata que esta participação lhe gerou um pensamento orgânico, com a escolha por práticas sustentáveis e o manejo racional dos recursos harmonizada a escala humana de ação.

A perspectiva holística, transdisciplinar e transformadora possibilitada pelas práticas permaculturais populares construídas no Grupo SAUIPE correspondem a construção de uma Universidade e sociedade radicalmente diferentes do que temos na atualidade. Se considerarmos que quando do início do coletivo, muitas das tecnologias sociais experimentadas eram novidades na região e passaram a ser cada vez mais reconhecidas e solicitadas, a exemplo da questão do saneamento ecológico, renova-se a esperança da construção de novas relações socioambientais, afinal, como alegou Mujalli em sua entrevista: “*ser alternativo é a solução, só precisamos ser o que a gente fala, as bases já estão aí*”.

#### **4.6 Grupo Animais para Agroecologia**

No Brasil, a agroecologia trouxe importantes aportes conceituais e metodológicos aos agentes da então agricultura alternativa, os quais assumiram-na como referencial, avançando assim para uma abordagem sistêmica e que confere um papel protagonista aos agricultores nos processos de transição e transformações produtivas (ABRASCO, 2015). Esta abordagem, com base em princípios ecológicos, gera o desenho de sistemas agrícolas mais sustentáveis, onde são aproveitados os benefícios de uma agricultura biodiversa (ALTIERI, 2012).

A ascendente organização do movimento agroecológico no país a partir dos anos 2000, tendo a ANA e a ABA-Agroecologia como principais expressões públicas, através de processos participativos e em um contexto político mais favorável, galgaram avanços na inserção da agroecologia em órgãos e políticas de ensino, pesquisa e extensão. Em meio a este processo de conquistas no Brasil, no âmbito local de Viçosa estas também ocorreram no mesmo período, com a aprovação do Programa TEIA de Extensão Universitária, em 2005, do projeto “Vacas para o Café”, em 2006 – que deu origem ao Grupo *Animais para Agroecologia* –, do projeto “Fortalecendo as experiências agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais” (Edital 36/2007 MDA/MDS/CNPq), dentre outros nos anos posteriores.

De acordo com Almeida et al. (2001), a integração animal aos agroecossistemas é uma estratégia de diversificação, potencializando efeitos complementares entre os elementos animais e vegetais, cujas experiências são orientada por três princípios básicos:

O primeiro deles é buscar sistemas de produção que proporcionem o bem-estar dos animais e conseqüentemente reduzam ou eliminem fatores de estresse que possam resultar em doenças. O segundo refere-se a um sistema de alimentação condizente com a aptidão fisiológica dos animais e dos parâmetros de produtividade compatíveis com essa aptidão. Finalmente, o tratamento da saúde com caráter preventivo, aproveitando ao máximo a capacidade imunológica dos próprios animais (ALMEIDA et al., 2001, p. 65).

A origem do Grupo Animais para Agroecologia está diretamente relacionada ao histórico do desenvolvimento da agroecologia na Zona da Mata mineira. A realização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) pelo CTA-ZM e o STR de Araponga, em 1993, trouxe como um de seus apontamentos, a avaliação de que as terras dos agricultores estavam ficando enfraquecidas devido ao uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos. Constituiu-se então a comissão “Terra Forte”, composta por técnicos, lideranças sindicais, agricultores e docentes da UFV, a fim de aprofundar reflexões e sugerir alternativas para o fortalecimento das terras, sendo que uma das soluções propostas foi a implementação de Sistemas Agroflorestais em consórcio com café e pastagens, para assim, proteger os solos, diversificar a produção e reduzir as pressões sobre as matas da região. Teve início assim, em Araponga e outros municípios, a experimentação participativa em SAFs com café, processo este que foi sistematizado junto aos agricultores experimentadores nos anos de 2003 e 2004, que tirou lições para se avançar com os SAFs e comprovou sua eficiência para conservação da biodiversidade, da água e solos, e ampliação da autonomia das famílias, segurança alimentar e diversificação produtiva (SOUZA, 2006; RAMOS, 2011; CAMPOS, 2014).

Segundo Ramos (2011), na sistematização foi destacada a necessidade de uma maior integração da criação animal junto aos SAFs. A integração entre culturas agrícolas e animais é um dos preceitos da agroecologia, pois amplia as interações biológicas e sinergismos entre os componentes da agrobiodiversidade, promovendo processos e serviços ecológicos, como a utilização de esterco como matéria orgânica em substituição aos insumos externos, além de gerar uma maior segurança alimentar das famílias e fonte de renda (RAMOS, 2011; ALTIERI, 2012). Além disto, a baixa integração detectada gera dificuldades ao processo de certificação orgânica do café destas famílias, pois o adubo utilizado nas plantas não pode conter resíduos químicos e deve ter procedência conhecida (PASSOS, 2008).

Tendo em vista este desafio, em 2006 foi formulado o projeto “*Vacas para o Café: fechando o ciclo de produção orgânica de café*” pela Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), em parceria com o CTA-ZM, docentes da UFV dos Departamentos de Solos, Zootecnia, Veterinária, e estudantes de graduação e pós-graduação. O projeto foi subsidiado por organizações holandesas, em especial pelo “Wilde Ganzen” e Rabobank, com

o aporte de R\$ 75.000,00, contemplando R\$5.000,00 para cada família beneficiada (PASSOS, 2008).

Inicialmente, foram selecionadas 15 famílias pelo projeto, que foram as primeiras a participar do processo de conquista de terras em conjunto, a partir de 1989, em Araponga, e que trabalham sob a perspectiva agroecológica e estavam em processo de conversão para a certificação orgânica do café (PASSOS et al., 2009). Os recursos obtidos foram investidos na aquisição de bovinos, caprinos e melhorias nas instalações físicas para acomodar os animais. Além disto, o projeto passou a ser expandido às demais famílias da AFA interessadas no mesmo, através da doação da primeira cria dos animais das famílias beneficiadas pelo *Vacas para o Café*, propagando os animais (FREITAS et al., 2009a; SANTOS, 2012).

A primeira atividade realizada pelo projeto, de acordo com Passos (2008), foi uma reunião geral com as famílias envolvidas, que deu início a um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) junto a estas, realizado entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007<sup>98</sup>. Junto ao DRP, foi realizado um “observatório técnico-social”, que propiciou vivências em algumas famílias e uma interação mais próxima, gerando um olhar mais aprofundado sobre os desafios postos, e a partir de março de 2007 foram realizadas oficinas pedagógicas, para devolução e reflexão sobre as informações coletadas e sistematizadas nos meses anteriores, bem como abordar assuntos técnicos complementares com base nas especificidades e demandas encontradas.

Previamente a aquisição dos animais, foi realizada uma oficina pedagógica acerca das estruturas e local para construção do curral, a partir da qual as famílias passaram a realizar reformas e melhorias com os recursos do projeto, tornando os currais espaços de ordenha e geração de matéria orgânica para a propriedade, conforme relata Passos et al. (2009, p. 3):

Por indicação técnica, os (as) agricultores (as) cimentaram somente o local de ordenha e utilizaram material palhoso no restante dos pisos dos currais, realizando a fase inicial de compostagem, além de evitar a contaminação do solo e recursos hídricos com chorume. As melhorias realizadas foram importantes ao aperfeiçoar a visão das famílias quanto a bem-estar animal e a necessidade de local adequado para manejar os animais.

Diversas oficinas pedagógicas foram realizadas, com temáticas como sanidade e nutrição animal. Ainda ocorreram excursões de intercâmbios: a um agricultor agroecológico em Tombos-MG, onde abordou-se temas como uso de plantas nativas para saúde e alimentação animal, instalações adequadas, raças de animais e tipos de pastagens; aos setores

---

<sup>98</sup> O DRP contribuiu com o “*levantamento e análise dos problemas/limitações e potenciais da produção animal nas propriedades familiares*” (PASSOS, 2008, p. 38-39), tendo sido composto por uma diversidade de métodos investigativos, tais como: visitas e entrevistas semiestruturadas com cada família; realização de travessias/caminhadas para conhecer a propriedade; e elaboração de mapas esquemáticos das áreas e de fluxos (o que entra e sai) das propriedades.

de bovinocultura e caprinocultura na UFV, seguido de palestra sobre alimentação de bovinos em períodos de seca; e à Embrapa Gado de Leite (PASSOS, 2008; FREITAS et al., 2009b).

Este foi um ano, portanto, de muitas atividades e interação da rede do movimento agroecológico da região, buscando fortalecer a agroecologia em processos produtivos e comunitários consonantes com seus princípios. O projeto *Vacas para o Café* se constituiu em uma iniciativa que aliou desenvolvimento rural sustentável, assessoria técnica, pesquisa-ação e extensão rural participativa, mobilizando um conjunto de agentes agroecológicos. A distância entre Viçosa e as comunidades rurais em que as ações ocorrem foi uma barreira que apenas com organização, planejamento e empenho puderam ser superados.

Dando continuidade ao projeto, no período entre março e maio de 2008 foram realizadas novas visitas às famílias participantes. Tais saídas à campo visavam a “*observação, coleta de dados complementares e avaliação dos resultados alcançados após a adoção de práticas de manejo animal pelas famílias*” (PASSOS et al., 2009, p. 2). Nos meses seguintes ocorreram visitas regulares às propriedades agroecológicas, realizando o acompanhamento destas famílias e o diálogo acerca de quais medidas vinham sendo tomadas ou poderiam potencializar a integração animal aos agroecossistemas, assim como foram desenvolvidas novas iniciativas de pesquisa e articulação com projetos e parceiros afins.

O envolvimento dos parceiros com as famílias identificou novas demandas durante o acompanhamento destas. Assim, em 2008, conseguiu-se a aprovação de projeto de pesquisa e extensão junto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), intitulado “*Produção animal integrada a sistemas de produção agroecológicos e orgânicos na agricultura familiar*”, que viabilizou a continuidade das atividades até 2010. Além de cartilha e um vídeo documentário, diversos estudos foram realizados no decorrer deste processo, resultando em artigos, monografias e dissertações, que comprovaram os benefícios gerados pelo projeto, tais como o incremento de matéria orgânica nas propriedades, adoção de práticas alimentares, sanidade e manejo animal alternativas, diversificação produtiva e ampliação da segurança e soberania alimentar das famílias, dentre outros, suscitando aprendizados para todas as pessoas envolvidas (BEVILACQUA, 2010).

Outra parceria importante que fortaleceu o *Vacas para o Café*, foi o projeto “*Fortalecendo as experiências agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais*”<sup>99</sup>, vigente entre dezembro de 2007 e novembro de 2010 nos municípios de Divino, Espera Feliz,

---

<sup>99</sup> Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN N° 36/2007. Posteriormente, o *Vacas para o Café* também atuou em parceria com o projeto *Fortalecimento e Ampliação das Experiências Agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais* (Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater N° 33/2009).

Acaiaca e Araponga. Este projeto contribuiu com uma importante inovação metodológica junto à rede do movimento agroecológico na região, que foram os *intercâmbios agroecológicos*, momentos em que reúnem-se as famílias agricultoras, técnicos, estudantes e docentes para trocas de saberes a partir de experiências desenvolvidas nas propriedades visitadas. O Vacas para o Café incorporou esta dinâmica em suas atividades em Araponga, gerando o envolvimento das famílias e o aprofundamento das reflexões e processos de transição agroecológica (CARDOSO, 2011).

Além de oficinas e intercâmbios, o Vacas para o Café supria a demanda por assistência técnica qualificada aos agricultores, de modo a propiciar o levantamento de enfermidades e zoonoses dos animais, coletas de amostras para diagnósticos sanitários, exames da qualidade do leite, discutindo coletivamente os resultados obtidos em reuniões de devolução dos dados junto aos agricultores. Outra iniciativa foi o levantamento de árvores e plantas presentes em pastagens, junto aos educandos da EFA Puris, para assim identificar os potenciais usos destas árvores na alimentação e saúde dos animais, bem como estimular outras famílias a cultivarem árvores, arbustos e herbáceas nas pastagens, valorizando os conhecimentos populares na preservação da biodiversidade e a conexão entre fragmentos florestais (FREITAS et al., 2009a; MEIER et al., 2009). Esta atividade marcou o início do estudo florístico e etnobotânico que estendeu-se até 2012, tendo recebido menção honrosa em simpósio regional sobre etnobotânica, realizado em Viçosa em 2010.

O grupo também trabalha com homeopatia, tecnologia social utilizada pelos agricultores familiares da região e que em Araponga foi registrada e sistematizada pelo projeto. As atividades sobre sanidade animal estreitaram aproximação entre técnicos, docentes, estudantes e agricultores com a perspectiva da homeopatia e fitoterapia, sendo que diversos destes passaram a acompanhar o curso de homeopatia oferecido pela UFV através do Grupo Entre Folhas, visando aprofundar o conhecimento quanto a estas alternativas (FREITAS et al., 2009a). Logo, o *Vacas para o Café* também contribuiu para a implantação de “núcleos de homeopatia” em duas comunidades rurais de Araponga (São Joaquim e Paciência), em outubro de 2009, em parceria com o projeto “*Homeopatia tecnologia social das famílias agrícolas e do meio ambiente/CNPq*” e as famílias, para a formação de bancos de matrizes homeopáticas (RAMOS, 2011).

Dilatando seu espectro de ação, em 2010 o projeto passou a denominar-se *Animais para Agroecologia*, passando a trabalhar não apenas com bovinos, mas também com galinha caipira, peixes e suínos, assim como envolver organizações de agricultores de outros

municípios, como Divino, Espera Feliz, Visconde do Rio Branco – Assentamento Olga Benário, do MST, e as EFAs Puris (Araponga) e Paulo Freire (Acaiaca) (SANTOS, 2012; FURTADO et al., 2013).

A aprovação do projeto *Criação animal na transição agroecológica* no PROEXT (Edital nº 05/2010), permitiu com que, a partir de 2011, o grupo acessasse um maior aporte de recursos financeiros para equipamentos, custeio dos trabalhos de campo e ampliasse seu número de integrantes e campos do conhecimento envolvidos, através de bolsas de extensão para graduação. Além disto, a equipe também acessou o Edital 22/2010 (REPENSA – Cadeia Produtiva do Leite Agroecológico), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e contou com o apoio do projeto *(Agro)Ecologia dos Saberes na Zona da Mata* (Edital CNPq/MDA/SAF Nº 58/2010) e do CTA-ZM.

As políticas públicas acessadas favoreceram o avanço das pesquisas e a construção da agroecologia na região de forma participativa. Um momento que possibilita a socialização das diversas iniciativas em curso é o encontro *Troca de Saberes*, realizado anualmente desde 2009 na UFV. Neste evento, o Animais para Agroecologia vem construindo atividades como Instalações Artístico-Pedagógicas e Círculos de Cultura sobre temáticas relativas à integração animal na transição agroecológica, favorecendo o envolvimento e o diálogo com as comunidades participantes com base em suas realidades, dificuldades e alternativas, bem como a construção coletiva do conhecimento (SANTOS et al., 2013).

A diversificação do campo de trabalho do grupo levou a adequação de suas intervenções de acordo com cada contexto e demandas das comunidades, definindo as prioridades através do diálogo com estas. Assim, junto às práticas trabalhadas em sanidade e alimentação animal, em Araponga e Divino, a equipe pesquisou a qualidade do leite e a utilização de silagem para alimentação bovina no período de seca – respectivamente qualificadas como muito boas, e em todos os municípios abrangidos a criação de galinhas caipiras passou a constituir um dos focos de atuação do grupo (FURTADO et al., 2013).

O trabalho com suinocultura agroecológica iniciou em 2014, quando o grupo foi procurado por um agricultor familiar educando da primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV (Licena) para a realização de um projeto em conjunto para a criação de suínos com manejo agroecológico. Optou-se por trabalhar com porcos da raça Piau, por ser rústica, estar ameaçada de extinção e existir um projeto no Departamento de Zootecnia da UFV de doação dos animais. Duas famílias de agricultores agroecológicos foram selecionadas, uma de Divino e outra de Pedra Dourada, sendo disponibilizado um terno de

suínos a cada uma. Em seguida foram realizadas visitas às famílias para planejar conjuntamente questões relativas à dieta, manejo sanitário, instalações e formas de disseminação da raça, sendo que após a entrega dos porcos para as famílias, o Grupo Animais para Agroecologia continuou realizando visitas mensais a cada propriedade para acompanhar os mesmos, apoiar o Grupo do Mutirão de Criação Animal, de Divino, e dialogar com novas famílias que trabalham com porcos caipiras (PIRES et al., 2015).

No ano de 2015, o grupo realizou oficinas sobre alimentação de galinha caipira em Muriaé, intercâmbio sobre construção de biodigestor em Divino, oficina de homeopatia, participação em reuniões com STRs, Quinta Agroecológica sobre comercialização de produtos orgânicos de origem animal e oficinas de ecologia de saberes (FRAGA et al., 2015).

Além disto, a participação do grupo nas Trocas de Saberes e de seus integrantes em espaços como o EIV-ZM, a Rede Raízes da Mata e outros eventos construídos pelo TEIA, foi aproximando o Animais para Agroecologia do Mutirão Ciranda, articulação esta que se fortaleceu em 2015. Diversos integrantes do grupo passaram a participar das reuniões e ações do Mutirão Ciranda, bem como iniciativas em comum vem sendo construídas, como Aulas Abertas, oficina para crianças no evento “Viva o Solo” e o trabalho para promoção do avanço da transição agroecológica junto às famílias agricultoras participantes da Rede Raízes da Mata, trabalhando-se com técnicas que gerem autonomia a estas, por meio de visitas, mutirões e formação de bancos de propagação de sementes. Esta articulação com a Rede Raízes da Mata<sup>100</sup> possibilitou que o grupo passasse a trabalhar com agricultores de Viçosa, bem como inserir o tema da comercialização de produtos de origem animal em suas atividades.

Mesmo com diversas atividades sendo desenvolvidas, o PROEXT do grupo para 2016 foi aprovado, porém sem a liberação de recursos, o que pode dificultar a viabilização das ações do grupo e a manutenção de sua equipe<sup>101</sup>, que passou a se firmar cada vez mais enquanto grupo agroecológico de pesquisa e extensão, tendo sido inclusive criado um símbolo para o coletivo.

Em seus 10 anos de trabalho, o Grupo Animais para Agroecologia tem acessado políticas públicas, interagido com entidades do movimento agroecológico e contribuído para o avanço da transição agroecológica com integração animal na Zona da Mata mineira, através

---

<sup>100</sup> Uma das ações que antecedeu a formação da Rede Raízes da Mata foi a iniciativa do integrante do Animais para Agroecologia e do TEIA, Aroldo Felipe de Freitas, de realizar encomendas e comercializar produtos não perecíveis dos agricultores familiares agroecológicos da região, no local chamado “Ponto de Prosa” da UFV.

<sup>101</sup> Coloca-se assim o desafio tanto de fortalecer a relação com parcerias, como de promover uma maior comunicação e sensibilização estudantil, pois uma dificuldade percebida pelo coletivo é o fato de haver um baixo interesse entre estudantes dos cursos de Veterinária e Zootecnia com o trabalho em agricultura familiar.



de um trabalho multidisciplinar e dialógico com as famílias agricultoras, gerando aprendizados para todos.

#### 4.6.1 Práticas Educativas do Grupo Animais para Agroecologia

A construção do conhecimento agroecológico é realizada através do intercâmbio entre diferentes saberes e campos do conhecimento em interação com a realidade, sob um enfoque dialógico e participativo. A busca por potencializar os processos de transição agroecológicas na Zona da Mata gerou experimentações participativas junto às famílias agricultoras, que por suas vez foram sistematizadas, gerando-se novas lições e iniciativas, como o Projeto Vacas para o Café. Tal projeto constituiu o embrião do Grupo Animais para Agroecologia, que com o tempo ampliou sua área de trabalho e temáticas abordadas. Não possuindo uma área experimental própria, suas atividades sempre foram realizadas prioritariamente com os agricultores familiares, estudantes e a comunidade externa, recebendo importante auxílio e acompanhamento de docentes da UFV na orientação de seus trabalhos.

A dimensão investigativa e em diálogo com a realidade, historicamente levou o grupo a procurar articular teoria e prática em suas atividades de pesquisa e extensão. Fruto desta articulação desdobram-se estratégias pedagógicas e metodologias participativas que procuram gerar a integração de saberes na construção do conhecimento e acompanham o desenvolvimento das práticas educativas do movimento agroecológico na região, conforme Figura 25. Elementos artísticos são utilizados especialmente nas Instalações Artístico-Pedagógicas, porém, em diversos momentos procura-se utilizar elementos visuais que facilitem a reflexão e estimulem debates temáticos.



Figura 25: Principais práticas educativas construídas pelo Animais para Agroecologia.

Enquanto grupo de pesquisa e extensão, o Grupo Animais para Agroecologia atua sob a perspectiva da pesquisa-ação, que de forma planejada busca o conhecimento e a solução de problemas reais, associando investigação e intervenção social, através da interação entre pesquisadores e membros da situação investigada de forma cooperativa e compreensiva. Neste processo participativo, os procedimentos e ações são escolhidos obedecendo a prioridades estabelecidas a partir de diagnósticos em que os participantes possuem voz e vez (THIOLLENT, 2002), concepção que orienta o trabalho da equipe em campo.

Logo, a intervenção técnica do grupo não se dá de forma tradicional, no sentido de transferir tecnologias, mas sim em revalorizar e potencializar os complexos e diversificados conhecimentos empíricos das comunidades (ALMEIDA et al., 2001). Esta postura metodológica dialoga com o que Coelho (2014) denomina *orientação técnica*, em que de forma distinta aos tradicionais processos de assistência técnica e extensão rural persuasivos e difusionistas – que pouco contribuem para a formação de sujeitos autônomos e capazes de refletir e decidir sobre seus atos –, é assentada em um caráter participativo, de forma que “a orientação técnica como ação de intervenção, que se preocupa em não ser autoritária, pressupõe a necessidade de realização de diagnósticos de problemas e o planejamento de ações pautados pela participação” (COELHO, 2014, p. 104). Tal perspectiva caminha no sentido da construção de uma ciência compartilhada entre pesquisadores e agricultores, realizada, portanto, “com estes”, e não apenas “para estes” ou “sobre estes”.

Por intermédio de métodos horizontais, procura-se superar hierarquias de saberes, garantindo o diálogo entre os diferentes e a circularidade dos conhecimentos. Gera-se assim o acesso a tecnologias sociais e a inteligência coletiva acumulada no decorrer de gerações camponesas para que estas sejam registradas e sistematizadas, subsidiando as ações definidas coletivamente. Nestes processos sociais baseados em participação comunitária, os técnicos, docentes e estudantes envolvidos nas ações do grupo atuam como facilitadores junto aos agricultores participantes, utilizando-se de diversas técnicas que permitem a socialização de saberes, sua visualização e reflexão.

Desde as origens do grupo, técnicas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) fazem parte de seu rol metodológico. Dentre os principais métodos utilizados, consta o recurso às visitas e observação participante, entrevistas semiestruturadas, desenho de mapa esquemático das propriedades das famílias e de diagramas de fluxo (do que entra e sai na propriedade). Os

diagnósticos auxiliam na aproximação com as famílias e o levantamento de informações, análise de problemas, limitações e potencialidades, subsidiando tomadas de decisão coletiva (PASSOS, 2008).

As oficinas pedagógicas igualmente constituem uma ferramenta importante, seja para a devolução de resultados sistematizados, seja para a demonstração de questões técnicas relevantes. Nestas atividades, os facilitadores – que muitas vezes são os próprios agricultores – valem-se de diversas metodologias que estimulem a interação entre os presentes, tais como rodas de conversa, círculos de cultura, trabalhos em grupos e com tarjetas, assim como a distribuição de cartilhas e materiais didáticos. O diálogo a partir de situações problema, em que é apresentado algum contexto específico observado entre os agricultores, para assim gerar reflexões junto a estes e identificar alternativas para superar ou prevenir tais circunstâncias, se demonstrou uma metodologia interessante para o trabalho em oficinas realizadas (BEVILACQUA, 2010).

A participação e construção de Intercâmbios Agroecológicos também se constituiu em um momento central das ações do grupo. Desenvolvidas em propriedades familiares em transição agroecológica, estas atividades mobilizam famílias agricultoras, técnicos, docentes e estudantes, valorizando os saberes e práticas tradicionais, ao tempo em que contribuem para a apropriação e disseminação de experiências agroecológicas na região. Dentre os passos metodológicos básicos de um intercâmbio, constam a apresentação do histórico da família visitada, a caracterização geral de sua propriedade, caminhada transversal, trocas de impressões e avaliações, podendo ainda ocorrer oficinas temáticas de acordo com as demandas da comunidade (MOREIRA et al., 2009).

As Instalações Artístico-Pedagógicas construídas pelo grupo em eventos como a Troca de Saberes e as Aulas Abertas dos grupos agroecológicos, representam momentos em que o potencial criativo de seus integrantes é desafiado a incorporar elementos e imagens correspondentes à temática em foco naquela instalação, para assim propiciar o diálogo com base nas experiências de todos os presentes.

Todas estas atividades apontadas são discutidas e planejadas coletivamente em reuniões semanais do grupo no campus da UFV, que envolvem estudantes, docente coordenador(a) e técnicos, sendo este o momento em que são definidas as metodologias das intervenções do grupo em campo ou nos eventos promovidos por este.

O trabalho com assessoria e orientação técnica realizada pela equipe multiprofissional do Grupo Animais para Agroecologia tem possibilitado a experimentação e aperfeiçoamento

em metodologias participativas, bem como o avanço do conhecimento e aprendizagens no âmbito da técnica e da ciência agroecológica tanto para as famílias envolvidas no projeto, como para seus membros e a comunidade acadêmica. Logo, a atuação deste coletivo configura um processo de integração de saberes e aprendizagens mútuas, que expressam o amadurecimento da construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata mineira.

#### 4.6.2 Pegadas, legados e parcerias do Grupo Animais para Agroecologia

Seguindo as trilhas do desenvolvimento da agroecologia na Zona da Mata, o Grupo Animais para Agroecologia, oriundo do projeto Vacas para o Café e de uma demanda concreta dos agricultores familiares, deu passos importantes rumo à construção da integração animal nos processos de transição agroecológica. A pegada animal alternativa ao modelo do agronegócio, característica do grupo, colabora para autonomia de insumos, o bem estar animal e a diversificação produtiva.

A agroecologia, construída enquanto ciência, movimento e prática na região, recebe um importante aporte deste coletivo, por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Esta integração entre dimensões agroecológicas e universitárias marca a atuação e identidade do grupo, viabilizada principalmente por meio de processos de pesquisa-ação e extensão rural (Figura 26). Nestes processos, eminentemente participativos, as famílias do campo são encaradas como sujeitos de saberes e não meros objetos de pesquisa e/ou invasão cultural.

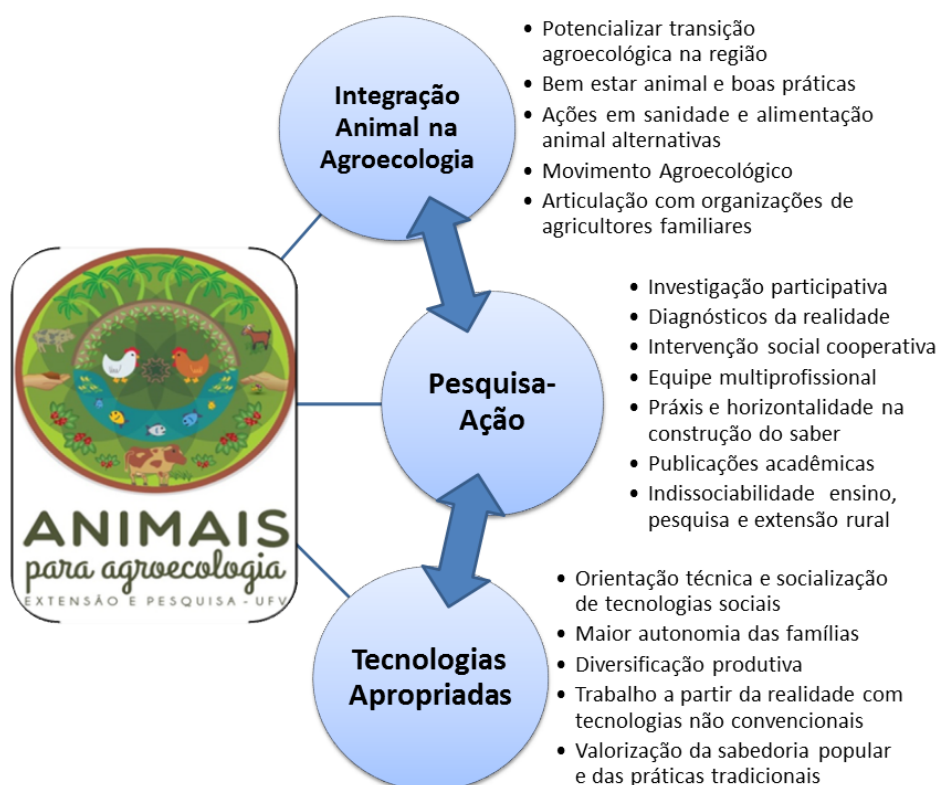


Figura 26: Pegadas do Animais para Agroecologia e suas principais características.

A busca por tecnologias apropriadas e de alternativas viáveis à resolução de demandas dos agricultores, ancoradas na compreensão da realidade e na integração de saberes, promove ações sociais coletivas e uma relação diferenciada entre universidade e sociedade através de suas organizações, visando seu empoderamento, autonomia e qualidade de vida.

O fato dos territórios de atuação do grupo em sua década de existência serem localizados fora de Viçosa reforça a importância do trabalho em rede e a articulação entre diversas organizações para efetivar as práticas de integração animal na agroecologia. A ampliação do escopo e locais de atuação do grupo também expandiu seu leque de parcerias e relações, tanto para fora como para dentro do campus (Figura 27).

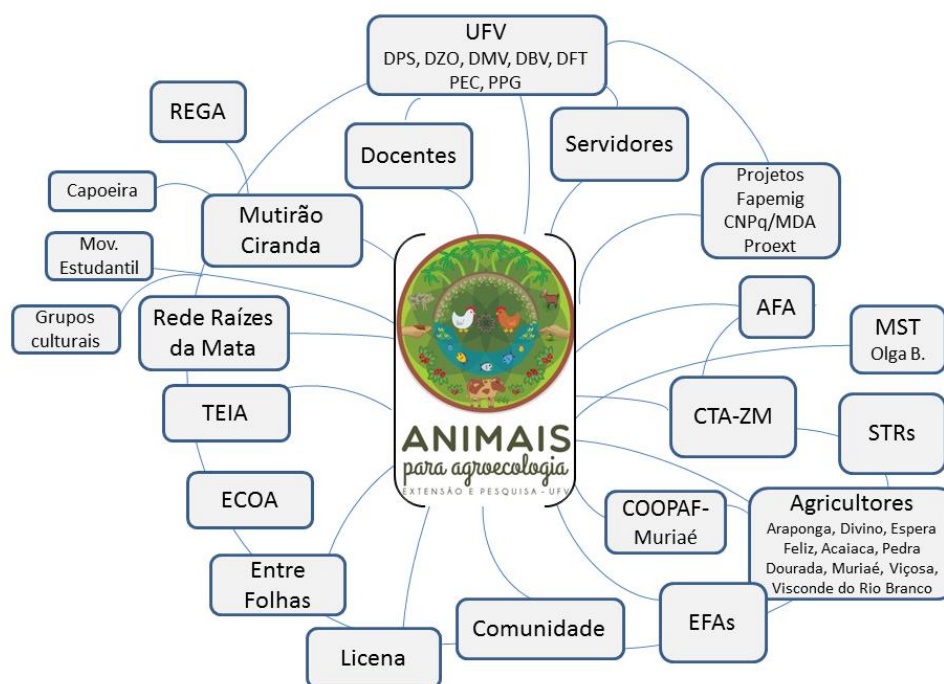


Figura 27: Principais parcerias do Animais para Agroecologia.

O depoimento de Silvia, uma das pioneiras do grupo, destaca a importância das parcerias nos processos sociais ligados à construção da agroecologia e seu conhecimento:

*Não se constrói nada sozinho. A parceria entre os diversos atores envolvidos com o movimento agroecológico (sejam eles grupos agroecológicos, organizações, ONGs, agricultores/as) é fundamental para a construção e consolidação do conhecimento agroecológico e para a transição para modelos de produção e de sociedade mais justos e sustentáveis.*

Em relação aos seus legados, o Grupo Animais para Agroecologia propicia a oportunidade de estudantes aperfeiçoarem sua formação profissional em contato direto com a

realidade da agricultura familiar em processos de transição agroecológica, o que não é comum nos cursos da área das Ciências Agrárias e Biológicas.

Ao observar os motivos pelos quais um conjunto de acadêmicas da Veterinária participantes da pesquisa passa a se identificar e construir este grupo verifica-se que a *luta pela agroecologia e ambientalismo* constitui o principal motivo mobilizador destas pessoas, seguido da busca por *articulação entre teoria e prática*, uma *formação profissional diferenciada e espaços alternativos de aprendizagem*, considerando ainda a *construção coletiva de conhecimentos* enquanto fator de alta relevância. Junto a estas motivações, outras mais gerais e específicas foram destacadas, tais como “*colaborar com a construção de um mundo melhor*”, “*trabalhar com homeopatia em animais*”, e a “*necessidade de saberes e valores diferenciados aos passados pela educação formal*”.

Frente a estes dados, podemos constatar que parcela dos estudantes de Medicina Veterinária discorda das orientações curriculares e metodológicas de seu curso, direcionado a um modelo agropecuário convencional, e buscam uma formação diferenciada, pautada na interação com a realidade da agricultura familiar agroecológica.

Em relação às contribuições à formação pessoal e profissional que a participação no grupo propiciou aos seus integrantes, foram destacadas pelos participantes da pesquisa que as principais foram os *aprendizados práticos sobre agroecologia e aprender a trabalhar com agricultores familiares*, seguidos da *liberdade da construção de um pensamento alternativo, se tornar um profissional com compromisso e sensibilidade socioambiental*, sendo ainda considerado muito relevante *aprender a trabalhar em equipe* para a maioria dos participantes (Figura 28). Além destes aportes, também foram considerados importantes a possibilidade de exercer a veterinária na perspectiva da agroecologia, a melhorar a sua comunicação, aprendendo diferentes formas de se trabalhar a aprendizagem através de metodologias participativas, uma maior formação política crítica e conscientização social acerca da posição da mulher do campo<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> Tendo em vista que a maioria das participantes do grupo são mulheres, tem avançado neste as discussões sobre gênero. O conservadorismo no meio rural em alguns momentos tem se colocado como um ponto emblemático, que pode dificultar a ação do grupo em atividades de campo.



Figura 28: Legados profissionais e sociais do Animais para Agroecologia.

Obs.: Profissionais em verde, sociais em vermelho.

Ocorrendo no âmbito da pesquisa qualitativa, quantitativa, da extensão popular participativa, e envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas com outros profissionais, a formação propiciada no Grupo Animais para Agroecologia assume um caráter qualificado de viés interdisciplinar, técnico e humanístico, destacando-se a capacitação no trabalho em metodologias participativas.

Além disso, articulada à vivência prática, o grupo proporciona a seus membros leituras e referenciais teóricos alternativos aos hegemônicos na academia, a exemplo de obras de autores das áreas de agroecologia, educação popular e metodologias participativas, como Miguel Altieri, Paulo Freire, Stephen Richard Gliessman, Peter Rosset, Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber, Eduardo Sevilla Guzmán, Márcia Neves Guelber Sales, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Boaventura de Souza Santos e Miguel Expósito Verdejo.

A articulação deste processo de leituras e estudos da realidade embasados em atividades de campo e referenciais teóricos importantes, favoreceu para que desde 2007 o Grupo Animais para Agroecologia sistematize e relate suas pesquisas e experiências em

diversos artigos, resumos, monografias, dissertações, teses e relatos de experiência, contribuindo com a formação acadêmica de seus participantes e avanços na construção do conhecimento agroecológico integrando saberes científicos e populares. Assim, 84% das participantes da pesquisa publicaram trabalhos embasados em sua atuação no grupo em eventos locais, nacionais e internacionais, abordando temas diversos relacionados às práticas de produção animal em propriedades familiares agroecológicas, como tratamento homeopático em bovinos, metodologia do Círculo de Cultura em Instalações Artístico-Pedagógicas na Troca de Saberes, investigação participativa na produção de leite, avicultura e suinocultura em sistemas agroecológicos, dentre vários outros.

Quanto às influências na definição profissional proporcionada pelo envolvimento no grupo, mesmo com todas as participantes da pesquisa sendo acadêmicas de graduação ou pós-graduação, destacou-se que a participação foi de fundamental importância para seus direcionamentos profissionais e de vida, no trabalho com terapias integrativas em animais e o interesse em seguir atuando na área da extensão rural participativa.

Os trabalhos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento rural sustentável de viés participativo e interdisciplinar ensejado pelo Grupo Animais para Agroecologia têm gerado avanços na construção de uma formação profissional diferenciada e ancorada na realidade concreta. Esta formação vem possibilitando que um conjunto de sujeitos prossigam atuando na academia ou no mundo do trabalho sob uma perspectiva socioambiental e fundamentada em referenciais alternativos, contribuindo assim para que as instituições de ensino cumpram uma função social relevante em parceria com os agricultores familiares e suas organizações.



## **5 CONVERGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AGROECOLÓGICAS: DO FÓRUM DOS GRUPOS ALTERNATIVOS AO MUTIRÃO CIRANDA**

Os grupos agroecológicos da UFV no decorrer de seu processo histórico passaram por um intenso processo de diversificação, especialmente nas últimas duas décadas com a formação de grupos para atuar em temáticas específicas, mas ao mesmo tempo integradas, o que reforçou o desafio do diálogo e interação entre estes. Neste sentido, a formação de espaços de articulação e construção coletiva entre os grupos agroecológicos e destes com outras entidades, coletivos e instituições, configuram processos importantes na construção do movimento agroecológico e na ampliação de seu potencial de intervenção social.

No presente capítulo abordaremos o Fórum dos Grupos Alternativos, existente entre 1999 e 2005, e o Mutirão Ciranda, formado a partir de 2008, que além de congregar as diversas vertentes do movimento estudantil-agroecológico, possibilitaram a construção de iniciativas em comum e a interlocução com outros grupos agroecológicos do país, por meio do Movimento Cunhambebe e da REGA-Brasil. Por fim, apresentaremos uma síntese do processo histórico das práticas educativas, pegadas, legados e redes de parcerias dos grupos, com foco no Mutirão Ciranda.

### **5.1 O Fórum dos Grupos Alternativos**

Os antecedentes do Fórum dos Grupos Alternativos residem em processos anteriores de articulação dos então denominados grupos alternativos da UFV, que em diversos momentos se uniram para a construção de ações conjuntas e como forma de fortalecer suas reivindicações. Foi com este intuito, por exemplo, que em 1992, o Restaurante Alfa, o GAAV, Grupo da Horta Orgânica e Biodinâmica, junto a outros grupos existentes na UFV à época, se articularam para cobrar dos candidatos as eleições da reitoria um espaço físico no campus, tendo em vista que diversas casas da Vila Gianetti estavam sendo desocupadas. Esta movimentação de diálogo e pressão sobre a instituição garantiu a conquista da Casa 16 aos grupos, tornando-se principalmente a nova sede do Restaurante Alfa, além de espaço de encontros, reuniões e atividades culturais (RAMOS & SILVEIRA, 2016).

O fato de o Restaurante Alfa ter se desarticulado em 1999, possibilitou a perda do direito de uso da Casa 16, pois sua utilização tornou-se irregular, mantendo-se apenas a realização mensal dos Lanches Culturais. Neste cenário, os grupos optaram por organizar o

*Fórum dos Grupos Alternativos*<sup>103</sup>(FGA), como forma de manter a utilização da Casa 16 e torná-la a sede do Núcleo de Grupos Alternativos da UFV que almejavam constituir. O fórum inicialmente congregava os grupos Apêti, GAAV, GAO, Grupo de Conscientização Racial e Grupo de Estudos Alternativos de Direito (FGA, 2000), incorporando outros coletivos que vieram a existir depois, não necessariamente ligados à agricultura ecológica.

As reuniões do FGA se tornaram um momento de construção conjunta dos coletivos. Estes tentaram manter o uso da Casa 16, entretanto perderam o direito a utilizar este espaço, de forma que uma das prioridades do Fórum passou a ser a busca de uma sede no campus e por isto um membro do GAAV solicitou o codornário no caminho do recanto das cigarras em junho de 2001 (Cleverson Vieira Pires, inf. verb.; APÊTI, Livro Ata). Dentre os eventos do FGA, consta um seminário interno realizado em 2000, em que o diagnóstico participativo apontou a importância de uma atuação mais próxima entre os grupos; a Semana Alternativa, realizada em 2002; e os Mutirões Agroflorestais, em 2002 na UFLA (Lavras) e UFV, e em 2003 na UFLA novamente.

A Semana Alternativa foi realizada entre 7 e 10 de agosto de 2002 e teve por objetivo debater os rumos da agricultura, o agronegócio e a agroecologia enquanto uma alternativa concreta. Com a temática “*Pare. Pense. Reflita. Em que caminho você está?*”, seu mote era “*Alternativo a quê?*”, o qual estimulou os grupos a refletirem: “ao que eram uma alternativa?”, “por que eram uma alternativa?”, “que alternativa representavam?”. Além de espaços de discussão, também foram realizadas oficinas sobre solos, agroecologia e outros temas, diversas místicas questionando o modelo de ensino da UFV – principalmente nas agrárias, mas não restrito a esta – e uma grande ciranda (Questionário 16- Fernanda Miranda).

Os Mutirões Agroflorestais foram realizados em articulação com outros grupos agroecológicos da região Sudeste e a FEAB. A ideia de construí-los surgiu de reuniões que os estudantes fizeram no IPEMA – em 2001 e 2002 – e no I ENA, contando com o protagonismo dos militantes da UFV. O primeiro mutirão ocorreu na UFLA, no carnaval de 2002, os grupos deveriam levar oficinas, porém somente Viçosa compareceu (CUNHAMBEBE, 2002).

Entre 15 e 17 de novembro de 2002 foi realizado o Mutirão Agroflorestal na UFV, tendo sido realizado na Casa 16, no Museu de Solos, em uma área manejada pelo GAO atrás do Alojamento Masculino e no arboreto dos grupos Apêti e Entre Folhas. O mutirão congregou estudantes da UFLA (Lavras), UFES (Espírito Santo), UFRJ (Rio de Janeiro),

---

<sup>103</sup> De acordo com Glauco Régis Florisbello (inf. verb.), em 1996 houve uma tentativa malsucedida de articulação do Fórum de Grupos Alternativos da UFV, tendo sido realizado um seminário das entidades no CTA-ZM de capacitação em metodologias participativas, como o DRP, mas que por problemas organizativos e disciplinares foi finalizado sem o encaminhamento da fundação do fórum.

UFRRJ (Rural do Rio) e UnB (Brasília). Além do trabalho agroflorestal propriamente dito, também ocorreram espaços de integração culturais e de discussões. Este encontro deu origem ao Grupo/Movimento Cunhambebe<sup>104</sup>, uma articulação de grupos agroecológicos de diversas universidades que passaram a ter um canal de comunicação entre si via lista de e-mails.

Um novo Mutirão Agroflorestal foi realizado em Lavras no ano seguinte e os estudantes da UFV organizaram um ônibus para participar deste. Nesta edição, ocorreram três dias de seminário e dois de prática, com o plantio de recuperação de uma área de proteção permanente e a bioconstrução da casa do Grupo Yebá, ficando o próximo mutirão marcado para ocorrer em Brasília (Questionário; APÊTI, Livro Ata).

As reuniões do Fórum ocorriam muitas vezes na sala do GAAV no Porão, porém o FGA buscava um local para ser sua sede. Assim, após diversas conversas com a instituição, em 11/06/2003 ocorreu a inauguração da Casa do Fórum dos Grupos Alternativos, nos fundos da Casa 25 da Vila Gianetti, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração, e em seu pátio foram realizados alguns mutirões e a casa era utilizada principalmente para planejar atividades do projeto de Agricultura Urbana. Porém, o FGA começou a dar sinais de desgaste e ao longo de 2004 foi deixando de reunir e construir atividades<sup>105</sup>. Pretendia-se realizar uma Semana da Agroecologia em 2005, em parceria com o CTA-ZM e grande participação de agricultores, porém a greve ocorrida naquele ano frustrou sua organização (GAO, Livro Ata).

Ao mesmo tempo em que o FGA deixou de existir, ocorreu a organização do Programa TEIA de Extensão Universitária, que passou a articular diversos grupos e projetos extensionistas que trabalhavam na perspectiva da educação popular, procurando integrar os projetos e desenvolver algumas ações conjuntas (organização de eventos, por exemplo), com a participação das comunidades rurais e urbanas. Os grupos agroecológicos constituíram atores importantes do TEIA e colaboram com sua construção, participando de suas atividades como excursões para as comunidades, encontros e seminário, dentre outras ações específicas. A interlocução junto ao TEIA fortaleceu a perspectiva extensionista e interdisciplinar junto aos coletivos, que passaram a contar com auxílios do programa e manter a proximidade entre si, construindo ações próprias e gerais.

---

<sup>104</sup> O nome Cunhambebe foi definido em uma reunião realizada previamente no IPEMA, após a realização de uma mística em homenagem à resistência dos povos indígenas à invasão portuguesa, tendo como referência o chefe tupinambá Cunhambebe. Nesta reunião foi definido que o Mutirão Agroflorestal na UFV seria o momento de lançamento desta iniciativa.

<sup>105</sup> Além das atividades descritas, o FGA também contribuía com a realização e participação em outros eventos junto ao movimento estudantil, tais como encontros regionais e nacionais de cursos na UFV; os EIVs; o Curso de Economia Política e Agricultura (CEPA) e o Seminário de Reforma Agrária das executivas de curso, ambos em 2003 na UFV; Fóruns de Educação Ambiental; atuava na divulgação dos grupos em eventos como a Semana do Fazendeiro e Simpósios de Iniciação Científica (SIC).

## 5.2 Mutirão Ciranda: Trajetória de uma Construção Coletiva

O Mutirão Ciranda é a articulação dos grupos agroecológicos da UFV para a construção de ações em comum, como por exemplo, a promoção de atividades ou participação em eventos externos, assim como o fortalecimento de ações já existentes. Sua denominação remete às tradições camponesas e indígenas do trabalho coletivo em benefício mútuo, sendo este o significado do termo *mutirão* (*mutirõ*), de origem tupi, além de representar o movimento constante do dar as mãos e dançar em círculo da ciranda (LADEIRA et al., 2013).

Os mutirões são uma prática constante no histórico dos grupos agroecológicos e inspiraram um processo de integração para o trabalho itinerante nas áreas de manejo de cada coletivo, gerando a ideia da formação do Mutirão Ciranda em 2008. Assim, a partir do primeiro semestre de 2008, por estímulo e intermédio da estudante Nina Abigail Caligiorne Cruz, que integrava o CEP e a FEAB, e Ian Luiz Willach Galliez, participante do Apêti e FEAB, após realizarem o EIV-MG, foram propostas reuniões entre as executivas de curso e os grupos agroecológicos da UFV, para se aproximarem e realizarem Mutirões Ciranda, que seriam dias de mutirão nas áreas dos grupos, sítios e outros locais<sup>106</sup>.

A primeira reunião entre as entidades FEAB, ABEEF, EneBio, GAO, CEP e Apêti foi realizada no dia 06 de março de 2008 no gramado próximo às Quatro Pilastras da UFV, onde cada uma apresentou sua organização e discutiram a importância de trabalhar conjuntamente para construção de um modelo agrícola alternativo, com os grupos somando forças e se completando. Neste encontro, entre outras pautas<sup>107</sup>, o Mutirão Ciranda foi apontado como um “dia de aprender fazendo, de conhecer coisas novas e buscar novos meios de aprendizado (...) aconteceriam, a princípio, uma vez por mês priorizando os grupos, mas dando lugar para outras casas e espaços, sempre tentando aglutinar mais forças” (CRUZ, 2015).

A partir deste encontro foi marcado o primeiro Mutirão Ciranda, realizado no MataGAO em 29/03/2008, quando foi finalizada a bioconstrução de banheiro seco. O mutirão seguinte foi marcado para a semana posterior no CEP-Cristais, o terceiro ocorreu na área do Apêti, no CTA-ZM junto a uma oficina de introdução aos SAFs, e o quarto Mutirão Ciranda foi realizado na sede do Grupo Entre Folhas no dia 26 de abril. A dinâmica de mutirões subsequentes semanais, diferente da proposta original – ainda que justificados como atividades Pré-ERA –, gerou diversas avaliações e as executivas de curso foram se afastando

---

<sup>106</sup> A prática de mutirões mensais nas áreas experimentais dos grupos Apêti e GAO já havia sido experienciada em outros momentos, como em 2005, quando eram realizados mutirões mensais na área de cada grupo.

<sup>107</sup> Além dos mutirões ciranda, os presentes discutiram a elaboração de um jornal dos grupos de agricultura alternativa da UFV, a caminhada ecológica com os calouros e a participação no Encontro Regional de Agroecologia (ERA) ocorrido em abril daquele ano.

dos mesmos. Apesar de seu potencial, a desmobilização e falta de interesse das entidades e grupos fizeram com que apenas quatro mutirões ciranda ocorressem em 2008 (CRUZ, 2015).

Mesmo sem a realização de novos mutirões ciranda em 2008, os grupos agroecológicos e executivas de curso (FEAB e ABEEF) seguiram interagindo. Estas entidades averiguavam a possibilidade de ter a Casa 18 da Vila Gianetti enquanto sede e buscaram dialogar com o Grupo Folhas da Vida, sediado nesta, tendo em vista que o Apêti já vinha utilizando a sala externa da casa, pois avaliavam que a consolidação do Mutirão Ciranda seria facilitada com a partilha de um espaço em comum. Outro projeto idealizado naquele momento foi a bioconstrução no MataGAO, que contaria com um alojamento e serviria como sede dos grupos e executivas (CRUZ, 2015).

Por intermédio do TEIA, os grupos de agroecologia passam a atuar em diversos espaços, como EFAs, propriedades em transição agroecológica, assentamento do MST, na Feira municipal, e estreitam suas relações através da organização do curso de permacultura com ênfase em SAFs e bioconstrução no CEP-Cachoeirinha. Os Terreiros Culturais e a Troca de Saberes, realizados a partir de 2009 pelo Programa TEIA e um conjunto de parceiros, da mesma forma, constituíram importantes processos de interlocução com as comunidades rurais, contando com a participação e protagonismo do movimento estudantil-agroecológico.

A participação no Mutirão Ciranda e nas ações do TEIA fez com que as histórias e caminhos específicos de cada grupo agroecológico da UFV passassem a se entrelaçar e ter muitos pontos de convergência, somando forças para construções coletivas, a exemplo da realização de Feiras de Trocas, a partir de 2008, e das Quintas Agroecológicas, desde 2009.

Com o decorrer do tempo e das ações empreendidas, como a participação no I ENGA, paralelo ao VI CBA, e a Encontro dos grupos agroecológicos no MataGAO em outubro de 2009, o Mutirão Ciranda foi tomando corpo, dimensão e identidade, passando a se constituir enquanto um fórum de articulação dos grupos GAO, Apêti e SAUIPE, ainda que poucos integrantes dos grupos participassem ativamente de suas reuniões e as executivas de curso tenham se enfraquecido na UFV e deixado de se envolver com os mesmos.

Dois processos que favoreceram a consolidação do Mutirão Ciranda foram a aprovação, em 2010, do PROEXT “*Mutirão Ciranda: na construção da agroecologia, estreitando laços entre a Universidade e sociedade*”, e do projeto ““(Agro)Ecologia dos Saberes na Zona da Mata mineira”<sup>108</sup>, que tiveram dentre seus eixos de ação, a consolidação das Feira de Trocas, das Quintas Agroecológicas e da Bioconstrução no MataGAO, além da

---

<sup>108</sup> Edital 58/2010 MDA/SAF/CNPq.

construção das Trocas de Saberes, Terreiros Culturais, Intercâmbios Agroecológicos, dentre outras ações, com vistas a formação de um Núcleo de Agroecologia na UFV.

O processo de ocupação e conquista da Casa 18<sup>109</sup> da Vila Gianetti, em 2011, é outro marco importante para o Mutirão Ciranda, tendo sido realizados diversos mutirões para arrumar sua bibliotequinha e tornar a casa um espaço habitável e acolhedor<sup>110</sup>. Além das Terças de Trocas, Quintas Agroecológicas e reuniões do Mutirão Ciranda serem realizadas neste local, na Casa da Transição, como vêm sendo reconhecida, também constituíram-se o Grupo Alfa de Almoço Vegetariano, a Rede Raízes da Mata<sup>111</sup> e são ofertadas aulas de yoga. Todas estas iniciativas tornaram a Casa 18 um espaço diariamente movimentado, promovendo vivências, interações, trocas e articulações.

Ainda em 2011, dois eventos que fortaleceram a integração dos grupos agroecológicos e destes com outros projetos e entidades, foram a Semana de Transição Agroecológica, organizada pelo Mutirão Ciranda, e o Treinamento Cidades em Transição<sup>112</sup>, ministrado por May East e Marcelo Todescan, no âmbito do TEIA.

A inserção nacional dos grupos agroecológicos da UFV se fortaleceu por intermédio da relação do Mutirão Ciranda com os ENGAs e a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA-Brasil)<sup>113</sup>, de modo que os coletivos de Viçosa tem dado importantes contribuições metodológicas ao conjunto da Rede e atuado intensamente em sua construção, especialmente

---

<sup>109</sup> A Casa 18 foi a primeira casa utilizada pelo Grupo Entre Folhas na Vila Gianetti, entre os anos de 1991 e 1997, sendo posteriormente utilizada pelo Grupo Folhas da Vida.

<sup>110</sup> Dando continuidade a este processo de “harmonização” da Casa da Transição, ao longo do ano de 2012 os estudantes seguiram planejando as formas de utilização da casa, lixaram suas paredes e as pintaram com tinta de terra, construíram jardim vertical, uma espiral de ervas e horta para abastecer de alimentos o Grupo Alfa de Almoço Vegetariano.

<sup>111</sup> A Rede Agroecológica de Prossumidor@s Raízes da Mata é fruto de diversos processos, como as feiras de trocas promovidas pelo grupo Irmãos da Terra e o Mutirão Ciranda, vendas de produtos dos agricultores por parte de um estudante, as discussões sobre Economia Popular Solidária no âmbito do TEIA, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e do curso Cidades em Transição. A organização para o consumo da produção agroecológica do Assentamento Olga Benário do MST, foi um passo fundamental para construção de uma rede de comercialização solidária via encomendas prévias. Com o processo de fortalecimento e reconhecimento da experiência, em 2015/16 esta transicionou para o modelo de feira livre. Além de incentivar a produção e comercialização agroecológica, gerando renda às famílias, a Rede também estimulou a formação de iniciativas semelhantes em Rio Pomba/MG, Alegre/ES, dentre outros locais.

<sup>112</sup> O Treinamento Cidades em Transição, realizado em abril de 2011 pelo TEIA, CTA-ZM, ISA-Viçosa, com o apoio de diversos parceiros, deu início ao movimento Viçosa em Transição, congregando o movimento agroecológico e outras entidades. O movimento Cidades em Transição (*Transition Towns*) surgiu no ano 2000 na Inglaterra e disseminou-se por diversos países e comunidades, tendo por proposta transformar as cidades em espaços sustentáveis mais integrados à natureza e resilientes aos processos de mudanças climáticas, dependência de combustíveis fósseis e crises externas, sejam econômicas ou ambientais. Neste sentido, o fomento e a articulação de iniciativas de transição mobilizam sujeitos e autoridades rumo à transição para a sustentabilidade (CRUZ et al., 2011; SILVEIRA, 2014).

<sup>113</sup> A REGA-Brasil foi fundada no II ENGA, realizado em Aldeia Velha-RJ, em 2010, e desde então congrega e articula grupos agroecológicos de todas as regiões do país, compondo a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Grupo de Trabalho de Juventudes da ABA-Agroecologia.

a partir de 2012 (MUTIRÃO CIRANDA, 2016). Fagundes et al. (2013) descreve o processo de construção da REGA e dos ENGAs, destacando o papel dos grupos de Viçosa no processo de amadurecimento da construção da entidade e sua aproximação com a ABA-Agroecologia e ANA. Um marco muito importante para o avanço deste vínculo e a própria organização da REGA foi a realização do IV ENGA<sup>114</sup> na UFV, em 2012.

O IV ENGA foi organizado em tempo recorde, pois foi durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20<sup>115</sup>, que grupos agroecológicos do país deliberaram por sua realização em Viçosa sob incumbência do Mutirão Ciranda. Para organizá-lo, os grupos utilizaram a metodologia *Dragon Dreaming*<sup>116</sup> e obtiveram o apoio de diversos parceiros para concretização do evento, que reuniu mais de 400 pessoas, entre estudantes, representantes de movimentos sociais, povos originários, tradicionais, crianças, técnicos e docentes, contando ainda com variadas atividades culturais (MUTIRÃO CIRANDA, 2016). Para muitos, o IV ENGA representou um divisor de águas, a “grande virada” da REGA, pois trouxe alterações quanto ao caráter do ENGA, conforme relata Isabela Ladeira:

*O IV ENGA foi um marco para uma mudança de sentido no movimento dos Encontros Nacionais de Grupos de Agroecologia. A gente saiu de um extremo, levamos o ENGA para um outro extremo: tiramos o ENGA da beira do rio, da beira do mangue, no meio da floresta e trouxemos o ENGA pra universidade, pra gente agora tentar chegar num meio termo. Na época a gente avaliou que precisava fazer isso, porque senão ia virar um encontro zen, algo sem um viés político. E nós demos essa contribuição, tem pessoas de Viçosa hoje que são altamente ativas dentro da REGA, e que tem uma visão, tem acúmulo e se dedicam pra consolidar essa construção de uma rede nacional. (Isabela Ladeira. Agrônoma, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA-Brasil).*

O IV ENGA foi considerado um marco, pois teve um caráter politizado e propositivo, superando problemas metodológicos, organizativos e disciplinares presentes em edições anteriores, o que possibilitou um salto de qualidade e amadurecimento tanto aos ENGAs, como para a REGA, além de deliberar pela realização anual de um seminário interno da rede, denominado Sementário. Dentre as metodologias que foram incorporadas à REGA a partir do IV ENGA, destacam-se o *Dragon Dreaming*, os Círculos de Cultura, o Café do Mundo e as Instalações Artístico-Pedagógicas (MUTIRÃO CIRANDA, 2016).

---

<sup>114</sup> Blog de divulgação do IV ENGA: <<http://engavicoso.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

<sup>115</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em julho de 2012.

<sup>116</sup> Os integrantes do Mutirão Ciranda tiveram contato com o *Dragon Dreaming* pela primeira vez em 2011, quando John Croft, sistematizador desta metodologia de planejamento, esteve em Viçosa a convite de docentes da UFV integrantes do ISA-Viçosa e foi realizado um encontro de apresentação desta. Em 2012, os estudantes participaram de uma capacitação mais aprofundada em *Dragon Dreaming* durante a Cúpula dos Povos, o que lhes deu segurança para passar a utilizá-la em suas atividades, a exemplo do IV ENGA, que tendo sido bem sucedido, estimulou a apropriação da metodologia pela REGA-Brasil (MUTIRÃO CIRANDA, 2016).

A participação no I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA), em Recife-PE, 2013, em que os grupos agroecológicos da UFV apresentaram suas experiências, metodologias e trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos, foi outro momento importante para o Mutirão Ciranda dar contribuições metodológicas aos demais grupos do país. Conforme Oliveira & Bittencourt (2013), estudantes ligados ao Mutirão Ciranda facilitaram a Roda de Diálogo “Grupos de agroecologia de estudantes: resiliências criativas – empecilhos e contribuições para a educação formal”, tendo utilizado algumas das metodologias supracitadas, o que favoreceu a interação criativa e a troca de experiências educativas de grupos agroecológicos presentes no seminário.

O apoio às campanhas da REGA, como o Maio Agroecológico, as Trocas de Sementes Crioulas e o Plante o ENGA, constitui parte das ações do Mutirão Ciranda, que procura construir em âmbito local atividades de caráter nacional. Tais campanhas influenciam processos educativos, sendo protagonizadas pelos estudantes da UFV Aulas Abertas na Casa 18, Trocas de Sementes nas Trocas de Saberes e o planejamento para levar alimentos agroecológicos aos encontros da REGA (MUTIRÃO CIRANDA, 2016).

O diálogo entre os grupos agroecológicos e as entidades e articulações nacionais do campo agroecológico avançou, de acordo com Furquim (2014), por meio da co-construção do V ENGA e VIII CBA de forma complementar, no ano de 2013 em Porto Alegre/RS, e pela participação da REGA na construção do III ENA, em Juazeiro/BA em 2014, em conjunto com a ANA. Esta aproximação favoreceu a participação de representantes nacionais da ABA-Agroecologia e da ANA em um debate com a REGA no VI ENGA, realizado em novembro de 2014 na Ecovila Tibá, localizada na zona rural de São Carlos/SP.

Construindo a ponte entre a rede do movimento agroecológico nacional e local, o Mutirão Ciranda passou a se consolidar e obter amplo reconhecimento como coletivo de articulação dos grupos agroecológicos da UFV, consistindo ainda, de forma semelhante ao TEIA, enquanto meio integrador entre distintos projetos e coletivos, e um “espaço” para experimentações metodológicas, a exemplo do Diagnóstico Agroflorestal Participativo (DAP), em que a rede dos grupos é analisada através da metáfora de um SAF.

Um marco importante para o Mutirão Ciranda foi a realização de seu primeiro Sementário, em novembro de 2013 no CTA-ZM. Foram dois dias em que mais de 30 integrantes dos grupos agroecológicos GAO, Apêti, SAUIPE, Micorrizas<sup>117</sup> e Grupo de

---

<sup>117</sup> O Grupo Micorrizas de dança e performances agroecológicas se originou de um desdobramento do Grupo Gengibre – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Arte e Extensão sobre Cultura Popular – que atuou na UFV entre 2004 e 2010, e da Trupe dos Arteiros, que em 2012 apresentou o Auto do Boi Envenenado. Da cena



Estudos em Bambu<sup>118</sup>, buscaram se integrar, discutir o histórico do movimento, avaliar seu contexto e definir ações prioritárias. Para tanto, foram utilizadas metodologias como a dinâmica da constelação, dinâmicas corporais de animação e integração, construção da linha do tempo, o DAP, vivências práticas, trabalhos em grupos e um momento deliberativo final<sup>119</sup>. O I Sementário teve como saldo a aproximação de novos membros aos coletivos, uma maior integração e reconhecimento dos grupos envolvidos, o retrato diagnóstico de seu momento presente e o fortalecimento do Mutirão Ciranda.

O ano de 2013 também foi marcado por importantes processos em nível local, como o fortalecimento da Troca de Saberes com as construções em bambu, e a fundação da Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA), constituída por profissionais ex-integrantes dos grupos agroecológicos em busca de seguir trabalhando na área de forma cooperativada. Já em nível regional, destacou-se a realização da I Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata, em mobilização ao III ENA, e o Encontro Mineiro de Agroecologia, que contou com uma forte presença de estudantes de Viçosa na facilitação e relatoria das atividades do evento.

A realização da Gincana Agroecologia em Movimento marcou o primeiro semestre de 2014, com diversas atividades<sup>120</sup> fazendo parte desta. A gincana foi idealizada como forma de formação e aproximação de estudantes dos grupos. Talvez a grande quantidade de atividades a serem realizadas na gincana – 13 tarefas por equipe e 13 tarefas individuais – e o longo período desta, junto à desarticulação e desorganização de muitas das equipes envolvidas, tenham contribuído para um processo de desmobilização no decorrer do evento, que infelizmente cumpriu apenas em parte seus objetivos formativos e de aproximação de novos integrantes ao movimento agroecológico.

O ingresso da primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza e Agroecologia (Licena) foi outro fato marcante em 2014. O

---

Micorrizas apresentada em julho de 2013, um grupo de artistas, docentes e estudantes adotam Micorrizas como nome do coletivo, buscando potencializar os diálogos entre a agroecologia e a arte (Questionário 52 – Ananda Deva). Micorrizas são um grupo de fungos do solo que interliga em simbiose raízes de várias plantas e por isto inspirou o nome do grupo, a partir de discussões interdisciplinares no TEIA.

<sup>118</sup> O Grupo de Estudos em Bambu foi formado em 2013 por diversos estudantes com envolvimento nos grupos agroecológicos da UFV, tendo construído diversas atividades formativas, de estudos e experimentos em técnicas de tratamento e construção com bambu.

<sup>119</sup> As três prioridades definidas pelo Sementário foram: o fortalecimento das Quintas Agroecológicas, a construção de uma grande Feira de Trocas na cidade e uma melhor organização da Casa da Transição.

<sup>120</sup> Dentre as atividades gerais da Gincana, constaram: uma grande e animada abertura, em que além de dinâmicas, danças circulares e jogos, foram divididas as equipes; atividade de nivelamento sobre o movimento Viçosa em Transição; troca de sementes crioulas; oficina de artes com tinta de terra; Aula Aberta com a professora Irene Maria Cardoso e representantes dos grupos; apresentações artísticas do Grupo Micorrizas; exposições de filmes; dentre outras atividades desenvolvidas por cada equipe participante.

curso contribui para uma maior democratização do acesso à universidade a setores historicamente excluídos. Na semana de recepção do curso, o Mutirão Ciranda foi convidado a realizar atividades de acolhimento e apresentação de suas ações aos calouros da Licena na Casa 18, momento em que trocaram ideias e saberes com os estudantes, muitos dos quais agricultores agroecológicos.

Os trabalhos nos projetos “ECOAr Práticas, Ciências e Movimentos” e “Comboio Agroecológico da região Sudeste”<sup>121</sup>, fortaleceu o processo de construção do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOAr) e a perspectiva da pesquisa junto às dinâmicas de ensino e extensão no movimento local e deste em articulação externa. Além disso, estes projetos favorecem processos formativos dos estudantes, quando, por exemplo, realizou-se uma oficina sobre utilização de ferramentas com um mutirão no MataGAO, ferramentas estas adquiridas com recursos do projeto ECOAr. Esta oficina contou com a presença de Seu Jésus, agricultor agroecológico, que veio à universidade ensinar e demonstrar aos estudantes diversas técnicas de manejo e cuidados com ferramentas, proporcionando aprendizados significativos a partir da prática.

Ao longo de 2015 o Mutirão Ciranda passou por um processo de fortalecimento, tanto de sua intervenção em nível local, destacando o debate “paradigmas da agroecologia”<sup>122</sup>, como em nível nacional<sup>123</sup>, de modo que segundo estimativas suas ações atingiram mais de 2 mil pessoas apenas no primeiro semestre (MUTIRÃO CIRANDA, 2016).

Como as dinâmicas dos grupos agroecológicos são muito fluidas, a cada ano o Mutirão Ciranda vai se reconfigurando. Assim, se em 2013 e 2014 este era composto por GAO, Apêti, SAUIPE, Micorrizas e Grupo de Estudos em Bambu, em 2015, os grupos Animais para Agroecologia e Flores de Gaia<sup>124</sup> passaram a se integrar ao coletivo, ao passo que o Grupo de Estudos em Bambu e o Grupo Micorrizas, com a formatura de integrantes importantes na conexão com o Ciranda, afastam-se um pouco do mesmo. Ainda que com fluxos e refluxos na

---

<sup>121</sup> Ambos os projetos aprovados no Edital nº 81/2013 MDA/SAF/CNPq.

<sup>122</sup> Realizado em parceria com o CA e Empresa Jr. de Engenharia Florestal, o debate contou com a presença da Licena, obtendo um público de mais de 350 pessoas, enquanto parte das atividades de recepção de calouros, que incluíram ainda um mutirão agroflorestal na área do Apêti e a primeira festa “Rock na Mata”, que se configura enquanto uma festa diferenciada dos eventos comerciais.

<sup>123</sup> Em nível geral ocorreu a participação de membros do Mutirão Ciranda e REGA em diversos eventos, como seminários nacionais e regionais da ANA, no Sementário da REGA, na VII Troca de Saberes e no Balaio de Saberes, realizado no campus Florestal-MG da UFV, e a participação no CBA e ENGA de Belém-PA.

<sup>124</sup> O Grupo Flores de Gaia foi formado em 2014 por integrantes de grupos agroecológicos, contando com o apoio do projeto Proext “Popularização da Ciência, Saberes e Práticas” e parceria com a EMATER, atuando até 2016 com a temática da transição agroecológica junto a agricultores feirantes de Viçosa e comunidades rurais, elaborando cartilhas e socializando práticas como o Bokashi, Microorganismos Eficazes (EM), homeopatia, caldas, saneamento rural, manejo de plantas, dentre outros.

dinâmica dos coletivos, o Mutirão Ciranda fortificou-se, com diversos representantes dos grupos participando de suas reuniões.

Através da participação em diversas atividades do movimento estudantil-agroecológico ao longo do segundo período de 2015, vivenciamos um intenso processo de reuniões semanais dos grupos; o desafio da manutenção de um grupo de almoço vegetariano<sup>125</sup>, e da própria Casa 18; a realização das Quintas Agroecológicas; a dinâmica da Rede Raízes da Mata, que ao longo de 2015 foi cada vez mais assumindo o caráter de feira livre; e o desafio do fortalecimento da participação dos grupos no TEIA/ECOIA. Tais processos expressam a viva dinâmica em que se dá a construção dos grupos agroecológicos e configura a pluralidade de práticas que marcam o seu cotidiano.

Paralelo às práticas específicas de cada grupo, entre as ações gerais e formativas promovidas no âmbito do Mutirão Ciranda ou com seu apoio neste período, destacam-se o mutirão de revitalização do MataGAO; Sarau Cultural na Casa 18; Aulas Aberta dos grupos na Casa 18, referentes as disciplinas SOL 380 e FIT 190, esta a partir de reivindicações de integrantes do Mutirão Ciranda; realização de oficinas para crianças no evento Viva o Solo, promovido pelo Museu de Ciências da Terra; participação no Seminário Regional da ANA “Por um Brasil Agroecológico” realizado na UFV, em que foi batizado o Coletivo Repentistas do Desenho<sup>126</sup>; e o envolvimento em intercâmbios e mutirões junto aos agricultores da Rede Raízes da Mata, visando uma intervenção mais técnica para o fomento da transição agroecológica em suas propriedades.

O Mutirão participou do curso de capacitação em plantio de água, realizado no ISA-Viçosa, com o objetivo de contribuir para o avanço da gestão dos recursos hídricos e a utilização de técnicas para aumentar a quantidade e qualidade de água disponível nas propriedades. Após o curso, o Ciranda organizou uma “Terça Agroecológica” para socializar os aprendizados com os demais estudantes. Este processo deu origem ao *Núcleo de Plantadores de Água de Viçosa: Rede Nós d’Água*, que congrega diversos sujeitos para atuar nesta temática tão sensível atualmente. O mutirão realizado para confecção de produtos de

---

<sup>125</sup> O Grupo Alfa de Almoço Vegetariano foi uma das primeiras iniciativas do Mutirão Ciranda ao ocupar a Casa 18, tornando-se não apenas um espaço de alimentação, mas também de trocas, articulações, aprendizados culinários. No entanto, tendo de pagar pelo trabalho da cozinheira, sua gestão financeira sempre constituiu um desafio, e nos últimos anos cada vez menos integrantes ativos dos grupos agroecológicos vinham se propondo a almoçar e construir o grupo de almoço, o que inviabilizou a manutenção do mesmo com a contratação de uma cozinheira, de modo que a partir de 2016 todo o trabalho do grupo passou a ser realizado pelos estudantes.

<sup>126</sup> O Coletivo Repentistas do Desenho, formado em 2015, tem agregado ao movimento agroecológico e social em geral e comunicação visual e a facilitação gráfica, contribuindo para a construção de processos educativos pautados pela arte e criatividade. O nome do coletivo foi dado por um agricultor participante do Seminário da ANA ao observar os estudantes desenhando na hora o que estava sendo debatido no evento.

limpeza ecológicos para serem enviados aos atingidos pelo criminoso desastre ambiental de Mariana, também coaduna com a perspectiva de uma melhor utilização dos recursos hídricos.

Em novembro de 2015 foi realizado o II Sementário do Mutirão Ciranda. Nesta edição, além de dinâmicas de grupo e práticas corporais<sup>127</sup>, ocorreram discussões temáticas, com ênfase sobre as questões de gênero, tendo em vista problemas ocorridos nos grupos relativos a este ponto e a busca pelo equilíbrio, respeito e cuidado entre homens e mulheres; a retomada do histórico do movimento agroecológico da UFV, através de uma instalação pedagógica seguida de um círculo de cultura, para assim construir uma linha do tempo, contando ainda com a presença de uma antiga integrante; momentos de discussão sobre as *pegadas agroecológicas* de cada coletivo seguido do trabalho em grupos orientado por questões relativas aos princípios e ações que envolvem os processos educativos, metodológicos, comunicativos e de gênero e sexualidade nos grupos agroecológicos; finalizando com a escolha das prioridades<sup>128</sup> para o próximo período e uma troca de sementes. Cerca de 30 pessoas participaram deste encontro, que revigorou os ânimos dos militantes dos grupos, fomentou o autoconhecimento sobre o movimento agroecológico e a busca pelo equilíbrio de gênero e fim das opressões em suas práticas cotidianas.

O ano finalizou com uma grande celebração em movimento: o Bloco da Agroecologia foi às ruas na Marcha Nico Lopes<sup>129</sup> 2015, defendendo uma agricultura realmente sustentável e a transformação social, tendo sido o principal bloco desta edição.

A descrição de ações realizadas no âmbito do Mutirão Ciranda até 2015 expressa uma dinâmica em permanente movimento, marcada por um grande conjunto de atividades, e, portanto, de deveres e responsabilidades “extra-classe”. Para dar conta deste “turbilhão” de eventos e ações, faz-se necessário a divisão de tarefas e a atuação em diversas frentes, assim como num mutirão, em que todos se esforçam em prol de um objetivo em comum, do mesmo modo que os povos originários, comunidades tradicionais e camponesas historicamente fizeram, para ao final, celebrar os frutos do trabalho coletivo.

---

<sup>127</sup> Uma importante atividade corporal e cultural que vem integrando e promovendo a união, a celebração e a harmonia entre os grupos agroecológicos é a Capoeira Angola, que vem sendo crescentemente praticada pelos estudantes ligados a estes coletivos, contribuindo com sua saúde integral e o resgate de práticas tradicionais.

<sup>128</sup> As três ações prioritárias elencadas para 2016 foram: realizar ações em prol das águas de Viçosa (plantio de água, saneamento, SAFs, Rede Nós d'Água), construir cursos de formação agroecológica teórico-práticos, e fortalecer as ações de recepção dos calouros.

<sup>129</sup> A Marcha Nico Lopes é um tradicional evento do movimento estudantil da UFV, existente desde 1929 e proibida em 1967 e retomada em 1979, consistindo em uma marcha festiva e satírica em que os estudantes organizam blocos temáticos acerca de questões críticas, marchando da UFV às ruas de Viçosa. Os grupos agroecológicos tradicionalmente constroem o Bloco da Agroecologia, o que às vezes ocorre de forma mais ou menos organizada, sendo que no ano de 2015 este foi o principal bloco da marcha.

Na atualidade, a vinculação entre iniciativas locais e a construção nacional do movimento dos grupos agroecológicos também se expressa com a idealização e concretização de um sonho: a “Caravana Agroecológica e Cultural – Kombosa me carREGA”<sup>130</sup>, em que Isabela Ladeira e Marília Cucolicchio irão viajar pelo país na kombi Pituca para visitar, registrar e divulgar experiências em agroecologia, contribuindo para a divulgação e consolidação da REGA-Brasil, bem como a formação de novos grupos locais e o diálogo com a sociedade por meio de diversos saberes e serviços a serem trocados. Tal iniciativa, nas palavras de Isabela, reforça o desejo de *“criar projetos ousados, que vão onde seu coração dispara na hora que você pensa neles, em que você vê o seu maior sonho. Parar de ter medo de fazer coisas diferentes, realmente ousar. Eu acho que a Caravana Agroecológica e Cultural Kombosa me carREGA vem disso, dessa motivação de gerar o novo”* (Isabela Ladeira. Agrônoma, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA-Brasil).

Enquanto coletivo permanente de articulação de grupos agroecológicos que possibilita o repasse de informações, trocas de experiências, avaliações, e a proposição de ações em conjunto, o Mutirão Ciranda é mais do que a soma destes coletivos, constituindo-se como um elo que enseja novos processos e dinâmicas educativas. Como frutos deste trabalho colaborativo, novas organizações podem ser originadas pela articulação entre integrantes dos grupos e outros sujeitos, a exemplo do Grupo Alfa de Almoço Vegetariano, da Rede Raízes da Mata, o Grupo de Estudos em Bambu, a OCA e a Rede Nós d’Água, dentre outros.

O adensamento da rede do movimento estudantil-agroecológico em nível local e nacional propiciada pelo Mutirão Ciranda e da unidade na diversidade que este representa, tem contribuído para o avanço da construção do conhecimento agroecológico pelos grupos junto às comunidades, através de práticas de ensino, pesquisa e extensão. Junto a outros projetos e entidades, as organizações estudantis constituem a base do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO) da UFV e possuem o desafio de integrar as dimensões constitutivas da agroecologia e da universidade nesta construção a muitas mãos.

---

<sup>130</sup> Para mais informações e acompanhamento da caravana, acesse: <http://kombosamecarrega.wixsite.com/agroecologia>.

### 5.3 Caminhares Agroecológico-Educativos: Síntese de Percurso

No presente tópico, com base no histórico e características do movimento dos grupos agroecológicos descritos nos capítulos 4 e 5 e nas questões orientadoras elencadas na Tabela 2, procedemos a uma síntese destes elementos. Destacamos a trajetória histórica das práticas educativas dos grupos, de suas pegadas, legados e construção de redes de parcerias, elencando como foco principal de análise o Mutirão Ciranda, tendo em vista o seu caráter agregador dos grupos, ainda que estes mantenham suas características e atividades específicas.

Ao longo de suas quatro décadas de construção, o movimento estudantil-agroecológico da UFV, através de suas práticas educativas, favoreceu a que, de forma extra-curricular, fossem desenvolvidas atividades com um caráter formativo diferenciado ante aos métodos universitários tradicionais de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão. Estas atividades, marcadas pela interação dialógica dos sujeitos participantes, possibilitam a integração entre teoria e prática, o contato com a realidade e tem gerado inovações metodológicas significativas, que favorecem a renovação das práticas educativas alternativas e a superação dos métodos tradicionais.

Tendo em vista a constante evolução das práticas educativas dos grupos agroecológicos e a fim de facilitar a apreensão das principais estratégias pedagógicas e metodologias participativas construídas historicamente, com base na pesquisa realizada, apresentamos na próxima página um esquema (Figura 29) que delimita em quais décadas cada uma destas recursos passou a ser utilizado, destacando em **negrito** quais permanecem em prática até a atualidade.

Temos assim uma perspectiva do avanço do conjunto das principais práticas educativas trabalhadas pelos grupos agroecológicos. Observamos que nos anos 1970, ainda que sem possuir um amplo cabedal metodológico, diversas atividades do Grupo Alfa dialogavam com os princípios e práticas da educação popular, valorizando a participação e a horizontalidade entre os participantes, características estas mantidas pelos grupos até a atualidade. A relação com o Grupo de Estudos de Educação Popular existente na época favoreceu esta orientação dialógica e a incorporação de uma perspectiva educativa crítica ao modelo tradicional. A pegada contracultural do Alfa priorizava as vivências comunitárias e a busca por relações sociais diferenciadas através do trabalho cooperativo no Restaurante e na Comunidade, rompendo com a lógica dominante em nossa sociedade.

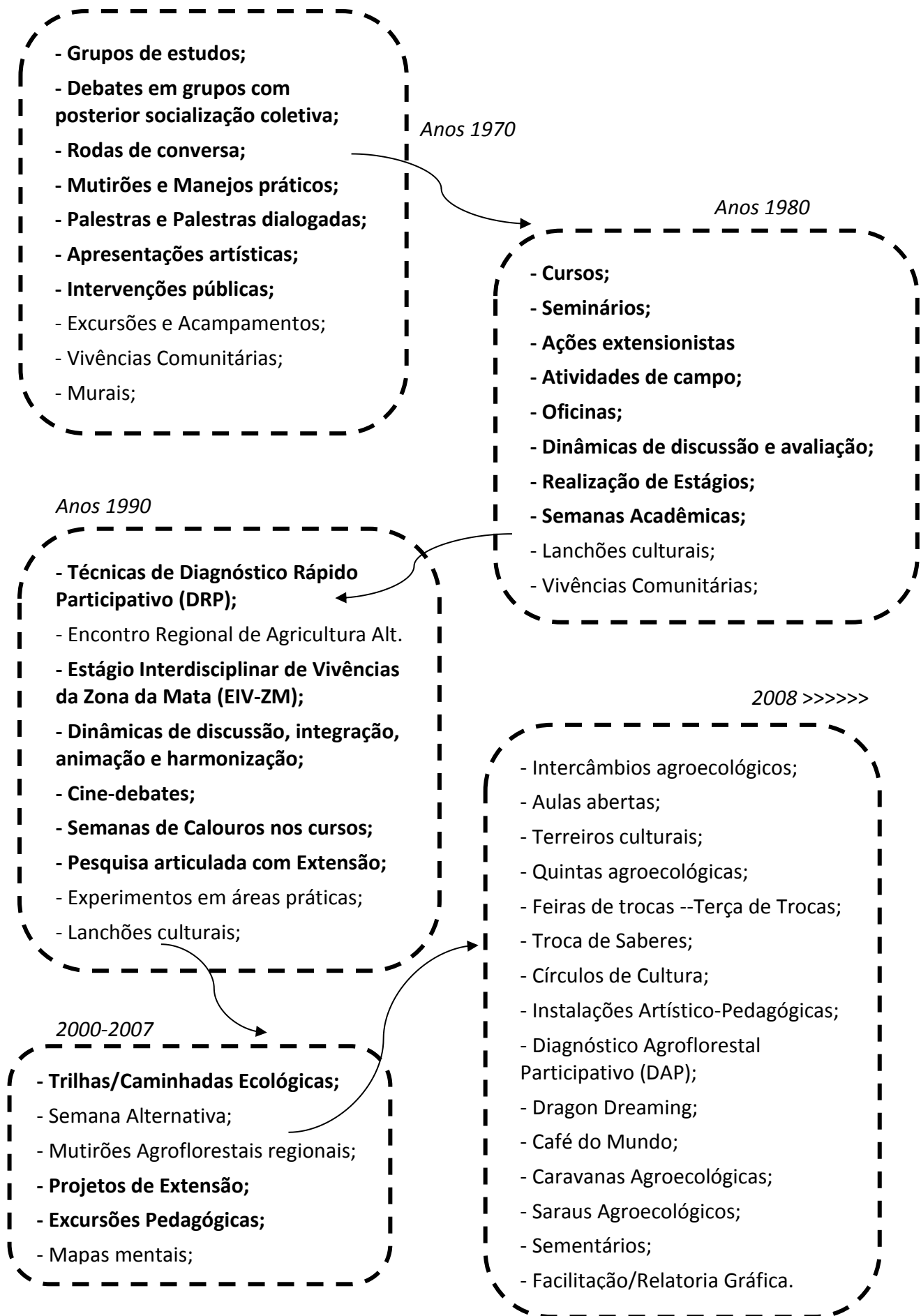


Figura 29: Linha do tempo da evolução das práticas educativas dos grupos agroecológicos da UFV.  
Obs: Em negrito: práticas constantes desde então.

A formação do GAAV, nos anos 1980, marcou a retomada dos estudos e debates no campus e para além deste, com sua pegada extensionista comunicativa e a realização de atividades de assessoria e acompanhamento em parceria com as organizações do campo e o CTA-ZM. Neste sentido, a promoção de atividades formativas e informativas por meio de cursos, oficinas, seminários e atividades de campo contribuíram para o avanço da agricultura alternativa e a construção de uma formação diferenciada aos integrantes do grupo.

Na década de 1990, acompanhando a transição para o enfoque agroecológico, diversas metodologias e técnicas de DRP passaram a ser utilizadas e diversificaram-se ainda mais as dinâmicas de grupo trabalhadas pelo movimento estudantil-agroecológico. A construção do EIV-ZM foi outro marco importante e desde então tem contribuído com a articulação universidade-sociedade e o conhecimento da realidade do campo por parte de estudantes. A atuação do grupo Apêti incorporou a perspectiva da pesquisa junto à extensão em suas atividades de levantamento e sistematização de SAFs na região junto ao CTA-ZM e tanto o Apêti como o GAO retomaram com força a prática e o trabalho coletivo através da atuação em áreas experimentais no campus por meio de mutirões, manejos e experimentos.

No início dos anos 2000 identificamos uma diversidade de práticas educativas que já vinham sendo desenvolvidas desde as décadas anteriores (as quais estão em negrito na Figura 28), somando-se a estas as Trilhas Ecológicas no âmbito do Fórum dos Grupos Alternativos e grandes eventos locais e regionais construídos por este, além da possibilidade de construção de projetos e programas de extensão, a exemplo do TEIA, o que fomentou um intenso processo de experimentação metodológica e interlocução de práticas e saberes entre os projetos e comunidades envolvidas. Já a partir de 2008 reconhecemos uma pluralidade enorme de inovações em termos de estratégias pedagógicas e metodologias participativas, frutos do acúmulo teórico-prático das diversas iniciativas em curso, sua articulação em rede e o estímulo via políticas públicas.

A dinâmica evolutiva das práticas educativas realizadas no território universitário e da Zona da Mata fortaleceu o movimento agroecológico local, pois estas ampliaram sua capacidade de diálogo, reflexão crítica e trabalho a partir da realidade concreta dos sujeitos, com os quais não procuram simplesmente promover transferências de saberes prontos, mas sim sua construção coletiva. Além disto, esta atuação socialmente referenciada possibilita a construção crítica de conhecimentos agroecológicos, ao mesmo tempo em que transformam a realidade das pessoas envolvidas, pois agregam e constroem novos conhecimentos, desconstruindo e reconstruindo saberes, permitindo assim o reencontro, enxergar o outro,



pensar sua saúde, alimentação, transformação esta que se dá aos poucos em um processo de “transição agroecológica” individual (II Sementário, 2015).

Nascido em um contexto de avanços em termos de formulação e implementação de políticas públicas de pesquisa em interface com a extensão para a construção do conhecimento, bem como de inovações metodológicas importantes da rede do movimento agroecológico da Zona da Mata, o Mutirão Ciranda expressa e potencializa estes avanços, procurando disseminá-los tanto em nível local, como nacional ou mesmo internacional<sup>131</sup>. As contribuições metodológicas ao movimento estudantil-agroecológico brasileiro passaram a ocorrer principalmente após o IV ENGA, realizado em 2012, através da experimentação e socialização de metodologias participativas praticadas em Viçosa.

As metodologias experienciadas nas atividades dos grupos e do Mutirão Ciranda são uma tônica que contribuem para que todos os participantes sejam parte do processo educativo, seja através de Círculos de Cultura, Instalações Artístico-Pedagógicas, Diagnóstico Agroflorestais Participativos, Aulas Abertas, etc., que geram momentos de aprofundamento, trocas de conhecimento, trabalhos práticos, a valorização da subjetividade, e criam laços de identidade e solidariedade, favorecendo, inclusive, a renovação de métodos de ensino, pesquisa e extensão. Estas metodologias proporcionam uma revisão de papéis entre os atores envolvidos, sobretudo por atribuir protagonismo aos agricultores nos processos de construção do conhecimento agroecológico, estimulando assim, que ocorra uma reorientação na formação acadêmica e nas formas de intervenção social das instituições oficiais, pois de acordo com Petersen (2012, p. 13):

As iniciativas mais avançadas de reformas institucionais coerentes com a perspectiva agroecológica demonstram que as melhores práticas de ensino em Agroecologia são aquelas que incorporam a pesquisa e a extensão como método pedagógico. Indicam também que as abordagens mais efetivas de pesquisa agroecológica são as que mobilizam as comunidades rurais para o exercício de formulação dos problemas e para o levantamento e o teste de hipóteses para solucioná-los. O bom extensionismo, por sua vez, é aquele que fomenta dinâmicas locais de inovação técnica e sócio-organizativa voltadas à valorização dos potenciais ambientais, econômicos e socioculturais presentes nos territórios rurais.

As atividades educativas dos grupos, ao propiciar que seus membros desenvolvam práticas alternativas, como formas de manejo e cultivo sustentável, permite com que estes os

---

<sup>131</sup> Um exemplo da influência internacional do movimento agroecológico de Viçosa se deu em 2013, quando o estudante Heitor Mancini Teixeira, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA, em intercâmbio pelo Ciência Sem Fronteiras (programa federal de intercâmbios) na Universidade de Wageningen, Holanda, fomentou a realização do primeiro *Farm Experience Internship* (FEI), atividade de extensão inspirada na metodologia dos EIVs, que desde então vem sendo organizado e que vale ainda como créditos optativos na universidade. Mais informações sobre o FEI em: <<https://farmexperienceinternship.wordpress.com/>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

compreendam como uma “grande escola”, onde se aprendem não apenas técnicas, mas inclusive formas de se relacionar com as pessoas, de se organizar, desenvolver projetos, combinar estudo e prática e aprender com os erros e acertos decorrentes (informação verbal<sup>132</sup>). Nesta “grande escola” ou “universidade paralela”, como também é considerada a experiência nos grupos, são adquiridos valores e habilidades que contribuem para o futuro profissional dos participantes, conforme descreve Ladeira et al. (2013, p. 4):

Acredita-se que as vivências proporcionadas pelos grupos em seu aprofundamento em agroecologia, seja em Viçosa ou não, tem garantido uma formação diferenciada para os estudantes que dela fazem parte. Além da formação ética e cidadã, as vivências proporcionam autonomia, autoconfiança, domínio da fala, escrita e ainda, um olhar crítico e investigativo. Atributos estes que auxiliam na vida profissional seja na facilitação de grupos, na extensão rural ou mesmo na academia. Tais vivências são fruto de uma organização extra curricular e simbolizam a passagem por uma “universidade paralela”.

Abordando ainda sobre esta formação distinta que os grupos possibilitam, Isabela reafirma a ideia de que estes formam uma “universidade paralela” construída pelos próprios estudantes, em contato com a sociedade sob uma perspectiva horizontalizada:

*É muito clara a diferença entre – vou pegar a minha área – uma pessoa que se forma em Agronomia, que vem da formação dos grupos e uma pessoa que se forma em Agronomia sem passar por essa formação. Sabe, acho que essa questão educativa vem muito da vivência no campo, do construir de forma horizontal, junto com a comunidade, com os agricultores, jovens, crianças, da área rural, ou da periferia. Acho que é uma formação diferenciada, até mesmo o conhecimento, as influências de leitura que se passa a ter. Fora do grupo de agroecologia quem é que vai falar pra você ler Paulo Freire? Ana Primavesi? Altieri? Ninguém vai falar isso pra você dentro de uma sala de aula. Isso é educação, isso é uma formação diferenciada de nós, estudantes. Então, sem dúvida a minha formação e a dos meus colegas só é o que ela é porque a gente tem essa “universidade paralela”, porque a gente aprende a sentar em roda, a olhar no olho, aprende que numa apresentação você não precisa estar preso a slide. Nós aprendemos o conceito de instalação pedagógica, e qualquer apresentação que vamos fazer levamos vários elementos sensoriais, então, assim, é uma outra formação. (Isabela Ladeira. Agrônoma, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA-Brasil).*

Ao analisarmos os motivos que levaram os estudantes a participarem dos grupos agroecológicos, identificamos que as razões mais comuns, em ordem de importância, foram: a *luta pela agroecologia e ambientalismo*, e as *busca por: espaços alternativos de aprendizagem, articulação entre teoria e prática, construção coletiva de conhecimentos*, e uma *formação profissional diferenciada*. Logo, os grupos são procurados não apenas por sua atuação temática, mas pelo caráter educativo coletivo e diferenciado que esta assume, tendo em vista a insatisfação dos estudantes com os conteúdos e métodos vigentes em seus cursos.

---

<sup>132</sup> Fala do estudante Heitor Mancini Teixeira sobre os grupos agroecológicos para calouros da primeira turma da Licença, em 25 de abril de 2014 na Casa 18.

A pegada da formação diferenciada propiciada pela “universidade dos grupos” se dá em muito através da integração entre teoria e prática em seu cotidiano, diferente do ensino oficial, que prioriza a teoria ante o contato com a realidade. Os resultados da pesquisa realizada mostraram que ao longo da história dos coletivos, a maioria dos participantes afirmou que seus grupos promoviam/promovem o vínculo entre teoria e prática, cerca de 1/3 indicou que seu grupo tinha como foco básico a realização de atividades práticas, e muito poucos apontaram que seu grupo possuía uma atuação centrada na teoria (Figura 30).

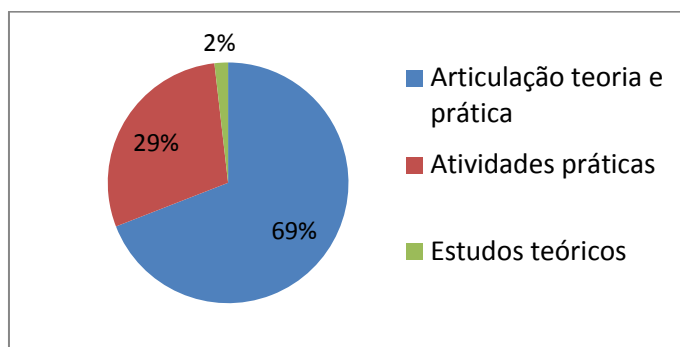


Figura 30: Grau de relação entre teoria e prática nos grupos agroecológicos.

Nos coletivos estudantis agroecológicos, portanto, a construção do saber parte da experiência concreta e da reflexão teórica sobre esta em um movimento contínuo de retroalimentação, que permite uma melhor compreensão de ambas e gera assim o movimento transformador da *práxis*. Conforme Vendramini (2005) aponta, as experiências vivenciadas possuem um caráter formativo muito intenso, que provocam alterações duráveis nos sujeitos participantes de movimentos sociais.

Ao fomentar a construção coletiva entre os grupos que o compõe, seja ao potencializar processos já existentes ou novas iniciativas, o Mutirão Ciranda estimula a pegada da inter e transdisciplinaridade em coletivos formados majoritariamente por estudantes das áreas das Ciências Agrárias e Exatas, cujos cursos são pouco abertos a esta perspectiva, rompendo assim com a excessiva segmentação entre distintas áreas do saber que vigora nas universidades. Segundo Gimenez (2009), por serem compostos por estudantes de diversos cursos, os grupos permitem com que estes trabalhem sobre uma mesma área ou projeto sob uma perspectiva interdisciplinar e à medida que estes grupos vão se estruturando, passam a assumir uma abordagem transdisciplinar, de modo que nesta configuração “cada área do conhecimento além de possuir sua importância pontual pode ser apreendida e trabalhada por

estudantes de outras áreas, favorecendo um novo entendimento e análise da realidade dos estudantes envolvidos” (GIMENEZ, 2009, p. 27). A Figura 31 exemplifica esta dinâmica:

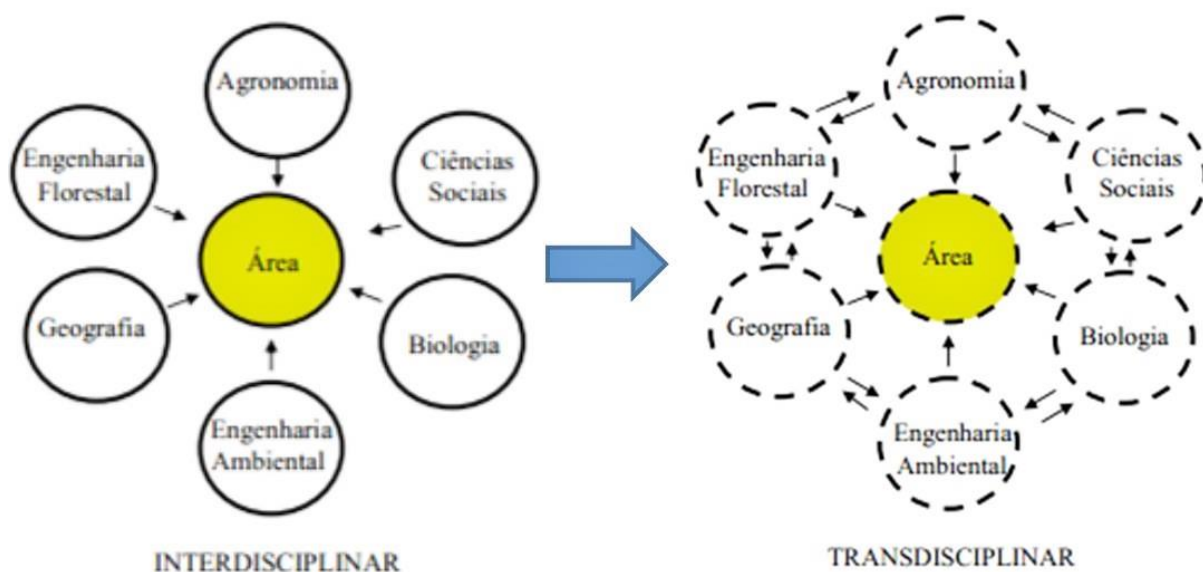


Figura 31: Passagem da abordagem interdisciplinar para transdisciplinar nos grupos agroecológicos.  
Fonte: Adaptado de Gimenez (2009).

Enquanto a interdisciplinaridade está relacionada à intensidade de trocas e colaborações de distintas disciplinas em um determinado processo, de modo que ocorra a comunicação e mesmo modificações das disciplinas em interação, a transdisciplinaridade “diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das disciplinas e *além* de qualquer disciplina” (NICOLESCU apud ANTÔNIO, 2002, p. 11), visando assim à unidade do conhecimento. A matriz epistêmica transdisciplinar, estando ligado ao pensamento complexo, holístico e sistêmico, compreende o real como rede de múltiplas e dinâmicas interações, o que impõe a necessidade da religação entre os campos do saber para a compreensão dos fenômenos (ANTÔNIO, 2002).

As abordagens inter e transdisciplinares são importantes tendo em vista a complexidade dos problemas socioambientais vigentes, pois segundo Morin (2000), a supremacia do conhecimento fragmentado por disciplinas impede que se opere o vínculo entre as partes e a totalidade, devendo ser, portanto, substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, complexidade e conjunto, para assim poder contribuir com a resolução destas problemáticas. O complexo trabalho de integração disciplinar em contato com a realidade ensejado pelo Mutirão Ciranda, tem contribuído para a construção de atividades participativas em espaços não formais e informais de aprendizagens teórico-práticas, assim como na interlocução destes com espaços formais, a exemplo das

Aulas Abertas realizadas pelos coletivos com o apoio de docentes e as ações extensionistas junto a agricultores familiares, conforme destaca Grupioni et al. (2013, p. 5):

Embora a abordagem da agroecologia ocorra essencialmente de forma extra-curricular na universidade, os grupos assumem um papel importante na disseminação e adaptação de técnicas e valores agroecológicos por meio da extensão universitária juntamente à produtoras e produtores rurais da região da Zona da Mata de Minas Gerais. São, portanto, agentes de transformação social à medida que interagem com a sociedade trocando saberes, levando um pouco de reflexões acadêmicas e trazendo experiências empíricas da realidade do campo.

Em termos de extensão universitária, junto às ações em campo, a construção coletiva das Trocas de Saberes anuais vem sendo um dos principais momentos de diálogo com a comunidade por parte dos grupos, que somando forças ao TEIA, auxiliam tanto na logística do encontro, como nos processos de definição temática e metodológicas. Além de colaborar ao longo de todo evento, cada grupo oferece Instalações Artístico-Pedagógicas aos participantes da Troca, de modo que suas temáticas específicas sejam trabalhadas junto a agricultores familiares da região em uma dinâmica de intercâmbios de saberes, de acordo com princípios e dinâmicas da educação popular e ecopedagogia.

As Instalações Artístico-Pedagógicas também tem sido uma das principais metodologias utilizadas nas Aulas Abertas do Mutirão Ciranda em parceria com disciplinas formais da UFV. Nestas aulas, em que os membros dos grupos assumem o papel de educadores e parte do público geralmente é pouco habituada à proposta agroecológica, as instalações vêm sendo um caminho alternativo aos métodos tradicionais de ensino e na facilitação da compreensão dos educandos através de elementos palpáveis. No entanto, Isabela ressalta que as instalações não devem ser banalizadas e utilizadas de qualquer forma:

*As instalações pedagógicas é sempre bom a gente rediscutir o que são, e não cair no automático: “ah vamos fazer uma instalação, tudo que o grupo tem põe aqui”. Não! Por trás de uma instalação pedagógica a gente tem que pensar quais os elementos que a gente quer trazer, o que a gente espera que vai despertar nas pessoas, antes da gente expor o que tá ali colocado, naquele ambiente, a gente instigar que as pessoas vão lá e interajam nesses espaços (Isabela Ladeira. Agrônoma, integrante do Mutirão Ciranda e da REGA-Brasil).*

Assim, conforme Alvim (2013) alerta, cabe ponderar que esta metodologia não pode se reduzir a uma nova roupagem a métodos tradicionais de ensino, mas sim fomentar o seu caráter arte-educativo, reflexivo, instigador, e a participação dialógica dos envolvidos. Logo, junto à criatividade dos proponentes de instalações, outros elementos importantes em sua realização são a adequação de acordo com os objetivos da atividade, tempo e público disponíveis, a fim de qualifica-las e garantir seu caráter educativo e não somente ilustrativo.

Conjuntamente ao avanço das atividades de pesquisa e extensão nas últimas duas décadas, o grau de produção acadêmica e registro de experiências dos grupos também têm avançado. Os dados da pesquisa apontam que no período de atuação dos Grupos Alfa e GAAV, o nível de elaboração acadêmica era reduzido e poucos de seus membros apresentavam e/ou publicavam trabalhos a partir de sua participação no grupo. Já nos grupos agroecológicos posteriores esta relação se alterou significativamente, devido à existência de diversos eventos acadêmicos em que há oportunidade de se relatar experiências, de modo que um grande número de integrantes dos grupos Apêti, GAO, SAUIPE e Animais para Agroecologia elaboram e publicam trabalhos acadêmicos em eventos científicos (Figura 32).

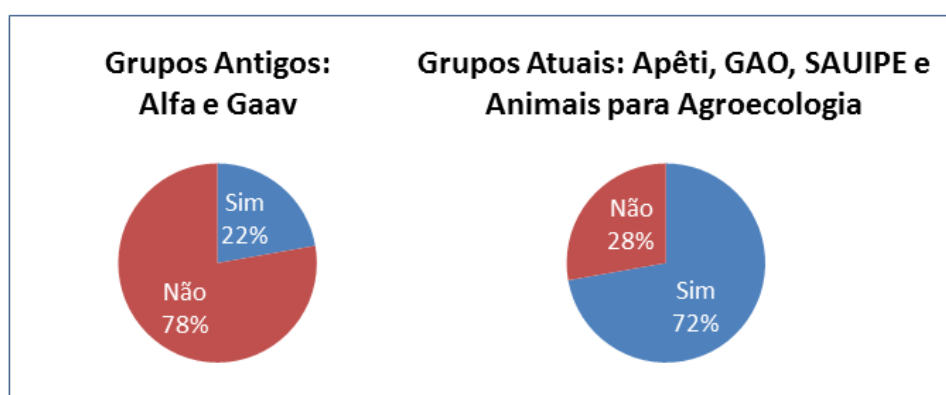


Figura 32: Grau de elaboração de trabalhos acadêmicos nos grupos agroecológicos.

A oportunidade de publicar trabalhos nas áreas de interesse dos grupos e o registro de suas práticas são importantes contribuições para o avanço da ciência agroecológica e a sistematização de experiências resultantes de pesquisa-ações, das metodologias desenvolvidas e de projetos de extensão, o que estimula a integração entre teoria e prática nos coletivos e uma formação ampliada dos estudantes por meio da leitura de autores identificados por cada grupo no capítulo anterior, textos estes pouco disponibilizados em seus cursos.

Sendo o Mutirão Ciranda a articulação entre os diversos grupos de agroecologia organizados na UFV, cada um com suas distintas *pegadas*, podemos afirmar que suas ações integram e/ou potencializam processos de construção indissociável entre *Ensino, Pesquisa e Extensão*, junto à *Ciência, Movimento e Prática* agroecológicas, assumindo um caráter transformador perante as práticas universitárias e agrícolas tradicionais. A Figura 33 expressa as pegadas do Mutirão Ciranda identificadas no decorrer da pesquisa, em articulação com as pegadas de seus grupos.

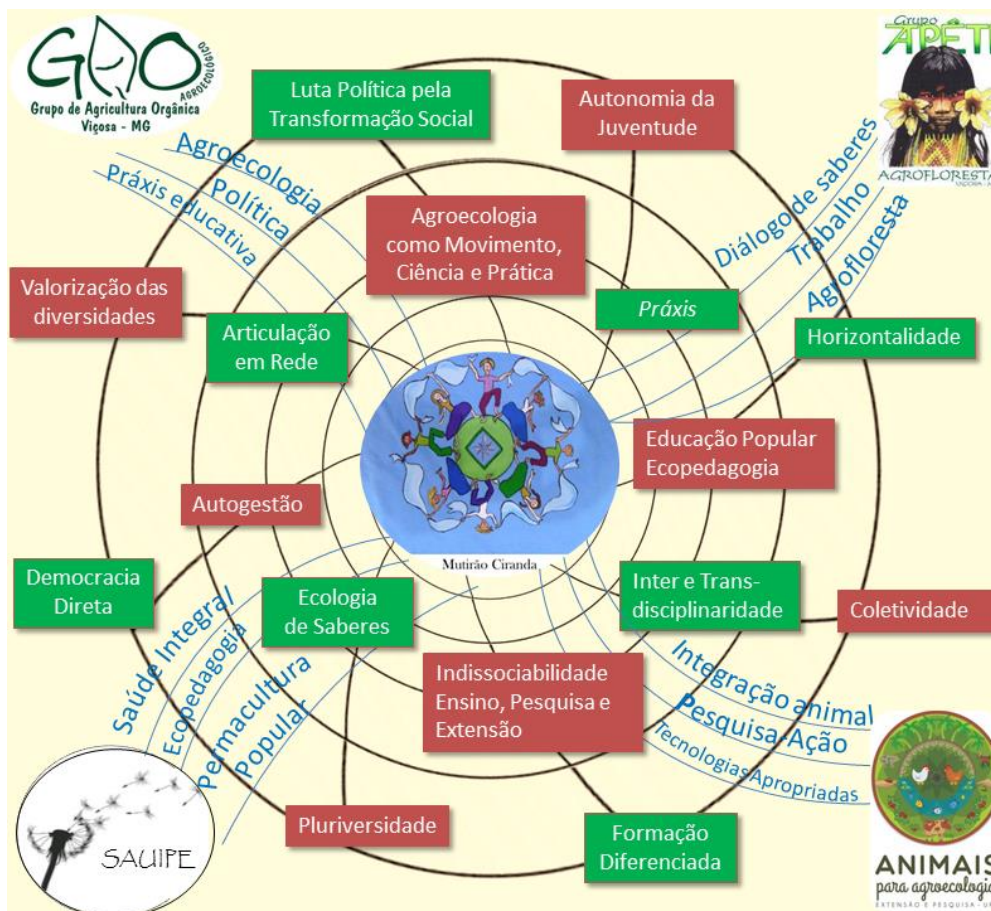


Figura 33: Pegadas do Mutirão Ciranda e dos grupos agroecológicos que o integram.

A pegada do *Movimento Social*, da luta política pela transformação social e da articulação em rede, do nível local ao nacional, fomentam a autonomia da juventude, a coletividade e a autogestão, instigando seu potencial criativo ante os bloqueios do sistema.

Em termos organizativos, da mesma forma que os grupos possuem uma dinâmica horizontal, o Mutirão Ciranda trabalha em rede de forma autogestionada e não possui hierarquias formais estabelecidas, ainda que possam existir integrantes que sejam referências constituídas pelo tempo e intensidade de militância – o que não implica em possuírem mais poder ou direitos do que os demais, pelo contrário, geralmente implica em mais responsabilidades em sua ação enquanto “nó animador” da rede. Isto faz com que sua construção seja um desafio e um processo de aprendizado, de forma que “a cada ano o Mutirão Ciranda avalia e repensa sua dinâmica organizacional e com base nos acúmulos gerados pelos processos de construção coletiva renova e reinventa suas ações” (LADEIRA et al., 2013, p. 4). Esta dinâmica fluida reforça a importância do comprometimento dos grupos na construção do Mutirão Ciranda – que muitas vezes assemelha-se a mais um grupo agroecológico – para que este não perca seu acúmulo histórico e potencial de atuação.



A capacidade de rearranjo e autorregulação são característica das redes sociais, em que a participação é voluntária. A construção de uma organização horizontal de “centro vazio”, ou seja, sem cargos e hierarquias, é um desafio. Para isto, são fundamentais o fomento à solidariedade coletiva e o sentimento de pertença; o respeito à autonomia e as diferenças – o que não implica em ausência de normas e acordos; a desconcentração de poder e a construção de um ambiente de relacionamento comunicativo e democrático, que trabalhe com mecanismos de resolução de conflitos, construção coletiva de consensos e decisão compartilhada (MARTINHO, 2003). A pegada da democracia direta e da diversidade é outra marca presente no Mutirão Ciranda, em sintonia com a perspectiva da construção em rede.

Enquanto polos aglutinadores dos grupos agroecológicos, que por sua vez estabelecem suas próprias redes de relações, o Mutirão Ciranda, em âmbito local, e a REGA, em nível nacional, constituem o que Martinho (2003, p. 38) define como “nós hiperconectores”, que atuam como polos de convergência e irradiação, pois “permitem o surgimento de inúmeras pontes entre outros nós da rede e contribuem ainda mais para a irradiação e o espraiamento da dinâmica da conectividade”. Logo, o melhor atalho para se dialogar com os grupos agroecológicos da UFV e com estes desenvolver ações integradas, é o Mutirão Ciranda, bem como destes definirem entre si atividades em conjunto e/ou com suas parcerias (Figura 34).

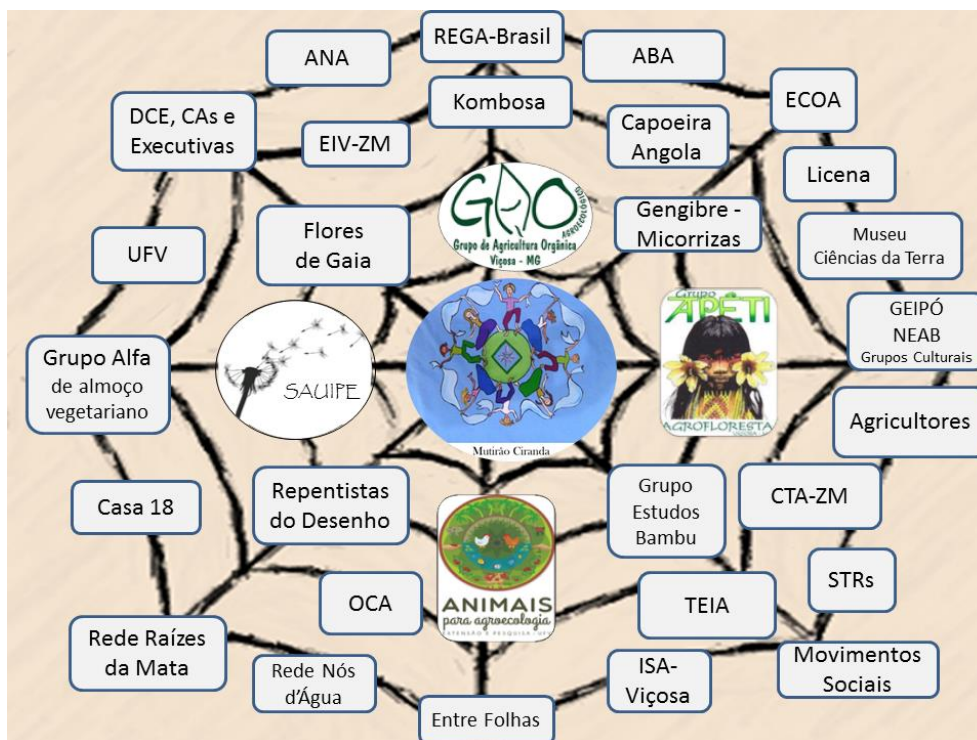


Figura 34: Rede de parcerias do Mutirão Ciranda.



A rede de parcerias do Mutirão Ciranda é expressão de um longo processo de acúmulo de relações forjadas desde a época do Grupo Alfa, construídas junto ao movimento estudantil tradicional e alternativo da UFV e nacional – inicialmente por meio da FEAB e seu Núcleo de Trabalho Permanente em Agricultura Alternativa (NTP-AA), do Fórum dos Grupos Alternativos e do Movimento Cunhambebe no início dos anos 2000, e mais recentemente com os grupos que compõem o Mutirão Ciranda e a REGA-Brasil, além de coletivos culturais locais; com as organizações do movimento agroecológico – através da participação nos EBAAAs, da REDE-MG, e mais recentemente junto à ANA, AMA e ABA-Agroecologia; e dos agricultores e movimentos sociais, por intermédio de práticas extensionistas e ações junto ao CTA-ZM. Inclusive, cabe ressaltar que diversas organizações que atualmente são parceiras dos grupos são legados de sua atuação no passado. A articulação propiciada pelas redes relacionais gera não apenas o acúmulo político em termos organizativos, mas também vivências e trocas de saberes, ampliando a construção do conhecimento agroecológico.

A atuação em rede permite com que diversas ações nacionais do movimento agroecológico sejam construídas em nível local e ao mesmo tempo atividades nacionais recebam aportes da militância de Viçosa, influenciando processos educativos e gerando legados em ambos os níveis. Podemos citar como exemplos desta influência mútua nos anos 1990, o trabalho com DRP por parte do CTA-ZM, que se tornou uma referência, a construção do ERAA-Viçosa centrada nas trocas de experiências e a realização dos EIVs; e nos anos 2000 a aproximação com a permacultura no IPEMA, as participações e realização de Mutirões Agroflorestais regionais por meio do Fórum dos Grupos Alternativos, participação nos ENAs, CBAs, SNEAs, ENGAs, Sementários e construção da REGA, especialmente a partir do IV ENGA, em 2012 na UFV, momento em que o Mutirão Ciranda deu contribuições importantes às práticas educativas e metodologias utilizadas nos eventos e ações da Rede.

Historicamente os grupos agroecológicos tem gerado uma série de contribuições tanto a quem participa destes, como à sociedade de uma maneira geral, o que ocorre tanto pela atuação dos coletivos nos momentos presentes, como pela formação de futuros profissionais que posteriormente atuam nos mais distintos espaços, portando em maior ou menor grau a influência das vivências, aportes e aprendizados obtidos enquanto integravam os grupos. Para além dos legados específicos de cada organização, identificados no capítulo anterior, verificamos em nossa pesquisa quais foram as principais contribuições que estes coletivos, de uma maneira geral, geraram aos seus participantes e à sociedade, especificando-os na Figura 35:

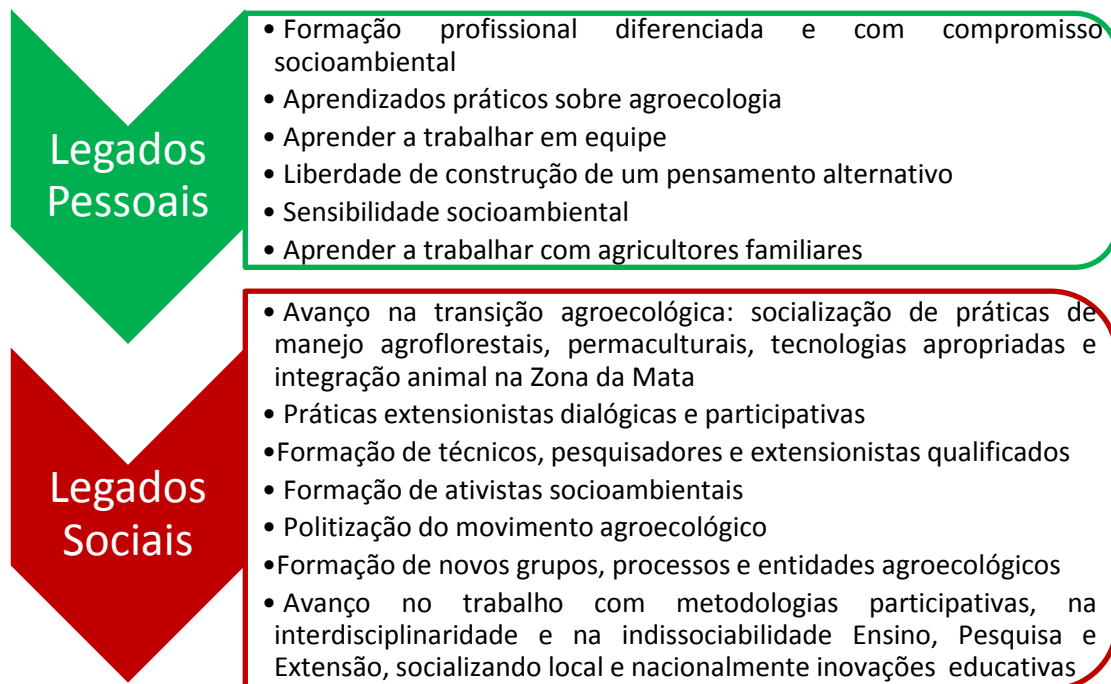


Figura 35: Principais legados pessoais e sociais gerados pelos grupos agroecológicos da UFV.

Verificamos, portanto, a efetividade que a participação nos grupos tem na promoção de uma formação distinta à oferecida pela universidade, possibilitando a aquisição de habilidades técnicas e sociais apropriadas à perspectiva agroecológica, incluindo uma subjetividade atenta à problemática socioambiental, que faz com que muitos ex-integrantes dos grupos participem de organizações da sociedade civil enquanto ativistas e/ou construam novas entidades, projetos e iniciativas. Igualmente, os grupos tem se mostrado organizações com importante atuação junto às comunidades nos processos de transição agroecológica na região, colaborando por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão participativas para a socialização das técnicas e princípios da agroecologia com base nas realidades locais.

Mesmo havendo diversas características positivas, também existem muitas dificuldades para a construção dos grupos agroecológicos que são importantes serem reconhecidas (Figura 36). Estes dados nos permitem averiguar que os principais problemas que afetam os grupos são de ordem externa e interna. Externamente, destaca-se o histórico baixo incentivo e reconhecimento do trabalho dos grupos pela instituição, o que contribui para que sofram com a falta de recursos. Já em nível interno, aparecem problemas organizativos e de mobilização estudantil, como a dificuldade em alcançar um maior número de estudantes, o fluxo e refluxo de participantes, a falta de organização interna e de compromisso de seus participantes, o que sobrecarrega algumas pessoas dos grupos.

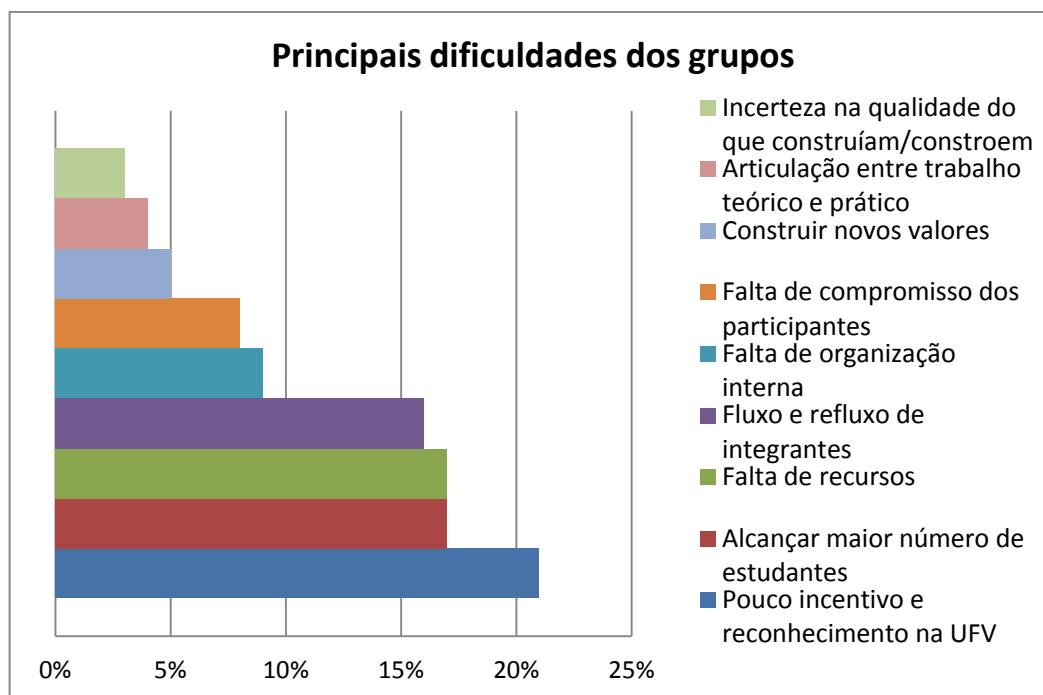


Figura 36: Principais dificuldades enfrentadas pelos grupos agroecológicos da UFV.

As dificuldades externas podem estar relacionadas à disputa de hegemonia existente no interior da UFV, que faz com que propostas alternativas à perspectiva produtivista de agricultura sejam desconsideradas ou mesmo prejudicadas intencionalmente. Quanto aos problemas internos, estes podem corresponder tanto às debilidades internas dos estudantes que compõem os grupos – questão organizativa e de compromisso –, de comunicação com os estudantes em geral e a transitoriedade da condição estudantil, que gera momentos de fluxo e refluxo. Em diversos momentos também existe uma dificuldade dos grupos acompanharem as reuniões do TEIA/ECOIA. Entretanto, cabe observar os motivos que constam como dificuldades irrisórias enfrentadas pelas organizações: os dados indicam que seus membros não possuem dúvidas quanto à qualidade do que realizam; articulam amplamente teoria e prática – confirmando os dados da Figura 30 – e fomentam a construção de novos valores entre seus membros. Ainda assim, é preciso refletir em como desatar os nós que os limitam.

O conjunto de dados e análises acerca das práticas educativas, principais pegadas, legados e parcerias historicamente gerados e estabelecidos pelos grupos agroecológicos, cuja convergência de forças atualmente é expressa no Mutirão Ciranda, nos indicam um caráter emergente e (trans)formador da universidade tradicional. As inovações metodológicas protagonizadas pelo movimento agroecológico favorecem a articulação ensino, pesquisa e extensão e a construção de uma ecologia de saberes, construindo comunidades interepistêmicas mais amplas e democráticas através de redes de partilhas de saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos agroecológicos são um fenômeno social com uma larga história de atuação na UFV, trajetória esta vinculada aos distintos contextos sociais vivenciados na sociedade brasileira e refletidos no cenário local. Tais grupos originam-se em decorrência do antagonismo de uma parcela dos estudantes perante os conteúdos e práticas disseminados pela instituição que, direcionados ao paradigma técnico-científico modernizador e produtivista da agricultura, desconsideram as demandas sociais e ambientais. A organização estudantil nestes grupos, por sua vez, apresenta influências sobre a universidade e a sociedade, ao comporem a base do movimento de agricultura alternativa e agroecológico e contribuírem para a emergência de novos paradigmas, tanto na agricultura como na educação. Logo, se a UFV foi importante artífice do processo de modernização conservadora do campo brasileiro, contraditoriamente, ela também contribuiu com o fortalecimento do movimento agroecológico.

Nesta dissertação procuramos analisar os grupos de agroecologia que, como um segmento social coletivo inserido no contexto da UFV e atuante na disputa de hegemonia na instituição, constituem parcela importante do movimento estudantil e agroecológico brasileiro. Tivemos como propósito sistematizar e analisar as práticas educativas dos grupos agroecológicos, sob uma perspectiva histórica e metodológica, de maneira a caracterizá-los e identificar suas pegadas, parcerias e aportes sociais e formativos aos seus participantes.

Para tanto, a análise dos princípios da educação popular e da agroecologia, ambos pilares importantes na formação dos grupos agroecológicos, constituíram subsídios fundamentais para a compreensão do caráter educativo dos grupos agroecológicos e de suas práticas educativas. A educação popular e a agroecologia representam importantes contribuições às lutas sociais dos povos latino americanos, que assumem a participação, o diálogo e a comunicação como princípios fundamentais na construção do conhecimento e essência de uma educação como prática libertadora (FREIRE, 1987). Essa concepção radical de educação, que considera todos os sujeitos como portadores de saberes, favorece uma compreensão dos movimentos sociais como espaços formativos que, por meio de suas dinâmicas organizativas, lutas e experiências coletivas geram aprendizagens significativas aos seus participantes (CALDART, 2012b; VENDRAMINI, 2005).

No decorrer de sua caminhada, o movimento agroecológico incorporou os princípios da educação popular, de modo a extrapolar os espaços formais de ensino e construir relações pedagógicas a partir da realidade dos sujeitos, incluindo as dimensões educativas não formais e informais. Neste sentido, a concepção comunicativa de extensão, proposta por Freire (1983), orienta as práticas extensionistas agroecológicas, nas quais os técnicos enquanto educadores assumem uma abordagem dialógica que, contraria a posturas difusionistas, autoritárias e de invasão cultural, buscam junto as populações do campo construir sínteses culturais por meio de processos de integração de saberes, o que contribuiu para a superação da perspectiva de transferência tecnológica pelos processos sociais de inovação agroecológica (VILLAR et al., 2013). A importância da interação dialógica também fomentou o uso de metodologias participativas, seja em espaços formativos ou em momentos organizativos da rede do movimento agroecológico, pois a comunicação entre os sujeitos e organizações possui um caráter estruturante na organicidade e atuação concertada das redes sociais (MARTINHO, 2003).

As análises em torno dos grupos agroecológicos da UFV nos revelam que, no meio universitário, as abordagens agroecológica e participativa procuram superar barreiras consolidadas no *modus operandi* acadêmico, tais como a fragmentação de saberes, o distanciamento da realidade social, a deslegitimação dos conhecimentos populares e a monocultura de saberes, principalmente na área das Ciências Agrárias. Nesse aspecto, é importante destacar que a UFV, uma instituição historicamente pautada pela perspectiva agropecuária produtivista, tende a direcionar suas dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão em consonância a este paradigma.

Todavia, a resistência a este processo passou a ocorrer com o início do movimento ecológico na UFV, por meio do Grupo Alfa, que pautava a preservação da natureza e uma formação ambientalmente orientada. Assim, frente aos impactos da modernização conservadora do campo, a conexão entre ecologia, contracultura, alimentação natural e questão agrária estimulou o surgimento do movimento de agricultura alternativa na instituição, no início dos anos 1980, sendo a extensão universitária, um importante espaço de atuação e interlocução com as famílias agricultoras camponesas e os movimentos sociais, especialmente com a adoção do enfoque agroecológico, a partir da década de 1990.

Majoritariamente estudantis em seus primeiros anos, tais setores críticos na UFV desenvolveram experiências, acumularam forças e firmaram parcerias – tendo o CTA-ZM, oriundo da Comunidade Alfa, como um importante aliado –, de modo a realizar projetos e

programas de extensão nos anos 2000, a exemplo do Programa TEIA, que integra dinâmicas de renovação de ensino e de pesquisa-ação, em uma perspectiva transformadora, segundo as atuais diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (MOREIRA et al., 2013). Assim, no decorrer da trajetória dos grupos agroecológicos, verificamos o recurso constante às metodologias participativas como forma de viabilizar o intercâmbio de ideias entre os sujeitos, metodologias estas que, a despeito dos processos de atualizações e mudanças, tem no diálogo o instrumento mediatizador das interações de modo transversal a todas as estratégias pedagógicas e metodologias participativas utilizadas.

É importante destacar que, nesses processos, estudantes cumpriram um papel ativo, através de sua organização em entidades tradicionais e alternativas, sendo os grupos de agroecologia espaços de atuação intersetorial entre os movimentos sociais estudantil e agroecológico. Diversas pegadas e elementos em comum marcam a configuração destes coletivos, que em maior ou menor grau, envolvem: uma perspectiva socioambientalista, que contraria a ideia da natureza intocável, concebe a possível integração entre seres humanos e natureza; a organização autogestionada, horizontal e o trabalho colaborativo em rede, que articulados em nível local por meio de iniciativas como o Fórum dos Grupos Alternativos e o Mutirão Ciranda, potencializam intervenções em âmbito nacional, a exemplo, da construção do Movimento Cunhambebe e da REGA-Brasil; a ligação com demais entidades do movimento estudantil e do movimento agroecológico; um posicionamento crítico perante a sociedade, a agricultura e a educação, o que gera uma postura alternativa em muitos de seus integrantes em termos culturais e na adoção de hábitos alimentares naturais; o trabalho prático com tecnologias sociais, em áreas experimentais e/ou diretamente com as comunidades; uma composição interdisciplinar, envolvendo estudantes de diversos cursos; a realização de práticas de ensino, pesquisa e extensão que favorecem a construção do conhecimento agroecológico sob um viés participativo e não convencional, articulando saberes científicos e populares; e a *práxis*, viabilizada pela articulação entre teoria e prática sob um viés transformador em todos os grupos analisados.

As motivações que levam os estudantes a ingressarem nos grupos agroecológicos revelam que os grupos são reconhecidos por seus membros como sendo espaços educativos nos quais, através do protagonismo estudantil, são construídas atividades formativas extracurriculares e participativas, capazes de suprir lacunas dos cursos. Sob essa perspectiva, podemos considerar que os grupos agroecológicos configuram alternativas aos processos

tradicionais de ensino-aprendizagem e que, muitas vezes, promovem uma ressignificação da formação realizada pelos sujeitos na universidade.

A busca por espaços e processos de formação coletiva indica, ainda, uma insatisfação dos estudantes envolvidos nos grupos com os processos de ensino, pesquisa e extensão vivenciados na universidade, seja pelas metodologias tradicionais ou pelo direcionamento à lógica do mercado e do agronegócio. Assim, a procura por outros espaços de aprendizagens emergem como um processo de resistência de muitos estudantes, impulsionando-os a construir um itinerário formativo próprio, que possibilita novos sentidos e estímulos para a manutenção de vínculos com a universidade.

Esse fato de muitos estudantes não se adaptarem aos padrões culturais dominantes na academia, por sua vez, favorece com que muitas vezes sejam vistos como pessoas diferentes, críticas e questionadoras, ou mesmo através de lentes marcadas por preconceitos e estereótipos que revelam a existência de processos mais amplos, cuja essência advém da disputa de diferentes projetos de agricultura e de sociedade no interior da universidade, na qual ainda é majoritária a perspectiva do agronegócio.

Apesar dos preconceitos e de outras dificuldades, a participação estudantil em processos e espaços educativos auto-organizados, com caráter mais horizontal e interativo, apresenta contribuições importantes tanto para a formação profissional, quanto para trocas de saberes, construção de identidade coletiva, formação de laços de solidariedade, “construção e reconstrução de concepção(s) de mundo e sobre o mundo” (GOHN, 2006, p. 4), entre outros.

Acrescente-se, ainda, que a abordagem da agroecologia, ao ensejar uma prática educativa interdisciplinar, em contato com a realidade, articuladora entre teoria e prática, bem como entre os saberes acadêmicos e populares, tem gerado aprendizagens significativas a uma parcela de estudantes da UFV. Os relatos de antigos e atuais integrantes dos grupos agroecológicos, são convergentes na afirmação de que a participação nestes coletivos são de grande importância aos mesmos, que muitas vezes se dedicaram/dedicam tanto ou mais a esta “universidade paralela”, sob uma perspectiva holística e co-gestionária, na qual foram/são educandos e, ao mesmo tempo, educadores em formação. Uma “universidade em movimento”, cujo conteúdo principal da formação é a ciência e a prática agroecológica, a partir de ações de ensino, pesquisa e extensão que convergem e, em muitos momentos se confundem através do diálogo e da articulação entre ação e reflexão, gerando uma *práxis* transformadora de vidas e de realidades. Uma “universidade dos grupos” que, procurando romper com dicotomias entre o popular e o acadêmico, busca integrar conhecimentos

científicos e saberes empíricos acumulados ao longo de gerações de agricultores e povos tradicionais.

Neste processo, o itinerário formativo dos grupos apresenta preocupação com o uso de metodologias participativas, tanto nas ações internas aos coletivos, quanto naquelas integradas junto às famílias agricultoras. Esta preocupação gerou, ao longo da história dos grupos, a aproximação com o Departamento de Educação da UFV e a incorporação dos princípios da educação popular em suas práticas educativas, orientados para gerar processos dialógicos a partir da realidade e sua problematização, bem como com o entendimento de que educandos, educadores, técnicos e agricultores são sujeitos cognoscentes que aprendem em comunhão.

Assim, princípios como diálogo, autonomia, participação, construção coletiva do conhecimento, partilha de saberes e empoderamento social, fazem-se presentes de forma transversal nas práticas educativas dos grupos. E nessas práticas, a interface entre agroecologia e educação popular tem possibilitado o desenvolvimento de inovações significativas, com estratégias pedagógicas e metodologias diversas. Neste sentido, podemos identificar uma trajetória que surge nos anos 1970, quando o Grupo Alfa deu início a atividades de debates em grupos e mutirões; passando pelos anos 1980 com o início de práticas extensionistas, oficinas e cursos junto com agricultores, bem como as técnicas de DRP e o EIV-ZM nos anos 1990; chegando aos anos 2000, quando inicia-se uma dinâmica de inovações metodológicas no movimento agroecológico de Viçosa e região, com os Intercâmbios Agroecológicos, Trocas de Saberes, Instalações Artístico-Pedagógicas, Círculos de Cultura, Quintas Agroecológicas, Aulas Abertas, dentre outros, que tem contribuído para construção do conhecimento agroecológico e a formação de estudantes.

A atuação dos grupos estudantis de agroecologia, além de desdobramentos na forma como seus membros se relacionam com o conhecimento, também influencia a própria dinâmica da instituição, na medida em que estes elaboram projetos, buscam financiamentos, realizam intervenções públicas, ocupam espaços e estabelecem parcerias com outros setores, como docentes, servidores e demais entidades estudantis, fortalecendo a rede agroecológica local. Assim, a atuação dos grupos é concomitantemente paralela e integrada à UFV, em uma constante relação dialética de diálogo e de tensão com a institucionalidade, que ao mesmo tempo que potencializa – com recursos –, limita suas ações – com prazos, relatórios, disciplinas e presença obrigatórias –, e leva os grupos a construir redes de apoiadores para fortalecer sua intervenção no sentido de fomentar a transformação da própria universidade.



Os grupos tem consciência de que para a agroecologia avançar na universidade são necessárias profundas reformulações, que passam pela superação de métodos pedagógicos tradicionais, a exemplo da educação bancária e desvinculada da prática, bem como da excessiva segmentação vigente no tripé ensino, pesquisa e extensão e entre as distintas áreas do saber. O conjunto do movimento agroecológico da UFV e região, contando com o protagonismo dos grupos agroecológicos, vem pautando esta perspectiva através de suas iniciativas, o que tem contribuído para a renovação de métodos educativos e o fomento à dinâmicas locais de inovação agroecológica, trazendo aportes importantes para a própria universidade rever suas práticas.

Especificamente em relação às dimensões universitárias, a atuação dos grupos tem se desenvolvido no âmbito do *ensino* por meio dos processos de geração de espaços e metodologias educativas participativas; na *pesquisa*, com a realização de investigações participativas em diálogo com as comunidades; e na construção de projetos de *extensão* orientados por uma postura comunicativa, em parceria *com* os sujeitos sociais e não *para* estes. A atuação dos grupos tem promovido uma maior articulação entre esta tríade, especialmente a partir da extensão universitária.

Nesse aspecto, cabe destacar que a prática extensionista na UFV obteve um grande impulso na última década através de políticas públicas, processos de maior articulação entre os agentes do movimento agroecológico local e de significativas inovações metodológicas que tem potencializado a construção da agroecologia na região.

Este processo de construção coletiva, seja no âmbito da UFV ou junto à sociedade, demonstra a possibilidade de construção de práticas e conhecimentos emancipatórios no interior de instituições regulatórias (SANTOS, 2007). Assim, de forma paralela, mas ao mesmo tempo integrada à universidade, os grupos realizam práticas que contribuem com a perspectiva da superação da monocultura de saberes hegemônica na UFV, colocando-se como espaços de resistência que caminham na perspectiva da construção de uma ecologia de saberes e de uma *pluriversidade*, na qual racionalidades historicamente desconsideradas pelas universidades são valorizadas e colocadas em diálogo, por meio da pesquisa-ação junto às comunidades e suas organizações, da interdisciplinaridade, da articulação ensino-pesquisa por meio da extensão, bem como da integração com a educação pública básica (SANTOS, 2005).

Ao longo deste trabalho também procuramos identificar quais foram os principais legados sociais e aportes à formação pessoal e profissional dos grupos agroecológicos aos seus integrantes. Identificamos que a perspectiva do trabalho coletivo interdisciplinar dos

grupos e em contato com a agricultura familiar favorece uma formação que possibilita um entendimento mais aprofundado e crítico da realidade, uma atuação profissional em equipe e coerente com um caráter não apenas técnico, mas humano e social. Além disto, a atuação nos grupos gera aprendizados teórico-científicos diferenciados e proporciona a formação de profissionais capazes não apenas de reproduzir técnicas, mas de desenvolver ações originais e transformadoras, através de uma perspectiva reflexiva e criativa. Estes dados atestam que por meio da participação nos grupos agroecológicos obtém-se uma formação profissional diferenciada frente ao que a UFV oferece.

Quanto aos legados sociais dos grupos agroecológicos, estes ocorrem através da formação de profissionais que contribuem com o avanço da agroecologia seja enquanto técnicos capacitados, pesquisadores e extensionistas, e/ou mesmo enquanto ativistas sociais, pois a maioria dos ex-integrantes dos grupos participam de ONGs, movimentos sociais, sindicais ou populares, em sua maioria na área ambiental e agroecológica. Junto à formação de profissionais e ativistas, de modo geral a atuação dos grupos também têm gerado contribuições importantes: ao avanço da transição agroecológica na Zona da Mata mineira, por meio da atuação direta junto às comunidades sob uma perspectiva dialógica que tem contribuído para difundir e multiplicar uma diversidade de práticas agroecológicas, por meio de redes de aprendizados; no estímulo à formação de novos grupos, entidades e processos sociais; e no trabalho e experimentação em metodologias participativas que favorecem a interdisciplinaridade e a articulação das dimensões do ensino, pesquisa e extensão, difundindo nacionalmente as inovações educativas.

Estes dados são indicativos de que os grupos agroecológicos geram contribuições significativas à agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, bem como constituem atores sociais estratégicos na construção, formação e renovação permanente do movimento agroecológico. Tais legados e contribuições estão relacionados às *pegadas* de cada organização e do Mutirão Ciranda, sendo indicativos das marcas e características dos grupos em sua trajetória histórica.

Identificamos que de uma forma geral, as pegadas do Mutirão Ciranda estão relacionadas centralmente a uma matriz da *práxis educativa*, por meio da educação popular, ecopedagogia, inter/transdisciplinaridade, ecologia de saberes, indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, formação diferenciada e pluriversidade; a uma matriz da *autonomia da juventude*, através da horizontalidade, coletividade, autogestão, democracia direta, articulação em rede e a luta política pela transformação social; e a matriz da *transição agroecológica*

viabilizada pelas vertentes dos grupos nas áreas da agroecologia, agroflorestas, permacultura, saúde integral, tecnologias sociais apropriadas e integração animal na agroecologia.

As pegadas específicas de cada grupo, correspondentes às principais temáticas trabalhadas por estes e as formas como as viabilizam, se articulam e integram no Mutirão Ciranda, potencializando dinâmicas formativas, organizativas e agroecológicas sob uma perspectiva integrada e multirrelacional, com base no protagonismo dos estudantes.

Finalizando, na UFV, os grupos de estudantes historicamente compõem a base do movimento agroecológico na instituição que, desde a época da fundação do Grupo Alfa que com sua vibração inicial segue ecoando na realidade atual, como uma flor que dispersou frutos e sementes gerando novos ciclos, flores e frutos, numa diversidade de grupos agroecológicos auto-organizados que, na atualidade se articulam no Mutirão Ciranda e ecoam vibrações nos níveis local e nacional. Avançar e consolidar as práticas que promovam a construção da agroecologia e da relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão são desafios permanentes junto aos parceiros, principalmente no contexto atual de consolidação do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA) junto ao Programa TEIA, os quais contam com o protagonismo estudantil para avançar na articulação de práticas e saberes e na resistência à escalada antidemocrática que atinge o país e a América Latina, afinal sem democracia não é possível haver agroecologia.

Os grupos agroecológicos gestam processos renovadores de ensino sob um enfoque holístico e contribuem com a formação de seus membros em meio ao cruzamento entre espaços não formais, formais e informais de trocas e aprendizagens, trabalhando temáticas pouco abordadas nos currículos oficiais através de metodologias participativas. Neste sentido, a vivência grupal, a interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática propiciam o desenvolvimento de uma formação integral e socialmente referenciada, bem como o desabrochar do potencial criativo dos estudantes envolvidos, configurando novas *práxis* educativas no interior do mundo universitário e para além deste, por meio de uma ação extensionista dialógica junto às comunidades e movimentos sociais e da socialização destas práticas junto à rede do movimento agroecológico brasileiro. Logo, nestas redes e ambientes de interação e construção do conhecimento agroecológico, não se está apenas contribuindo com a formação de seus participantes, mas sim, gestando e configurando novas *práxis* e uma nova cultura acadêmica, que avançam em sentido inverso ao projeto societário e educacional hegemônico, tendo por base a educação como uma prática democrática e libertadora e a construção do *bem viver*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[ABRASCO] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 – Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

[ANA] Articulação Nacional de Agroecologia. **Anais do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).** Rio de Janeiro: ANA, 2014.

AFONSO, Maria Lúcia M. **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. Educação em Agroecologia – que formação para a sustentabilidade? **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Rio de Janeiro, v.7, n.4, p. 4-5, dez. 2010.

ALMASSY JUNIOR, Alexandre Américo. **O Programa Fitoverde e o Grupo Entre Folhas: a fitoterapia nas esferas governamental e não-governamental.** 2000. 125 f. Dissertação (Mestre em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2000.

ALMEIDA, Sílvio Gomes de; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Angela. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola.** 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Debora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. In: **Novos Estudos CEBRAP**, v. 79, 2007. pp. 151-167.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3. ed. rev. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALVIM, Mayara Helena. **Instalações Pedagógicas: experimentos de um conceito em construção.** 2013. 41 f. Monografia (Curso de Bacharelado em Dança) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

ANDERSON, Anthony B.; POSEY, Darrel A. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Vol. 2, n. 1, p. 77-98, dez. 1985.

ANDRADE, Andriza. M. T.; BELO, Jordana Diógenis. **Fé na Terra** – documentário sobre a Troca de Saberes 2011. 2011. 59 f. Monografia (Curso de Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. O movimento agroecológico como espaço de educação. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 100 [S.l.], p. 27-38, set. 2009.

ANTÔNIO, Severino. **Educação e Transdisciplinaridade: crise e reencantamento da aprendizagem.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BARBOSA, Willer Araújo. et al. Programa Teia - trocando saberes e reinventando a universidade. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p. 7-11, set. 2013.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formação do discurso da agroecologia no MST.** 2010. 138 f. Dissertação (Mestre em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

BEVILACQUA, Paula Dias. **Produção animal integrada a sistemas de produção agroecológicos e orgânicos na agricultura familiar.** Viçosa MG: FAPEMIG, 2010. 9 p. Relatório final.

BORGES, Juliano Luis. **A transição do MST para a agroecologia.** 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa participante.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

[CAISAN] CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada:** tradução do relatório de Olivier de Schutter, relator especial da ONU para o direito à alimentação, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos: décima sexta sessão. Item 3 da agenda “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento”. Brasília, DF: 2012. [Caderno SISAN 01/2012]. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/LIVRO\\_SISAN2\\_web.pdf](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/LIVRO_SISAN2_web.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a. p. 259-267.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do movimento. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b. p. 548-555.

\_\_\_\_\_. **Escolas do campo e agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Porto Alegre, 2016.

CAMPOS, Andreia da Silva Lauca. **Fábio Luz e a pedagogia libertária:** traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938). 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **Redes sociais, organizações e políticas públicas:** interfaces na agricultura do Município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2014.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. cap. 4, p. 81-92.

CANUTO, Vera Regina Albuquerque. **Políticos e educadores**: a organização do Ensino Superior no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAON, Kyvia Gregório. **Caminhos para a Permacultura Popular**: Experiência de formação do Grupo SAUIPE – Saúde Integral em Permacultura. Monografia (curso de Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.3, n.4, p. 28-32, dez. 2006.

\_\_\_\_\_; CAMPOS, Ana Paula Teixeira de; DUARTE, Edivania Maria Gourete. **Na sombra de minhas árvores**: Sistemas Agroflorestais e Agricultura Familiar na Zona da Mata de Minas Gerais. Cartilha. Viçosa: CTA e DPS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fortalecendo as experiências agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa MG: Edital 36/2007/MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN; 2011. 56 p. Relatório final.

\_\_\_\_\_. **(Agro)Ecologia dos Saberes na Zona da Mata mineira**. Viçosa MG: Edital 58/2010/MDA/SAF/CNPq; 2013, 14 p. Relatório final.

CARVALHO, Anôr Fiorini de et al. Agricultura Urbana: alternativa de segurança alimentar e geração de renda, Viçosa, MG. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, 2, 2004, Belo Horizonte: 2004.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, pesquisa e extensão**: origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, MG, 2015.

[CBICCA] Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Ciências Agrárias, XIV. **Anais**. Viçosa: 1995.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática**: uma metodologia para sistematização de experiências. Brasil: AS-PTA, 2007.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. **ONGs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato**: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata de mineira. 1996. 385 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. 2. ed. rev. ampl. Viçosa, MG: Suprema, 2014.

CRUZ, Nina Abigail Caligiorne. **Mutirão Ciranda...** como tudo começou [mensagem pessoal, compilação de relatorias e repasses]. Mensagem recebida por pedro.aesm@gmail.com em 07 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. et al. A agroecologia em apoio às Cidades em Transição: relato de experiência de Viçosa-MG. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**, 7, 2011, Fortaleza: ABA, 2011.

\_\_\_\_\_. TEIA. Relatório interno de bolsista, 2009.

\_\_\_\_\_. CEP. Relatório de estágio, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EHLERS, Eduardo. Agricultura alternativa: uma perspectiva histórica. In: **Revista Brasileira de Agropecuária**, ano 01, n. 09, p. 24-37, 2000.

FAGUNDES, Alessander Von Wagner et al. O processo de organização dos grupos de agroecologia no Brasil. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 8, No. 2, Nov. 2013.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Sistematização... Juntando cacos, construindo vitrais. In: **O que é sistematização? Uma pergunta. Diversas respostas**. Cadernos de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). n. 1. São Paulo: 2000. p. 14-27.

FERNANDES, Raphael Bragança Alves et al. **ECOAr práticas, ciências e movimentos**. Viçosa MG: Edital 81/2013 MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq; 2013. 40 p. Projeto de manutenção de um Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

[FGA] FÓRUM DOS GRUPOS ALTERNATIVOS. **Dossiê Núcleo dos Grupos Alternativos**, UFV, 2000.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 66 p. 2011.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2. impressão. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FRAGA, Alícia Zem et al. Criação animal na transição agroecológica: aprofundando reflexões e intervenções em manejo nutricional e sanitário e na comercialização de produtos de origem animal. In: **SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA**, SIA, 2015, Viçosa.

FRAGA, Paulo Denisar. Juventude e cultura: identidade, reconhecimento e emancipação. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 75, ago. 2007. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/075rea.htm](http://www.espacoacademico.com.br/075rea.htm)>. Acesso em: 05 set. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para liberdade** e outros escritos. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Aroldo Felipe de et al. Produção animal integrada aos sistemas agroflorestais: necessidades e desafios. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 30-35, jul. 2009a.

\_\_\_\_\_ et al. “Vacas para o Café”: produção animal em propriedades agroecológicas. In: **Revista Brasileira de Agroecologia** [Resumos do VI CBA e II CLAA], vol. 4, no. 2, nov. 2009b.

FREITAS, Dayana Gonzaga Souza e. **A extensão universitária e sua contribuição para a formação profissional e cidadã**. 25 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 750-757.

FURQUIM, Tatiana Weckeverth. **Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA): dos primórdios à contemporaneidade**. 2014. 32 f. Monografia (Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2014.

FURTADO, Silvia Dantas Costa et al. “Animais para a Agroecologia”: potencializando a criação animal em propriedades familiares em transição agroecológica. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 8, No. 2, Nov. 2013.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. In: **Proposta**, revista trimestral de debate da FASE. [S.l.], n. 113, p. 21-27, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. **Proceedings**... Associação Brasileira de Educadores Sociais, Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável. In: [CLACSO] Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires, 2001.



GAIA EDUCATION. **Educação para o Design de Ecovilas**. Curriculum. Versão 5. 2012.

GALINARI, Tiago Nogueira. **Interesses públicos e privados nos discursos e nas rotinas dos pesquisadores do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa-MG**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2010.

GIMENEZ, Bruno Oliva. **Grupos estudantis de agricultura alternativa de Viçosa-MG**. 2009. 49 f. Monografia (Curso de Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 2009.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Agroecology: a global movement for food security and sovereignty. In: FAO [Food and Agriculture Organization of the United Nations]. **Agroecology for food security and nutrition: proceedings of the FAO International Symposium (18-19 September 2014, Rome, Italy)**. p. 1- 13. FAO: 2015.

GODOY, Tainah et al. Experiências agrofloretais na Zona da Mata mineira – o grupo Apêti. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**, 7, 2011, Fortaleza: ABA, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação não-formal na pedagogia social. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, 1., 2006. **Proceedings...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

GOMES, Carolina Rodrigues et al. Programa TEIA: Tecendo a Rede de Economia Solidária. **Revista Brasileira de Agroecologia** [Resumos do V CBA], vol. 2, no. 2, out. 2007.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108.

GONDIM, Sonia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paidéia. Cadernos de Psicologia e Educação**, [S.l.] v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002.

GRUPIONI, Christina Maria de Freitas et al. Apêti: uma experiência de formação em grupos agroecológicos. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA**, 1, 2013, Universidade Federal de Pernambuco.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.
- JACOB, Luciana Buainain. **Agroecologia e universidade**: entre vozes e silenciamentos. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
- JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.). **Patrimônio Ambiental**. EDUSP, 2003.
- JESUS, Eli Lino. Histórico e filosofia da agricultura alternativa. **Proposta**, experiências em educação popular. Rio de Janeiro, n. 27, p. 34-40, nov., 1985.
- LADEIRA, Isabela F. da Silva et al. Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica: formação diferenciada de estudantes universitários. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 6, No. 2, Dez. 2011.
- \_\_\_\_\_ et al. Mutirão Ciranda: contribuindo na consolidação da agroecologia fora das salas de aula. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 8, No. 2, Nov. 2013.
- LEISA [Editorial da Revista]. Sistematização para a mudança. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 6-8, jul. 2006.
- LOPES, Eduardo Simonini. **Praticantes de mundos**: a invenção de cotidianos discentes em uma universidade. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- LUTZENBERGER, José A. K. **A ética da sobrevivência**. Santa Maria: 1974.
- MACHADO, Diogo Faria et al. Sauipe – saúde integral em permacultura. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 8, No. 2, Nov. 2013.
- MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais**. 2006. 161 f. Tese (Doutor em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.
- MARTINHO, Cássio. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- MEDEIROS, Jenifer Cristine. **A formação de agricultor@s/educador@s e o uso de metodologias participativas**. 38 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, 2006.
- MEIER, Martin. **Teia**: compartilhando saberes populares e acadêmicos. 2009. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=801>>. Acesso em 12 dez. 2015.

MEIER, Martin et al. Sistemas Agroflorestais na Zona da Mata de Minas Gerais: entendendo o uso de árvores em pastagem. In: **Revista Brasileira de Agroecologia** [Resumos do VI CBA e II CLAA], vol. 4, no. 2, nov. 2009.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2013.

MENEZES, Daniel Santos; SIENA, Osmar. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. Salvador, v.17, n. 54, p. 479-498, Julho/Setembro, 2010.

MENGEL, Alex Alexandre et al. Estágios interdisciplinares de vivências (EIV's): contribuição à mudança de paradigma na agricultura. In: **Revista Brasileira de Agroecologia** [Resumos do V CBA], vol. 2, no. 2, out. 2007.

MIRANDA, Edna Lopes. **Protagonismo, participação e projetos de vida: movimento dos jovens agroecológicos no município de Araponga-MG**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

MIRANDA, Élide Lopes et al. Troca de Saberes: novos enfoques metodológicos na construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata mineira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL E FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO SUL, 2012. **Anais eletrônicos...** Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOLLISON, Bill. **Introdução à Permacultura**. Trad. André Luis Jaeger Soares. S.n: s.l., 1994.

MOREIRA, Fábio de Oliveira et al. **Programa TEIA: Tecendo a teia da Agroecologia**. 2013. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=1142>>. Acesso em 12 dez. 2015.

MOREIRA, Vladimir Dayer L. de et al. Intercâmbios para troca de saberes – fortalecendo a agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Agroecologia** [Resumos do VI CBA e II CLAA], vol. 4, no. 2, nov. 2009.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MUTIRÃO CIRANDA. **Portfólio de apresentação do Coletivo Cultural e Agroecológico Mutirão Ciranda**. [S.l.]: [S.n.], 2016.

OGANAUSKAS FILHO, Vladimir. **A racionalidade privada no Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa**. 94 f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 2008.

OLIVEIRA, Jaqueline Rocha. **Conhecimentos e práticos agroecológicos nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)**. 257 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2014.

OLIVEIRA, Lara; BITTENCOURT, Lucas. Relatoria da Roda de Diálogo IV: Grupos de Agroecologia de estudantes: resiliências criativas – empecilhos e contribuições para a educação formal. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 1, 2013, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://regabrasil.wordpress.com/educacao-e-teia-da-vida/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salette et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PASSOS, Ginnie Rangel. **Integração animal em propriedades agroecológicas em Araponga – MG**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2008.

\_\_\_\_\_ et al. Potencialização dos sistemas de produção animal em propriedades familiares agroecológicas. In: **Revista Brasileira de Agroecologia** [Resumos do VI CBA e II CLAA], vol. 4, no. 2, nov. 2009.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. Sistemas agrofloretais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso. 1999. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, SP, 1999.

PETERSEN, Paulo. Agriculturas Alternativas. In: CALDART, Roseli Salette et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 42-48.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro**: uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. p. 7-14

PIRES, Letícia Gamarano et al. Criação de suínos da raça piau em propriedades familiares agroecológicas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 5, 2015. **Memórias del V Congreso**. La Plata, Argentina, 2015.

RAMOS, Melissa Ferreira; SILVEIRA, Pedro Sergio da. **Estudantes em movimento**: memórias do movimento estudantil da UFV. Viçosa: Divisão Gráfica da UFV, 2016.

RAMOS, Nina Celli. **A homeopatia na construção da transição agroecológica**. 2011. 42 f. Monografia (Graduação em Biologia) – Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2011.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.4, n.3, Belém, dez. 2009. p. 453-463.

RIBEIRO, Simone et al. Sistematização de experiências: saber construído e compartilhado. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 22-24, jul. 2006.

ROMÃO, José Eustáquio et al. Círculo Epistemológico: Círculo de Cultura como metodologia de pesquisa. In: **Educação e Linguagem**, Ano 9, n. 13, jan-jun 2006. p. 173-195.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1, jul. 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **A universidade do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a transformação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Marcelo Loures dos et al. Programa de extensão TEIA/UFV: formação universitária para uma ecologia de saberes. In: **Educação em Revista**, vol. 29, n. 4, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982013000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982013000400004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SANTOS, Priscila Alves dos. **Criação de bovinos na perspectiva agroecológica**. 2012. Monografia (Graduação em Medicina Veterinária) – União de Ensino Superior de Viçosa, Univiçosa, 2012.

\_\_\_\_\_ et al. Tecendo saberes agroecológicos: a experiência do círculo de cultura em instalações pedagógicas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, 4, 2013. **Libro de Resúmenes**. Universidad Nacional Agraria La Molina, Lima, Peru, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILVE, Alenir Pedrosa Aparecida da. **Movimento social como princípio educativo**. 45 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, 2013.

SILVA, Kim Sá da et al. Terreiro Cultural: semeando a agroecologia, resgatando histórias e ressignificando identidades na Zona da Mata mineira. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 8, No. 2, Nov. 2013.

SILVA, Maria do Carmo Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SILVEIRA, Priscila Resende. **Tecendo saberes no Teia/UFV: práxis e extensão universitária**. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Helton Nonato. **Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na Zona da Mata mineira**. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

\_\_\_\_\_. et al. Learning by doing: a participatory methodology for systematization of experiments with agroforestry systems, with an example of its application. *Agroforest Syst*, n. 85, 2012. p. 247-262.

SOUZA, João Francisco. Sistematização. In: **O que é sistematização? Uma pergunta. Diversas respostas**. Cadernos de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). n. 1. São Paulo: 2000. p. 33-35.

TWC, THE WORLD CAFÉ. **Café para viagem**. 2015. Disponível em: <[http://www.theworldcafe.com/wp-content/uploads/2015/07/World\\_Cafe\\_Para\\_Viagem.pdf](http://www.theworldcafe.com/wp-content/uploads/2015/07/World_Cafe_Para_Viagem.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNCTAD, UNITED NATIONS CONFERENCE AND DEVELOPMENT. **Trade and Environment Review 2013: wake up before it is too late: make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate**. Geneva, 2013. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2012d3\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2012d3_en.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

VENÂNCIO, Marina Demaria. **A agroecologia no Brasil e seus aspectos jurídicos: caminhos para a consolidação de um modelo produtivo sustentável**. 2014. 146 f. Monografia (Curso de Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

\_\_\_\_\_. A experiência coletiva como fonte de aprendizagens nas lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. In: **Revista Lusófona de Educação**, n.6, p. 67-80, 2005.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: Guia prático. Brasília: MDA, 2006.

VILLAR, Juliana Padula et al. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos (editores técnicos). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013. (Coleção Transição Agroecológica). p. 37-72.

WEZEL, Alexander. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, Dec. 2009.

ZANELLI, Fabrício Vassalli. **Educação do campo e territorialização de saberes**: contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, 2015.

\_\_\_\_\_ et al. Intercâmbios Agroecológicos: aprendizado coletivo. In: *Informa Agropecuário* (EPAMIG), v. 36, n. 287, p. 104-113, 2015.

## **OUTRAS FONTES:**

CARVALHO, Anôr Fiorini de. Parabéns 40 anos do Grupo Alfa!! Lista de discussão do Grupo Alfa Viçosa [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por pedro.sergio@ufv.br. Acesso em 23 nov. 2015.

CARVALHO, Anôr Fiorini de: depoimento [2015]. Entrevistador: SILVEIRA, Pedro Sergio. Viçosa, UFV, 2015. 1 arquivo .mp3 (1 hora e 1 minuto). Entrevista concedida à Pedro Sergio da Silveira.

DAYRELL, Carlos. Voltando na memória sobre educação popular em Viçosa, anos 1970. *Facebook* [mensagem pessoal]. Arquivo recebido por Pedro Sergio da Silveira. Acesso em: 19 mar. 2016.

FERRARI, Eugênio Alvarenga: depoimento [2015]. Entrevistador: SILVEIRA, Pedro Sergio. Viçosa, UFV, 2015. 1 arquivo .mp3 (1 hora e 10 minutos). Entrevista concedida à Pedro Sergio da Silveira.

LADEIRA, Isabela Fabiana da Silva: depoimento [2015]. Entrevistador: SILVEIRA, Pedro Sergio. Viçosa, UFV, 2015. 1 arquivo .mp3 (47 minutos). Entrevista concedida à Pedro Sergio da Silveira.

MUJALLI, Daniel: depoimento [2015]. Entrevistador: SILVEIRA, Pedro Sergio. Viçosa, UFV, 2015. 1 arquivo .mp3 (1 hora e 10 minutos). Entrevista concedida à Pedro Sergio da Silveira.

Filme 'Banana da Terra'. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=acJ69jAii2g>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

#### **Arquivos do Projeto Memória do Movimento Estudantil:**

GAZETA UNIVERSITÁRIA, ano XVI, ed. 35, DCE-UFV, 1977.

GRUPO ALFA. **O que é o Grupo Alfa de Ecologia**. Texto mimeo. 31/3/1977, 1977a.

GRUPO ALFA. **Jornal ALFÃO n° 1**, Grupo Alfa, 1977b.

GRUPO ALFA. **Dia Mundial do Meio Ambiente**. Texto mimeo. 05/06/1977, 1977c.

GRUPO ALFA. Ofício s/n. **Carta e pedido de reunião**, 05/06/1978a.

O MARTELO, jornal do DAEMM, UFOP. **Justiça social x justiça ambiental** – duas faces de uma mesma moeda. Maio de 1978.

O BANDEJÃO. **Defesa da Amazônia**. DCE-UFV, 1979.

PMME, Projeto Memória do Movimento Estudantil. Transcrição da entrevista coletiva com Sílvia Ferrari, Jenifer Medeiros e Eunice. 2013.

#### **Arquivos dos Grupos Agroecológicos:**

∞ BOLETIM. Amazônia. n. 1, Grupo Alfa, 1979.

∞ BOLETIM, n. 5, Grupo Alfa, 1980.

APÊTI. Folder de divulgação do Grupo Apêti de Agrossilvicultura, 2000.

APÊTI. **Caderno do Minicurso de Agrofloresta**, 2004.

APÊTI. Cartaz de divulgação do Grupo Apêti de Agroflorestas, 2013.

[FGA] FÓRUM DOS GRUPOS ALTERNATIVOS. **Dossiê Núcleo dos Grupos Alternativos**, UFV, 2000.

GRUPO ALFA. **Comunidades Rurais e Agricultura Alternativa, e Simplicidade Voluntária**. Texto mimeo. 1978 ou 79.

GRUPO ALFA. **Retrato por Anôr**. Texto mimeo. 1979.

GRUPO ALFA. **Nota e Convocação**, 06/06/1978, 1978b.



GAAV. Ofício circular CA Agro e GAAV, 1986.

CEBs, Comunidades Eclesiais de Base. Carta circular das CEBs aos STRs, 1992.

GAAV. Ofício ao Reitor da UFV, 15/07/1992, 1992.

FEAB. Carta circular e boletim informativo sobre o ERAA – reg. III, FEAB, p. 3, 1992.

IEF-RJ, Instituto Estadual de Florestas-RJ. **Formulário de Cadastramento**. IEF-RJ, 1991.

CADASTRO do Fórum Brasileiro de ONGs, 1992.

CUNHAMBEBE, Movimento. Relatório da 3a. reunião dos grupos de agroecologia e extensão. IPEMA, 2002.

GAO. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa. Livro Ata.

GAO. Histórico do GAO, 12-04-2002, 2002.

GAO. Relatório do pomar.

GAO. Folha do GAO, 2009.

GAO. Zine, 2010.

CEP. Projeto PDC, 2007.

SAUIPE. Caderno de Permacultura, 2013.

CEP-SAUIPE. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa. Livro Ata.

SAUIPE, Livro Ata.

## **ANEXO A – Roteiro de entrevistas semiestruturadas**

### **Roteiro de Entrevistas**

#### **1. Caracterização do entrevistado**

Nome:

Origem:

Ocupação atual:

Curso(s)/Instituição:

Período na UFV:

Grupo(s):

- O que lhe motivou a participar desse grupo agroecológico?

#### **2. Caracterização do grupo agroecológico**

- Quais eram as principais ações e características do grupo?

- Na época, qual era a “pegada” do grupo? Vocês trabalhavam a agroecologia mais em sua dimensão prática, científica ou enquanto movimento?

- Quais eram as principais dificuldades vividas pelo grupo?

- Vocês tinham livros e/ou autores que eram referências para vocês do grupo? Quais? E possuíam alguns princípios e/ou teorias que orientavam as ações do grupo? Fale sobre eles.

#### **3. Histórico do grupo**

- O que você conhece sobre a história do grupo? Poderia me relatar essa trajetória desde suas origens e/ou antecedentes? Nessa caminhada do grupo, quais momentos ou fatos você destaca como sendo os mais significativos?

- Revisitando essa trajetória do grupo e o período de sua participação, que fatos e/ou acontecimentos você considera como marcantes daquele momento histórico?

- Quais lições e/ou aprendizados que destaca como tendo sido acumulados pelo grupo e por você no decorrer dessa história?

#### **4. Práticas Educativas do grupo**

- É possível considerar que o grupo constituía um espaço educativo ou uma “universidade paralela”? Por quê?

- Quais eram as práticas e/ou atividades educativas do grupo? Destas, qual era a mais marcante para você? Descreva-a.

- Em relação a estas práticas educativas, você poderia indicar quais eram as metodologias e dinâmicas trabalhadas? Analisando o decorrer do tempo em relação ao grupo, você considera que houveram mudanças em relação à metodologia e dinâmicas utilizadas? Fale sobre isso.

- Em termos das atividades centrais do grupo, você considera que elas eram de qual natureza: Ensino, Pesquisa e/ou Extensão? Por quê? Havia uma preocupação em integrar estas dimensões, numa perspectiva de integrar teoria e prática? Se sim, exemplifique.

#### **5. Aportes à formação pessoal e profissional e ao movimento agroecológico**

- Você acredita que a participação no grupo agroecológico colaborou com sua formação pessoal e profissional? Por quê? Quais aprendizados mais significativos o grupo lhe propiciou?

- Atualmente você continua participando e/ou acompanhando atividades do movimento agroecológico? Quais?

- Você acredita que os grupos Agroecológicos da UFV contribuíram com a construção do movimento agroecológico brasileiro? Como?

## ANEXO B – Foto da linha do tempo



Linha do tempo construída para o Encontro Regional de Estudantes de Biologia e utilizada em atividades sobre o histórico dos movimento agroecológico. UFV, 2016.





Coleta: Ramon Teixeira

Desenhos: Flávio Teodoro

Coletivo Repentistas do Desenho



## ANEXO D – Mensagens aos Grupos Agroecológicos



### Mensagens aos Grupos de Agroecologia



*Sejam a diferença que querem ver no mundo! NAMASTÊॐ*  
Miriam Conceição de Freitas

*Continuem na luta porque ela sempre vale a pena. Digo isto porque o Grupo Alfa foi mais importante para o meu crescimento pessoal e profissional do que a própria UFV.*  
Fernando Moreira Fernandes

*acredite na tua intuição, acredite no teu sonho e sonhe com amigos...*  
Fabio

*As árvores que plantamos ontem, hoje já lhes oferecem frutos e sombra, e portanto vocês já podem perseverar, sem morrer de sede e fome*  
Liberato

*muita força na peruca!* Anderson Cassio Sevilha

*coragem, solidariedade e persistência* Lu

*seguir o caminho do coração* Luiz Augusto Benatti / Bré

*Acreditem na força do trabalho conjunto e aproveitem o tempo de vocês para crescer junto de seus companheiros de jornada, vocês agora estão construindo o seu futuro! Se esforcem para que estas lembranças sejam muito boas. Isto se faz procurando no dia a dia se esforçar para o bem comum. Abraços!*  
Rosana Calhau

*Valorizem a AMIZADE e as pessoas que estão nesta construção junto com você. Valorize a AMIZADE.*

Franceli da Silva – Grupo Entre Folhas



#### GAAV

##### Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa

*Acreditem na importância do trabalho que vocês estão desenvolvendo.. Saudações agroecológicas!*

*Fico muito feliz em saber que os grupos se fortaleceram, ampliaram as práticas e métodos e também que existem novos grupos. A articulação com movimentos sociais, ONGs e universidade é de extrema importância para criarmos possibilidades reais de extensão rural. Não deixem a pesquisa de lado, estudem e publiquem os trabalhos. Sigam adiante!*  
Fernanda / Banana

*Minha trajetória de vida e profissional foi moldada dentro GAAV e no movimento estudantil. Meu compromisso social foi adquirido em minha passagem por esses movimentos.*

*Que continuem os trabalhos desenvolvidos sem a preocupação de manter formalmente a existência do grupo. O importante é saber que os objetivos dos grupos sejam praticados. De qualquer forma, havendo uma organização mais objetiva, não custa manter os grupos e construir uma história a cada geração.*  
João Otavio Bacheга

*Após anos de formado, atuação com agroecologia, e até o momento atual como professor e podendo apoiar o fortalecimento dos grupos de agroecologia de forma mais efetiva. Vejo após 24 anos de formado, como foi imprescindível para minha formação tanto profissional como pessoal, a participação em grupos agroecológicos, e apesar de todas as dificuldades, a importância de manter-se firme no objetivo.*  
Fernando Silveira Franco

*Persistência e difusão do conhecimento.* Mari

*Alimentar-se é um ato político. Viva as feiras livres e as relações produtores/consumidores. Estudem técnicas e consolidem espaços institucionais comprometidos e participativos com o campesinato: memória, permanência e transformação social.* Henrique

*Num arreia não!!* Tainah Godoy

*Coragem, força, criatividade e compromisso com alegria*  
Olivia Beatriz

*Antes mesmo de aprendermos as primeiras letras, a nossa primeira leitura é do ambiente: Essa leitura está carregada de percepções que vão adquirindo significados e cuja compreensão vamos aprendendo através das relações sociais.*  
Vitor Alves da Silveira



*Tenham paixão e comprometimento pelo que se dispõem a fazer.*

Tatiana Pires Barrella

*Esta é mais uma das oportunidades passageiras que a vida apresenta, vivam com intensidade pois é única.*

Bruno (Nobru)

*Aproveitem cada momento no grupo. Este será com certeza lembrado por toda a vida.*

Bruno

*Queridos grupos permeiem sempre estas belas aprendizagens e uni-vos no sentido de apresentá-las cada vez mais em eventos/encontros de agricultura/agricultores familiar/familiares.*

Diego Gomes dos Anjos/Lenhador, Lezera

*Maior aprendizado que pode-se ter é buscar com pessoas incomodadas e proativas a respostas que nos incomodam, não só pela universidade mas pelo resto da vida. Viva a amizade destes momentos, pois elas serão pelo resto de suas vidas companheiras. Se encante pelo diferente, com pessoas diferentes, se permita, aprenda ensine. Leiam muito, sejam serenos e críticos. Não temam o desconhecido e transformem a dúvida na busca por mais conhecimento.*

Fábio Villela

*É muito importante o trabalho de vocês, estão de parabéns!*

Melissa

*Tamo Junto!!!!!!!!!!!!!!*

Heitor Mancini Teixeira

*Para que nunca deixem de reinventar nossos espaços e para que ocupem as salas de aula com uma postura crítica e propositiva.*

Bela

*Aproveitem que passa rápido e a saudade é grande. Faça amizades verdadeiras e principalmente, acredite no que está fazendo.*

Fábio Bituca

### **Força!**

Yolanda – Grupo Flores de Gaia

*Força, serenidade, muito adubo orgânico para seguirmos em frente mesmo em solos degradados, agroecologia é possível, não é sonho ou utopia é ciência que se expande no cotidiano e nos traz a certeza de que é possível.*

Ananda Deva Assis Trivelato – Grupo Micorrizas



*Investir e contribuir na difusão do conhecimento agroecológico, certamente é o caminho da sustentabilidade, talvez o único.*

Eduardo Osório Senra

*Salve galera!!*

Leozin

*Salve Salve galera!!! Tamo junto!*

Felipe/Pepe

*Agradecer mesmo à todas as pessoas que participam dos grupos, que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecem seu papel social e que somos de uma classe privilegiada, logo temos compromisso de devolver à sociedade parte do que ela investe em nossa formação.*

Sara Barbosa



**ANIMAIS**  
para agroecologia  
EXTENSÃO E PESQUISA - UFV

*Os desafios para quem trilha os caminhos da agroecologia são grandes. Dessa forma, sempre me recordo de uma frase, de autor desconhecido, que diz: "Deus sempre dá as maiores batalhas a seu melhores guerreiros!"*

Silvinha

*Que é muito (muito mesmo!) importante a articulação entre os diferentes grupos de agroecologia, pois nossos objetivos são comuns e para alcançá-los é preciso juntar reflexões e práticas, dessa forma fortalecemos a nossa luta.*

Eduarda/Duda

*Não há Agroecologia sem feminismo!*

Letícia Gamarano Pires

*Desejo força pra continuar na luta*

Barbara costa